

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

MÔNICA VASCONCELO

**REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NO JORNAL *FOLHA DO
NORTE DO PARANÁ*: O PAPEL EDUCATIVO DA IMPRENSA NA
FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NA CIDADE DE MARINGÁ NOS
ANOS 1962-1968**

**MARINGÁ
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

MÔNICA VASCONCELO

REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NO JORNAL *FOLHA DO NORTE DO PARANÁ*: O PAPEL EDUCATIVO DA IMPRENSA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NA CIDADE DE MARINGÁ NOS ANOS 1962-1968

Tese apresentada por Mônica Vasconcelo ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes.

**MARINGÁ
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

V331r

Vasconcelo, Mônica

Representações do negro no jornal Folha do Norte do Paraná : o papel educativo da imprensa na formação da consciência na cidade de Maringá nos anos 1962-1968 / Mônica Vasconcelo. -- Maringá, PR, 2023.
243 f.color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Folha do Norte do Paraná - Representações do negro - Maringá (PR). 2. Comunidade negra maringaense - Século XX. 3. Mercado de trabalho - Preconceito racial - Maringá (PR). 4. Desigualdade social - Maringá (PR). 5. Discriminação racial - Maringá (PR). I. Gomes, Marco Antônio de Oliveira, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 379.26

MÔNICA VASCONCELO

REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NO JORNAL *FOLHA DO NORTE DO PARANÁ*: O PAPEL EDUCATIVO DA IMPRENSA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NA CIDADE DE MARINGÁ NOS ANOS 1962-1968

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA

Professores internos:

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes (Orientador) – UEM

Prof. Prof. Dra. Analete Regina Schelbauer (UEM)

Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha (UEM)

Professores externos:

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba (Universidade Federal de Rondônia-UNIR)

Prof. Dr. João Carlos da Silva (Unioeste-Cascavel)

Suplente externo: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento (Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG)

MARINGÁ
2023

Dedico este trabalho aos meus pais, Marilene Pereira Vasconcelo e Lázaro Vasconcelo Filho, à minha irmã Vanessa Vasconcelo e ao meu companheiro, Alexandre Wilson Dada.

AGRADECIMENTOS

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento recebido.

Ao professor Marco Antonio de Oliveira Gomes, pela orientação firme, pela disponibilidade e pela confiança. Sua forma de orientar e sua postura crítica, ao debater questões relacionadas ao campo da História da Educação, contribuíram significativamente para a realização desta pesquisa.

À professora Marcília Rosa Periotto, pelas orientações, pelos conselhos, pelas sugestões e pelo carinho com que me trata. Sua contribuição para minha formação como pessoa e como pesquisadora foi fundamental e determinante. Não teria chegado até aqui sem seu apoio e incentivo! Minha eterna gratidão a você, professora!

Aos membros da banca de Qualificação: Profa. Dra. Marcília Rosa Periotto (UEM), Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha (UEM), Prof. Dr. Ademir Quintilio Lazarini (UEM), Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba (Universidade Federal de Rondônia-UNIR), Prof. Dr. João Carlos da Silva (Unioeste-Cascavel), Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento (Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG). As correções e as sugestões indicadas por vocês muito contribuíram para a versão final deste texto. Obrigada!

Ao Grupo de Pesquisa “Fundamentos Históricos da Educação” – UEM-CNPq, por me proporcionar reflexões teóricas profundas. Tenho um carinho muito grande por esse grupo e por seus membros. Obrigada pessoal, pelas discussões e pela parceria!

À Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá, localizado no Teatro Calil Haddad, que disponibilizou os jornais *Folha do Norte do Paraná* para consulta e para análise. Obrigada por me atenderem com atenção e carinho.

Ao João Laércio Lopes Leal, da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá, que me doou vários livros sobre Maringá, que ministrou cursos dos quais participei e que contribuiu muito no processo de pesquisa. Quando estava com dúvidas, prontamente João Laércio me atendia, procurando solucionar minhas inquietações.

À secretária da *Revista Tradição*, Lilian Aparecida Fregadolli Schwabe, que disponibilizou a *Revista Tradição* de julho de 2010.

Ao Alexandre Wilson Dada, que intermediou o contato com o padre Marcos Roberto Almeida dos Santos e assim pude ter acesso à Cúria.

À Cúria Arquidiocesana de Maringá, especialmente à Simone Aparecida Gimenez, secretária do Chanceler e padre Dirceu Alves do Nascimento, que me disponibilizou os artigos de Dom Jaime e toda a atenção e assistência necessárias durante o processo de pesquisa.

Ao historiador João Carlos Cecilio, mais conhecido como JC Cecilio, por me proporcionar esclarecimentos e trocas de informações sobre Maringá, as quais muito contribuíram com minhas reflexões.

A Antonio Roberto de Paula, jornalista, escritor, documentarista e diretor do Museu Esportivo de Maringá, pela conversa sobre assuntos como esporte, Maringá, jornalismo, imprensa, o negro no futebol e Dom Jaime Luiz Coelho.

A Reginaldo Benedito Dias, professor no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), pela conversa sobre história oficial, catolicismo, população negra, exclusão social dos negros, Dom Jaime Luiz Coelho e sua atuação em Maringá e catolicismo em Maringá.

A Eronildo José da Silva, professor que contribuiu com reflexões sobre religiões de matriz africana, benzedeadas, curandeirismo e curandeiros.

A Hugo Alex da Silva, ex-secretário do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM) e atual secretária Elaine Magalhães Tolesquini de Oliveira, que foram prestativos e me trataram com gentileza, auxiliando-me em questões burocráticas e de documentação.

A todos os meus professores do curso de Graduação de Pedagogia e de Pós-Graduação em Educação, que contribuíram com minha formação humana e profissional. Sem dúvidas, vocês fizeram a diferença em minha vida!

A todos os amigos que fizeram parte da minha trajetória acadêmica de doutoramento, em especial ao Rafael Antônio Ramos de Oliveira, à Fabrícia de Cassia Grou de Paula, à Crislaine Aparecida Pita, à Ana Paula Aires Rodrigues e ao Krigor de Camargo Barela Faeda.

Aos meus pais, Lázaro Vasconcelo Filho e Marilene Pereira Vasconcelo, e à minha irmã, Vanessa Vasconcelo. Vocês são minha base, meu alicerce! Grata pelos conselhos, pelo incentivo e por toda a assistência, não só durante o período de doutoramento, mas durante minha vida. Amo vocês!

“A história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes”.

Karl Marx, *Manifesto do Partido Comunista* (1848)

VASCONCELO, Mônica. **REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ: O PAPEL EDUCATIVO DA IMPRENSA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NA CIDADE DE MARINGÁ ENTRE 1962-1968.** 243f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2023.

RESUMO

Esta tese, desenvolvida no âmbito da Linha de Pesquisa intitulada História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, é uma análise histórica dos textos e das imagens do jornal *Folha do Norte do Paraná* (1962-1968), publicado entre os anos de 1962 a 1979, em referência à população negra existente na cidade de Maringá. O propósito desta pesquisa consiste em analisar a representação dos negros no jornal, considerando a forma por meio da qual eram retratados e o tratamento dispensado a eles. Busca-se delimitar e compreender o caráter educativo exercido pelo referido jornal, tendo em vista construir, por meio da educação, uma visão sobre a população negra nos moldes pensados pela burguesia e que a manteria excluída do exercício político-social. Analisou-se o pensamento político-educativo do jornal *Folha do Norte do Paraná* a partir de um período marcado pelo acirramento das lutas de classes, pelas disputas da Guerra Fria e que tiveram efeitos na sociedade brasileira, por meio de eventos como o golpe civil-militar, de 1964. Uma das questões abordadas é o caráter elitista que predomina na sociedade maringaense e que contribuiu para a hierarquização dos espaços da cidade, na medida em que excluía o negro do convívio social dominante. Fundado por Dom Jaime Luiz Coelho, bispo de Maringá, o jornal expressou ideologicamente a legitimação de uma sociedade de classes (ou hierarquizada), reforçando o caráter conservador e, ao mesmo tempo, estereotipando e silenciando a existência e a participação do negro no contexto social da cidade. Para compreender a atuação do periódico em relação à comunidade negra maringaense e o processo de modernização da sociedade brasileira no século XX. A pesquisa é de cunho bibliográfico e documental e utiliza como método de análise o materialismo histórico dialético, pois compreende-se que a sociedade, ao ser analisada por meio de sua materialidade, possibilita captar o movimento do real, sua historicidade, principalmente no que tange às múltiplas determinações daí adjacentes. O acervo correspondente à *Folha do Norte do Paraná* encontra-se no setor da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá, localizado do Teatro Calil Haddad. Conclui-se que a Igreja Católica educou seus fiéis na medida em que ensinava comportamentos que considerava necessários ao funcionamento da sociedade. Dom Jaime, nesse sentido, atuou para que os maringaenses aderissem ao modelo de sociedade capitalista por meio de processo educativo, no qual fundamentava-se na fé católica, atendendo aos interesses do capital e da elite local.

Palavras-chave: Representações do negro. Comunidade negra maringaense. *Folha do Norte do Paraná*. Século XX. Maringá.

VASCONCELO, Mônica. **REPRESENTATIONS OF BLACKS IN THE NEWSPAPER FOLHA DO NORTE DO PARANÁ: THE EDUCATIONAL ROLE OF THE PRESS IN THE FORMATION OF CONSCIOUSNESS IN THE CITY OF MARINGÁ BETWEEN 1962-1968.** 243f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringa, 2023.

This thesis, developed within the scope of the Research Line entitled History and Historiography of Education, of the Graduate Program in Education of the State University of Maringá, is a historical analysis of the texts and images of the newspaper Folha do Norte do Paraná (1962-1968), published between the years 1962 to 1979, in reference to the black population existing in the city of Maringá. The purpose of this research is to analyze the representation of blacks in the newspaper, considering the way in which they were portrayed and the treatment given to them. It seeks to delimit and understand the educational character exercised by this newspaper, with a view to building, through education, a vision of the black population in the molds thought by the bourgeoisie and that would keep it excluded from the political-social exercise. The political-educational thought of the newspaper Folha do Norte do Paraná was analyzed from a period marked by the intensification of class struggles, by the disputes of the Cold War and that had effects on Brazilian society, through events such as the civil-military coup of 1964. of the issues addressed is the elitist character that predominates in Maringá's society and that contributed to the hierarchization of the spaces of the city, to the extent that it excluded blacks from the dominant social conviviality. Founded by Dom Jaime Luiz Coelho, bishop of Maringá, the newspaper ideologically expressed the legitimation of a class (or hierarchical) society, reinforcing the conservative character and, at the same time, stereotyping and silencing the existence and participation of blacks in the social context of the city. understand the performance of the journal in relation to the black community of Maringá and the process of modernization of Brazilian society in the twentieth century. the research is of a bibliographic and documentary nature and uses as a method of analysis the dialectical historical materialism, because it is understood that society, when analyzed through its materiality, makes it possible to capture the movement of the real, its historicity, especially with regard to the multiple determinations adjacent. The collection corresponding to the Folha do Norte do Paraná is in the sector of the Historical Heritage Management of Maringá, located in the Calil Haddad Theater. It is concluded that the Catholic Church educated its faithful to the extent that it taught behaviors that it considered necessary for the functioning of society. Dom Jaime, in this sense, worked for the Maringaenses to adhere to the model of capitalist society through an educational process, in which it was based on the Catholic faith, taking into account the interests of capital and the local elite.

Keywords: Representations of blacks. Maringá's black community. Northern Paraná Leaf. Twentieth century. Maringá.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
MNU	Movimento Negro Unificado
UHC	União dos Homens de Cor
TEM	Teatro Experimental do Negro
AFL-CIO dos EUA	Federação Americana e Congresso de Organizações Industriais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do estado do Paraná.....	83
Figura 2: Anteprojeto (esboço do projeto) da cidade de Maringá, de autoria de Jorge de Macedo Vieira, elaborado em meados da década de 1940.....	102
Figura 3: Maringá – Plano Diretor de 1967 – Áreas Verdes, Recreação, Lazer e Educação.....	103
Figura 4: Maringá – Plano Diretor de 2020-2030.....	104
Figura 5: Catedral de Maringá.....	126
Figura 6: Samuel Silveira e Joaquim Dutra.....	133
Figura 7: Vagner Silveira - ex-presidente da União Maringaense dos Estudantes Secundaristas (UMES) e presidente da UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas).....	159
Figura 8: Ensacadores.....	161
Figura 9: Com Perachi.....	162
Figura 10: Adenias Raimundo de Carvalho - Presidente do sindicato dos carregadores e ensacadores de Maringá.....	163
Figura 11: Padronizadora de café.....	164
Figura 12: Guarda Manoel.....	164
Figura 13: Prisão de assassino.....	166
Figura 14: Prisão de sedutor de menor.....	167
Figura 15: Quadrilha de ladrões de carros.....	168
Figura 16: Prisão de assaltante.....	169
Figura 17: Senhorita da alta sociedade maringaense.....	170
Figura 18: Família branca.....	171
Figura 19: Casal branco.....	172

Figura 20: Indigentes da Santa Casa.....	177
Figura 21: Novo pavilhão no Albergue 1.....	179
Figura 22: Novo pavilhão no Albergue 2.....	179
Figura 23: Bairro do Meretrício.....	180
Figura 24: Líder religioso, Dr. Martin Luther King Jr.....	185
Figura 25: Homenagem a Martin Luther King.....	186
Figura 26: Martin Luther King: o pacifista.....	189
Figura 27: EUA: polícia trava nova batalha com negros.....	190
Figura 28: Astronauta negro.....	191
Figura 29: Voto negro.....	191
Figura 30: Conflitos “raciais”	195
Figura 31: Os 20 médicos do ano vinte.....	197
Figura 32: Os 20 advogados do ano vinte.....	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Rádios vanguardistas de Maringá.....120

Quadro 2 – Seções mais recorrentes da *Folha do Norte do Paraná* entre os anos de 1962 a 1968.....151

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2. CRISE DA ESCRAVIDÃO, LUTA DE CLASSES E IMPRENSA NO BRASIL	25
2.1 A crise da escravidão no Brasil.....	26
2.2 A imprensa na república.....	44
2.2.1 Entre a defesa da ordem e a censura	44
3. MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO	63
3.1 A Democracia Racial.....	63
3.2 Movimento Negro Brasileiro: cultura e consciência negra.....	67
3.3 Religiões afro-brasileiras: uma análise histórica.....	78
4. O NORTE DO PARANÁ: ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E GEOGRÁFICOS	82
4.1 O norte do Paraná.....	83
4.1.1 Economia, sociedade, trabalho escravo e geografia	84
4.1.2 Imigração estrangeira no Paraná e a existência de comunidade negra na região	88
4.1.3 Reocupação do Norte do Paraná	92
4.1.4 O café – o “ouro verde” do Paraná	94
4.1.5 CMNP: propaganda, extermínio dos índios Coroados e o café 120	98
4.2 Maringá, a “Cidade Canção”.....	102
4.2.1 Economia, sociedade e geografia.....	104
4.2.2 Maringá, sua referência europeia, a ferrovia e o café.....	109
4.2.3 O crescimento das favelas de Maringá e os projetos municipais de desfavelização.....	114
5. DOM JAIME LUIZ COELHO E A IMPRENSA EM MARINGÁ.....	122
5.1 Dom Jaime: vida e obra.....	123
5.2 A imprensa em Maringá e Dom Jaime Luiz Coelho: a Folha do Norte do Paraná e outros empreendimentos.....	141

6. O JORNAL <i>FOLHA DO NORTE DO PARANÁ</i>	146
6.1 Composição das seções da <i>Folha do Norte do Paraná</i>	147
6.2 O caráter educativo da imprensa	153
6.3 Representações do negro na <i>Folha do Norte do Paraná</i>	158
6.3.1 Profissões ocupadas por negros presentes no jornal “Folha do Norte do Paraná	158
6.3.2 O negro nas páginas policiais	165
6.3.3 A seção “Crônica Social”	169
6.3.4 O uso pejorativo da palavra “negro/a	172
6.3.5 O problema do analfabetismo e a preocupação com as crianças pobres de Maringá	173
6.3.6 Considerações do jornal a respeito dos brasileiros sobre os Estados Unidos	181
6.3.7 Notícias sobre os negros dos Estados Unidos	183
6.3.8 Comemoração dos vinte anos de Maringá	196
6.3.9 A <i>Folha do Norte do Paraná</i> , o Bispo e a crítica ao Curandeirismo	202
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
 REFERÊNCIAS	214
 ANEXO I – Negros no futebol	230
ANEXO II – Pessoas brancas nas propagandas	234
ANEXO III – Martin Luther King	237
ANEXO IV – Popularidade da <i>Folha do Norte do Paraná</i>	238
ANEXO V – Festival de Artes Negras	239
ANEXO VI – Albergue salvou família	240
ANEXO VII – Casas populares para Maringá	241

1 INTRODUÇÃO

Esta tese, desenvolvida na Linha de Pesquisa intitulada História e Historiografia da Educação, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, analisou a forma por meio da qual a imprensa de Maringá, especificamente o jornal *Folha do Norte do Paraná*, se referia à população negra entre os anos de 1962 e 1968. O período delimitado corresponde ao ano de surgimento do periódico e a imposição, pelo governo civil-militar, do Ato Institucional (AI-5) que, por sua vez conferia plenos poderes ao Presidente da República e legitimava institucionalmente o aparato repressivo que recaiu sobre os movimentos de oposição ao regime e suas lideranças.

Ao conferir o caráter educativo à imprensa, esta tese analisa historicamente os mecanismos de reprodução das ideias hegemônicas nos editoriais, nas notícias e na iconografia¹ presentes nas páginas do periódico em questão. Busca-se, então, entender os recursos utilizados pela imprensa e demais representantes no processo de naturalização das relações sociais de cunho burguês, tendo em vista se tratar de uma ordem social excludente², na qual o indivíduo negro não estava cotado para participar em condições de privilégio. Busca-se, por conseguinte, compreender o caráter educativo que revestiu o discurso sobre a imagem do negro - na perspectiva de classe social - , bem como o objetivo de construir uma imagem coadunada às determinações e aos interesses da burguesia regional em expansão, no âmbito do processo de colonização.

Conforme mencionado, esta pesquisa analisa historicamente os mecanismos de reprodução das ideias hegemônicas nos editoriais, nas notícias e na iconografia presentes nas páginas do periódico. Para tal finalidade, a pergunta que norteou a pesquisa foi: Qual a visão sobre o trabalhador negro propalada nas páginas da *Folha do Norte do Paraná* entre os anos de 1962 a 1968? Quais os critérios adotados na construção de uma imagem que

¹Trata-se da análise e interpretação de imagens (do grego "εἰκών", "eikon", imagem, e "graphia", escrita).

²É importante destacar que embora os negros tivessem excluídos de certos espaços sociais e das melhores oportunidades de trabalho, concomitantemente se constituíam como parcela significativa do exército de reserva. Cabe ressaltar que não se tratava de um fenômeno exclusivo da sociedade maringaense, mas da totalidade da sociedade capitalista no Brasil.

permanece negativa sobre a pessoa negra e o papel e lugar que ocupa na sociedade local ainda hoje? Para responder a essa indagação, realizou-se um levantamento bibliográfico dos arquivos referentes ao periódico, buscando averiguar sua história e seu conteúdo. Na análise, constatou-se a existência de poucos estudos sobre o pensamento político-educativo do jornal *Folha do Norte do Paraná* e, principalmente, a sua relação com a comunidade negra maringaense, o que evidencia uma temática até então não apropriada pelo fazer historiográfico.

A maior parte dos trabalhos consultados aponta para o papel feminino em processo de definição social. O trabalho intitulado “Representações da feminilidade no jornal *Folha do Norte do Paraná*” (2015), de Gessica Aline Silva, Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, discute as representações da mulher veiculadas pelo jornal no ano de 1973. Nesse sentido, o trabalho em questão buscou identificar, nas propagandas e nas colunas policiais, diferentes valores, comportamentos e orientações que buscavam naturalizar determinados papéis sociais.

No artigo “Representações de beleza de mulher no jornal *Folha do Norte do Paraná*: modelos de feminilidades nos anos 1960” (2017), os autores Ivania Skura, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, Frank Antonio Mezzomo buscaram representações de beleza de mulher presentes no período que compreende os anos de 1962 a 1964. A partir deste recorte regional, buscou-se compreender as construções socioculturais históricas do espaço da mulher na sociedade norte paranaense. Nas matérias da coluna denominada “Folha Feminina”, espaço que falava diretamente com as mulheres, observam-se dicas, conselhos e apelos de beleza, permeados por valores, normas e comportamentos que tentavam delinear as feminilidades admiradas na época.

No artigo “Forjando masculinidades e feminilidades: as colunas sociais do jornal *Folha do Norte do Paraná*” (2016), Gessica Aline Silva e Ivone Pereira investigaram o processo de construção das masculinidades e feminilidades veiculadas pelas colunas sociais do Jornal *Folha do Norte do Paraná* no ano de 1970. Constatou-se que as notas, as matérias e as fotografias dos eventos, de bailes, de chás, e de ações de caridade em clubes apresentam certas normas, posturas e espaços de sociabilidades para ambos os gêneros, assim como permitem o encontro e a solidariedade entre os sexos.

A dissertação de Fabrícia de Cássia Grou de Paula, intitulada “Imprensa em Maringá e a educação feminina no modelo comportamental da Igreja Católica (1950-1979)” (2020), analisou o papel educativo na imprensa em Maringá no período de 1950 a 1979, especificamente nos periódicos *Folha do Norte do Paraná* e *O Jornal de Maringá*. O objetivo foi analisar o modelo de comportamento idealizado para a mulher maringense, sedimentado por uma forte influência da Igreja Católica.

A dissertação intitulada “A cruz vencerá o comunismo: o discurso anticomunista no Jornal *Folha do Norte do Paraná* (1962-1965)” (2015), de Angélica de Brito, apresenta outra temática também bastante discutida no jornal: o comunismo. A referida pesquisa analisa o discurso anticomunista do jornal *Folha do Norte do Paraná* entre os anos de 1962 e 1965. Assim como outros periódicos brasileiros, a *Folha do Norte do Paraná* expressou valores condizentes com os interesses de classe que representava.

Encontrou-se uma vasta produção que aborda a imprensa no Brasil no séculos XX. Algumas das obras consultadas foram: “A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954”, de Boris Kossoy e Maria Luiza Tucci Carneiro; “Minorias silenciadas”, de Maria Luiza Tucci Carneiro; “1964: o golpe que marcou a ferro uma geração”, de Barnabé Medeiros Filho; “História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder”, de Lúcia Maria Bastos P. Neves, Marco Morel e Tania Maria Bessone da C. Ferreira.

Sobre Maringá e o Norte do Paraná, utilizou-se obras da região como “O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá”, de France Luz; “Terra Crua”, de Jorge F. Estrada; “Maringá: ontem, hoje e amanhã” de Arthur Andrade, “Maria do Ingá”, de José Hilário; “Companhia Melhoramento Norte do Paraná” – CMNP, entre trabalhos acadêmicos e obras atuais disponibilizadas por João Laércio Lopes Leal, o historiador da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

A escolha dessa temática relaciona-se com a finalidade de dar continuidade à pesquisa na linha da História da Educação brasileira do século XIX, desenvolvida na dissertação de Mestrado, na área da imprensa, cujo objetivo foi analisar o debate sobre o fim da escravidão na *Revista Ilustrada* (1876-1888), realizado por Ângelo Agostini.

A análise a ser feita tem o intuito de compreender a atuação política do periódico e o debate suscitado em relação à presença dos trabalhadores negros na cidade de Maringá. Para isso, definiu-se como **objetivo geral** analisar o pensamento político-educativo presente no jornal *Folha do Norte do Paraná* e sua relação com a comunidade negra maringaense.

Os **objetivos específicos** da pesquisa consistem em analisar a crise da escravidão no Brasil e a imprensa brasileira na República considerando a luta de classes nesse processo; o Movimento Negro Brasileiro; os aspectos econômicos, sociais e geográficos do norte do Paraná e o pensamento político-educativo do jornal *Folha do Norte do Paraná* e sua relação com o trabalhador negro, buscando averiguar as influências na formação de um modelo de homem negro submetido ao poder elitista vigente em Maringá.

Busca-se compreender o papel definidor de uma forma de pensar realizada no jornal *Folha do Norte do Paraná*, mostrando o que não é aparentemente visível em suas páginas: o racismo, a discriminação social e econômica, a naturalização das desigualdades sociais e a antidemocracia. Cabe acrescentar que, no caso específico dos negros na sociedade brasileira, um conjunto de fatores, como o legado preconceituoso oriundo de trezentos e cinquenta anos de escravidão, contribuiu para criar e propagar o preconceito em relação à pessoa negra, fazendo com que amplas parcelas fossem excluídas das oportunidades educacionais e de trabalho.

A atenção dada a essas questões é necessária, visto que se observou, no processo de pesquisa, a ausência de estudos que relacionam tais temáticas com o jornal pesquisado, cujo conteúdo inscreveu a forte influência sobre o modo de pensar e de se comportar dos maringaenses diante da negritude. A pesquisa é de cunho bibliográfico e documental e o método de análise utilizado foi o materialismo histórico dialético, por entender-se que, por meio dessa abordagem, é possível ter uma visão de totalidade, na qual se leva em conta as contradições e as lutas de classes, para compreender os fenômenos produzidos pelas relações capitalistas. Nesse sentido, esta tese se preocupou em observar o que Karl Marx e Friedrich Engels apontaram na obra *Ideologia Alemã*.

Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu a terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em

outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais (MARX; ENGELS, 1986, p. 37).

Antes de tratar especificamente sobre as seções deste estudo, vale a pena descrever os passos da trajetória desta pesquisa realizada no percurso desses quatro anos de doutorado, a fim de evidenciar as dificuldades, os desafios e os êxitos desse processo.

Em agosto de 2019, foi realizado o primeiro contato com a secretária da *Revista Tradição*, via Facebook, por meio de sua página, para ter acesso à revista de julho de 2010, n. 331, ano XXX, páginas 22-25, em que é abordado o tema dos sutis, caboclos que viviam na região. Posteriormente, agendou-se um horário para que eu fosse até a sede da revista, a fim de pegar a referida edição.

Em julho de 2021 deu-se início a pesquisa nos jornais *Folha do Norte do Paraná* na Gerência do Patrimônio Histórico de Maringá. Na ocasião de minha primeira ida ao Patrimônio, João Laércio Lopes Leal, historiador da memória local, disponibilizou-me vários livros sobre Maringá, que contribuíram de forma significativa com a pesquisa.

À medida que o estudo foi se desenvolvendo, as categorias de análise foram aparecendo e dando corpo à pesquisa. Desse modo, buscou-se aproveitar ao máximo o conteúdo disposto no jornal, referente à população negra por meio de textos escritos e das imagens (iconografia).

Outro ponto que merece destaque e que ajudou na elaboração da pesquisa foram os cursos ofertados pela Secretária Municipal de Cultura, via Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá. Participei de dois deles: “História da Historiografia Maringaense: 100 obras essenciais” e “Patrimônio na roda: Catedral uma abordagem histórica!”, ambos ministrados por João Laércio Lopes Leal.

Em janeiro de 2022, foi feito um pedido formal, via e-mail, ao Chanceler Dirceu Alves do Nascimento da Cúria de Maringá, com o objetivo de visitar o

referido local para realizar a pesquisa sobre Dom Jaime Luiz Coelho. Foi solicitado que se destacasse, no e-mail, o título da pesquisa e o que gostaria de pesquisar. Assim o fiz, mas não obtive resposta positiva ou negativa via e-mail. Na ocasião, o e-mail enviado foi diretamente ao padre Dirceu Alves do Nascimento e, posteriormente, fui informada pela sua secretária que o eclesiástico não responde e-mails.

Foram feitas várias ligações à Cúria solicitando que vissem o e-mail ou, então, que respondessem se poderia ir até o local realizar a pesquisa, mas o recepcionista que atendia as ligações apenas falava que iria informar a secretária do chanceler para que ela me desse alguma resposta. Aguardei mais algum tempo, sem sucesso. Continuei ligando, mas sem resposta alguma. Após tentar obter uma resposta várias vezes consecutivas, via telefone e e-mail, resolvi ir pessoalmente à Cúria e consegui falar com a secretaria do chanceler, que me solicitou que enviasse outro e-mail. Deveria, então, enviar um e-mail para a chancelaria, com as mesmas informações do primeiro e-mail enviado. Sem sucesso.

Depois de mais algum tempo sem resposta, consegui o contato de um padre, por meio de Alexandre Wilson Dada para ter acesso a Cúria. Finalmente, o padre Marcos Roberto Almeida dos Santos intermediou, então, a minha entrada na Cúria. Desse modo, foi em abril de 2022 que tive os primeiros contatos com os documentos, especificamente os artigos escritos por Dom Jaime Luiz Coelho. Foram-me disponibilizados artigos entre os anos de 1958 a 2003, embora a pesquisa tivesse utilizado apenas artigos publicados entre os anos de 1958 a 1967. É preciso mencionar que, especificamente, o foco temporal da pesquisa deu ênfase à década de 60, período histórico marcado pela ditadura civil-militar e no qual o debate de ideias intensificava-se na imprensa local e nacional.

Nos dias em que realizei a pesquisa na Cúria fui gentilmente atendida por Simone Aparecida Gimenez, secretária do Chanceler, que apresentou-me os artigos de Dom Jaime, dispostos em livros encadernados e deu-me, também, toda atenção e assistência necessárias.

Numa outra etapa da pesquisa, em julho de 2022, tive um encontro com o historiador João Carlos Cecilio, mais conhecido como JC Cecilio, no qual conversamos sobre aspectos gerais e específicos da cidade de Maringá:

imprensa, negros e sua contribuição para Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, catolicismo em Maringá.

Nesse íterim, no início de agosto de 2022 conversei com Antonio Roberto de Paula, jornalista, escritor, documentarista e diretor do Museu Esportivo de Maringá³ sobre esporte, Maringá, jornalismo, imprensa, o negro no futebol, Dom Jaime Luiz Coelho. Vale destacar que no Museu Esportivo de Maringá, as pessoas podem encontrar fotografias, jornais, medalhas entre outros objetos que fazem parte da história do esporte maringaense.

Posteriormente, no final de agosto de 2022, tive contato com o professor Reginaldo Benedito Dias, professor lotado no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sobre história oficial, catolicismo, população negra, exclusão social dos negros, Dom Jaime Luiz Coelho e sua atuação em Maringá e acerca do catolicismo em Maringá.

Os jornais consultados estão disponíveis na Gerência do Patrimônio Histórico de Maringá, localizado no Teatro Calil Haddad. Os periódicos referentes aos anos de 1962 e 1963 encontram-se digitalizados e foram disponibilizados para a pesquisa. A respeito dos outros anos, a pesquisa foi feita consultando os periódicos físicos, dispostos em livros encadernados na Gerência do Patrimônio Histórico.

Portanto a pesquisa é de cunho documental, bibliografia e histórica. O método materialista histórico dialético norteou a análise por revelar a “historicidade do fenômeno e suas relações em nível mais amplo”, situando “o problema dentro de um contexto complexo” ao passo que “estabelece e aponta as contradições possíveis dentro dos fenômenos investigados” (BORES; DALBÉRIO, 2007, p. 7-8).

Nos anos consultados, notou-se que as páginas dos jornais estão amareladas em razão do tempo. Há falta de algumas edições, provavelmente devido ao tempo ou ao manuseio incorreto. Sobre isso, é importante destacar que, nos primeiros anos dos jornais, especificamente em 1962 e 1963, observou-se maior ausência das edições. De 1964 a 1968, as edições são mais sequenciais e constantes. Destaca-se, ainda, que parte dos jornais

³Para mais informações sobre o Museu Esportivo de Maringá acesse o site: <http://www.museuesportivo.com.br/site/>
[@museuesportivodemaringa](https://www.instagram.com/museuesportivodemaringa) (Instagram)

encontra-se danificada com rasgos; verificou-se também falta de páginas e a subtração de algumas matérias específicas.

Para alcançar os objetivos propostos, esta tese está estruturada em seis seções. A primeira seção é a “Introdução” onde estão dispostos os objetivos, as justificativas, a revisão de bibliografia, a descrição da trajetória e a questão norteadora da pesquisa. Na segunda seção, “Crise da escravidão, luta de classes e imprensa no Brasil”, analisa-se a crise da escravidão no Brasil, a imprensa na República, de modo a se considerar o duelo travados entre as classes nesse processo.

Na terceira seção, “Movimento negro brasileiro”, analisou-se o movimento negro brasileiro, o discurso da democracia racial e a cultura, bem como a questão da consciência negra, além de se estabelecer algumas considerações sobre as religiões afro-brasileiras.

Na quarta seção, sob o título “O Norte do Paraná: aspectos econômicos, sociais e geográficos”, analisa-se o norte do Paraná, considerando o desenvolvimento econômico e social dessas regiões e, ao mesmo tempo, destaca-se o negro como elemento fundamental para a construção da sociedade paranaense.

Na quinta seção, “Dom Jaime Luiz Coelho e a Imprensa em Maringá”, discute-se a vida e obra de Dom Jaime e seus ideais, a imprensa em Maringá e outros empreendimentos do então bispo. Nessa parte da tese, buscou-se destacar a predominância e a influência da Igreja Católica em Maringá, que teve Dom Jaime como principal expoente e propagador da fé e dos ideais católicos na cidade.

A sexta seção, intitulada “O jornal *Folha do Norte do Paraná*” discute-se como os trabalhadores negros foram representados no jornal *Folha do Norte do Paraná*. Nesse momento, objetivou-se fazer uma profunda análise sobre a situação dos negros em Maringá à medida que foram fornecidas informações sobre o jornal, acerca de suas seções e sobre alguns excertos e imagens reveladoras do tratamento dispensado aos trabalhadores negros. Para fins didáticos, essa parte se encontra dividida em temas: 1) Profissões ocupadas por negros presentes no jornal *Folha do Norte do Paraná*; 2) O negro nas páginas policiais; 3) A seção “Crônica Social”, 4) O uso pejorativo da palavra “negro/a”; 5) O problema do analfabetismo e a preocupação com as crianças

pobres de Maringá; 6) Considerações do jornal a respeito de brasileiros sobre os Estados Unidos; 7) Notícias sobre os negros dos Estados Unidos; 8) Comemoração dos vinte anos de Maringá; 9) A Folha do Norte do Paraná, o Bispo e a crítica ao Curandeirismo.

2. CRISE DA ESCRAVIDÃO, LUTA DE CLASSES E IMPRENSA NO BRASIL

A imprensa brasileira, desde a sua instalação, teve sua atuação marcada por embates políticos, constituindo-se como um importante instrumento de luta política da aristocracia fundiária contra a Coroa portuguesa. Nesse ínterim, os debates que nela se realizaram foram marcados por posicionamentos que expõem a orientação político-social com a qual os jornais se identificavam.

Desde o início do século XIX, período em que aparece o primeiro prelo no Brasil, a imprensa teve o objetivo de publicar notícias corriqueiras e de conquistar apoio em relação ao governo ou contrariar grupos políticos em oposição. Some-se a isso o fato de que o choque de ideias no campo jornalístico era uma característica comum na imprensa do século XIX e XX, contexto em que podiam ser notados conflitos pela manutenção ou visando a transformação social.

Ao longo da existência da imprensa no Brasil, a censura esteve presente como forma de a classe dominante se proteger contra comportamentos e ideias revolucionárias. Desse modo, é importante destacar que a imprensa não é neutra e representa o projeto de sociedade de quem a controla. Por conseguinte, apesar do domínio português, alguns jornais, como os pasquins e a imprensa operária, propagavam ideais oriundos da burguesia, permitindo, desse modo, a criação de uma consciência mais crítica por parte dos leitores.

Além disso, a imprensa foi palco de discursos acalorados e de busca para conformar a sociedade às novas demandas materiais, sendo fundamental para a compreensão dos processos de transformação da sociedade. Ademais, em razão de seu papel político e ideológico, ela influenciou a formação cultural do Brasil, na medida em que formava opiniões ou convencia a população a aderir a ideais e comportamentos esperados pela classe dominante, para o estágio do capitalismo vigente em cada época. Some-se a isso, ainda, o fato de que a imprensa participou ativamente dos debates sobre o fim da escravidão e esteve vinculada aos interesses de classe e ao movimento intencional em prol da abolição, contribuindo, assim, para acirrar a crise da escravidão.

2.1 A crise da escravidão no Brasil

A compreensão das circunstâncias históricas que proporcionaram a crise do regime escravocrata no Brasil vincula-se às transformações oriundas do modo de produção capitalista. Isso porque a revolução Industrial derrubou as velhas barreiras comerciais em nome da liberdade comercial, como afirmou Marx e Engels (1998, p. 9) no *Manifesto Comunista*:

A burguesia, pela exploração do mercado mundial, conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou à indústria a base nacional em que esta assentava. As velhas indústrias nacionais foram aniquiladas dia e continuam sendo dia a dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas – indústrias que já não utilizam matérias-primas nacionais, mas sim oriundas das regiões mais afastadas, e cujos produtos se consomem simultaneamente tanto no próprio país como em todos os continentes. [...]

Com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização.

Nesse contexto, a pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro não foi realizada por questões humanitárias. Nesse ínterim, as ações da Inglaterra apregoavam os interesses colonialistas de sua burguesia, ansiosa pela exploração das riquezas africanas e pela ampliação de novos mercados.

Dessa forma, o primeiro golpe no regime escravocrata brasileiro foi a abolição do tráfico negreiro, em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queirós, após as pressões da coroa britânica. Na ocasião, as camadas dominantes proprietárias de terras e de escravos tiveram que enfrentar um problema para a manutenção da produção: como manter a escravidão sem o abastecimento permanente de homens e de mulheres oriundos do continente africano? Acrescente-se que as condições deploráveis do cativo geravam altas taxas de mortalidade entre os escravos.

Além do fim do tráfico, outra questão que contribuiu para acelerar a crise do regime escravocrata foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). O alistamento compulsório de escravos e sua participação nos conflitos tornou mais aguda a

percepção de diferentes segmentos sobre a necessidade do fim da escravidão. Afinal, como poderia um indivíduo participar ativamente da guerra e não possuir direitos em seu país de origem? Na prática, ainda que parcelas de negros tenham conquistado a liberdade, a escravidão era uma questão ainda não resolvida no país.

É nesse contexto que ganha espaço o movimento abolicionista no Brasil, com a participação efetiva de diferentes setores da sociedade, com exceção dos grandes proprietários de terra. Portanto, as campanhas de abolição da escravidão devem ser compreendidas como expressão dos conflitos inerentes de uma sociedade aristocrática e periférica.

Ademais, a abolição coroou as pressões internacionais pelo fim da escravidão, fazendo coro às insurreições nas senzalas e ao movimento para que o trabalho escravo fosse abolido frente às novas demandas capitalistas da época. Mesmo com esse feito legal, em 1888, parte dos escravos continuou trabalhando nas fazendas, ainda sob o regime de seus antigos senhores, sem direito algum. O resultado: entregues à própria sorte, sem alternativa, muitos negros perambulavam pelas ruas sem nenhum tipo de assistência social e econômica.

Quando retornamos ao passado para entender a condição do negro na atualidade, percebemos que a escravidão deixou marcas profundas na história brasileira. Não é à toa que o racismo e outras formas de discriminação racial e social são enfrentados diariamente pelos negros em diferentes espaços sociais, como no trabalho, na escola, na família, na igreja, entre outros espaços. Para contrapor-se a essa realidade e estabelecer caminhos para uma abordagem crítica, este trabalho considera o negro um agente ativo do processo histórico, portanto, podendo mudar os rumos da sociedade, quando as condições objetivas permitem desenvolver ações mais efetivas.

O fim da escravidão no Brasil, durante muitos anos, foi apresentado como feito exclusivo da princesa Isabel, culminando na assinatura da Lei Áurea, em 1888. Somente a partir de 1960, segundo Flamarion Cardoso (1988), é que estudos históricos começaram a considerar a contribuição desempenhada pelas lutas dos escravos como pressão pelo fim da

escravidão⁴. Vale destacar que essas lutas existiram desde o início da escravidão. O caso mais expressivo no período colonial foi a formação do Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, onde hoje se localiza o estado de Alagoas. Além disso, outros quilombos foram formados, não tão grandes, mas que mostravam sua importância e a busca dos escravos pela liberdade⁵.

Nem todas as revoltas tiveram pleno sucesso, mas, mesmo derrotadas, alcançavam o objetivo de promover o medo nos senhores, gerando um clima propício para negociações (VERAS, 2015, p. 90). A dinâmica histórica e social revela que os negros não eram inertes à sua condição, visto que eles lutaram para não serem mais escravos e conquistar direitos:

O escravo não foi aquele objeto passivo que apenas observava a história. Não foram os escravos “testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo”, como quer Fernando Henrique Cardoso, mas, pelo contrário, um componente dinâmico permanente no desgaste ao sistema, através de diversas formas, e que atuavam, em vários níveis, no processo do seu desmoronamento (MOURA, 1986, p. 8).

Não era crime punir com severidade os escravos. Muitos dos castigos eram realizados com sadismo, como quando o negro era açoitado e depois era derramado vinagre e areia sobre as feridas (VASCONCELO, 2018, p. 118). Era comum, também, colocarem pedaços de metal na ponta das chibatadas, para causar um sofrimento maior. Foram incontáveis as formas de tortura sofridas pelos negros: separação das famílias, estupros de mulheres, marcação a ferro quente. Nesses métodos de tortura, observa-se a criatividade dos escravocratas e sua intenção de aproveitar ao máximo o momento do castigo, sem, contudo, deixar o escravo morrer, pois ele era uma mercadoria que

⁴Na realidade nunca houve um entrosamento mais profundo entre as lutas dos negros e o movimento abolicionista: “Pelo contrário, os quilombolas e os insurretos urbanos nunca tiveram seu apoio”. Se um Luís Gama – filho de negra rebelde – afirmava que o escravo que matava o seu senhor praticava um ato de legítima defesa, o que era normal, no entanto, entre aqueles que participavam do movimento abolicionista era justamente afastá-lo da efervescência das senzalas (MOURA, 1986, p. 79).

⁵“Os pequenos quilombos possuíam uma estrutura muito simples: eram grupos armados. As lideranças, por isso, surgiam no próprio ato da fuga e da sua organização. Os grandes, porém, já eram muito mais complexos. O de Palmares chegou a ter cerca de vinte mil habitantes e o de Campo Grande, em Minas Gerais, cerca de dez mil ou mais. Igualmente número tinha o de Ambrósio, também naquele Estado.” (MOURA, 1986, p. 18). O líder de quilombo mais conhecido é Zumbi dos Palmares, assassinado em 1695 em 20 de novembro, e até hoje é lembrado e comemorado em todo o Brasil pelo Dia Nacional da Consciência Negra (SOUZA, 2011, p. 101).

custava caro ao senhor. Açoitar até quase a morte era, portanto, uma ação destinada a discipliná-lo, para dar exemplo aos demais escravos:

O uso da violência pelas classes privilegiadas no Brasil sempre teve o objetivo de implantar o medo, o temor nas massas destituídas da população e isso foi particularmente intenso com relação ao negro por causa da escravidão. A escravidão institucionalizou todas as formas mais brutais de repressão e opressão que se poderia imaginar, de modo que o negro sofreu a violência intrínseca da sociedade da maneira mais intensa e prolongada que qualquer outro setor da população brasileira (FERNANDES, 2017, p. 96).

Ser escravo significava ser objeto e propriedade de alguém. Não se tinha direito algum e restava ao cativo apenas obrigações a serem cumpridas sob a penalidade de haver duros castigos que poderiam leva-lo à morte. “A escravidão não é somente uma forma de exploração. Ela é uma forma de controle social” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 67). A violência, nesse contexto, foi utilizada como controle e como coerção social, já que contribuía para manter o sistema de escravidão funcionando nos moldes capitalistas daquela época. Outrossim, a austera violência presente em todo o processo de escravidão era legitimada pelo direito de propriedade, o qual permitia ao escravocrata fazer o que quisesse com o escravo, que não tinha o direito de reclamar melhores condições de vida. Por não ter nenhum suporte, os escravos faziam valer suas próprias regras. Como pode ser notado, a relação entre escravo e senhor nunca foi amistosa, como alguns livros de história contam.

As classes dominantes reprodutoras da “ideologia do colonizador” desconsideraram a participação dos escravos na luta de classes (MOURA, 1986). Entretanto, o imobilismo que se pretendeu dar à luta dos negros logo é refutado quando nos deparamos com os fatos históricos que não nos deixam enganar: o negro não era passivo diante da escravidão e foi capaz de criar espaços de fugas, como os quilombos, e de organizar revoltas coletivas e individuais⁶.

⁶No estado do Paraná, por exemplo, sabe-se da existência de mais ou menos cem comunidades quilombolas, segundo o relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura do Estado do Paraná, sendo que apenas 36 delas foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares (SOUZA, 2011, p. 105). Essas comunidades se autodeclararam como Comunidades de Remanescentes de Quilombos.

Nesse ínterim, os escravos podiam ser rurais ou urbanos. Esses últimos, muitas vezes, são considerados como participantes de uma escravidão mais branda e menos violenta. É preciso pontuar que esse tipo de discurso relativiza a escravidão que, em qualquer forma de realização, se constitui como uma exploração injustificável. “Ora, toda forma de escravidão, seja qual for, é um atentado intolerável contra os direitos mais elementares de todo ser humano.” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 28).

Os escravos eram explorados tantos nas atividades urbanas quanto nas atividades rurais. Embora o escravo doméstico esteja mais próximo da família de seu senhor, ele não é parente e “viver na ‘casa’ do senhor, sendo escravo ou não, não leva forçosamente e automaticamente a uma vida melhor” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 25).

A este respeito, Cardoso (1988, p. 32) afirma:

Fora da *plantation* estava, obviamente, o escravo das zonas urbanas. Até a primeira metade do século passado, a força de trabalho escravo respondia pela quase totalidade dos serviços urbanos. Escravos “ao ganho” e cativos alugados faziam funcionar os portos, o transporte, o comércio ambulante, o serviço doméstico e os mais variados ofícios artesanais especializados.

Durante a escravidão, criou-se discursos para justificar esse sistema econômico. Os escravagistas, buscando legitimá-la, diziam que era natural, fruto do projeto divino e, para tentar comprovar essa visão, se utilizavam de textos sagrados da Bíblia (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009).

Deste modo, para Pétré-Grenouilleau (2009, p. 30):

[p]ercebemos que a escravidão está fortemente presente no Antigo Testamento e que era corrente entre os hebreus, o povo “eleito” de Deus. Sua presença é menor no Novo Testamento, que enfatiza o amor que une a divindade a todos os homens. Escolhendo os textos mais adequados aos interesses do momento, e às vezes não hesitando em truncá-los, os escravagistas se apoiavam várias vezes no Antigo Testamento. Os abolicionistas, ao contrário, fundamentaram-se, sobretudo, no Novo Testamento (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 30).

Carlos Pereira, um dos líderes do movimento protestante brasileiro e abolicionista convicto, em sua obra *A religião cristã e suas relações com a escravidão*, de 1886, afirma que a escravidão não pode apoiar-se nem no

Velho Testamento e nem no Novo Testamento, visto que ela nada tem a ver com a sanção divina:

[...] escravidão, ou antes, servidão judaica era muito diversa da escravidão atual: conseqüentemente absurdo é justificar esta com aquela:

Que mesmo essa servidão era apenas tolerada em razão da profunda ignorância dos tempos e dureza dos corações: razão que não pode ser invocada no século das luzes, sob a dispensação cristã;

Que, finalmente, quem quiser defender sua propriedade escrava com o Velho Testamento, deve apelar para a ordem no princípio por Deus estabelecida: *-Comerás o teu pão no suor de TEU ROSTO* (PEREIRA, 1886, p. 14, grifos do autor).

Para Pereira (1886), o Velho Testamento não legitimava a escravidão, pois a índole do cristianismo é aposta à instituição servil. Para ele, a escravidão representava a violação do direito natural, um crime que lesa a humanidade e um atentado contra a obra do Criador (PEREIRA, 1886, p. 30). Por isso, defendia a extinção dessa “iniquidade social”, chamando os cristãos a protestar: “Salve-se a honra do Evangelho, caindo de todos os púlpitos o raio exterminador da escravidão no seio das igrejas” (PEREIRA, 1886, p. 35).

Tanto em nações de origem protestante quanto em católicas, as instituições religiosas apoiaram a escravidão. Havia, ainda, casos isolados de lideranças que apoiavam a abolição, devido às contradições sociais e por considerar o trabalho livre produtor de lucro capitalista, mas isso não era a regra. A Igreja via a escravidão e o tráfico como permissão de Deus e justificava a existência da escravidão, afirmando que os escravos não tinham almas, que eram inferiores por natureza, e assim garantia bons ordenados de oferta.

Ademais, a Igreja Católica teve posicionamento diferente na medida em que as transformações sociais e econômicas foram se processando. Isso também se deve ao fato de que a escravidão passou a ser incompatível com a moral cristã e ao capitalismo emergente da época. A respeito da atuação de protestantes e católicos na causa da abolição Pétré-Grenouilleau (2009, p. 143) aponta:

Porque sua prática religiosa os estimulava a formar uma idéia pessoal das coisas à luz de uma leitura reflexiva dos textos sagrados, enquanto os católicos ficavam mais submetidos à

autoridade da hierarquia papal. Aliás, podemos notar que, mesmo entre os protestantes, os abolicionistas foram mais ativos nos movimentos recentes na época (como o metodismo), e não nas Igrejas estabelecidas e mais institucionalizadas.

Outra justificativa comumente utilizada pelos escravagistas era de que a escravidão tinha a função de proteger a sociedade contra a desordem e a ruína. Como a maioria dos defensores da escravidão defendia que os escravos eram naturalmente inferiores aos seus senhores, alegava-se que, em razão do contato com os senhores e pela disciplina que este lhes oferecia, os escravos poderiam lutar contra sua própria indolência e desordem e “civilizar-se” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 30). Assim, o escravo não apenas seria civilizado pelo seu senhor, mas, também, teria alimentação, moradia e vestimenta. Por conseguinte, formou-se o mito do “bom senhor”.

A ideia da escravidão por natureza determinava que alguns indivíduos foram nascidos para mandar, outros para servir, além de comparar o escravo a um bem e a um animal. “A assimilação dos escravos a um animal ou uma coisa parecia indispensável para poder explorá-los melhor” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 44). Por meio dessa perspectiva, a sociedade é vista como um sistema hierarquizado, em que cada indivíduo tem o seu lugar e cada tentativa de sair do papel que lhe fora designado levaria a sociedade ao caos, justamente porque a hierarquia social permitiria a harmonia necessária para a vida em sociedade.

Nesse sentido, os abolicionistas tradicionais viam o negro como “bárbaro e selvagem”, por isso não poderiam executar ações políticas contra a escravidão (MOURA, 1986, p. 80). Desse modo, tal sujeito era excluído como agente histórico pelos abolicionistas. No entanto, é fato comprovado que os negros, muito antes dos abolicionistas, já se mobilizavam para por fim ao trabalho escravo e a toda exploração e opressão advindos dele:

É que essa “rebeldia negra” antecede em muito o movimento abolicionista. Enquanto a primeira desde o século XVII já se consubstanciava em um fato histórico tão relevante como a República de Palmares, o movimento abolicionista somente se manifestará, organizada e politicamente, quando o sistema escravista entra em crise irreversível do final do século XIX. É exatamente a este movimento tardio que se deseja dar mérito da Abolição. Ao contrário. Se méritos devem ser

computados deverão ser creditados à rebeldia negra. Se houve limitações imperdoáveis elas devem ser computadas aos tímidos abolicionistas que a concluíram (MOURA, 1986, p. 81).

André Rebouças (1838-1898), integrante da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, foi bastante ativo na imprensa e escreveu diversos artigos na *Gazeta da Tarde*, tendo atuado de modo influente como professor na formação de uma sociedade abolicionista no âmbito da Escola Politécnica e com José do Patrocínio redigiu o Manifesto da Confederação Abolicionista em 1883, além de rascunhar, em 1888, as bases da Lei Áurea de 13 de maio (JUCÁ, 1988, p. 208).

Os abolicionistas brasileiros, de modo geral, agiam em duas frentes distintas no combate à escravidão negra. Nem sempre havia um consenso entre eles, já que existiam abolicionistas mais moderados e outros mais radicais. Esses grupos se utilizavam das seguintes estratégias:

A primeira, através de uma campanha que favorecia a eliminação dos mecanismos legais que sustentavam a escravidão e a segunda, a idealização de um programa de reforma social com o objetivo de eliminar os dois outros pilares nos quais repousa a sociedade brasileira: o latifúndio e a monocultura, de modo a permitir a implantação da “democracia rural brasileira”, termo criado pelo próprio Rebouças e não por Joaquim Nabuco, como frequentemente tem sido atribuído. Em termos de participação dos abolicionistas, o marco divisório que separa as duas linhas de ação é bastante indistinto. Ao primeiro grupo pertenciam propagandistas como José do Patrocínio, Ferreira Menezes, Vicente de Souza, Nicolau Moreira e João Clapp, considerado por Nabuco como “os pioneiros”, identificados com a abolição em si, ou seja, com as etapas do processo abolicionista, utilizando o discurso emocional através da tribuna e da imprensa, influenciando a opinião pública e estimulando a manumissão voluntária. O segundo grupo que era formado entre outros, por Nabuco, Rebouças, Joaquim Serra, Gusmão Lobo, constituía, segundo o próprio Nabuco, a linha dos “moderados”. Se examinarmos, contudo, o comprometimento deste grupo com as facções abolicionistas, conclui-se facilmente, que este era de fato, um grupo muito mais radical do que o chamado “pioneiro”, pois que defendia um programa de reforma complementar à abolição (JUCÁ, 1988, p. 209).

André Rebouças destacou-se por sua visão modernizadora, progressista e liberal, ao contrapor-se a todas as formas de escravização e não apenas aquela gerada pela instituição da escravidão negra. Suas ideias sobre a imigração, por exemplo, “pressupunha[m] evitar a ‘reescravização do imigrante’

pelos donos de terras de acordo com sua própria expressão” (JUCÁ, 1988, p. 209). Ademais, Rebouças demonstrava, já no início de 1870, a preocupação com a sorte dos escravos no documento intitulado “Estatutos de uma Associação Geral Protetora de Emancipação para proteger e educar os emancipados no Brasil”. Esse documento nos mostra evidências de que, desde cedo, Rebouças estava muito mais preocupado com a situação dos ex-escravos após a abolição do que com o processo da abolição em si” (JUCÁ, 1988, p. 210).

Outrossim, a liberdade conferida ao negro não o integrou social e economicamente. Para Rebouças, a abolição deveria preparar o caminho para reformas sociais e econômicas, as quais possibilitariam integrar o ex-escravo na sociedade de classes, ou seja, na estrutura da nação:

De acordo com a mentalidade prevalecente, os negros não eram capazes de competir com o imigrante estrangeiro no mercado de trabalho porque eles eram incompetentes. O que ocorreu, na verdade, foi a ausência de um programa preparatório que facilitasse a inserção do negro na sociedade de homens livres. Essas lacunas vinham sendo apontadas com certa frequência por alguns reformadores. Rebouças, em particular, defendia para os negros emancipados um programa de instrução e educação, de modo a viabilizar a sua inserção social e econômica após a abolição (JUCÁ, 1988, p. 215).

As propostas de Rebouças eram avançadas para época, mostrando uma preocupação que a maioria dos abolicionistas não tinha. Para ele, não bastava abolir a escravidão, era preciso abolir a miséria e, para isso, os ex-escravos deviam ser ajudados para, progressivamente, se tornarem cidadãos. Outro abolicionista que se notabilizou pelo seu combate assíduo à escravidão foi Joaquim Nabuco (1849-1910).

O jovem deputado será um verdadeiro tormento na Câmara. Com grande independência em relação aos partidos – inclusive ao seu, Liberal -, intervirá com espantosa frequência e regularidade nas seções legislativas, abordando todos os assuntos e questionando todas as medidas. Falará contra a política imigratória dos governos imperiais, contra o ministério liberal de Sinimbu (que vestirá um “manto andrajoso” no próprio partido) e em defesa da emancipação, da liberdade religiosa e do sufrágio direto e universal (NOGUEIRA, 1987, p. 32).

Joaquim Nabuco, assim como André Rebouças, buscava a mudança social por meio do Parlamento, ou seja, era no campo político, no Congresso, e não em qualquer outro lugar, que a causa da abolição deveria ser vencida. A abolição, expressão máxima da causa da liberdade, “tinha que ser obra, não da senzala, mas do Parlamento que deveria se incumbir de fortalecer uma consciência nacional sobre a importância de se eliminar o sistema escravocrata do país” (REZENDE, 1998, p. 181).

Embora Joaquim Nabuco fosse monarquista e de família escravocrata, lutou pelos direitos dos escravos:

Como parlamentar e propagandista – e, nos momentos eleitorais, eficiente agitador -, Nabuco deu o melhor de si ao abolicionismo. Realizou-se nele e lhe deu operacionalidade política, ajudando decididamente a fazer com que os protestos das senzalas ressoassem no parlamento, nos jornais, nas cidades. Naquele movimento, pôde ser um contestador. Lutou para modernizar e reformar o país, constituiu-lo como nação e sociedade democrática, em que todos tivessem direitos assegurados e em que a lei pudesse funcionar como freio do poder – o do Estado e o das fazendas (NOGUEIRA, 1987, p. 34).

Diferentemente de José do Patrocínio (1853-1905) e de Luiz Gama (1930-1882), Joaquim Nabuco não se aliou às correntes “revolucionárias”, permanecendo moderado e atuando no “caminho parlamentar” para a emancipação dos escravos (NOGUEIRA, 1987, p. 35). Diante disso, eram poucos os abolicionistas radicais⁷ já que, em sua maioria, prevaleciam os abolicionistas moderados, que reivindicavam uma abolição lenta e gradual, sem a participação ativa dos escravos.

O debate sobre a abolição da escravatura dividiu opiniões e gerou um clima de instabilidade política entre os setores que defendiam a escravidão e aqueles que eram contra esse sistema econômico. “O governo brasileiro foi gradualmente abolindo a escravidão durante o século XIX, com um mínimo de distúrbio social e econômico” (EISENBERG, 1989, p. 35). As leis abolicionistas anteriores à Lei Áurea (1888) garantiam o direito de propriedade de um senhor sobre o escravo. A Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885),

⁷Antônio Bento, líder dos Caifazes, foi um dos abolicionistas mais radicais. O grupo abolicionista no final do século XIX no Brasil organizava e planejava junto com os escravos das fazendas e das cidades fugas em massa, fornecendo condições para os deslocamentos dos fugidos.

por exemplo, não determinavam a extinção imediata da escravidão, podendo ser consideradas mecanismos de propagação do trabalho escravo. Essas leis empunhavam restrições para a libertação dos cativos, já que “[a] grande força política do abolicionismo era moderada e muitas vezes conservadora” (MOURA, 1986, p. 83).

A lei n. 2. 040 de 28 de setembro de 1871, conhecida popularmente como Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, libertava, com certas restrições, os filhos de mães escravas nascidos a partir daquela data. As crianças permaneciam sob a tutela do dono de suas mães até a idade de 8 anos, quando então o senhor tinha duas opções: poderia libertar a criança e receber indenização do Estado, ou poderia ficar com ela até os 21 anos, quando então a libertação seria garantida sem compensação. A lei também criou um fundo de emancipação baseado em imposto de renda, loterias e multas (EISENBERG, 1989, p. 39).

Nesse contexto de libertação, ainda que tardia, a lei n. 3. 270 de 1885 se posicionou como a última lei antiescravagista⁸ antes da abolição. A Lei do Sexagenário, por sua vez, libertou todos os escravos com 60 anos ou mais. No entanto, o escravo só poderia ser liberto se continuasse servindo “a seus antigos senhores por mais três anos, ou até atingir a idade de 65 anos se isso acontecesse antes” (EISENBERG, 1989, p. 40).

Nota-se, dessa forma, a resistência em libertar definitivamente os escravos. Até quanto puderam, o Estado brasileiro e os escravagistas lutaram contra a abolição, por temerem a ruína de seus negócios. Entretanto, chegou um momento em que não se podia mais evitar a abolição da escravatura, porque a mobilização popular e as revoltas nas fazendas eram constantes, tornando a situação insustentável. Desse modo, a Lei Áurea, com apenas dois artigos, aboliu, em 13 de maio de 1888, a escravidão no Brasil:

O evento tem importância no plano institucional e legal. Os de cima, especialmente aqueles que construíam as elites políticas e dirigentes, entendiam que a princesa Isabel “concedia”, finalmente, a liberdade aos cativos, pondo em risco o trono e livrando o país de uma nódoa em seu prestígio entre os países civilizados (FERNANDES, 2017, p. 50).

⁸A Lei do Sexagenário praticamente não ajudou os negros em nada, haja vista que poucos escravos chegavam à idade de 60 anos devido à rotina intensa de trabalho e aos maus tratos sofridos por parte de seus senhores. Os que chegavam a essa idade já não mais tinham condições de trabalho. Era uma lei falha que não proporcionava maiores benefícios ao cativo.

A data da abolição foi puro romantismo político, pois a revolução dentro da ordem não proporcionou a eliminação das desigualdades econômicas, educacionais, culturais e políticas, mas apenas a reforma do sistema. Nesse sentido, o negro foi limitado pelo aparato institucional, que regulava o exercício de sua atuação. Além disso, a “data constituiu ficção histórica” (FERNANDES, 2017, p. 77). Nesse sentido, não é exagero afirmar que a princesa Isabel extinguiu uma instituição que já estava morta e transformou a data da abolição em um marco histórico, convertendo-a em iniciativa, de modo pacífico em relação aos de cima (FERNANDES, 2017, p. 77). “Como os setores mais dinâmicos da economia já não mais utilizavam o trabalho escravo, a Abolição significou apenas o fim dos entraves à expansão do trabalho assalariado e à imigração” (ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ, 1985, p. 15).

A abolição da escravatura aconteceu lentamente, em consequência da própria escravidão, “que deformou a sociedade e atrofiou todos os seus grupos e classes sociais” (NOGUEIRA, 1987, p. 40). Desse modo, a Lei Áurea não foi uma ação sem intenção, desinteressada. Isso porque a elite tinha objetivos econômicos com o fim da escravidão. O trabalho livre era o próximo passo para alcançar o desejado progresso econômico e social. Além disso, o trabalho escravo representava o atraso e constituía um obstáculo para a construção de um país civilizado e moderno.

É interessante notar que diversos países da Europa aboliram a escravidão nas suas colônias no início do século XIX enquanto que o Brasil a postergou o quanto pode. Isso se deve ao fato de que o sistema de escravidão era complexo e movia vários segmentos da sociedade e desde os pequenos comerciantes até os mais altos escalões lucravam com a venda de escravos, com o comércio dos produtos por eles cultivados. Em síntese, lucrava-se com a exploração da mão de obra escrava.

Havia escravos nas mais diversas atividades da sociedade, o que gerou um problema muito debatido na época: Como abolir o trabalho escravo sem causar maiores prejuízos à econômica do Brasil? Afinal, o braço escravo era o sustentáculo da lavoura, e também havia escravos trabalhando nas cidades e promover a transição do trabalho escravo para o trabalho livre exigia que essa questão fosse pensada, sob o risco de levar o país à ruína. Por outro lado,

manter o sistema de escravidão significava obstar o surgimento das indústrias em território brasileiro. Esse era o dilema vivenciado e que situava o Brasil como um país atrasado, se comparado à Europa.

O Estado brasileiro Imperial buscava postergar a escravidão e desarticular os abolicionistas, ao promulgar leis emancipacionistas em doses homeopáticas (NOGUEIRA, 1987, p. 43). No entanto, a cada nova lei criada, o debate se acirrava, abrindo novas possibilidades de atuação. Diante de tal cenário, os abolicionistas não se davam por vencidos e continuavam denunciando a escravidão e se mobilizando em campanhas abolicionistas.

Não se pode esquecer, portanto, que a abolição foi também resultado de um longo processo de lutas e de mobilização da sociedade pelo fim da escravidão. A captação da burguesia acerca dessa luta revela suas estratégias de pacificar e lidar com os levantes negros. Assim, uma série de fatores contribuiu para a liberdade dos escravos:

No caso brasileiro, a abolição (1888) resultou de um longo processo em que se deu a conjunção de fatores externos (pressão inglesa contra o tráfico negreiro) e internos; o regime escravagista entravava o desenvolvimento do capitalismo as regiões em expansão do país (principalmente a zona cafeeira de São Paulo), e tornara-se cada vez menos viável economicamente, sobretudo depois que a supressão do tráfico (1850), além de liberar capitais que se investiram numa 'modernização' do país que tornava ainda mais anacrônico o escravismo, afetava os limites de elasticidade do sistema escravista. O movimento abolicionista foi essencialmente levado pela parte mais progressista da elite branca; a participação nele de libertos, embora não ausente, foi mínima (a história 'oficial' tende a salientá-la por razões ideológicas) (CARDOSO, 1988, p. 106).

Essa transição, do trabalho escravo para o trabalho livre, ocorreu por meio de medidas legais, alforrias⁹ e de uma filantropia particular que libertou um número razoável de escravos antes da abolição, em 1888 (EISENBERG,

⁹“Na maioria dos casos, o escravo alforriado era, na verdade, um indivíduo próximo do seu ‘senhor’, alguém que lhe fez favores ou a mulher com quem ele teve filhos. O alforriado também podia ser uma pessoa de quem o ‘senhor’ queria se ver livre, porque era um mau exemplo para os outros; mas isso era mais raro, porque nesse caso o ‘senhor’ preferia vendê-lo a alforriá-lo. Em resumo, o escravo alforriado era aquele que, por uma razão ou por outra, tinha alguma intimidade com o seu ‘senhor’. A alforria aparece então como uma consequência dos laços que o escravo soube estabelecer com seu dono. Apesar de evidentemente ser este que decidia ou não o alforriar, o escravo também tinha o seu papel no processo que levava à alforria”. (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 132-133). Mesmo após alforriado muitas vezes o escravo liberto prestava certos serviços definidos (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 133).

1989, p. 100). Desse modo, os escravocratas, mesmo com a abolição, foram os grandes beneficiados nesse processo, pois reinavam e governavam na época (EISENBERG, 1989, p. 99). Quando se promulgou a Lei Áurea, eles continuaram a gozar de privilégios e regalias já existentes, enquanto que os negros ficaram entregues à própria sorte.

A maioria da população negra permaneceu numa posição subalterna sem nenhuma chance de ascender na escala social. As possibilidades de mobilidade social foram severamente limitadas aos negros e sempre que eles competiram com os brancos foram discriminados (COSTA, 1999, p. 366).

A abolição pela via oficial não trouxe maiores benefícios aos negros; ao contrário, fechava as portas, impedindo sua inserção social e reservando-lhes os piores trabalhos e salários. Assim, a situação na qual os negros foram submetidos no pós-abolição era precária e difícil e poucos eram aqueles que ascendiam socialmente:

Só os negros que viviam em regiões mais ou menos subdesenvolvidas – e não tiveram de competir com os imigrantes pelo trabalho – achavam emprego. Os que submergiram na economia de subsistência deparavam com um meio de vida e de sobrevivência. Os que ficavam nas cidades – e em particular os que foram ou permaneceram em São Paulo – “comeram o pão que o diabo amassou” (FERNANDES, 2017, p. 80).

Parte dos negros dirigiu-se para a cidade, onde se depararam com o desemprego e com uma vida de marginalidade (ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ, 1985, p. 16). As condições precárias de vida da população negra permaneceram após a abolição e isso resultou em um desajuste estrutural, reforçando o preconceito racial arraigado no Brasil desde o período colonial (ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ, 1985, p. 16)

A solução encontrada pelo Império para suprir a suposta falta de braços nas lavouras foi dar incentivo à imigração a partir de 1847 até 1857, quando se deu início à primeira experiência de parceria. O idealizador do novo sistema, o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, introduziu na fazenda da Ibicaba 177

famílias de alemães, suíços, portugueses e belgas (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 187)¹⁰. Assim,

aparece um novo tipo de colonização: fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de parceria. Este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente: a colonização por assalariados puros (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 187).

Nesse contexto, o Estado financiava a imigração, o colono firmava um contrato no qual se obrigava a ficar na fazenda até o pagamento da dívida em sua totalidade e, ao fazendeiro, concerniam todas as vantagens (FURTADO, 2000, p. 132). Um observador alemão, em 1867, denunciou, na Sociedade Internacional de Emigração de Berlim, que os emigrados vinham para as fazendas de café do Brasil e trabalhavam sob um sistema de escravidão disfarçada (FURTADO, 2000, p. 132). Ora, na prática, os colonos, na realidade, viviam em situação de semiescravidão:

[...], pois as dívidas aumentavam numa proporção que o empregado não tinha como pagá-las, e também pela força do contrato não poderiam deixar a terra sem antes quitar a dívida, que muitas vezes se originavam pela perda da colheita dada a fatos externos, uma vez que o empregado só recebia sua parte depois de abatidas todas as despesas da produção, incluindo os impostos e perdas. Desta forma, se não houvesse lucro líquido, não haveria remuneração do trabalho realizado. Sem remuneração, não acontecia o pagamento da dívida, de forma que ela só aumentava, transformando o trabalhador e toda a sua família em reféns do dono da terra por força de um contrato (SILVA, 2017, p. 18-19).

O exemplo de sistema de parceria de Vergueiro foi imitado por outros lavradores de café de São Paulo e, em menor escala, em outros locais do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 187). Esse sistema permitia que os senhores protegessem seu *status social* à medida que abandonavam a ordem escravista

¹⁰A Revolta de Ibicaba, também chamada Revolta dos Parceiros ou Revolta dos Imigrantes, aconteceu em 1856 e expressou o descontentamento dos trabalhadores estrangeiros da Fazenda Ibicaba, em Limeira contra a exploração do trabalho pelos senhores brasileiros, que haviam optado pelo sistema de parcerias em substituição à escravidão. O líder da revolta, Tomaz Davatz, inclusive, publicou em 1851 um livro intitulado "Memórias de um colono no Brasil", de tradução de Sérgio Buarque de Holanda, sobre a revolta e descrevendo as péssimas condições de vida dos colonos na fazenda Ibicaba. A obra teve grande repercussão na Europa por alertar sobre a realidade vivida pelos colonos.

(EISENBERG, 1989, p. 102). “A escravidão tornou-se tão pouco rentável, que certas províncias especialmente pobres do Norte tais como Ceará e Amazonas de fato aboliram-na no início da década de 1880, vários anos antes da abolição nacional” (EISENBERG, 1989, p. 102):

A falta de empregos e as condições pouco atraentes do trabalho livre nas *plantations* levaram a uma constante ociosidade. Os ociosos somente aceitavam empregos eventualmente, e vez que os senhores de engenho e usineiros praticamente monopolizavam a terra, isto quer dizer que os desocupados viviam de furtos. Até mesmo quando os escravos aceitavam empregos, suas experiências anteriores de trabalhos tinham deixado um gosto amargo, predispondo-os a conferir um grande valor ao ócio.

No Centro-Sul as condições econômicas eram outras, mas também havia ociosidade (EISENBERG, 1989, p. 106). Sobre a ociosidade, Clóvis Moura faz uma interessante observação para não se conferir ao negro as causas que determinaram a sua marginalização atual (MOURA, 2019, p. 130). Para o sociólogo, a ociosidade dos negros deve ser entendida dentro do contexto suscitado, que envolve medidas de impedimento de entrada dos negros no trabalho livre¹¹.

Ao passo que se tomava medidas para se tirar o escravo do processo de trabalho, estimulava-se o mecanismo importador de imigrantes brancos, primeiramente com a proibição do tráfico, depois com a Lei do Ventre Livre (MOURA, 2019, p. 116). Desse modo, Clóvis Moura destaca, por meio de dados numéricos captados por Octávio Alexandre de Moraes, a relação entre o processo de decomposição do sistema do sistema escravista e o ritmo de entrada de imigrantes europeus. Os dados mostram o crescimento decrescente da população imigrante europeia em território brasileiro, tendo uma pequena regressão entre os anos 1861-1870.

Nesse sentido, a expectativa era que o trabalho imigrante, fortemente apoiado por setores dominantes da sociedade escravocrata, colocaria fim ao

11

¹¹Um exemplo de medida impeditiva nesse sentido foi a Lei da Vadiagem que agia como elemento de repressão e controle social contra a população negra e de não brancos (MOURA, 2019, p. 116).

suposto problema de escassez de braços¹². O discurso criado afirmava que o escravo representava um atraso, ainda que segmentos significativos utilizassem sua força de trabalho. No entanto, com o fim do tráfico negreiro em 1850 e com a expansão da lavoura cafeeira, optou-se pelo imigrante europeu que, aos olhos de muitos, representava o avanço das relações modernas em nosso país. As dificuldades de adaptação à disciplina do trabalho agrícola, às condições da vida nas grandes fazendas e, em menor grau, a agricultura rudimentar do sistema de subsistência contribuía para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do Brasil era inapta à grande lavoura (FURTADO, 2000, p. 127). Por outro lado, “os fazendeiros resistiam a tratar os antigos escravos como iguais a eles e a remunerá-los normalmente” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 97)

A crença da superioridade do trabalhador europeu motivou a imigração estrangeira. Os proprietários preferiam o “homem livre” ao invés do negro e do liberto, por serem considerados mais aptos e produtivos (FERNANDES, 2017, p. 106). “Os imigrantes começavam trabalhando no café, mas logo mudavam para outras ocupações, acumulavam capital e frequentemente desempenhavam importantes papéis na industrialização do Centro-Sul” (EISENBERG, 1989, p. 107).

Do mesmo modo, Fernandes (2017, p. 39) afirma:

Os empregadores consideravam os “trabalhadores livres” recém-chegados uma opção melhor, mais racional e compensadora! Protegida pela experiência de trabalho nos sobrados e nas casas-grandes, a mulher negra dispunha de muitas oportunidades de emprego. O homem negro, no entanto, foi peneirado ou selecionado negativamente. Empurrados para a franja dos piores trabalhos e de mais baixa

¹²Os congressistas no Nordeste tinham uma opinião diferente da dos congressistas do Sul quanto à imigração estrangeira. “Finalmente, se tanto em Recife quanto no Rio de Janeiro ouviam-se críticas muito fortes à política imigratória seguida pelo governo imperial, no Sul todavia alimentavam-se esperanças de se conseguirem braços estrangeiros para a grande lavoura. Fluminenses, mineiros e paulistas concordaram em que, com uma política melhor conduzida, esses imigrantes viriam para o Brasil e poderiam ser aproveitados na cafeicultura. Muitos sulistas estavam dispostos até a aceitar imigrantes asiáticos, embora com várias restrições, em vista de suas prementes necessidades, enquanto no Norte essa ideia não gozava de simpatia alguma. No Nordeste pouco se esperava da imigração” (EISENBERG, 1989, p.180). Essa divergência de ideias, segundo o referido autor, se deve, talvez, pelas condições econômicas diferentes do Nordeste. “Primeiro, os mercados de açúcar e do algodão estavam em relativa estabilidade, quando não em franca estagnação. Segundo, a lavoura ainda viável, a cana-de-açúcar, na fase de beneficiamento da matéria-prima, já estava em um nível de capitalização bem maior do que o café” (EISENBERG, 1989, p. 180).

remuneração, ele se sentiu, subjetivamente, como se ainda estivesse condenado à escravidão. Em muitos lugares, preferiu não aceitar as oportunidades de trabalho acessíveis e desenvolveu uma espécie de parasitismo sobre a companheira negra.

Após a abolição, enquanto que o homem negro estava desempregado, desmoralizado e, às vezes, entregue ao alcoolismo, a mulher negra sustentava a família, realizando serviços informais. Sua participação na economia do país foi expandida, pois, na maioria das ocasiões, trabalhava em atividades diversas para suprir a renda não adquirida pelo cônjuge.

Por outro lado, “não se podia considerar inferior um artigo no qual se havia investido um capital considerável” (MOURA, 2019, p. 117). A imigração era vista como um negócio altamente lucrativo e, nesse aspecto, a ideologia de superioridade do imigrante contribuiu para os interesses econômicos em jogo na substituição do trabalhador nacional pelo trabalhador imigrante:

O que pretendia essa substituição do trabalhador nacional pelo alienígena era satisfazer uma teia de interesses que se conjugavam dentro de uma visão capitalista dessa transação, com capitais em jogo e interesse ideológicos e políticos que se completavam. O governo imperial investiu no imigrante porque ele não era mais um simples trabalhador, mas uma peça importante nos mecanismos que dinamizavam – via interesses de uma burguesia mercantil ativa e ávida de lucros – essa substituição (MOURA, 2019, p. 122).

O Estado¹³ e as grandes firmas imigrantistas¹⁴ financiavam a imigração. Preferiu-se, então, investir no imigrante ao invés dos ex-escravos, negros e não brancos, em suma, no trabalhador nacional. Desse modo, edificou-se um “mecanismo de barragem” para impedir a inserção desse trabalhador nos processos produtivos (MOURA, 2019, p. 127). Em 1850, por exemplo, foi promulgada a Lei de Terras, com o objetivo de impedir que trabalhadores livres tivessem acesso à terra.

Sem acesso à terra, os pobres, os camponeses e os trabalhadores livres tinham opções limitadas de sobrevivência, não lhes restando alternativas, a não ser vender sua força de trabalho aos proprietários de terra sob condições

¹³O Estado começou a financiar a imigração estrangeira em 1884, fornecendo fundos para o subsídio à imigração.

¹⁴A Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração foi criada em 1871 com a finalidade de instalar imigrantes em regiões mais acessíveis. Em 1892 é criada a Repartição de Terras, Colonização a fim de validar títulos, fiscalizar e alienar terras públicas.

desumanas. Além disso, a lei de 1850 previa subsídios do governo à vinda de colonos do exterior para serem contratados no país, o que contribuía para o processo de desvalorização do trabalho dos negros.

2.2 A imprensa na república

2.2.1 Entre a defesa da ordem e a censura

A virada do século XIX para o século XX trouxe profundas mudanças na estrutura do jornalismo brasileiro. O jornalismo combativo, engajado por questões políticas e sociais, volta-se para uma imprensa de caráter essencialmente comercial. Desse modo, o jornalismo de opinião, de forte influência francesa, foi dominante desde os primórdios da imprensa até a década de 1960 (AREAS, 2012, p. 2). Os jornais então passaram a ser escritos para serem vendidos, não tendo mais a agressividade e o empenho inicial característicos de parte dos periódicos do século anterior:

A passagem no século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem-marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, a ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação da imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí em diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte (SODRÉ, 1966, p. 315).

O Brasil havia progredido pouco seu horizonte cultural e de jornalismo no período entre a Independência e a República Bahia (1990, p. 64). Para esse autor, se outras fossem as condições econômicas, a consolidação industrial e empresarial da imprensa poderia ter ocorrido antes. Dessa forma, se comparado ao restante do mundo, tardiamente a imprensa desenvolveu-se no Brasil. Somente em fins do século XIX e no começo do século XX é que a imprensa estava preparada para o estágio empresarial, como ocorria em países mais avançados. Nesse momento, as antigas oficinas artesanais se

transformam em organizações industriais. As experiências e os objetivos dos periódicos podem ser então situados numa linha de produção de caráter capitalista.

Na República, a imprensa se consolida e “a de caráter artesanal subsistia no interior, nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais”; sendo que, nas capitais, a imprensa era industrial, era agora empresa, “grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca” (SODRÉ, 1966, p. 314).

Deste modo, Sodré (1966, p. 315) afirma:

A imprensa no início do século havia conquistado o seu lugar, definido a sua função, provocado a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais. Significava muito, por si mesmo, e refletia, mal ou bem, as alterações que, iniciadas nos dois últimos decênios do século XIX, estavam mais ou menos definidas nos primeiros anos do século XX.

A tipografia adquire uma linha de produção com equipamentos técnicos sofisticados e manipulação competente. A partir daí, têm-se as inovações mecânicas, a divisão do trabalho, a especialização, a racionalização de custos, a conquista de mercados e a ampliação da indústria gráfica (BAHIA, 1990, p. 106), que refletem o processo de industrialização da imprensa e as inovações tecnológicas do século XX. Surge, então, a grande indústria da informação, envolvendo milhares de pessoas no processo de preparo e divulgação de notícias que passam a ser tratadas como um produto de mercado.

Em contrapartida, o leitor é mais exigente com a edição havendo, assim, mais rigor e apuro para tratar de conteúdos que respondem a novas necessidades. Nesse período, a compra da opinião da imprensa pelo governo torna-se atividade rotineira e sem nenhuma hesitação em comprar a opinião jornalística e de confessar abertamente essa conduta, por esta ser considerada “honesta, justa e necessária” (SODRÉ, 1966, p. 316-317). A imprensa política do século XIX, polarizada com as posições políticas do momento, dá lugar a uma imprensa fundamentalmente preocupada com o fato político. “Nota-se: não é a política, mas o fato político” (SODRÉ, 1966, p. 317).

A linha que separa a vida pessoal da vida política é tênue e os opositores, para difamar a imagem de seus adversários, na maioria das vezes partem para as ofensas pessoais. Sodré (1966, p. 317) esclarece o fato

político, ao indicar que a vida pessoal, às vezes, além de ser um fato, acaba influenciando toda a política; porém, é necessário destacar que o fato, por exemplo, de um político ser corrupto, pode ser um problema para o povo, mas não é um problema para a burguesia:

Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo. É virulência semelhante, na forma, à do pasquim da primeira metade do século XIX, mas diferente no conteúdo.

“O jornalismo mais literário e mais político” do século XIX já não atende as exigências desta nova sociedade (BAHIA, 1990, p. 108). Nesse ínterim, o caráter literário dos jornais é colocado em segundo plano para dar prioridade a textos mais noticiosos (BRITO, 2007, p. 51). Outrossim, os fatos passam a ser mais importantes do que a opinião, tendo o jornalista o dever de garantir informações factuais e confiáveis aos cidadãos. A busca pelo lucro e pela influência da propaganda tornam-se características principais do jornalismo do século XX, que agora busca agradar ao público e aos anunciantes para obter maior lucratividade (BUDÓ, 2013, p.238).

Os equipamentos de imprensa e os anúncios acompanhavam a fase empresarial. As máquinas rotativas Marinoni, por exemplo, “[...] além de imprimir, contam e dobram, um por um, todos os exemplares, que vão saindo aos milhares” (SODRÉ, 1996, p. 304); e amplia-se o parque gráfico e “as dependências da redação e da oficina abrangem setores de gravuras, desenho, zincografia, galvanoplastia” (BAHIA, 1990, p. 109).

Nesse contexto, os debates e as polêmicas sobre as questões republicanas intensificam-se consideravelmente, pois estabelecida a abolição, em 1888, sendo que os jornais abolicionistas voltam suas energias na propaganda republicana (BAHIA, 1990, p. 114). *A Imprensa (1889-1914)*, de

Rui Barbosa, e *O Jornal do Brasil* (1891-2010), fundado por Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, com Joaquim Nabuco, Sancho de Barros Pimentel e José Veríssimo, ambos no Rio de Janeiro, juntam-se à *Província de S. Paulo* (1875-1889) na luta pela defesa das instituições e das liberdades, pois, segundo os ideais republicanos, o sistema monárquico representava um entrave ao livre desenvolvimento material do Brasil.

As caricaturas, nesse tempo, consagram-se no jornalismo brasileiro. Surgem as revistas ilustradas semanais como *Revista da Semana* (1900-1959), *O Malhon* (1902-1953), *A Avenida* (1903-1905, 1912, 1948-1952), *Careta* (1909-1964), *Kosmos* (1904-1909) e *Fon-Fon* (1907-1958), além de revistas literárias como *Estética* (1924-1925) e *Revista do Brasil* (1926), ampliando os temas republicanos, as percepções cotidianas e as vivências em relação ao moderno:

Nas revistas semanais ilustradas, a veiculação da linguagem modernista era extremamente dinâmica. Voltadas para o grande público, essas publicações recorriam a eficiência estratégica comunicativas, acessando recursos das linguagens literárias e visual e com eles dialogando intensamente (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p. 326).

O contexto de modernidade trazia novos desafios ao fazer jornalístico à medida que a tecnologia avançava. A modernização da técnica e da produção das ilustrações como *Clichê*, em 1895, permitiu a reprodução de desenhos documentais por meio do processo de zincografia, como se fora fotografia, mobilizando bons ilustradores e gravadores que registravam festas populares, eventos governamentais, cenas parlamentares e, principalmente, fatos policiais (BAHIA, 1990, p. 124). Houve um avanço significativo na arte do desenho e da fotografia entre 1898 e 1900, com o surgimento das primeiras oficinas tipográficas, operadas por fotógrafos profissionais, em jornais cariocas e paulistas (BAHIA, 1990, p. 125).

As ilustrações acompanhavam a conjuntura social, política e econômica da época, permitindo ao leitor descontração e, ao mesmo tempo, a formação de uma consciência mais crítica. Carregadas de significados e com alto grau informativo, elas contribuíam para aproximar o público consumidor não letrado, que ainda persistia como resultado de um processo de exclusão social, manifesto desde o período da escravidão:

O diálogo com as linguagens visuais era expressivo. Tinham forte impacto as propagandas, ilustrações e caricaturas. Frequentemente, nos editoriais de lançamento, argumentava-se que os textos explicativos só apareciam quando necessário, já que os recursos visuais seriam enfáticos e atraentes. Esse aspecto é interessante, insistindo-se na idéia da centralidade visual (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p. 327).

Por meio das revistas e do material fotográfico reproduzido, apresentava-se determinada realidade social, política e cultural moldada pelos avanços e pelos desafios da modernidade industrial do século XX. Nessas revistas, os acontecimentos da cidade e nacionais dialogavam vivamente com o leitor. “O carnaval, o jogo do bicho, a seca do Nordeste, a alta do custo de vida e as eleições presidenciais” eram temas corriqueiros que asseguravam esse diálogo entre o texto e o leitor (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p. 327).

O cenário era outro, pois o Brasil vivia uma intensa transformação política com a consolidação do regime republicano. Com o processo de industrialização e de urbanização das cidades, novas questões iam surgindo. Assim, as revistas semanais ilustradas preocupavam-se em familiarizar o público leitor com as novas demandas da sociedade, operacionalizando o moderno e incorporando-o ao cotidiano urbano (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p. 329).

No século XX, a notícia tornou-se prioridade para o jornalismo brasileiro, e a informação diária popularizou-se (BAHIA, 1990, p. 131). O futebol começa a ganhar espaço entre outros assuntos publicados em jornais e revistas e, em 1910, surgem os primeiros periódicos destinados exclusivamente à cobertura esportiva¹⁵. A caricatura não perde seu espaço, ao contrário, se incorpora nos grandes jornais, em todo o mundo, à linha editorial, com evidente caráter político e ideológico (BAHIA, 1990, p. 128).

Na imprensa, agora nitidamente empresa nos moldes capitalistas, continuava a aparecer revistas de vida efêmera, literárias ou humorísticas e jornais temporários, especialmente para atender os arranjos da luta política,

¹⁵Alguns dos periódicos esportivos desse período são: *Revista Sport Ilustrado* (Rio de Janeiro, 1920-1956), *O Jornal dos Sports* (Rio de Janeiro, 1931-2010), *Revista do Esporte* (Rio de Janeiro, 1959-1970), *São Paulo Sportivo* (1922-1925), *Mundo Esportivo* (São Paulo, 1946-1956), *A Gazeta Esportiva* (São Paulo, 1947-2001), *Revista Placar* (Rio de Janeiro, 1970) e o jornal *Lance!*, criado em 1997 e, hoje, o maior diário esportivo do Brasil.

sendo, na maioria dos casos, “empresas mal estruturadas, que se esgotam depressa, que consomem rapidamente o capital, mas sempre empresas, e não empreendimentos individuais” (SODRÉ, 1966, p. 409).

Nesse sentido, na República Velha (1889-1930), as transformações e as lutas de classes ocorridas ao longo do período são importantes para a compreensão do contexto político, econômico e social que se manifestaram nas páginas dos diferentes jornais. Revoltas populares, o movimento tenentista e o surgimento do PCB (1922) expressavam o descontentamento com o domínio das oligarquias.

Antes da posse de Arthur Bernardes (1922-1926), o contexto político foi agitado pela explosão dos levantes tenentistas que marcaram a vida política dos anos 1920. Insatisfeitos com a eleição de Bernardes, e igualmente com o fechamento do Clube Militar e com a prisão do marechal Hermes, por ordem do então presidente Epitácio Pessoa, oficiais de baixa patente iniciaram no Rio de Janeiro uma insurreição com o propósito de depor o governo federal. A revolta, ocorrida em 5 de julho de 1922 e rapidamente dissolvida, ficou conhecida como o levante dos 18 do Forte.

Em novembro de 1922, Arthur Bernardes tomou posse como presidente do Brasil, em meio ao estado de sítio. As ameaças constantes de revoltas e os novos levantes tenentistas levaram à manutenção desse estado em quase todo o período de seu governo. Com o Estado de Sítio¹⁶, em oposição ao Estado democrático de direito, a imprensa empresarial foi amordaçada e surgiu a imprensa clandestina¹⁷. Desse modo, o Estado aproximou-se de um regime autoritário, enquanto que “a inquietação política prosseguia” (SODRÉ, 1966, p. 418). Foram quatro anos de quase contínua guerra civil na vigência do Estado de Sítio (CALÓGERAS, 2009, p. 383).

¹⁶O Estado de Sítio é um mecanismo instituído pela Constituição de 1891 que dá poderes ao Governo Federal para atuar temporariamente, num período de 30 dias, sobre os poderes legislativo (deputados e senadores) e judiciário e sobre as liberdades individuais. “Naquele momento da República, o abuso do estado de sítio já era descarado, sua aplicabilidade para além dos preceitos constitucionais já havia se tornado um hábito” (GASPARETTO JÚNIOR, 2018, p. 247).

¹⁷A imprensa clandestina era composta por jornais de tiragem limitada e periodicidade irregular produzidos, em sua maioria, em condições precárias. Estava vinculada estritamente a organizações de esquerda que fundamentavam suas discussões em textos marxistas e registravam ações armadas praticadas pela organização, agitando a população contra o regime.

A crise econômica, os conflitos políticos e as revoltas armadas intensificaram-se nesse período. No governo Bernardes, a defesa do regime republicano oligárquico provocou constantes ameaças e conspirações por parte de civis e militares. Para agravar o quadro de instabilidade política, surgem os jornais produzidos por organizações de esquerda, como o *5 de Julho* (1924-1926) e *O Libertador*, para conscientizar a população e enfrentar a ameaça de um possível Regime Militar, já dado como certo pelos periódicos:

O clima de estado de sítio deu margem para que os rebelados imprimissem seus jornais na clandestinidade com o objetivo de informar o povo sobre os verdadeiros motivos do levante armado. Nessa ocasião ocorria também levante no Rio Grande do Sul liderado por Luís Carlos Prestes e de outros oficiais de várias guarnições. É desta época a publicação do jornal 5 de Julho que circulou ininterruptamente e clandestinamente até o final do governo Arthur Bernardes em 1926. O Serviço Secreto do Dops do Rio de Janeiro chegou a oferecer 50 contos – uma gorda oferta para a época a quem denunciasse os diretores e a tipografia responsável pela impressão (CARNEIRO; KOSSOY, 2003, p. 27).

O Brasil vivia um contexto de crise política e social, com a atuação de movimentos comunistas como os Levantes Tenentistas¹⁸, considerados pelo governo ações subversivas em relação à ordem social e econômica. Nesse sentido, o Estado, buscando conter esses movimentos e como parte de um projeto de domínio das liberdades individuais, se utilizou de um mecanismo de proteção da ordem, o estado de sítio ou de exceção, para abafar e reprimir movimentos revolucionários e qualquer questionamento ao governo:

O primeiro estado de sítio contra os emergentes foi decretado pelo Legislativo no mesmo cinco de julho de 1922 com previsão de 30 dias de duração no Distrito Federal e no estado

¹⁸“O tenentismo, em linhas gerais, foi um movimento social das décadas de 1920 e 1930 com a participação de jovens tenentes do Exército que contestavam, dentre outras coisas a ação política das oligarquias cafeeiras. Queriam a moralidade política, combatiam a corrupção, defendiam mudanças no sistema eleitoral viciado e no sistema educacional público. O evento no Forte de Copacabana foi o primeiro em que o tenentismo agiu por vias diretas, algo que iria se repetir ao longo da década de 1920” (GASPARETTO JÚNIOR, 2018, p. 233). Uma série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente, descontentes com a situação política do Brasil, reivindicavam reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim do voto aberto (política do voto de cabresto), com a instituição do voto secreto, e a reforma na educação pública. Outros movimentos tenentistas foram: a Revolta Paulista de 1924, a Comuna de Manaus de 1924 e a Coluna Prestes ocorrida entre 1925 e 1927. “A ação dos tenentes revolucionários era uma afronta a classe política dominante da Primeira República, recebendo, inicialmente, a reprovação unânime dos parlamentares” que solicitaram urgência para votação do sítio (GASPARETTO JÚNIOR, 2018, p. 234).

do Rio de Janeiro. Apesar dos comentários de ramificações da revolta em outros estados, elas não foram verificadas e a medida ficou restrita ao estado da Capital da República mesmo. Nos dias seguintes começou a repressão contra os militares acusados de envolvimento na revolta. Oficiais do Exército foram presos acusados de rebelião, tentativa de rebelião, simpatia pela rebelião, suspeição de conspiração ou de recusa de combater o levante. [...]. Seguiu-se uma fase de perseguição aos opositores políticos, militares ou civis, que incluía até lideranças operárias anarquistas e comunistas. Um ensaio para o que viria de pior com o já eleito Arthur Bernardes (GASPARETTO JÚNIOR, 2018, p. 235-236).

O regime ditatorial presidido por Getúlio Vargas perseguiu opositores e desarticulou o movimento comunista no Brasil, afetando a imprensa ao restringir a sua liberdade e utilizando-se do estado de sítio como forma de controle social. De novembro de 1935 à novembro de 1937, Vargas governou o país por meio desse regime, ao mesmo tempo em que preparava o golpe do Estado Novo (1937-1945).

O Varguismo se baseava em regimes nazifascistas “que conduziam a Europa em direção ao nacionalismo extremado” (AMORIM; BILHÃO, 2021, p. 1024). Houve a extinção do Legislativo, a subordinação do judiciário ao Executivo e um forte investimento na legislação trabalhista, o que contribuiu, em certa medida, para manter Vargas no poder. Nesse contexto, a imprensa foi utilizada para promover a imagem de Vargas e o populismo de seu governo, como demonstram Amorim e Bilhão (2021), ao destacarem a figura de Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo Vargas de 1941 a 1945:

A figura de Marcondes Filho começou a ser amplamente difundida, assim como as propostas trabalhistas e sociais do Estado Novo e do próprio Vargas, com um plano estratégico adotado pelo Ministro para atingir a população brasileira para comunicar os avanços na legislação trabalhista bem como estreitar os laços do Ministério com os trabalhadores. Assim o ministro passou a ocupar um tempo na “Hora do Brasil” todas as quintas-feiras para falar aos “trabalhadores” (AMORIM; BILHÃO, 2021, p. 1028)

A partir do programa de rádio “Hora do Brasil” o Ministro difundia a idéia de sindicalismo, esclarecendo que o trabalhador sindicalizado receberia assistência jurídica e médica (GOMES, 1988, p. 275). Para aumentar o número

de sindicalizados, Marcondes Filho e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) lançavam campanhas que tinham por finalidade difundir as políticas sociais e os benefícios que os sindicatos proporcionavam aos trabalhadores associados.

Com Vargas no poder, o Brasil passou a investir massivamente no campo econômico e no campo social, mas tomando cuidado para não permitir a participação popular no exercício de funções públicas e na organização dos poderes (COMPARATO, 1987, p. 82).

Uma série de medidas foram adotadas na sociedade brasileira, entre elas destaca-se a criação das leis trabalhistas, do salário mínimo e do voto feminino:

O estudo e o planejamento em todos os setores da economia nacional foram responsáveis pela lei e pelas medidas econômicas que nortearam investimentos nos setores industriais do país, e as relações de trabalho na indústria brasileira, com o objetivo de mudar o foco da exportação brasileira, para só então o Brasil servir de suporte para o desenvolvimento industrial e um país independente com capacidade e autonomia para ter um mercado interno sendo um modelo para os demais países da América Latina (CARVALHO et. al, 2019, p. 735)

Os avanços na indústria e na legislação trabalhista foram marcantes no Governo de Vargas. Além de inaugurar o populismo, Vargas era nacionalista e, por conta disso, realizou um grande desenvolvimento no Brasil, criando a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, entre outros. O Estado brasileiro pós-1930, vinculado a parcelas da burguesia nacional e internacional, tornou-se forte, centralizado e antiliberal, sem perder a condição de democrático (CARVALHO; COSTA; SILVA, et al. 2019, p. 734).

A crise de 1929 foi identificada por economistas, jornalistas e políticos como resultante do modelo liberal de sociedade vigente no capitalismo. Dessa forma, para combater os efeitos da crise e prevenindo-se de novos abalos, a solução encontrada foi investir em projetos autoritários e de Estados fortes:

O velho liberalismo estava morto, ou parecia condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual-política. O comunismo marxista era uma...Um capitalismo privado de sua

crença na otimização de livres mercados, e reformado por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada social-democrática de movimentos trabalhistas não comunistas, era a segunda, e, após a segunda Guerra Mundial, mostrou-se opção mais efetiva... a terceira opção era o fascismo, que a Depressão transformou num movimento mundial, mais, objetivamente, num perigo mundial (HOBSBAWM, 1996, p. 11-112).

Atribuiu-se a figura carismática de Vargas a missão de conduzir o processo de mudanças e adotar as novas tarefas do Executivo. Nesse contexto de valorização dos princípios autoritários e nacionalistas, Vargas realizou significativas transformações na estrutura social, política, cultural e econômica brasileira nos anos em que se manteve no poder.

Um fato importante de ser destacado é a aproximação de Vargas com a Igreja Católica, na intenção de criar uma “neo-cristandade”. A Igreja Católica se beneficiou no governo Vargas tendo, por meio dessa aproximação, uma de suas exigências atendidas: a do ensino religioso nas escolas públicas¹⁹. Durante os anos de 1930 a 1945, houve uma união não oficial entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil:

Logo quando chegou ao poder, Getúlio Vargas percebeu que teria na Igreja Católica uma forte aliada para a manutenção do seu governo. Segundo Alcir Lenharo (1986), Vargas aproveitou a religião para usá-la como instrumento de dominação. O domínio da fé por parte dos católicos teria ficado evidente. O estado precisava manter o espírito cristão, e Getúlio Vargas precisava ser visto como Pai da nação em uma perspectiva cristã. Para ilustrar suas colocações, o autor cita o apelo popular na proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, onde estiveram presentes diversas lideranças políticas. A igreja também teria feito sua parte apoiando o Estado em questões políticas delicadas. A Igreja Católica procurou manter sua influência política no governo de Vargas, mesmo não estando oficialmente ligada ao Estado. Com a Revolução de 1930, o episcopado brasileiro desejou sepultar o Estado laicista, como um caminho para uma sociedade católica no Brasil (SILVA, 2012, p. 2).

¹⁹Com a Promulgação da Constituição de 1891, a Igreja Católica sofreu algumas perdas como a instituição do casamento civil, a entrega dos cemitérios às prefeituras, o fim do ensino religioso nas escolas públicas e o não pagamento do salário do Clero por pelo Estado. Essas foram algumas das baixas sofridas pela Igreja Católica com a implantação do regime republicano.

Na Era Vargas, os intelectuais ligados à Igreja tiveram como foco inicial a defesa de uma abrangente participação das instituições católicas na ordenação da sociedade civil: “Ao longo do tempo, tal defesa ganhou ares de um projeto de reforma da sociedade como um todo, por meio da exaltação da centralidade dos valores cristãos na constituição da nação” (SKALINSKI JUNIOR, 2014, p. 67).

Na Carta Magna Nacional (1937), a Igreja Católica conquistou, por exemplo, o reconhecimento do casamento religioso para efeitos civis, a autorização para cemitérios religiosos, a presença de capelães nas forças armadas, a lei que garantia a propaganda contra movimentos subversivos, o voto de religiosos nas eleições civis, entre outras iniciativas (BANDEIRA, 2000).

Ao se falar em Vargas e dos 15 anos em que esteve no poder (Governo Provisório – 1930/1934, no Governo Constitucional – 1934/1937 e no Estado Novo 1937/1945), portanto, é preciso considerar suas várias facetas: do líder revolucionário ao presidente com ares de democrata, ao nacionalista exacerbado, o líder paternal chegando ao político ditador de um Estado autoritário e repressivo.

Entretanto, o fim da ditadura de Vargas, em 1945, não significou o fim das experiências antipopulares e antidemocráticas. Se 1930 representou a adoção do modelo pautado no nacional desenvolvimentismo, o período seguinte assistiu as disputas entre projetos diferenciados de desenvolvimento econômico. Não se tratou, em nenhum momento, de romper com a ordem do capital.

A República Populista foi marcada por intensas discussões políticas e pela política desenvolvimentista do Brasil. Nesse período, também conhecido como Quarta República, aconteceram quatro eleições presidenciais: em 1945, 1950, 1955 e 1960.

Esse período foi marcada pela Constituição de 1946 que exprimia os valores ideológicos dos políticos de 1945. Era, portanto, uma Constituição liberal que trazia pontos positivos e negativos. Um dos pontos positivos relaciona-se as questões democráticas²⁰, retomando valores suprimidos no

²⁰As questões de cunho democrático foram interrompidas pelo Golpe de 1964.

Estado Novo e aumentando o número de eleitores no Brasil, pois definiu-se que homens e mulheres maiores de 18 anos tivessem direito ao voto. Por outro lado, o documento estabelecia a exclusão dos analfabetos do direito ao voto.

Os respectivos presidenciais dessa época foram: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955), Nereu Ramos (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadro (1961), Ranieri Mazzilli (1961), João Goulart (1961-1964).

Dois projetos de governo estavam em disputa - o liberal associado que defendia a abertura ao capital estrangeiro como forma de desenvolvimento e o nacional desenvolvimentista, o qual defendia, sem negar a participação do capital estrangeiro, que os setores estratégicos deveriam ser controlados pelo capital nacional (CERVO, 1994).

A adesão com o governo dos Estados Unidos no pós segunda guerra, o crescimento das manifestações populares e organizações de trabalhadores e o ambiente polarizado da Guerra Fria contribuíram para uma série de manifestações golpistas, antes mesmo de 1964:

Para entender a conjuntura de 1964, no entanto, necessita-se retroceder a 1930, ano em que as raízes da crise de hegemonia da década de 60 podem ser localizadas. Em 1930, com o rompimento da República Agrário-Exportadora, o Brasil entrou no modelo econômico denominado “substituições de importações”. Em termos políticos, a partir dessa data predominaria o populismo. No plano ideológico, o modelo de substituição de importações teve como base do nacional-desenvolvimentismo, que cimentou o bloco histórico durante o período (SHEEN, 2001, p. 17).

Com o golpe de 1964, estabeleceram-se alianças entre “setores da burguesia agrária, industrial, comercial e financeira”, setores comprometidos com a internacionalização da economia (SHEEN, 2001, p. 16). Então, o Brasil tornou-se ainda mais dependente dos EUA, em razão da implantação do capitalismo monopolista no país, o modelo “dependente-associado” (SHEEN, 2001, p. 18).

O populismo se iniciou com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo e teve fim com a derrubada do presidente João Goulart. A partir das transformações econômicas, políticas e sociais, o Estado conquistou maior participação em todas as esferas da vida nacional (SHEEN, 2001, p. 18). As

práticas políticas dos governos populistas se justificam em ações voltadas ao "povo" que, supostamente, contrapõem-se à elite. Em síntese, o populismo é uma forma de organizar a sociedade e de estruturar o poder que se fundamenta no nacionalismo econômico, na defesa da união das massas e no clientelismo:

O Golpe de 1964 não teve por finalidade apenas recompor o poder político eliminando o populismo, mas, sim, processar o reordenamento das instituições básicas da sociedade, adaptando-as às exigências do novo estágio do capitalismo – o capitalismo monopolista. Nesse sentido, as esferas políticas, culturais e ideológicas mereceram uma atenção especial, desfechando o governo militar um duro golpe na cultura nacional, nas expressões ideológicas dos grupos de oposição e nas instituições democráticas (SHEEN, 2001, p. 19).

De acordo com Carvalho (2014, p. 79), “o amplo e bem articulado projeto de repressão e de controle sobre as liberdades civis” estruturou a censura em dois distintos campos institucionais no decorrer da ditadura militar (1964-1985)²¹:

De um lado, uma preocupação com a decadência moral da sociedade brasileira – que se expressava, por exemplo, no controle sobre a pornografia e o erotismo exibidos no teatro, nas novelas e no cinema. Esse era o campo da tradicional censura como mecanismo de vigilância sobre as expressões culturais e de preservação da moral pública e dos bons costumes. De outro lado, a censura política à imprensa tinha por foco as atividades de cunho jornalístico e a publicação de reportagens que pudessem atingir autoridades ou as estruturas de sustentação do regime. Daí o veto a notícias que tratassem de assuntos politicamente sensíveis, tais como o relato de práticas de tortura e desaparecimentos, bem como do próprio funcionamento da censura à imprensa, cuja existência sempre foi negada pelas autoridades (CARVALHO, 2014, p. 79-80).

A censura à imprensa buscava impedir qualquer crítica ao governo, operando como mecanismo estratégico e essencial de proteção aos pilares do regime autoritário. Esta foi uma importante arma utilizada para legitimar a construção de uma imagem positiva da nação (SAMWAYS, 2008, p. 2) e, ao

²¹“Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciava as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão.” (SODRÉ, 1966, p. 470-471).

mesmo tempo, combater o avanço do comunismo em todas as suas formas (CARVALHO, 2014, p. 82).

Nesse cenário, é importante destacar que houve censura, mas também houve relações de interesse entre o governo e empresários da grande imprensa burguesa. Tornou-se corriqueira a supressão de trechos ou de matérias inteiras pelos censores. Por outro lado, jornais como *O Globo*, que suprimiam seus conteúdos, publicavam texto de apoio ao regime militar. Ao lado de outros grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, o periódico *O Globo* apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. Esses foram alguns dos jornais que serviram de amparo e sustento ao regime.

O editorial “Ressurge a Democracia” de *O Globo*, de 2 de abril de 1964, por exemplo, ressalta:

Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem (O GLOBO, n. 11, ano XXXIX, 1964, p. 1).

Desse modo, a imprensa constituiu-se como um elemento importante para legitimar o regime militar, assim como serviu para defender os interesses da burguesia e reafirmar modelos de comportamento adequados à ordem social vigente:

[...] no âmbito da Doutrina da Segurança Nacional²² os meios de comunicação eram vistos como um espaço central no embate com o comunismo, dada a sua forte influência na formação da opinião pública. Segundo essa leitura, se não vigiados pelo Estado, os meios de comunicação poderiam

²²Essa doutrina transformou-se em lei em 1968 com a publicação do decreto-lei n. 314/68 e aparece como filosofia oficial do novo sistema político-militar instaurado em 1964. Elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), sob inspiração norte-americana, tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime militar, sobretudo os comunistas. “A doutrina de segurança nacional foi disseminada na América Latina, que adotou o seu forte conteúdo ideológico, sem entender a sua real natureza, enquanto estratégia de dominação dos EUA. A partir da década de 40, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA criaram uma série de programas de cooperação com militares latino-americanos que, obviamente, admiravam a tecnologia bélica e organizacional americana, ainda muito incipiente nesses países.” (FERREIRA, 2012, p. 28). Desta forma, os militares latino-americanos, por meio de intercâmbio ou instituições nacionais que foram mimetizadas posteriormente conforme o modelo norte-americano incorporaram os princípios da doutrina da segurança nacional à sua formação.

veicular mensagens perniciosas, capazes de alimentar uma mudança nos padrões de comportamento ou uma maior incidência de contestações às autoridades e ao regime político então vigente (CARVALHO, 2014, p. 82).

Durante a ditadura Civil-Militar, a censura foi uma característica marcante, por restringir a liberdade e o conhecimento. Nesse sentido, a imprensa e as artes sofreram sérias mudanças e tiveram que se reestruturar em meio à repressão vivida: livros, jornais, teatro, música, televisão e cinema foram atividades visadas, mas, segundo Carvalho, a censura política à imprensa acontecia de forma diferente da censura de diversões públicas, em razão de dois pontos principais:

Primeiro, tinha por foco a divulgação de temas políticos em sentido estrito – e não aspectos relacionados à proteção da moral e dos bons costumes. Em termos mais concretos, isso significa que a censura à imprensa se voltava, precipuamente, para o controle sobre a veiculação de notícias, artigos de opinião e conteúdos jornalísticos por revistas, jornais e demais meios de comunicação. A segunda distinção se refere à fundamentação normativa e à organização institucional que conferiam suporte a essa prática repressiva. É que, ao contrário da censura de diversões públicas, a censura à imprensa não era legalizada e a sua existência sequer era admitida, publicamente, pelos poderes constituídos, tanto que ela própria – a censura à imprensa – constituía um dos temas mais censurados pelo aparelho repressivo da ditadura militar (CARVALHO, 2014, p. 83-84).

O decreto-lei n. 1077, de 26 de janeiro de 1970, estabelecia a censura prévia e reforçava a legislação de 1946²³, mas, em nenhum desses documentos, havia definições exatas para o que deveria ser julgado. Os próprios censores estabeleciam suas definições para aquilo que era bons costumes, ofensa, moral (ATASSIO, 2007, p. 159). Assim, a partir de suas percepções, decidiam vetar ou não as expressões artísticas e informações de cunho jornalístico. Muitas vezes, os censores reclamavam da falta de critérios para realizar o trabalho, “pois muitas decisões eram tomadas com base em ‘subjativismos e impressões pessoais’” (FICO, 2002, p. 266). No caso da censura prévia à imprensa, as seguintes medidas foram adotadas: 1- presença de um censor na redação dos jornais; 2 - envio de matérias para a análise nas

²³A Constituição de 1946 foi um documento que expressou os valores do liberalismo presente na política brasileira. Garantiu princípios democráticos, porém, manteve alguns aspectos conservadores, como a proibição do voto dos analfabetos.

Delegacias Regionais ou em Brasília, antes da publicação; e 3 - ordens emitidas por meio de bilhetes, telegramas e telefonemas advertindo assuntos que não poderiam ser divulgados (CARVALHO, 2014, p. 84).

O referido decreto-lei dirigia-se à questão da “moral e dos bons costumes” e para livros, revistas, rádio e TV, não incluindo a “censura de temas estritamente políticos nos órgãos de imprensa” (FICO, 2002, p. 257) e defendia a ideia de que, na imprensa, a censura se estruturou em um arcabouço normativo próprio da repressão fundamentado na inconstância de preceitos legais difusos.

A afirmação sobre a inconstitucionalidade da censura da imprensa peca por não se dar conta da globalidade das ações repressivas, isto é, do já mencionado caráter de projeto que presidiu a institucionalização dos “sistemas” de segurança interna, de espionagem e de ‘combate à corrupção’. A censura política da imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo. Tal como a instituição do “Sistema CODI-DOI”, a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não. Evidentemente, para um regime que afirmava que ‘a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma’, a questão da constitucionalidade da censura da imprensa era um simples detalhe. Ela foi implantada porque era indispensável à “utopia autoritária” dos radicais vitoriosos em 1968 (FICO, 2002, p. 257-258).

O controle sobre a imprensa, portanto, acontecia de forma não oficializada e sigilosa, “ao contrário do que ocorreu na esfera das diversões públicas, que se baseava em pareceres e em manifestações formais expedidas pelo corpo burocrático vinculado à Divisão de Censura” (CARVALHO, 2014, p. 86). No entanto, apesar de a censura à imprensa ter ocorrido de modo acobertado e sem regulamentação por órgãos específicos, ela foi constante e organizada durante os 21 anos de ditadura, contando com a observância de diretrizes sólidas, previamente determinadas, e obedecendo a ordens centralizadas, articuladas por um núcleo institucional devidamente estabelecido (CARVALHO, 2014, p. 86). Dessa forma, as notícias deviam passar por análise e chegavam revestidas por um discurso de normalidade à população:

Até o final de 1974, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* estavam submetidos à censura prévia. Censores instalados nas redações dos dois jornais liam tudo o que seria publicado e vetavam o que lhes dava na veneta. O Estadão substituíva os espaços deixados em branco por trechos de “Os

Lusíadas”, de Camões, enquanto o Jornal da Tarde punha receitas culinárias no lugar. Era uma maneira de comunicar aos leitores que haviam sido censurados e às vezes dava para saber qual era o assunto vetado pelos trechos da matéria que ficaram intactos. Nos outros grandes jornais, a censura não era tão direta: eles apenas recebiam ordens da Polícia Federal de que tais ou quais notícias não podiam sair e obedeciam (MEDEIROS FILHO, 2018, p. 209-210).

Após o Ato Institucional número 5 (AI-5), em dezembro de 1968, a censura prévia foi legalizada. Dava-se início à fase mais violenta do regime militar no Brasil. Estudantes, políticos, jornalistas e artistas que se opunham ao regime, ousando desafiá-lo, eram presos ou perseguidos. A tortura de presos políticos se tornou uma política do Estado. Assim, a atuação dos militares foi se enrijecendo e, entre 1968 a 1978, período que vigorou o AI-5, o Brasil viveu uma sistemática e violenta repressão.

Entre os anos de 1964 até 1968, ano da edição do Ato Institucional n.º 5, podemos considerar que a censura não foi tão rígida, não que não tenha existido, pois filmes foram censurados já em abril de 1964, assim como jornalistas foram presos também nesse período, mas ela não era sistemática, não possuía todo poder e aparato que ganhou nos anos seguintes, e com a edição do AI-5 o governo adquiriu um poder de controle muito maior sobre a imprensa. Caberia à imprensa manter a população “informada” do que acontecia no país, noticiar “um país que vai pra frente” (SAMWAYS, 2008, p. 4).

Apesar de instaurada a censura prévia nos jornais, não havia aparato legal para isso (SAMWAYS, 2008, p. 6.). De acordo com Carlo Fico, a censura da imprensa utilizou-se do “*decretum terribile*”, o AI-5, que permitia praticamente tudo (FICO, 2002, p. 253). “Desde então, a censura da imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer a instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder” (FICO, 2002, p. 253). A Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, conhecida como a Lei de Imprensa, restringiu a liberdade de expressão, sendo que o controle sobre a imprensa foi mais intenso e repressivo com a edição do AI-5, havendo este sido utilizado para a censura política da imprensa e das publicações contrárias à moral e aos bons costumes.

A imprensa só pode registrar com liberdade fatos dos anos 60 e 70 a partir de fins de 1979. A Emenda Constitucional nº1, de 1969, editada pela Junta Militar, praticamente anula a

Constituição de 1967 e endossa, é claro, a tirania do AI-5, editado de 1968. São essas duas medidas do autoritarismo que dão suporte jurídico à longa temporada de caça às bruxas e consagra a censura como mecanismo penal do Estado (BAHIA, 1990, p. 328).

Em virtude dessas medidas, alguns veículos de informação interromperam suas publicações, pois não tiveram condições de manter-se financeiramente, “devido à impossibilidade de circularem com um número elevado de matérias cortadas ou vetadas, além de edições inteiras vetadas ou apreendidas depois de chegarem às bancas” (SAMWAYS, 2008, p. 10). Diante disso, todos os periódicos poderiam ser submetidos à censura, mas o olhar dos censores se voltava, com mais intensidade, para a imprensa alternativa, também conhecida como *nanica*²⁴, visada, sobretudo, pelos embates ideológicos que travava com os militares (MAIA, 2002, p. 503).

Buscando criar uma imagem positiva sobre o próprio governo e o Brasil, os militares investiam significativamente em propagandas e na opressão de grupos e pessoas que se rebelavam contra o regime. O controle das diversões públicas e da imprensa atuavam por meio de uma lógica de dominação sobre o indivíduo, visando, sobretudo, a repressão de movimentos populares e a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos da sociedade:

Censurando e também produzindo campanhas publicitárias enaltecendo o país, o governo militar visava criar uma imagem positiva do Brasil, pois, não era permitido fazer críticas nem expor aspectos negativos da realidade brasileira, e em contrapartida a criação por parte do governo de campanhas que almejavam fortalecer o patriotismo, o combate ao inimigo, a necessidade de confiar no governo, criavam uma imagem que não condizia com a realidade brasileira. Estava proibido noticiar atos de tortura, prisões e desaparecimentos de subversivos, movimentos contestatórios realizados por estudantes, dar espaço a pessoas que tiveram seus direitos políticos cassados, estava proibido até mesmo divulgar a existência de censura. Com a propaganda se desejou criar a imagem de um país bom, “grande”, que ninguém seguraria, que deveria ser amado por suas qualidades, com um governo livre de atos autoritários, que somente agia para contribuir com a segurança nacional. Tentou-se forjar uma imagem positiva, eliminando e tornando ilegítimo o inimigo e seu discurso, sendo necessário a construção de mecanismos que reprimiam,

²⁴Nome que servia para diferenciá-la da imprensa tradicional e para referir-se ao formato tabloide adotado pela maioria dos jornais; era composta por publicações visivelmente de esquerda (MEDEIROS FILHO, 2018, p. 211).

espionavam, censuravam, extirpando todos aqueles que lutaram contra o arbítrio dos militares (SAMWAYS, 2008, p. 10).

A imprensa alternativa, nesse cenário de censura e de repressão, criticava o regime, denunciava a repressão e divulgava os debates das organizações de esquerda, estimulando o sentimento antitadura e constituindo-se como “um espaço de resistência, abrigando profissionais censurados nas artes e na grande imprensa e explorando temáticas e linguagens silenciadas em outros jornais” (JORGE FILHO, 2018, p. 66). Atuou, portanto, na contramão do regime militar, conscientizando a população e buscando promover mudanças e superar os entraves que o país enfrentava.

O golpe final à influência e ao poder militar veio com a Constituição de 1988. A democracia tornou-se uma demanda de parte dos segmentos sociais e, sendo assim, a censura não poderia persistir em um país de direitos humanos fundamentais, como as liberdades de expressão e as oportunidades de participação na vida política, econômica, e cultural da sociedade.

3. MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

O movimento de resistência de homens e de mulheres escravizados surgiu no Brasil durante o período da escravidão. Nesse contexto, os escravos, individual ou coletivamente, resistiam para se defender da violência e das injustiças praticadas pelos senhores. Desse modo, os quilombos foram a forma mais expressiva de materialização da resistência negra à escravidão.

Com o fim oficial da escravidão em 1888, apesar da suposta liberdade conquistada, a vida dos negros pouco foi modificada. Isso porque as condições miseráveis e a ausência de oportunidades em uma sociedade hierarquizada impediram sua integração social. Porém, isso não significou o silenciamento dos negros. No final do século XIX e em parte do século XX, circulavam jornais e revistas voltados aos negros. Os periódicos, que foram fundados por associações e discutiam a vida da população negra, posteriormente acabaram se tornando importantes veículos de divulgação de denúncia de atos praticados contra os negros.

É importante destacar, então, que a imprensa negra só foi possível na medida em que a situação pouco se alterou com o fim da escravidão. Desse modo, devido à influência da escravidão e da própria estrutura social e econômica do capitalismo, os negros sentiram a necessidade de se organizar para conquistar melhores condições de vida.

3.1 A Democracia Racial

O discurso de que o Brasil é um país mestiço e, por isso, não discrimina, surgiu como uma forma de amenizar a escravidão e seus efeitos, reforçando a ideia de que os negros e todos aqueles que lutam contra o racismo estariam equivocados, ao insistirem em um problema já resolvido. Entretanto, na realidade, a negação de uma sociedade fundamentalmente racista, sugerida por Gilberto Freyre (1933) na obra *Casa Grande e Senzala* e defendida até os dias atuais nunca existiu, apesar de ter sido transformada na ideologia racial oficial do país.

Gilberto Freyre, mais do que qualquer outro, produziu a visão de que as afeições paternalistas dos donos de escravos para com seus cativos e, em particular, sua promiscuidade com as escravas domésticas teriam amenizado a escravidão. Já que os senhores de engenho frequentemente libertavam seus filhos ilegítimos [...] (EISENBERG, 1989, p. 101).

O mito da democracia racial encontrou solo fértil no Brasil e se propagou até que os próprios negros se encontrassem em condições materiais e intelectuais para se contrapor a esse entendimento (FERNANDES, 2017, p. 31). Assim, as elites apegaram-se a ele de forma extremada quando houve a transição do escravismo para o trabalho livre, e ainda continuam a usá-lo para “tampar o sol com a peneira” (FERNANDES, 2017, p. 33-34). “No Brasil, o mito da democracia racial obscureceu as diferenças raciais” (COSTA, 1999, p. 368). Ele se constitui como uma das expressões da luta de classes, que serviu à elite burguesa e branca de maneira útil, no momento em que o acirramento dos ânimos se acentuou.

A miscigenação, outra ideia defendida por Gilberto Freyre (1998), considera que a formação de uma população melhor e mais forte aconteceria com a mistura das raças. Desse modo, “a população tornar-se-ia crescentemente branca” (COSTA, 1999, p. 371). Para ele, a miscigenação era positiva, permitindo colocar a sociedade em patamares sociais e econômicos mais elevados. “A miscigenação produziria naturalmente uma população mais clara porque o gene do branco seria mais forte e, por fim, a sistemática imigração europeia reforçaria a predominância do branco” (ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ, 1985, p. 9).

Nesse sentido, o discurso da mestiçagem não deve ser entendido como sendo algo desvinculado do discurso da democracia racial, pois a mestiçagem para o governo e parte da intelectualidade seriam a prova de existência de uma real democracia racial (CASSOLI, 2012, p. 38). “Afim, nós não possuíamos uma segregação legal como nos Estados Unidos e na África do Sul e éramos capazes de conviver bem com todas as raças” (HERINGER, 2002, p. 58). O discurso de uma suposta harmonia social serviu como meio ideológico de construção idealisticamente de uma sociedade sem conflitos.

Como se nota, há a intenção de Gilberto Freyre de ocultar os conflitos de classes. Esse posicionamento revela seu comprometimento com a visão da

classe senhorial e, por isso, ele esboça, em sua obra, uma cultura de tolerância racial utilizada estratégica e intencionalmente para transmitir a ideia de um Brasil pacífico, fraterno e tolerante. Nesse aspecto, vale ressaltar que Freyre era neto de donos de engenhos. Alfredo Alves da Silva Freyre, seu avô, era monarquista e escravocrata (CHACON, 1993, p. 31). Em 1940, Gilberto Freyre comprou a casa-grande do engenho Dois Irmãos, mandou restaurá-la e nela passou a residir em 1941, sendo que em 1987 a casa tornou-se a sede da Fundação Gilberto Freyre²⁵. Nesse sentido, a árvore genealógica de Gilberto de Mello Freyre mostra a ligação da família do sociólogo com o engenho, o que muito explica seu comprometimento com a classe senhorial.

Ademais, a construção histórica do Brasil se forjou a partir de um passado escravocrata, mas, também, pela negação ideológica dos horrores da escravidão. O mito da democracia racial é um exemplo dessa negação. Em função do caráter de classe, por exemplo, parcelas significativas da população acreditam na ascensão social do negro por via da meritocracia, não enxergando os entraves econômicos ou, até mesmo, a presença do racismo estrutural em nossas terras.

Para aqueles que defendem a particularidade idílica do Brasil, o critério racial nunca foi relevante para determinar as possibilidades de qualquer indivíduo. Vale destacar que essa crença não se limitou a uma região específica, pois foi disseminada por diferentes instituições no período republicano. Logo, seria incongruente que o Paraná e, mais especificamente, a cidade de Maringá estivessem apartados dessa realidade.

A desigualdade entre brancos e negros, entre pobres e ricos é um elemento impetuoso da sociedade de classes e essencial ao modo de produção capitalista, não sendo, portanto, “de modo nenhum um produto da ‘natureza humana’” (MANDEL, 1978, p. 16), mas resultado da divisão da sociedade em classes, da propriedade privada e dos meios de produção, pois é “o produto duma evolução da sociedade e das instituições econômicas e sociais” (MANDEL, 1978).

²⁵A MÍSTICA do parentesco. Árvore genealógica de Alfredo Alves da Silva Freyre Júnior. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=13335&ver=por>. Acesso: 10 de setembro de 2021.

“O racismo é um elemento constitutivo do sistema capitalista” (FERNANDES, 2017, p.14) e é por este alimentado. Diante disso, o racismo não é apenas uma herança da escravidão, mas uma estrutura que dinamiza as relações sociais capitalistas no Brasil (FERNANDES, 2017, p. 9). Desse modo, a raça e a classe, nesse contexto, são categorias que não se excluem, mas se complementam. Assim, o debate que ocorre em muitos espaços acadêmicos focaliza a raça em detrimento da questão de classe. Além disso, pode ser mencionado que autores como Ellen Wood já situaram a diversidade e a fragmentação “pós-modernas”: “Em vez das aspirações universais do socialismo e da política integradora da luta contra a exploração de classe, temos uma pluralidade de lutas particulares isoladas que terminam na submissão ao capitalismo” (WOOD, 2011, p. 223).

Nesse sentido, a fragmentação da luta política em torno da raça e do gênero afeta a formação da consciência crítica e a aquisição de capacidades de organização para a transformação social. Nesse ínterim, a unidade necessária para enfrentar o capitalismo é perdida por aspirações individuais, que não dão conta de solucionar os problemas sociais e econômicos. O socialismo proletário, nesse contexto, implica na associação de raça e de classe de modo recíproco e dialético (FERNANDES, 2017, p. 109). Desse modo, o avanço da luta dos negros exige essa ligação indissociável e a unificação para o enfrentamento da ordem capitalista, sem as quais não é possível sua efetiva superação.

Além disso, o estímulo à segregação faz parte do jogo das classes dominantes (FERNANDES, 2017, p. 128), que se utilizam dessa divisão para subordinar os negros aos seus interesses socioeconômicos, tornando-os vulneráveis à ação e às injustiças capitalistas. Nesse sentido, a unificação da luta dos trabalhadores e a pauta antirracista é um aspecto importante na luta pela emancipação de todos.

Um negro que luta para se libertar das amarras classistas da hegemonia econômica atua de forma revolucionária por ter um pensamento crítico frente ao domínio burguês. Nesse aspecto, instrumentalizar a classe trabalhadora implica no desvelamento da realidade para exterminar qualquer tipo de preconceito e desconstruir mitos enraizados na sociedade brasileira.

3.2 Movimento Negro Brasileiro: cultura e consciência negra

Marx e Engels alertavam para a mobilização coletiva dos trabalhadores para fins de libertação do domínio burguês. Nesse ínterim, a organização da classe trabalhadora exige uma consciência crítica e de classe para transformar a realidade. Esse aspecto também se refere aos negros, como aponta Fernandes (2017, p. 41):

Essa afirmação também é verdadeira com referência aos negros. Cabe-lhes conquistar a sua autoemancipação coletiva, liberando-se de uma situação desumana, ultrajante e insustentável, que nos prende ao passado e a padrões de dominação racial obsoletos.

É preciso mencionar que a consciência crítica, por si só, não promove a transformação social. Ela é importante, na medida em que fomenta o inconformismo. No entanto, um compromisso tácito leva a desdobramentos práticos (FERNANDES, 2017, p. 44). Nesse sentido, a luta pela superação de todas as formas de opressão implica necessariamente na inclusão das frações de classe compostas por trabalhadores negros.

Além disso, não se pode esquecer que o negro se movimentou em prol de sua libertação e da inserção social antes mesmo das organizações sistemáticas criadas no século XX. Como apontado anteriormente, houve a criação dos quilombos. Nesse sentido, o negro ainda resistia por meio de eventos como o assassinato do senhor, as fugas isoladas, o suicídio, os abortos praticados pelas escravas e o banzo, quando o escravo era acometido de uma profunda tristeza e morria de melancolia (MOURA, 1986, p. 95). A resistência foi a forma escolhida pelos escravos para o enfrentamento da escravidão. Assim, o negro rebelde agia ativamente para conquistar a liberdade.

O papel dessas lutas foi o de desgastar social, econômica e psicologicamente a classe senhorial. Quem compulsava a documentação desse período da nossa história encontra, como uma constante, o medo dessas classes diante do grande número de escravos e da sua possível consciência da exploração a que estavam sujeitos (MOURA, 1986, p. 95).

Depois de liberto, o negro ainda teve que enfrentar a “desonra da escravidão”, que persistia por anos na lembrança dos outros (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 34). Não é à toa que seu trabalho e as questões relacionadas a ele foram duramente discriminados. Diante disso, o movimento negro na atualidade, nesse aspecto, luta para combater o racismo e a discriminação racial, ainda que as ações também sejam empreendidas no plano ideológico e cultural, sem maiores transformações sociais.

Como após a abolição os negros ficaram marginalizados, no alvorecer da República, “os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação” (DOMINGUES, 2007, p. 103). Esses grupos atuavam de maneira sistemática, lutando para os negros conquistarem a “condição de gente” e a plena cidadania (FERNANDES, 2017, p. 148).

A esse respeito Domingues (2007, p. 103) destaca algumas organizações do movimento negro:

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).

No final do século XIX e durante parte do século XX, circulavam jornais e revistas voltados aos negros. A denominada *Imprensa Negra*, ou seja, jornais publicados por negros e elaborados para tratar das questões relacionadas a eles surgiram concomitantemente a grêmios, clubes e associações.

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar

determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Os negros alfabetizados multiplicavam as informações, lendo em voz alta e reunindo em seu entorno pessoas interessadas. Quando os jornais se radicalizam, apareceu a crítica ao descaso do governo em relação à educação dos negros. Encontram-se, por exemplo, excertos que chamam a atenção dos pais para encaminharem seus filhos à escola e aos adultos para que concluam ou iniciem cursos, principalmente de alfabetização. Nesse âmbito, o aprendizado da leitura e da escrita foi considerado fundamental para a ascensão social negra. Para ter uma condição econômica estável e poder ler e interpretar as leis, fazendo valer seus direitos, o negro precisava se instruir politicamente e culturalmente. Assim, poderia participar da sociedade republicana de maneira mais efetiva, tornando-se cidadão e participando dos processos democráticos:

Na década de 1930, o movimento negro deu um salto qualitativo, com a fundação, em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de 1926. Estas foram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas. Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com "delegações" – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), arregimentou milhares de "pessoas de cor", conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados. A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça* (DOMINGUES, 2007, p. 106).

“A Frente Negra foi o mais forte movimento de questionamento das relações raciais brasileiras surgido até então e via no desenvolvimento educacional, artístico e cultural a chave para a emancipação do negro” (CASSOLI, 2012, p. 38). Além da Frente Negra Brasileira, outras entidades

apareceram como “o Clube Negro de Cultura Social (1932) e a Frente Negra Socialista (1932), em São Paulo; a Sociedade Flor do Abacate, no Rio de Janeiro, a Legião Negra (1934), em Uberlândia/MG, e a Sociedade Henrique Dias (1937), em Salvador” (DOMINGUES, 2007, p. 107).

Desse modo, a *Imprensa Negra* divulgava cursos e apresentava a agenda cultural das entidades, a qual incluía atividades do tipo: biblioteca, conferências, representações teatrais, concertos musicais, entre outras (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 142), mostrando que a educação acontece em diferentes espaços e vai além da alfabetização:

Havia, da parte da imprensa, um movimento de incentivo à educação. Mas tinha-se a consciência de que, com a educação fornecida pelos estabelecimentos de ensino, os estudantes negros não deveriam afastar-se da educação de tradição africana, tampouco deixar-se aprisionar por ideologias que pretensamente os levassem à aceitação pelas classes poderosas da sociedade e, assim, afastar-se de seu grupo racial (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 143).

Os jornais fortaleciam os vínculos entre os negros e seus ancestrais. Neles, os africanos e a contribuição que deram para o Brasil eram valorizados, como mostra o jornal *A Voz da Raça* no artigo “O valor humano e social do negro” de 1935:

O africano cuja natureza moral parecia como que estremecer e agitar-se nas vicissitudes da escravização, deu no Brasil, como em quase toda América, FREQUENTES PROVAS DO VIGOR HUMANO que trazia de sua miséria do continente negro.
 ...E não é só o seu amor a liberdade que o africano revela na desgraça: talvez seja nele ainda mais acentuada A CAPACIDADE PARA A VIDA SOCIAL.
 ...Quantos, à custa do próprio esforço, conseguiram libertar-se; e entre esses não raro se viam alguns que uma perseverança infatigável e hábitos de trabalho e de ordem tornavam abastados. Rocha Bombo, *História do Brasil* (VOZ DA RAÇA, n. 46, 1935, p. 1 – destaques do jornal).

Tal jornal objetivava levar os negros a respeitarem seus antepassados e o lugar de onde vieram. Sobre a identidade do negro, o jornal foi categórico na crítica: “ainda há negros que esquecem o que seus antepassados sofreram e levam a vida a criticar do seu próprio EU”(VOZ DA RAÇA, n. 25, 1933, p. 1).

A educação, nesse contexto, foi considerada como elemento fundamental para o movimento negro à medida que formava sua própria identidade:

Com a finalidade de enfatizar o valor da educação e de elevar a auto-estima dos leitores, os jornais publicavam na data de nascimento ou morte de proeminentes intelectuais negros suas bibliografias e palavras em que se destacavam a necessidade e o valor da educação. Entre outros estavam Cruz e Souza, André Rebouças, José do Patrocínio e notadamente Luiz Gama (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 143).

O legado das personalidades negras para a história do Brasil era apresentado pelos periódicos, não faltando elogios e adjetivos para definir os abolicionistas e seus feitos. No 46º aniversário da morte de Luiz Gama foi publicada uma homenagem sobre “o notável mestiço” e “vibrante abolicionista” (O CLARIM DA ALVORADA, n. 7, 1928, p. 1):

Abençoado sejas, nobre ventre africano, que deste ao mundo um filho predestinado em que transfundiste, com o teu sangue selvagem, a energia indômita que havia de libertar centenas de cativos.

[...]

São Paulo inteiro chorou a morte de Luiz Gama e acompanhou o seu corpo até a última morada, e, por muitos anos a memória de Luiz Gama nunca foi esquecida: - depois com o decorrer dos anos. S. Paulo foi perdendo a sua tradição, e, presentemente, essa data passa quase despercebida. Ninguém mais do que nós, os negros do Brasil moderno, deverá sentir e compreender e levar em consideração de uma forma cabal, o valor da passagem desta data que tem passado assim, em branca nuvem. O *Clarim d' Alvorada* que, tem procurado fielmente interpretar os altos sentimentos da raça, apesar do grande desapoio com que vem lutando no seio da mesma, pede hoje, aos negros de São Paulo, aos verdadeiros PALMARINOS DE PIRATININGA que; ao menos uma flor singela devemos colocar sobre a lapide do túmulo do grande Palmarino, que fez de sua vida uma verdadeira página de glórias repassadas angústias bondade e rebeldia.

Apesar de haver a valorização dos africanos e da África, na Imprensa Negra observou-se, em algumas passagens, o preconceito em relação à religião de matriz africana, o candomblé. No artigo, “Para onde vai a Afrologia?” apresenta-se uma análise crítica sobre o crescente interesse que vinham recebendo os assuntos afro-brasileiros no meio acadêmico brasileiro, e o jornal ressalta que esses estudos precisam “mudar de orientação para sair do tereré

sem fim, que nada ensina nem resolve”(O CLARIM DA ALVORADA, n. 1, 1940, p. 3). A respeito da cultura negra, o mesmo artigo afirma que o negro ainda não formou sua própria cultura e adverte: “não confundamos candomblé com cultura negra” (O CLARIM DA ALVORADA, n. 1, 1940, p. 3). Na sequência, o periódico esclarece a não concordância em relação à referida religião.

Não basta escrever artigos e, sim realizar uma tarefa concreta: combater os prejuízos de raça, educar o negro social e moralmente, arrancá-lo do fetichismo e dos candomblés que só fazem embrutecer cada vez mais o seu espírito, e ajudá-lo a criar a sua própria cultura (O CLARIM DA ALVORADA, n.1, p 1940, p. 3).

O jornal considerava que o negro não tinha cultura própria ou se apropriava da cultura dos brancos. Por isso, atuava para conscientizar as pessoas e transformar a realidade nesse sentido. Ter uma cultura própria do negro significava ter uma identidade com a personalidade e valores dos negros. Outros jornais de mesma natureza surgiram nas seguintes regiões: “a Raça (1935), em Uberlândia/MG, o União (1918), em Curitiba/PR, O Exemplo (1892), em Porto Alegre/RS, e o Alvorada, em Pelotas/ RS”; este último foi o periódico mais duradouro da imprensa negra no país (DOMINGUES, 2007, p. 105).

No Estado Novo (1937-1945), como mencionado, houve violenta repressão política, impedindo qualquer movimento de contestação. Somente após a queda da ditadura de Getúlio Vargas foi que ressurgiu na cena política do país o movimento negro organizado que, inclusive, dispôs de maior campo de ação (DOMINGUES, 2007, p. 108). Nessa época, a União dos Homens de Cor²⁶, foi um dos principais agrupamentos:

Já no primeiro artigo do estatuto, a entidade declarava que sua finalidade central era “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. A UHC era constituída de uma complexa estrutura organizativa. A diretoria nacional era formada pelos fundadores e dividia-se nos cargos de presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe dos departamentos (de saúde e educação), consultor jurídico e conselheiros (ou diretores). (DOMINGUES, 2007, p. 108).

²⁶A União dos Homens de Cor (UHC) foi uma associação fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em 1943, com o objetivo de defender os interesses dos negros.

Outro agrupamento importante foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, como um projeto idealizado por Abdias do Nascimento, sua principal liderança, que tinha a finalidade de valorizar socialmente o negro e a cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a aspiração de apresentar um novo estilo dramático, com uma estética própria, opondo-se à recriação do que se produzia em outros países. O TEN promovia o protagonismo negro, visto que, para Abdias, havia a ausência dos negros e dos temas à história da população negra nas representações teatrais brasileiras. De modo geral, atrizes e atores negros/as nos teatros reforçavam estereótipos, por meio de papéis secundários e pejorativos:

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública.²⁹ Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país (DOMINGUES, 2007, p. 109).

De acordo com Abdias do Nascimento, o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, “recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos” e oferecia-lhes uma nova visão, permitindo, também, enxergar criticamente o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional:

Cerca de seiscentas pessoas, entre homens e mulheres, se inscreveram no curso de alfabetização do TEN, a cargo do escritor Ironides Rodrigues, estudante de direito dotado de um conhecimento cultural extraordinário. Outro curso básico, de iniciação à cultura geral, era lecionado por Aguinaldo Camargo, personalidade e intelecto ímpar no meio cultural da comunidade negra. Enquanto as primeiras noções de teatro e interpretação ficavam a meu cargo, o TEN abriu o debate dos temas que interessavam ao grupo, convidando vários palestrantes, entre os quais a professora Maria Yeda Leite, o professor Rex Crawford, adido cultural da Embaixada dos Estados Unidos, o poeta José Francisco Coelho, o escritor

Raimundo Souza Dantas, o professor José Carlos Lisboa (NASCIMENTO, 2004, p. 211).

Com essas atividades, o TEN valorizava a construção de uma identidade negra e viabilizava a formação de elenco próprio. “Após seis meses de debates, aulas e exercícios práticos de atuação em cena, preparados estavam os primeiros artistas do TEN” que, em primeiro lugar, buscavam o “resgate do legado cultural e humano do africano no Brasil” (NASCIMENTO, 2004, p. 211-212).

Além da UHC e do TEN, as mais notáveis organizações dessa época, existiram outros grupos que se empenharam na luta antirracista: o Conselho Nacional das Mulheres Negras (Rio de Janeiro, 1950); Grêmio Literário Cruz e Souza, (Minas Gerais, 1943) e a Associação José do Patrocínio (Minas Gerais, 1951); Associação do Negro Brasileiro (São Paulo, 1945), a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro (São Paulo, 1954); o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (Rio de Janeiro, 1944), entre diversos outros grupos espalhados pelo Brasil (DOMINGUES, 2007, p. 110).

De acordo com a referida historiadora, “desde a década de 1940 os movimentos negros foram sistematicamente vigiados e reprimidos pelo DEOPS”, pois a polícia política via esses movimentos como subversivos, os quais contribuíam para o questionamento da ideia de “democracia racial” brasileira (KÖSSLING, 2007, p. 14).

Entretanto, apesar das dificuldades encontradas ao longo do Estado Novo, o movimento negro teve novo impulso com o surgimento de novos periódicos: em São Paulo apareceu o Alvorada (1945), O Novo Horizonte (1946), Notícias de Ébano (1957), O Mutirão (1958), Níger (1960); em Curitiba, o União (1947); no Rio de Janeiro, o Redenção (1950) e A Voz da Negritude (1952); registrou-se, também, o surgimento da revista Senzala (1946), em São Paulo (DOMINGUES, 2007, p. 110).

Outro obstáculo enfrentado pelos trabalhadores e, especificamente, pelo movimento negro no Brasil foi a ditadura civil-militar de 1964. Hanchard (2001, p. 7) ressalta que, entre as décadas de 1970 e 1980, os negros que desempenhavam atividades expressivas de protesto em relação à condenação explícita da situação dos negros no Brasil foram frequentemente censurados pelo Estado militarizado que não admitia o questionamento da ordem social:

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil (DOMINGUES, 2007, p. 111).

Nesse contexto, a repressão limitou o movimento negro, mas não impediu que ele acontecesse, mesmo que de forma mais tímida. Kösslingnasua, na dissertação em História Social intitulada *As lutas antirracistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*, trazia como tema principal a vigilância, a repressão do regime militar brasileiro e as lutas antirracistas no período de 1964 a 1983, por meio da documentação do DEOPS/SP, investigando, em especial, o preconceito e a persistência de estigmas e estereótipos raciais no discurso sustentado pela polícia política.

Somente em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), “tem-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado”, antes “as iniciativas, além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime” (DOMINGUES, 2007, p. 112).

Foi com o nascimento do MNU que o movimento negro teve outro caráter, atuando de maneira mais incisiva contra o regime civil militar:

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. Nesta nova fase, a estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade. A tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: “negro no poder!” (DOMINGUES, 2007, p. XX).

A reorganização das entidades negras aconteceu concomitantemente com a volta da imprensa negra. Nesse momento surge: “SINBA (1977), Africus (1982), Nizinga (1984), no Rio de Janeiro; Jornegro (1978), O Saci (1978), Abertura (1978), Vissungo (1979), em São Paulo; Pixaim (1979), em São José dos Campos/SP; Quilombo (1980), em Piracicaba/SP; Nêgo (1981), em

Salvador/BA; Tição (1977), no Rio Grande do Sul, além da revista Ébano (1980) em São Paulo” (DOMINGUES, 2007, p.114).

O movimento negro passou, então, a ter uma atuação maior e mais incisiva, abrangendo questões diversas e cruciais, como a revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; a capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; a reavaliação do papel do negro na história do Brasil; a inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares e, por fim, reivindicou-se a emergência de uma literatura “negra” em detrimento à literatura de base eurocêntrica (DOMINGUES, 2007, p. 115-116).

“O movimento negro organizado ‘africanizou-se’”, ou seja, passou a buscar o resgate das raízes ancestrais e a incorporação do padrão de beleza, da indumentária e da culinária africana (DOMINGUES, 2007, p. 116). Nesse sentido, observa-se o distanciamento/rompimento com a cultura dos brancos, em consequência da aproximação com a cultura africana.

A mobilização em torno da questão negra também é perceptível e desenvolvida em diferentes áreas no Paraná. O concurso “Beleza de Palmares” realizado em Curitiba enalteceu a beleza e a cultura negra em desfiles divididos em dois momentos: dança afro e desfile social:

No primeiro, os candidatos com vestuários afro-brasileiros fazem apresentação de dança afro e, logo em seguida, fazem desfile com traje social, sendo que o vestuário deve ser sempre com roupas de cor preta, verde, amarela e vermelha. Nos intervalos dos desfiles, há apresentações culturais de grupos de capoeira, hip-hop, samba, pagode e desfiles de penteados afro (trança embutida e outros estilos), etc. Esse evento acontece normalmente no mês da consciência negro, novembro (SOUZA, 2011, p. 147).

Outros movimentos podem ser observados no Paraná como o “Futebol Palmares”²⁷, as “Feijoadas do Movimento Negro”²⁸, “União dos Homens de Cor

²⁷No início da década de 1990 um grupo de ativistas do Movimento Negro criou um time de futebol amador chamado “Palmares”. “Os jogadores, do ponto de vista simbólico, acreditavam ser guerreiros na luta contra o racismo assim como foram muitos que viveram no Quilombo dos Palmares; por isso criaram esse nome para o time. O time disputava campeonatos e torneios em vários bairros da cidade de Curitiba e Região Metropolitana. [...]. O time atraía famílias negras que nos domingos, além de buscar divertimento, encontravam-se e trocavam experiência sobre seu cotidiano e falavam sobre casos de preconceito e racismo que vivenciavam. Além disso, ajudavam outros negros na indicação de emprego ou na inserção educacional. [...]. Como o jogo normalmente acontecia pelas manhãs, as famílias organizavam um almoço coletivo seguido de samba e pagode” (SOUZA, 2011, p. 149).

do Paraná”²⁹, etc. Em Maringá, por exemplo, foi fundada em 20 de novembro de 1985 a “Associação União e Consciência Negra de Maringá”, que tem os seguintes objetivos:

- I. Promover e incentivar as atividades culturais negras.
- II. Promover projetos e eventos que possibilitem o estudo e o resgate da identidade negra.
- III. Lutar contra o preconceito de cor e a discriminação racial em todos os seus níveis na sociedade.
- IV. Apoiar todos os movimentos que lutam pela organização, consciência e libertação dos povos oprimidos.
- V. Promover palestras, encontros, seminários e eventos de natureza artístico-cultural e social visando o fortalecimento ideológico do movimento da cultura negra na região e no Estado.
- VI. Manter intercâmbio e convênios com entidades de cultura negra estaduais, nacionais e estrangeiras.
- VII. Apoiar de maneira efetiva os negros que necessitarem de ajuda para desenvolver suas potencialidades criativas nos diversos setores da sociedade.
- VIII. Manter intercâmbio com órgãos culturais da administração municipal, estadual e nacional.
- IX. Possibilitar meios de fortalecimento dos laços de amizade entre os integrantes da entidade³⁰ (ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ, 1985, p. 2).

Esse fato mostra que Maringá não estava alheio as questões raciais e de luta pela inclusão do negro na sociedade de classes. Como no restante do Brasil, os negros aqui também se mobilizaram, conquistando simpatizantes de outras etnias para apoiar suas aspirações. Atualmente um dos expoentes de maior representatividade do movimento negro local, regional e nacional é o professor Delton Aparecido Felipe da Universidade Estadual de Maringá. Seu currículo conta com publicações nacionais e internacionais sobre educação e

²⁸Em Curitiba existem duas feijoadas anuais organizadas pelo Movimento Negro: “Feijoada da Acnap” e “Feijoada Odara”. Nesses encontros o salão é enfeitado com tecidos africanos, cartazes e faixas com dizeres que valorizam a cultura negra no Brasil e reforçam a necessidade de combater o racismo. “As famílias comem feijoada, dançam samba, assistem a danças afro” (SOUZA, 2011, p. 139).

²⁹“Os integrantes da (UHC) investiam em ações que contribuíssem para que os negros pudessem se alfabetizar e concluir os estudos”, além de manterem moços e moças em cursos superiores, concedendo-lhes roupas, alimentação, etc. (SOUZA, 2011, p. 135).

³⁰“Inicialmente o grupo reunia-se em uma sala de aula cedida pela direção do Colégio Estadual Unidade Polo, no Jardim Alvorada em Maringá, onde eram realizados grupos de estudos sobre a cultura afro-brasileira e formou-se um grupo de capoeira com participação de grande e heterogêneo número de pessoas. As reuniões aconteciam duas vezes por mês, sempre aos domingos.” (ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ, 1985, p. 20). A Associação realizou um encontro a nível estadual em Maringá e participou de outros encontros estaduais em Londrina e Cornélio Procopio e nacionais em São Paulo e Belo Horizonte (ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ, 1985, p. 20).

diversidade, história da população negra no Brasil, ensino de história e cultura afro-brasileira, patrimônio afro-brasileiro, história da África e Direito da população negra.³¹

3.3 Religiões afro-brasileiras: uma análise histórica

Os homens e as mulheres arrancados da África e escravizados foram trazidos para o novo continente. Assim, apesar da violência sofrida e da negação de suas origens, costumes, valores culturais, deixaram suas marcas na constituição cultural do Brasil:

Sabemos que os navios negreiros que chegaram entre os séculos XVI e XIX traziam mais do que africanos para serem escravizados para trabalhar no Brasil colônia. Em seus porões, vinha com os africanos uma religião diferente da dos portugueses. Para evitar estratégias de resistência e lutas pela liberdade contra a escravização, essas religiões foram muito perseguidas (SOUZA, 2011, p. 77).

Vale ressaltar que o candomblé e a umbanda são religiões afro-brasileiras discriminadas, por haver, na cultura ocidental, um juízo preconcebido manifestado por meio de atitudes discriminatórias direcionadas a pessoas, lugares e tradições contra essas religiões. Pela falta de conhecimentos, os adeptos das religiões afro-brasileiras sofrem preconceitos, constrangimentos, agressões físicas e assassinatos até o presente³².

Entretanto, como podemos evidenciar, não se trata de uma prática recente em nossa história. Desde o período colonial, por exemplo, homens e mulheres africanos foram desumanizados, tratados como propriedade do

³¹Para saber mais informações acesse: <http://lattes.cnpq.br/1673979833356158>.

³²O livro "Maringá de todos os santos? Orixás, voduns, inquices e guias" de Eronildo José da Silva busca a partir da observação da negação da presença negra em Maringá, revelar essa presença, escondida que está em suas expressões religiosas. O objetivo dessa pesquisa é revelar por meio dos terreiros atuantes na cidade, suas origens, suas filiações (linhagem), seus sacerdotes e adeptos, como eles (elas) encaram o preconceito que ainda é muito forte, e as relações entre os terreiros e a sociedade. Dessa forma, a pesquisa contribui para o conhecimento das origens e da trajetória das religiões afro-brasileiras em Maringá, mas também da sua capacidade de resistência e afirmação num campo religioso adverso.

senhor. Nesse sentido, suas manifestações religiosas foram no máximo toleradas, mas jamais aceitas:

As religiões de matriz africana sempre se firmaram como elo de resistência e luta pela liberdade do povo negro, desde os primeiros dias do cativo até os dias atuais; mas nem sempre existiu uma lei para assegurar a sua prática. Ao contrário, há vários relatos que dão conta de proibição, prisão e cerceamento; inicialmente, das práticas do candomblé, e, mais tarde, da umbanda (CONCEIÇÃO, 2016, p. 116).

Atualmente, os principais ataques de intolerância religiosa, denominados de racismo religioso, provêm, sobretudo, de grupos neopentecostais, “que fazem o uso de meios midiáticos para propagar a violência e o racismo contra as religiões afrodescendentes” (SILVA, 2019, p. 13).

Assim como a indígena, a cultura africana foi reprimida pelos colonizadores. Nesse contexto, os escravos aprendiam o português, eram batizados com nomes portugueses e obrigados a se converter ao catolicismo. Além disso, eram proibidos de fazer festas e rituais de origem. O objetivo era acabar com as manifestações africanas, por serem consideradas inferiores e perigosas à cultura ocidental:

Todas as técnicas de incentivo à assimilação, desde a catequese e cristianização aos planos regionais e “científicos” de etnólogos contratados por instituições colonizadoras, foram e continuam sendo empregados para que a assimilação se mantenha acelerada. Apesar dessas nuances específicas nas relações interétnicas entre “brancos” e negros no âmbito no contato religioso, o aparelho de dominação ideológico da religião católica dominadora continua atuando no sentido de fazer com que, via sincretismo, as religiões afro-brasileiras sejam incorporadas ao bojo do catolicismo e permaneçam assimiladas no nível de *catolicismo popular* (MOURA, 2019, p. 70).

As religiões tidas como fetichistas e inferiores deveriam, desse modo, ser incorporadas aos padrões católicos ou cristãos (MOURA, 2019, p. 70). Ademais, as práticas religiosas vindas dos povos africanos foram conceituadas em imagem do mal. Havia o entendimento de que a África era uma nação inferior, em razão do processo de dominação europeu e, por conseguinte, das religiões africanas foram associadas a algo maligno. Qualquer coisa diferente daquilo que a Igreja Católica ensinava era considerado errado e sem validade.

Inferiorizar negros e tudo aquilo que se relaciona a ele é um exercício advindo do período de escravidão. Nesse sentido, o escravismo deu respaldo para que práticas discriminatórias permanecessem, mesmo que com uma nova roupagem no século XX:

Por questões de formação histórica, os descendentes dos africanos, os negros de um modo geral, em decorrência da situação inicial de escravos, ocupam as últimas camadas da nossa sociedade. Em consequência, a sua cultura é também considerada inferior e somente no processo de contato como sendo cultura primitiva, exótica, assimétrica e perturbadora daquela unidade cultural almejada e que é exatamente a branca, ocidental e cristã (MOURA, 2019, p. 77-78).

As religiões de matriz africana, para o movimento negro, são símbolos de resistência contra a cultura branca dominante. Assim, a busca pela negritude fez com que a militância negra incorporasse as religiões afro-brasileiras e suas especificidades, “tal como a luta contra a intolerância, fossem incorporadas, mesmo que de maneira gradual, nos discursos da luta antirracista” (SILVA, 2019, p. 2), considerando-as importantes para o enfrentamento da cultura dominante. Desse modo, as religiões afro-brasileiras incorporaram-se ao movimento negro, sendo consideradas como meio de resistência negra e aglutinadoras de uma identidade afro-brasileira. A superação do racismo, nesse sentido, passa pelo (re)encontro do negro com sua identidade étnica (DOMINGUES, 2007, p. 116). Diante disso, a questão cultural está fortemente enraizada nos movimentos negros da atualidade, contudo:

[...] as populações descendentes das culturas africanas, apesar do grande ritmo e intensidade do processo aculturativo, continuam congeladas nas mais baixas camadas da nossa sociedade. Os níveis de dominação e subordinação quase não se modificaram durante praticamente quinhentos anos (MOURA, 2019, p. 76).

O racismo e os preconceitos praticados apresentam as culturas africanas, especialmente os aspectos religiosos, associados à bruxaria, feitiçaria ou magia negra. Essa tentativa de desarticulação é feita através de uma racionalização, “e ela é montada via valores da religião dominante e do desconhecimento objetivo e imparcial da religião dominada” (MOURA, 2019, p.

85). Desse modo, o estigma negativo imprimido aos negros e a sua cultura contribui para que práticas e falas os subjuguem:

Palavras como feiticeiro, feitiçaria, mandingueiro, candomblezeiro, macumbeiro, bozó resumem as violências sofridas pelos adeptos das matrizes africanas. O espaço da escola também vem sendo palco de desrespeito; não obstante toda forma de silenciamento, há também a violência física (CONCEIÇÃO, 2016, p. 121).

Essa negação e essa inferiorização da cultura e da história negra são expressões das lutas de classes. Elas fazem parte do contexto de uma sociedade dividida em classes, na qual a supremacia branca burguesa busca constantemente manter-se no poder e explorar as classes subalternas. Dessa forma, desvalorizar os negros e sua história foi o caminho encontrado pela burguesia branca dominante para expandir e desenvolver seus domínios.

Com base no que foi exposto até o momento, considera-se que o combate ao racismo e a superação de qualquer exploração, necessariamente, devem desenvolver atitudes anticapitalistas, ou seja, uma consciência crítica e, a partir de então, se propor mudanças práticas efetivas, visto que o racismo, da forma como entendemos atualmente, é uma arma ideológica de dominação – “um dos galhos do capitalismo” – como destaca Clóvis Moura (1994).

Nesse sentido, o negro foi excluído dos espaços sociais restando-lhe um lugar de invisibilidade. Veiculá-lo de forma estereotipada e desqualificar sua cultura e tradições tornou-se um dos mecanismos de exclusão da burguesia branca para manter-se no poder e conseqüentemente manter as relações de dominação e subordinação necessárias ao funcionamento do capitalismo. Logo, o negro subjugado à condição de indivíduo inferior seria praticante de uma fé ou religião inferior, associada ao mal e incompatível com a sociedade ocidental.

4. O NORTE DO PARANÁ: ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E GEOGRÁFICOS

O Paraná, localizado ao norte da região sul, é um dos vinte e sete estados do Brasil e está dividido em 399 municípios, de acordo com a estimativa de 2018 do IBGE. Dentre esses municípios está Maringá, uma das cidades mais arborizadas do Brasil, em decorrência de um projeto que teve forte apelo estético e preocupação em proteger áreas verdes e vegetação nativa. Assim, as principais características da paisagem urbana de Maringá são ruas e avenidas largas e bem arborizadas.

Maringá localiza-se no Norte Novo do Paraná, sendo cortada pelo Trópico de Capricórnio, zona de transição climática e é considerada um polo regional do estado. À sua volta, encontram-se várias cidades menores, consideradas cidades dormitórios, porque a maior parte da população trabalha e busca outros serviços em Maringá, já que esses locais não têm capacidade para absorver toda a mão de obra existente e nem oferecem serviços como educação, saúde, lazer e outros a todos os seus habitantes. Nesse sentido, pode-se dizer que as cidades circundantes à Maringá têm seu crescimento populacional, econômico e espacial influenciado pela cidade polo, pois são extremamente dependentes do centro.

A “Cidade Canção”, como também é conhecida, foi planejada para ser uma cidade de 200 mil habitantes, mas hoje conta com um número muito maior. Jorge de Macedo Vieira³³ e sua equipe criaram um projeto que dispunha de um traçado urbanístico original com zona industrial, zona comercial e zonas residenciais, que transformou Maringá numa cidade moderna e contribuiu, em grande medida, para torná-la num centro de convergência econômica.

³³Jorge Macedo Vieira nasceu em 15 de Agosto de 1894 em São Paulo. Pertencia a uma família de poucas posses econômica (KAWAI, 2000 apud BONFATO, 2003, p. 77). Estudou na Escola Politécnica de São Paulo entre 1912 e 1917, onde se formou em Engenharia Civil. “Durante sua vida, não contraiu matrimônio e não deixou descendentes diretos. O enriquecimento ocorreu após anos de estudos e a custa de uma profícua atuação profissional, principalmente entre as décadas de 1920 e 1960”. (BONFATO, 2003, p. 77). Faleceu em 7 de janeiro de 1978 na mesma cidade que nasceu, com uma condição econômica favorável.

4.1 O norte do Paraná

A figura 1 mostra o mapa do Paraná com suas respectivas regiões geográficas:

Figura 1: Mapa do estado do Paraná



○ Fonte: «IPARDES». Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Regiões Geográficas (Lei Estadual 15.825/08) - Paraná. 2010³⁴.

Maringá localiza-se no Norte Central, entre o Norte Pioneiro e o Noroeste. A cidade faz divisa com Ângulo, Astorga, Iguaraçu (Norte); Floresta (Sul); Marialva, Sarandi (Leste); Paiçandu e Mandaguaçu (Oeste).

³⁴Disponível

https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/REGIAO%20GEOGRAFICA%20IMEDIATA%20POP%20ESTIM%202021%281%29.pdf. Acesso: 16 de março de 2022.

em:

4.1.1 Economia, sociedade, trabalho escravo e geografia

O Norte do Paraná está dividido em três mesorregiões: Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste (IPARDES, 2010). Atualmente, as cidades mais populosas do norte do Paraná são Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Araçongas, Cambé, Cornélio Procopio, Jacarezinho, Umuarama e Cianorte (IBGE, 2010). Os estudos sobre essa região, segundo Luz (1997), começaram a se desenvolver somente após a criação das universidades estaduais em Londrina e Maringá; antes disso, eram escassos, devido ao fato de o povoamento do norte paranaense ser recente, além de se tratar de uma região em rápido processo de transformação e de não ter se implantado inicialmente uma mentalidade voltada para a pesquisa científica (LUZ, 1997, p. 1). Para a autora, essas condições dificultaram as pesquisas sobre o Norte do Paraná. No entanto, observa-se, na atualidade, um número cada vez mais crescente de estudos nesse sentido.

Desde as primeiras décadas do século XVIII, a produção mercantil voltada para mercados regionais ocasionou uma demanda em abundância e a extensão de terras no Paraná tornou a procura por escravos uma necessidade, frente aos propósitos econômicos (GUTIÉRREZ, 2006, p. 101). De forma sistematizada, no decorrer do século XVII, ocupou-se a área do litoral e o planalto curitibano; no século XVIII, finalizou-se a ocupação dos Campos Gerais e, no século XIX, ocuparam-se os campos de Guarapuava e os de Palmas (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 86). A coroa portuguesa adotou expedições militares pelo interior e a concessão de sesmarias³⁵ como principal política para promover a ocupação (FRANCO NETTO, 2009, p. 3).

A respeito da ocupação do Paraná Balhana, Machado, Westphalen (1969, p. 86) afirmam:

³⁵A concessão de sesmaria consistia na “posse de uma importante quantidade de terra com a intenção de desenvolver a atividade criatória, levando em conta as condições econômicas do proprietário, e a quantidade de escravos por ele possuídos” (FRANCO NETTO, 2009, p. 3). Essa prática teve fim com o processo de independência em 1822. O objetivo de entrega das sesmarias por parte da coroa portuguesa era lavrar terrenos incultos e abandonados, visando o cultivo das novas terras conquistadas e o povoamento do novo território na América.

O elemento fundamental da expansão e da fixação das populações foi a fazenda de criação de gado, como instrumento, a família como agente social e econômico, as regiões de campos naturais como espaço geográfico e a escravidão como sistema de trabalho.

O escravo, ao longo da história, foi um componente de considerável importância econômica e social, principalmente, por se crer que estava apto para realizar os mais diversos tipos de trabalho. No Paraná, sua presença pode ser confirmada por meio do “Inventário dos Bens Rústicos” (um cadastro de terras) de 1818³⁶, o qual requeria dos declarantes a informação sobre o número de escravos que trabalhavam nas terras:

Inicialmente, no século XVII, foi o escravo indígena quem preencheu as necessidades da lavoura e da mineração, e ele mesmo foi capturado como mercadoria para venda em outras regiões. Mas nas primeiras décadas do século XVIII, com a consolidação da pecuária como atividade comercial e a diminuição do índio nas áreas mais próximas, os escravos de origem africana substituíram paulatinamente o indígena (GUTIÉRREZ, 2006, p. 101)³⁷.

Nesse contexto, a pobreza local não permitia a importação de escravos africanos; portanto, nas fases iniciais, houve o predomínio do indígena escravizado e/ou seu mestiço com português, “apenas nas fases mais produtivas das faisqueiras e lavras do Paraná é que foram introduzidos escravos africanos” (HARTUNG, 2005, p. 145). A mão de obra escrava era maior e os índios eram da terra, conheciam vastamente as florestas e matas, nasciam livres. Facilmente fugiam entre as matas. Esse modo de vida dos índios tornava quase que impossível a escravização indígena:

O afluxo ao Paraná dos primeiros escravos de origem africana deveu coincidir com a fundação em 1648 de Paranaguá, no litoral, o primeiro núcleo populacional português instalado na região, em decorrência da descoberta de ouro nas redondezas. Não tardou muito e o metal precioso foi também descoberto serra acima, nos campos de Curitiba. Os novos colonos, vindos principalmente de núcleos setentrionais da capitania de São Paulo, trouxeram possivelmente os primeiros escravos negros

³⁶O cadastro foi feito no final do período colonial na fase de plena expansão da pecuária (GUTIÉRREZ, 2006, p. 100).

³⁷Não se sabe ao certo o número de indígenas escravizados, nem de negros importados até a primeira metade do século XVIII (GUTIÉRREZ, 2006, p. 101).

para trabalhar na extração e lavagem do metal (GUTIÉRREZ, 2006, p. 101).

A atividade da mineração promoveu os primeiros núcleos urbanos na região, destacando-se Curitiba, “a atividade mineradora no litoral e a atividade da pecuária, posteriormente, nos Campos Gerais se interligam, formando o povoamento de Curitiba” (FRANCO NETTO, 2009, p.2). A partir do descobrimento do ouro das Minas Gerais³⁸ pelos paulistas, no final do século XVII, os exploradores conseguiram obter algum lucro, mas a economia mineradora do Paraná logo perdeu a importância, devido a existência de zonas auríferas mais ricas e a escassez do ouro paranaense (MOTIM, 1987, p. 71).

A escravidão no Paraná era um componente que dinamizava a economia nacional:

Quase todos os serviços nas fazendas eram feitos por escravos, nem sempre negros, porém. Os primitivos, que acompanharam a expansão paulista para o litoral paranaense, eram carijós, e sua situação jurídica era definida como “administradores”. Encontramo-los em Paranaguá nos tempos na mineração e muito mais tarde nas fazendas dos Campos Gerais. Nos inventários dos fazendeiros da última década do século XVIII e princípios do século XIX, são comuns os “gentios de guerra”. Eram escravos indígenas (coroados e botocudos), aprisionados nas investidas que os fazendeiros faziam, em represaria, contra os bugres que lhes assaltavam as fazendas e as tropas. Assim, na fazenda de Jaguariaíva, em 1795, em 25 escravos, 11 eram “gentios de guerra”. Os negros, porém, constituíram maioria. Distinguiam-se entre “crioulos” e de “nação”, conforme tivessem nascido no Brasil ou na África. Na segunda metade do século XIX houve uma importação maciça de negros em S. Paulo. Como reflexo, encontramos nas fazendas do Paraná, nessa época, escravos africanos de “nação” e jovens, dominando em número a força de trabalho. Eram das nações Caçanje, Congo, Cabinda, Munjolo, Loanda Moçambique, Rebôlo. Os escravos do sexo masculino predominavam ligeiramente sobre os do feminino. O número de escravos na fazenda foi em aumento, desde o último quartel do século XVIII, até mais ou menos 1860, em que começou a declinar (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 92).

³⁸“Quando se descobriram as minas de ouro em Minas Gerais, houve uma concentração de população no território dessas minas, acrescida de grandes levas de aventureiros que imigraram de Portugal, na esperança do ouro. A carência de gêneros, numa população que se formou subitamente, e que dedicava exclusivamente à cata do ouro, criou tremendos problemas de abastecimento, que raiaram pelo drama da fome. A organização desse abastecimento foi o grande problema enfrentado pelo governo colonial, na primeira parte do século XVIII. O norte e o sul do Brasil se empenharam nesse problema, encontrando, afinal, em Minas Gerais, o mercado para o produto de suas atividades econômicas.” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 62)

Desse modo, a utilização do trabalho escravo estendeu-se a todos os setores produtivos da comunidade paranaense, “desde a mineração à agricultura de subsistência, pecuária, aos afazeres domésticos e diferentes artesanatos e ofícios rurais e urbanos”, até mesmo a funções de administração (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 122). Normalmente, os escravos do litoral estavam voltados principalmente à pequena lavoura, enquanto que os do planalto trabalhavam na pecuária (GUITIÉRREZ, 2006, p. 112).

Não se pode afirmar que não houve escravidão no Paraná pois a presença no escravo foi relevante modificando as relações socioeconômicas e estabelecendo novas formas de comunicação e de trabalho:

O escravo negro esteve presente de forma significativa no Litoral ou no Planalto, nas cidades, vilas e freguesias, na mineração, na pecuária, na agricultura de subsistência, no cultivo na erva-mate ou no café. O mapa dos habitantes da Vila de Paranaguá de 1767 informa que, no período, 48% da população era escrava. Em 1776, representava 23% da população de Curitiba; em 1767, 50% e no final do século XVIII, 47% (HARTUNG, 2005, p. 148).

As transformações econômicas que se processavam evidenciavam um novo paradigma de organização das relações econômicas, sociais e políticas, dando força ao movimento separatista, que se intensificou principalmente a partir da década de 1820, em consequência do comércio de gado e da atividade de exportação da erva mate, que desenvolveram a renda interna do Paraná; além disso, sua localização estratégica, na parte meridional do país, foi outro fator que influenciou a independência da Comarca (FRANCO NETTO, 2009, p. 8).

O Paraná, nos séculos XVII, XVIII e XIX, era uma sociedade fundamentada na força de trabalho escravo. No entanto, não eram todos os proprietários de terras que possuíam escravos; de fato, existia um número considerável de proprietários sem escravos, como mostra o Inventário de 1818: “reunindo todos os donos de terras do litoral e do planalto, mais de três quartos declararam em 1818 não recorrer ao trabalho escravo para as lides agrícolas ou pastoris” (GUITIÉRREZ, 2006, p. 102-103).

Apesar do número de escravos ser menor no Paraná do que na região nordeste do Brasil, o regime de trabalho escravo foi exaustivo e desumano. No momento que se iniciou o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre na região, diante da necessidade de braços para o trabalho nos engenhos e outras atividades econômicas, o Paraná, em vez de investir na imigração interna, como São Paulo vinha fazendo em relação a seus escravos, preferiu investir no trabalho estrangeiro, corroborando, assim, a adesão da elite paranaense aos ideais de branqueamento (MAYNARDES, 2015, p. 9).

4.1.2 Imigração estrangeira no Paraná e a existência de comunidade negra na região

A política de imigração e de colonização praticadas pelo governo paranaense representava uma solução exequível para o suprimento de braços nas lavouras de café em um contexto histórico de crescente expansão das relações capitalistas pelo globo, afetando não somente a circulação de mercadorias, mas, também, as formas de contratação da força de trabalho.

No decorrer do XIX, com o avanço da industrialização nos grandes centros econômicos do capitalismo mundial, surgem novos padrões de produção e de acumulação. Em diferentes nações da Europa, os trabalhadores expulsos do campo chegaram em grande número para ocuparem-se de uma tarefa diária na qual eram duramente explorados. No entanto, como uma maldição que pairava sobre suas cabeças, não havia sequer condições de serem empregados nas verdadeiras masmorras modernas. A alternativa para muitos foi buscar uma nova vida em uma das diferentes nações da América.

Nesse sentido, o crescimento vertiginoso do fluxo de pessoas entre diferentes nações nos últimos decênios do século XIX estava vinculado ao avanço das relações capitalistas de produção. Assim, a acumulação capitalista não se restringiu ao continente europeu, mas buscou ramificações em outros continentes. No limite esse processo, contribuiu-se para a reconfiguração do mercado de trabalho pelo mundo e criou-se novas alternativas em diferentes regiões, incluindo o Brasil.

No Relatório do Presidente da Província do Paraná de 1860, essa possibilidade aparece como uma medida de combate ao tráfico de escravos e a

única esperança possível contra a decadência da produção agrícola. Além disso, a política imigratória nesse período teve duas vertentes de ação como destaca Franco Netto (2009, p. 11):

Uma preocupada com a colonização e a ocupação de regiões desertas, e a outra a fim de preencher a falta de mão-de-obra para a cultura do café, em franca expansão, a partir dos anos 40 do século XIX. Foram duas políticas de imigração distintas que nortearam as decisões políticas, quanto à forma de impulsionar a produção agrícola no país. No sul houve a predominância da primeira opção, vista as dificuldades enfrentadas por sua economia frágil, dependente dos mercados internos, induzida por condições sócio-econômicas inerentes ao processo produtivo da região.

Nesse contexto, na região sul do Brasil ocorreu um processo de europeização, a ponto de se desconsiderar praticamente toda a contribuição da população negra na formação histórica e cultural da região. A exemplo do que ocorreu em diferentes regiões, os setores dominantes em Maringá também silenciaram sobre a presença do negro e do indígena na região.

No jornal Folha do Norte do Paraná não se observou a valorização da história e da cultura negra, nem mesmo uma referência àqueles que foram a base econômica do estado. Por outro lado, na seção “Crônica Social” observa-se a identificação e a aproximação com o estilo de vida europeu, em que salões, festas e um suposto bom gosto compõem o divertimento da alta sociedade maringaense.

O “esquecimento” das contribuições do negro na constituição social do Brasil é parte de um processo de “branqueamento” da população. Isso porque a ideologia do branqueamento penetrou em diferentes espaços da sociedade brasileira, reforçando o caráter racista de nossa formação colonial.

Não é demais enfatizar que, no final do século XIX, a sociedade brasileira caracterizava-se por uma multiplicidade cultural, oriunda das diferentes manifestações culturais dos povos indígenas, negros e imigrantes que aqui chegavam. No entanto, a presença do negro e do índio, considerados bárbaros por muitos, era apresentada em diferentes espaços como responsável pelo atraso social do Brasil.

Em um contexto histórico no qual os grupos dominantes agrários, vinculados à exportação de bens primários, defendiam a visão de que os problemas brasileiros se deviam à mistura das raças, o branqueamento

aparecia como uma via de regeneração, na medida em que apontava para o desaparecimento do negro a longo prazo³⁹.

Não era incomum a utilização de expressões pejorativas para definir ou descrever as manifestações culturais oriundas da África, tais como “selvagens”, “bárbaros”, entre outros. Tratava-se de uma prática de negação de todas as referências culturais de homens e mulheres descendentes de solo africano. A utilização de palavras e contextos negativos no jornal *Folha do Norte do Paraná* para se referir aos negros, como mostrará o último capítulo deste trabalho, e isso apenas reforça a visão estereotipada do negro. Sobre essa conjuntura, Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 119) afirmam:

[...] era comum afirmar que o índio e o negro não haviam tipo participação relevante na formação paranaense. Entretanto, proporcionalmente ao total de habitantes, em determinados períodos, e, sobretudo aos gêneros de vida desenvolvidos no Paraná, os índios e negros ocupam posição significativa também na formação da população paranaense.

A participação econômica e social de escravos, índios e africanos e seus descendentes na formação do contingente populacional do Paraná foi bastante significativa, permitindo características que os identifica com a formação populacional brasileira. Nos livros e em trabalhos acadêmicos, as referências aos descendentes de europeus – italianos, poloneses, alemães e outros – que vinham ao Paraná são maiores. Em acréscimo à composição da população paranaense, pouco abordada pela historiografia, há informações sobre um grupo de indivíduos denominado “sutis”, cuja localização se dava no Norte do Paraná⁴⁰:

Esse povo viveu no Norte do Paraná e foi expulso pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, pois sua presença criava obstáculos à colonização. As poucas informações que se tem sobre ele são esparsas e encontradas fragmentadas em livros de história local dos municípios

³⁹José Verissimo, Fernando de Azevedo e Renato Kehl são alguns dos intelectuais associados ao eugenismo e que desenvolveram estudos a fim de possibilitar a construção do projeto de nação privilegiando uma raça superior a outra.

⁴⁰Em conversa com Antonio Afonso Subtil, o último sutil encontrado em Tuneiras do Oeste (PR) em 1994, a professora Helena Cioffi e a geografa Izaura Aparecida TomaroliVerella explicam que o sobrenome sutil era usado por todos, pois vinha de um líder chamado Subtil. “Segundo o engenheiro Marcos Luiz Wanke, tratava-se de um tropeiro, que se chamava Benedito Subtil e se juntou ao primeiro grupo de caboclos no Sul do Estado” (REVISTA TRADIÇÃO, n. 331, ano XXX, jun. 2010, p. 24).

próximos a Maringá. As informações que se têm dessa população são passadas oralmente por pioneiros da região ou pessoas que se interessam em saber mais sobre essa população (SILVA, 2014, p. 51).

A *Revista Tradição*, órgão de imprensa que divulgava a história, o desenvolvimento de acontecimentos e personalidades de Maringá desde 1980, afirmou em sua edição de número 331 que os “sutis” viviam espalhados no norte e noroeste do estado e chegaram à região por volta de 1910, ou seja, antes dos pioneiros brancos, permanecendo até a década de 1960. Poucos conhecem a existência dessa população descendente de negros e de índios e que, segundo a revista, veio de Castro, sul do estado, e são naturais dos malês, escravos muçulmanos que fizeram a “Revolta dos Malês”, em 1835, na Bahia.

Nas margens da PR-323, que liga Paiçandu à Cianorte, há um local denominado “Cemitério dos Caboclos”, onde viviam entre 250 e 300 sutis. Era um povo tímido, que evitava contato com os brancos. De acordo como relato do pioneiro Luciano Contardi para a revista *Tradição* (2010, p. 24), os sutis eram cristãos, mas também realizavam ritos africanos; “havia muita animação e bons violeiros entre os sutis” que viviam em média 45 anos:

Ele diz que os sutis eram alegres, gostavam de festas, principalmente as de Santo Antônio, São João e São Pedro, que duravam até uma semana. Na comunidade não havia donos, tudo era de todos. Plantavam mandioca, banana, batata e milho, que misturado à água era socado em monjolos. Depois de seco virava farinha, da qual eram produzidos bijus. Acompanhados de carne de porco formavam os cardápios das festas (TRADIÇÃO, 2010, p. 24).

Já os escravos constituíam um grupo desprovido de condições e das oportunidades concretas para emancipar-se de toda exploração e opressão do sistema de escravidão. Apesar dessa conjuntura desfavorável, de acordo com Hartung (2005), em 1854 Dona Maria Clara do Nascimento, proprietária da Fazenda Santa Cruz, localizada na região dos Campos Gerais, município de Ponta Grossa, transformou seus escravos e ex-escravos em herdeiros da metade de suas terras, dos animais e de instrumentos de trabalho da fazenda. Esse fato que não foi único ao longo do processo de abolição e demonstra

ideais humanitários expressos nos sentimentos de afetividade entre senhores e escravos.

Nos últimos anos da escravidão, multiplicaram-se pelo Paraná as sociedades emancipadoras que angariavam fundos para a libertação de escravos. Além das jóias, das mensalidades e da renda de festas beneficentes, alguns de seus membros faziam doações para as referidas sociedades (HARTUNG, 2005, p. 179).

Desse modo, observa-se que concepções e doutrinas cristãs sobre a humanidade conviviam no contexto de violência da escravidão. Essa contradição esteve presente no Paraná e em todo o Brasil, permitindo a alguns escravos a libertação antecipada e benefícios pouco comuns à época.

4.1.3 Reocupação do Norte do Paraná⁴¹

No processo de reocupação do Norte do Paraná, não se pode desconsiderar as populações já existentes, pois elas fornecem informações iniciais e fundamentais para qualquer pesquisa científica. O descaso com a história e a cultura de negros e indígenas mostra a necessidade de buscar essa contribuição formativa do Paraná, no sentido de conferir maior reconhecimento a essas populações e solidez à história do Paraná e de Maringá:

[...] as versões contadas e (re)construídas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e sua sucessora, a Companhia Melhoramento Norte do Paraná, ajudaram em grande medida a excluir fatos, ainda hoje, pouco conhecidos por grande parte da população. Os sutis, caboclos que nessas glebas viveram, ou mesmo diversas tribos indígenas, são alguns dos exemplos (SILVA apud LEAL, 2019, p.7).

A obra da Companhia de Terras Melhoramento Norte do Paraná ressalta que a ocupação do norte do Paraná começou a partir da década de 1920 e,

⁴¹Utilizou-se o termo reocupação embasado na obra de Maurílio Rompatto, Cássio Augusto Guilherme e Leandro de Araújo Crestani intitulada “História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões Norte, Noroeste e Oeste do Estado”. Os autores definem que a reocupação de um território é o segundo momento da ocupação, pois compreendem “que estavam presentes povos indígenas, posseiros, pequenos proprietários eu(sic) outros habitantes que não vieram a partir dos empreendimentos capitalistas decorrente do estímulo do governo do Estado do Paraná” (ROMPATTO, GUILHERME, CRESTANI, 2016, p. 89).

com isso, acabou por não reconhecer a existência de índios e negros nessa região antes da colonização iniciada pela Companhia. Contudo, no último quartel do século XIX, “já vinha ocorrendo um processo lento de ocupação por empresas ou órgãos públicos”⁴², em razão de interesse de alguns fazendeiros de São Paulo e de Minas Gerais, que procuravam o norte do Paraná para expandir seus negócios em torno da cafeicultura (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 122). Desse modo, não se pode dizer que a CTMNP colonizou todo o norte do Paraná. “Na verdade, sua colonização particular não ultrapassou a 20% do total das terras da região” (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 136)⁴³.

As populações que viviam no Norte do Paraná antes da colonização pelas Companhias quase não são retratadas nas pesquisas científicas. Isso não significa que elas não existiam:

São poucos os estudos disponíveis sobre a colonização do Norte do Paraná que tenham uma abordagem retratando a dinâmica das populações que viviam nessa região antes de serem “ocupadas” oficialmente.

Em sua maioria os trabalhos acadêmicos ou não, afirmam que a região não era habitada a chegada dos pioneiros⁴⁴, e quando fazem referência a população que existia, informam que eram grupos de pouca expressão e que não houve grande resistência por parte deles diante do colonizador (SILVA, 2014, p. 47).

A reocupação do Paraná, especificamente das regiões Norte, Oeste e Sudeste no século XX ocorreu por meio de povoamento e de colonização da parte “nova” do Paraná, por duas frentes pioneiras: “a do norte, como prolongamento da expansão cafeeira do Estado de São Paulo, e a do oeste, resultante da penetração de colonos, descendentes de alemães e italianos, vindos do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina” interligaram as

⁴²O Norte e Noroeste do Paraná são bastante conhecidos pela atuação da CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, “mas conforme explica Rosaneli (2013) foram aproximadamente 44 empresas” que atuaram no processo de reocupação dessa região (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 89). A Companhia Byington, por exemplo, proporcionou a formação dos atuais municípios de Altônia, Esperança Nova, Pérola, São Jorge do Patrocínio e Xambrê (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 90)

⁴³A colonização do setentrião paranaense, dirigida por empresas privadas e pelo Estado, desenvolveu-se entre a margem esquerda do rio Tibagi e as barrancas do rio Paraná (LUZ, 1997, p. 18)

⁴⁴De acordo com João Laércio, há uma “apologia incondicional em relação à figura do pioneiro”, a ponto de concebê-lo como único personagem responsável pela construção e desenvolvimento de Maringá (LEAL, 2019, p. 46).

regiões paraenses e contribuíram com o seu povoamento (LUZ, 1997, p. 2). Nesse processo, a produção cafeeira foi a principal responsável por produzir no Paraná o desbravamento de terras e sua povoação, tornando o Estado um dos principais produtores agrícolas do Brasil:

No quadro da ocupação agrícola das terras paranaenses, merece destaque especial a região Norte, delimitada, “grosso modo”, pelo paralelo 24. Pela sua proximidade com o Estado de São Paulo, essa região teria de ser a direção natural da expansão da frente pioneira que, deixando para trás os cafezais já decadentes do Oeste paulista, ou ainda em busca de regiões novas que aquela lavoura estava a exigir, iria ali atingir o seu clímax (LUZ, 1997, p. 2-3).

No Paraná, o café estimulou a formação de núcleos urbanos, transformando vazios geográficos em regiões prósperas. Desse modo, ondas migratórias de Minas Gerais, São Paulo e Nordeste vinham para cá em busca de oportunidades nas férteis terras paranaenses.

4.1.4 O café – o “ouro verde” do Paraná

A cultura do café exigia grandes espaços de terras e mão de obra escrava, além da ferrovia, já que havia dificuldades de traslado da produção. Desse modo, os fazendeiros lutaram pela construção da ferrovia ligando São Paulo ao estado do Paraná para escoar a produção cafeeira e, assim, expandir os lucros.

A consolidação da ferrovia seria um processo demorado e de altos custos. Então, o governo brasileiro de Arthur Bernardes recebeu, no final de 1923, a Missão Montagu, formada por financistas de Londres, buscando sanar uma dívida externa antiga e praticamente impagável do país com o grupo inglês denominado N. M. Rothschild & Sons (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 123). Some-se a isso o fato de que a crise cafeeira, nesse período, afetava ainda mais a economia do Brasil, impedindo-o de reagir e de honrar seus compromissos externos. Os ingleses, contudo, ofereceram a renegociação da dívida:

No conjunto das negociações, os ingleses propuseram uma reforma monetária e ao mesmo tempo acenaram com novos investimentos no país. Estes investimentos recaíam sobre três importantes setores da economia brasileira: no setor financeiro

com a compra ou privatização do Banco do Brasil; no setor agrícola com os investimentos na produção algodoeira voltada para a exportação e, por fim, no setor de infra-estrutura, pela ampliação da ferrovia São Paulo-Paraná, a partir de Ourinhos-SP. Segundo Joffily, em seu livro “Londres-Londrina” (1985), os ingleses usaram de muita pressão junto ao governo federal para conseguir muito mais do que apenas renegociar a dívida. Eles queriam as terras do norte do Paraná e o direito de construir a ferrovia (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 123-124).

A ferrovia São Paulo-Paraná foi inaugurada oficialmente em 12 de junho de 1924 e abarcou o trecho desde a estação de Ourinhos, no estado de São Paulo, à estação Leoflora, no estado do Paraná. Em 1928, a Paraná Plantations, de capital inglês, adquiriu a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, expandindo a via férrea rumo ao oeste, adentrando o estado do Paraná e seguindo ao sul do canal do Rio Paranapanema. O objetivo era escoar a produção de café do norte pioneiro do Paraná para as metrópoles brasileiras e para o Porto de Santos, interligando especialmente as cidades de Ourinhos e Cambará. Este empreendimento, junto a Companhia de Terras do Norte do Paraná, ambos pertencentes à Paraná Plantations, foram às principais propulsoras do desbravamento e do desenvolvimento do norte do Paraná, ocasionando o surgimento de diversas cidades.

O endividamento externo⁴⁵ foi o principal artefato que fez com que a Inglaterra dispensasse ao Brasil um tratamento subalterno (JOFFILY, 1985, p. 37). Caio Prado Junior, na obra *História Econômica do Brasil*, sistematiza a condição de inferioridade do país enquanto nação perante o restante do mundo, principalmente em relação à Europa:

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende as raízes da formação do país, como já foi ampla e repetidamente analisado ao correr de todo este livro. Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países das regiões temperadas da Europa, e mais tarde também da América, ela se organizará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no

⁴⁵Em 1924 a dívida externa do Brasil era de 102.623.294, só em libras, sem considerar os débitos dos estados e municípios; o país estava em atraso no pagamento de juros e amortizações (JOFFILY, 1985, p. 42).

sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia “nacional”, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. Está é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento. O país far-se-á imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações. (PRADO JUNIOR, 1985, p. 270).

Nesse contexto, os países devedores tinham dificuldades em bancar a supervalorização do dólar e aguentar a alta dos juros internacionais (JOFFILY, 1985, p. 39). Além disso, o Brasil “estava implorando um empréstimo suplementar de 25 milhões de libras”, sem que ao menos tivesse pagado os juros e débitos acumulados (JOFFILY, 1985, p. 50). Diante disso, o governo brasileiro via-se obrigado a fazer concessões, além de não ter condições morais para negociar e renegociar com os Rothschild (JOFFILY, 1985, p. 54).

As duas subsidiárias da Paraná Plantations, Companhia de Terras Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná trabalhavam juntas em perfeito entrosamento. Enquanto que a primeira loteava e vendia as terras a serem colonizadas, a segunda possibilitava o escoamento da produção, a ligação com os demais centros e a penetração do fluxo contínuo de colonizadores para as frentes pioneiras (LUZ, 1997, p. 36). Desse modo, realizava-se um trabalho coordenado e coerente, direcionado por um planejamento prévio:

Enquanto a ferrovia era incorporada pela União, a Companhia de Terras Norte do Paraná era comprada por um grupo nacional que contava com o apoio financeiro do Banco Mercantil de São Paulo. Os interessados foram Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio. De posse dos brasileiros, a companhia passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A – CMNP (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 125)⁴⁶.

A CMNP incentivava o cultivo de café e tinha por objetivo construir centros urbanos e estradas. Em consonância com as transformações

⁴⁶A mudança de nome, em 1951 sob a nova direção, acompanhou novos empreendimentos, porém desde o início de seu trabalho a Companhia visou dispor de transportes rodoviários e núcleos urbanos nas zonas colonizadas (LUZ, 1997, p. 19).

capitalistas do século XX, criou-se um plano de colonização, que se concentrava em três atividades principais:

1) **Colonização**, incluindo o planejamento, o loteamento e a venda de terras; 2) **Construção de estradas**, essenciais ao escoamento da produção e à ligação dos vários núcleos de povoamento entre si e com os principais centros do país; 3) **Implantação de núcleos urbanos** (cidades e patrimônios), destinados a concentrar as atividades econômico-sociais e servir como polos irradiadores de toda a obra colonizadora⁴⁷ (LUZ, 1997, p. 37 – destaques da autora).

O processo de colonização do Norte do Paraná está inserido no contexto nacional de expansão da economia capitalista e de redefinição do papel da agricultura implantado a partir de 1930. Assim, o novo modelo de acumulação de capital, baseado no café, reorganizou a política e a administração do país, dando novo impulso para a economia nacional e regional.

A forte propaganda da CMNP, nesse sentido, ia ao encontro dos preceitos capitalistas e neoliberais da época, os quais determinavam sua atuação. De acordo com Luz (1997), a propaganda desempenhada pela Companhia sobre Maringá procurou atrair novos povoadores, fazendo com que o novo centro urbano se tornasse a “moda” (LUZ, 1997, p. 90).

Em 1975, a Companhia publicou o livro *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, no intuito de ajudar na construção de um conceito favorável ao seu respeito. A obra a enaltece como pioneira na colonização do norte do estado e reforça sua ideia de que a região era um “imenso espaço vazio” quando começou sua colonização em 1920 (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 126). No entanto, segundo José Joffily, a própria companhia desmente esta ideia, ao admitir a existência de pessoas morando na área, como mostra o depoimento de Orion Villanueva, diretor da empresa, no qual relata que Lord Lovat⁴⁸, depois de ter percorrido a região, encontrou

⁴⁷Para além dessas atividades, a Companhia também se dedicou na produção de energia elétrica e na montagem de fábricas de cimento e de açúcar (LUZ, 1997, p. 37).

⁴⁸“Lord Lovat veio a São Paulo como observador da Missão Montagu, em janeiro de 1924, e, tendo viajado pelo Norte do Paraná, ficou impressionado com a fertilidade das terras roxas e com os resultados obtidos nas lavouras de algodão. Participaram também dessa comitiva, que percorreu o Norte do Paraná, o prefeito de Jacarezinho, Willie Davids e o engenheiro Gastão de Mesquita Filho, responsável pela construção da estrada de ferro que então se estendia entre Ourinhos e Cambará.” (LUZ, 1997, p. 28). A venda de terras pelos estrangeiros no Paraná foi condenada por alguns jornais da época como o *Diário Popular* e a *Folha da Noite* que os acusavam de atentado ao patrimônio nacional (JOFFILY, 1985, p. 82).

“posseiros e antigos concessionários de títulos discutíveis e posses contestadas” (JOFFILY, 1985, p. 95).

Além dos posseiros, também havia índios habitando a região, “[...] muitos se recolheram em São Jerônimo da Serra onde se supunham protegidos por lei [...]. Pura ilusão. Seriam progressivamente despojados dos seus 270 alqueires (JOFFILY, 1985, p. 98)”. Assim, o setentrião paranaense apresentou conflitos pela posse da terra entre índios, posseiros e Companhias durante o processo de “limpeza” do território na fase de concessão dessas terras (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 98).

“Passava-se a visão de que os que ocuparam a região eram verdadeiros heróis omitindo-se o envolvimento ou embate com nativos que já habitavam a região” (GOMES, 2015, p. 91). Sustentava-se, então, intencionalmente a ideia de “vazio demográfico”, uma ideia construída ao longo do século XX:

Mota (2005) nos mostra que tal representação é uma visão que os conquistadores fizeram de si mesmos. Geógrafos, historiadores, sociólogos, representantes da burocracia e empresas colonizadoras difundiram a noção dessa região como terra desabitada, sem aglomeração urbana, lugar de terras virgens e intocadas, terras devolutas e desconhecidas, vasto sertão, ilimitado deserto humano e vazio absoluto. Um ideário que, na verdade, acabou servindo de base para apologia das companhias colonizadoras, justificando sua atuação, e contribuiu para a construção do mito do pioneiro/desbravador a preencher e domar heroicamente tão bravio espaço (CORREIA; STEINKE, 2008, p. 6).

Os indivíduos desviantes dos padrões sociais, indígenas e negros não foram considerados no processo de ocupação do Norte do Paraná, visto que seu estilo de vida e costumes eram considerados inadequados ao capitalismo e obstáculos na formação de uma sociedade moderna e economicamente desenvolvida.

4.1.5 CMNP: propaganda, extermínio dos índios Coroados e o café

A atuação das Companhias no Paraná estava em acordo com os interesses capitalistas de expansão da econômica. Para isso, era preciso

desbravar terras e povoar territórios. A respeito da obra editada pela CMNP, Joffily ressalta seu caráter promocional e tendencioso, ao afirmar o seguinte:

Obra de apologia e não de análise. Por isso mesmo omite os aspectos negativos, tais como o extermínio dos Coroados, e o desmatamento predatório que deixou as terras mais férteis do mundo corroídas pela erosão (JOFFILY, 1985, p, 31).

Os índios Coroados, extintos em razão do conjunto de práticas predatórias da Companhia, foram vítimas do processo de devastação da floresta. A agressão à natureza também suprimiu a figueira branca, o cedro, a peroba e o pau d'álho no norte do Paraná. “A empresa loteadora não respeitava a norma adotada em todos os países de conservar, pelo menos, 20 % de mata em cada área” (JOFFILY, 1985, p. 96). Desse modo, para atender aos interesses do colonialismo e imperialismo arcaico, não se pensava muito nas consequências que a violência contra a natureza poderia causar. Estavam em jogo os empreendimentos milionários das empresas loteadoras.

As terras habitadas por índios e por posseiros eram consideradas “vazias” ou “devolutas” pelos governantes e, assim, poderiam ser concedidas, negociadas e até mesmo vendidas a particulares, com o propósito de serem colonizadas (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 127). Silva (2014, p. 49) alerta para o fato de a população negra não ser mencionada desde a formação inicial do Paraná, particularmente do norte paranaense, corroborando a ideia de um estado povoado por grupos que lhes dão um *status* europeu:

Embora sua presença não seja valorizada, havia uma população negra escravizada que foi levada para o Paraná; mas os registros históricos consideram que, sendo o estado uma região de pecuária e indústria extrativa, não houve necessidade permanente do braço servil de origem africana (SILVA, 2014, p. 50).

A venda das terras pela Companhia acontecia na forma da pequena propriedade, mas não configurou um processo de reforma agrária na região norte do estado do Paraná, como afirma a obra publicada pela CMNP: “Era a reforma agrária, racional e democrática, que trazia prosperidade para o Estado e para o País” (CMNP, 1975, p. 110). Os verdadeiros objetivos para se visar à pequena propriedade devem ser compreendidos no contexto do capitalismo

que, naquele momento, buscava a reprodução ampliada do capital, não tendo relações com as demandas dos trabalhadores sem terras ou dos camponeses. “Além disso, a CTNP não foi pioneira da colonização na forma da pequena propriedade como a mesma diz ou como muitos afirmam, uma vez que outras empresas já vinham realizando esta forma de distribuição de terra antes” (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 133).

As afirmações feitas na obra publicada pela CMNP, em conjunto com a exaltação demasiada e constante dos meios de comunicação em relação ao papel desempenhado pela Companhia, associavam-na à ideia de progresso e de civilização, sendo ela a portadora da boa nova (SILVA, 2014, p. 56). O progresso regional, portanto, viria com a Companhia. Essa foi a narrativa criada e divulgada em torno da CMNP.

O processo de reocupação territorial do norte paranaense ocorreu por meio do estímulo e do apoio do Estado à participação particular. Assim, o Estado atuou estimulando a reocupação do território, procurando incentivar o cultivo do café apesar da crise cafeeira. Nesse processo, as Companhias buscavam alinhar seus interesses ao cultivo do café para tornar realizável e atrativo os empreendimentos imobiliários - “a base que sustentava este discurso estava na tradição que o país possuía na lavoura cafeeira e, principalmente, no vínculo afetivo dos agricultores paulistas.” (ROMPATTO, GUILHERME; CRESTANI, 2016, p. 91-92). A cafeicultura paranaense, nesse sentido, esteve muito ligada ao estado de São Paulo, a ponto de se dizer que ela era uma continuidade da economia paulista (PRIORI *et al.*, 2012, p. 94):

No fim do século XIX e no início do século XX a extensão dos cafeeiros paulistas atingiu o Paraná. Com o aumento excessivo da produção e da oferta, em 1902 o Estado de São Paulo adotou políticas de restrição da produção do café, proibindo o seu plantio por um período de cinco anos. Em função desse problema os fazendeiros paulistas optaram em procurar terras do Norte do Paraná, impulsionando a expansão cafeeira no Estado (PRIORI *et al.*, 2012, p. 93).

Por outro lado, no Paraná, o governo incentivava a cafeicultura no estado, reduzindo a taxas de exportação do café e procurando atrair novos fazendeiros (PRIORI *et al.*, 2012, p. 96). Assim, o café foi se tornando o principal gerador de riquezas para o estado. Até 1945, seu crescimento foi

lento, devido às duas guerras mundiais e à quebra da bolsa de Nova York, em 1929. Entretanto, na década de 50 e no início de 60, a cafeicultura paranaense teve grande expansão, quando as plantações chegaram a quintuplicar, atingindo seu apogeu na safra de 1961/62, colhendo o equivalente a 28% da produção mundial (DEMARCHI, 2001, p. 17).

O café trouxe desenvolvimento social e econômico para o Paraná. Um grande contingente de imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais alterava a realidade social, cultural e econômica da região:

A produção de café mudou a agricultura paranaense e se tornou uma riqueza estadual, com proteção e apoio do governo, trazendo crescimento e desenvolvimento para o Estado. O café tornou-se a cultura mais valorizada na época, devastou matas e trouxe fazendeiros de outros lugares que apareciam à procura de novas terras. Também abrigou um número bem grande de imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais, que vinham para o Estado à procura de melhores condições de vida (PRIORI et al., 2012, p. 98).

Na ocasião, o Norte do Paraná era o centro produtor de café, principalmente pela qualidade do solo e por causa do clima propício à produção cafeeira, o que proporcionou povoamento, modernização e dinamismo aos transportes e a comunicação e enriquecimento a várias cidades (PRIORI et al., 2012, p. 102). Nesse contexto, é importante destacar que a colonização no Norte do Paraná esteve voltada principalmente para a vida rural, objetivando a exploração agrícola, mas, desde o princípio de seu planejamento, não se descuidou de estabelecer núcleos urbanos que servissem como meios propulsores para o seu desenvolvimento econômico (LUZ, 1997, p. 3):

Surgiram, assim, planejados e implantados pela empresa colonizadora, cidades e povoados que logo progrediram. O primeiro núcleo urbano de relevância foi Londrina, fundado em 1929, e onde a Companhia de Terras Norte do Paraná instalou sua sede. Pequenas cidades próximas entre si foram surgindo, estabelecendo-se a cada 100 km uma cidade-pólo, destinada a centralizar as atividades econômicas, sociais e administrativas do seu raio de influência. (LUZ, 1997, p. 3).

A expansão da cafeicultura paulista, a existência de férteis terras roxas⁴⁹, o parcelamento das terras em pequenos lotes vendidos a prazo e com

⁴⁹A formação da terra roxa baseia-se na decomposição das rochas vulcânicas (ANDRADE, 1979, p. 67). É um tipo de solo avermelhado e muito fértil.

taxas de juros baixas, o transporte e assistência iniciais oferecidos pelos colonizadores para os colonos, o preço relativamente baixo da terra e o mercado internacional estimularam o fluxo migratório para a região e também contribuíram para seu rápido crescimento e capitalização (LUZ, 1997). Desse modo, a partir desses condicionantes, o avanço da “onda cafeeira” se deu pela ação dirigida da Companhia de Terras Norte do Paraná, bem como de outras empresas particulares e pelo próprio Estado (LUZ, 1997, p. 3).

4.2 Maringá, a “Cidade Canção”

A figura 2 mostra o esboço do projeto da cidade de Maringá (anteprojeto), o qual foi feito por Jorge de Macedo Vieira em meados de 1940:

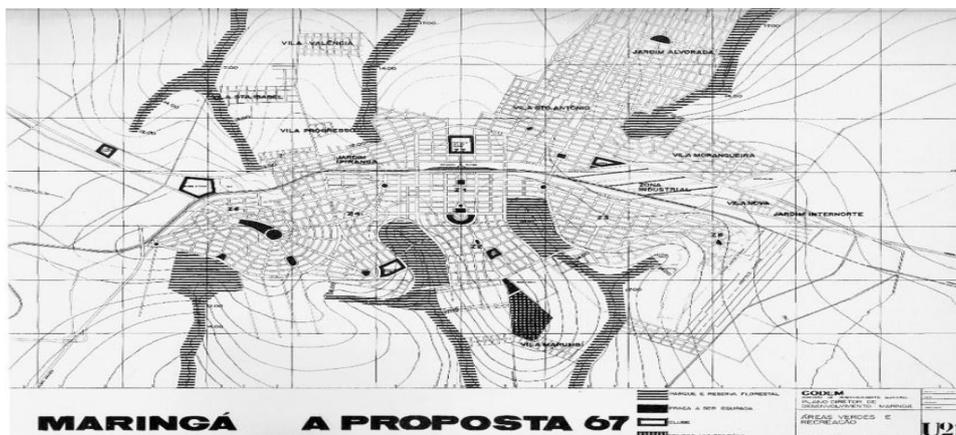
Figura 2: Anteprojeto (esboço do projeto) da cidade de Maringá, de autoria de Jorge de Macedo Vieira, elaborado em meados da década de 1940



Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná.

O Plano Diretor de 1967 apresenta a proposta de designação de áreas verdes, recreação, lazer e educação. Nesse documento, também são projetados os parques, as reservas florestais e os rios, como pode ser observado na Figura 3:

Figura 3: Maringá – Plano Diretor de 1967 – Áreas Verdes, Recreação, Lazer e Educação

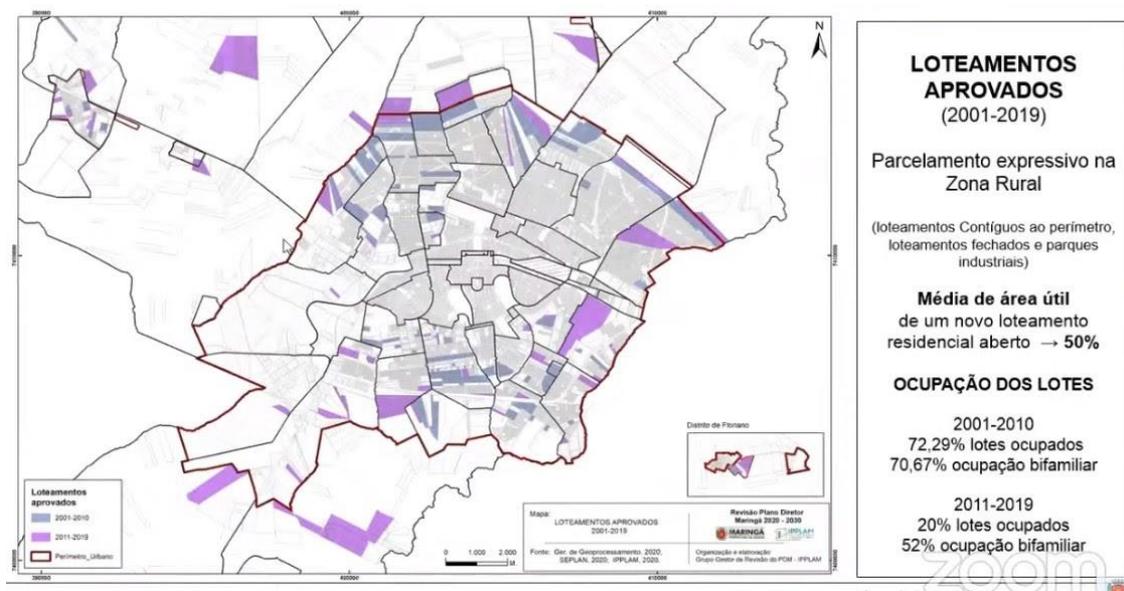


Fonte: CODEM (1967)

A quantidade de áreas verdes chama a atenção. A respeito da questão da educação, é importante destacar que havia três estabelecimentos estaduais: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1967 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1967. Essas três instituições estaduais posteriormente se aglutinaram e tornaram-se a Universidade Estadual de Maringá, a UEM, que se consagrou como uma das melhores universidades latino-americanas segundo dados do *Latin American University Ranking 2022*.

Nesse outro Plano Diretor (Figura 4), de 2020-2030, o mais atual, é possível perceber o crescimento marcante da cidade, principalmente no que diz respeito ao crescimento dos loteamentos. De 2001 a 2010 72, 29% dos lotes foram ocupados, sendo que 70, 67% representa a ocupação bifamiliar (habitado por duas famílias), enquanto que, de 2011-2019, 20% dos lotes foram ocupados, sendo que 52% representam a ocupação bifamiliar:

Figura 4: Maringá – Plano Diretor de 2020-2030



Fonte: Maringá News – O Portal do Rigon

4.2.1 Economia, sociedade e geografia

De acordo com Hilário (1995), a origem do nome Maringá veio de uma lenda paraibana, da cabocla Maria do Ingá, uma moça muito bonita, retirante da seca nordestina, que deixou um jovem apaixonado e despertava muitas paixões por onde passava. Essa lenda serviu mais tarde de inspiração para a música “Maringá”⁵⁰, autoria do compositor Joubert de Carvalho⁵¹, cantada por operários durante sua construção (SANCHES, 2006, p. 11). A canção, composta em 1931, retrata o drama das secas vivido no Nordeste e a história da migrante cabocla Maringá - Maria do Ingá (LUZ, 1997, p. 61).

Sobre a origem do nome de Maringá Garutti e Souza (2016, p. 214) afirmam:

⁵⁰“E o homem rude, alquebrado pelo esforço despendido, começa a pensar nos seus familiares deixados em longínquos rincões deste imenso Brasil. E para minorar os seus sofrimentos passa o nosso pioneiro a cantarolar a canção ‘Maringá’, de Joubert Carvalho, que obtinha naquela época um sucesso extraordinário em todo Brasil. E como canção de ninar ela pôde embalar o sono dos primeiros artífices da grande Maringá” (ANDRADE, 1979, p. 62).

⁵¹“Joubert de Carvalho a compôs no ano de 1931, e, segundo Sanches (2002), somente no ano de 1947 foi que nasceu, oficialmente, o nome da cidade” (GARUTTI; SOUZA, 2016, p. 218). Ou seja, a música não foi composta especificamente para dar nome à cidade. Ressalta-se, ainda, que existe uma rua importante na cidade que leva o nome de Joubert de Carvalho.

No entanto existem pelo menos mais outras duas possibilidades sobre a origem do nome de Maringá. Uma delas, de acordo com algumas pessoas da comunidade maringaense que não são envolvidas diretamente com essa pesquisa, parte dos pioneiros denominados “colonizadores”, aqueles mais antigos que chegaram aqui no final de 1930. Dão conta estes que, antes de a cidade ser registrada com esse nome, já havia o ribeirão Maringá, o qual é anterior a fundação da cidade. Outra versão sobre a origem do nome de Maringá, segundo Luz (1997), é quando a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná estabelece um ponto no mapa, criado por ela em 1938, com o nome Maringá. De acordo com a autora, é nessa época que a companhia começa as primeiras vendas de porções de terras na região onde está hoje a cidade de Maringá.

As versões contadas são disseminadas na maior parte das vezes por meio da oralidade, já que há poucos documentos ou livros que as contam (GARUTTI; SOUZA, 2016, p. 214). A versão de que o nome da cidade originou-se de uma música permitiu que Maringá recebesse o codinome de “Cidade Canção”⁵². Maringá é a terceira cidade mais populosa do Paraná, contando com uma população estimada em 436. 472 habitantes no ano de 2021 (IBGE, 2021) e está situada a 430 km da capital, Curitiba.

Apesar de Maringá ter sido pensada para se tornar um polo regional, inicialmente a cidade ficou conhecida como “cidade fantasma”, por haver casas de madeira⁵³ que não abrigavam ninguém. Diante disso, vale destacar que a CMNP tinha uma cláusula no contrato, que previa edificações em determinado prazo, fazendo com que muitos proprietários construíssem suas casas, mas não as habitassem de imediato (ESTRADA, 1996, p. 13). No entanto, por trás dessa denominação, havia negócios em pleno andamento. De 1938 a 1942, a Companhia efetuou 496 transações imobiliárias, representando 12,2% das

⁵²O cognome “cidade canção” remete-se ao ano de 1962, quando na gestão municipal de João Paulino Vieira Filho, o senhor Antenor Sanches, secretário administrativo, recebeu correspondência de uma estudante mineira para saber sobre a história de Maringá, principalmente se o nome da cidade tinha relação com a famosa canção de Joubert de Carvalho - “Despertado por tal questionamento, o senhor Antenor Sanches, que já militava na imprensa lança a campanha pública para a adoção do codinome ‘cidade canção’. Nem precisa dizer que o intento foi coroado de pleno êxito, sucesso total e absoluto. A assimilação aconteceu tão efusivamente que, somente em 2002, quarenta anos após a criação do epíteto, o mesmo foi formalizado em lei municipal.” (LEAL, 2016, p. 12).

⁵³“A preferência pelas construções de madeira se justifica, então, pela existência de mata ao redor de Maringá e em toda a região e, consequentemente, pelo baixo preço desse material de construção. Como a Companhia exigia que se construísse no prazo de um ano; para a compra do terreno e a madeira estava mais ao alcance dos proprietários de menor poder aquisitivo, era natural que as primeiras construções se fizessem com o aproveitamento dessa abundante matéria-prima, como, aliás, se verificou em todo o Norte do Paraná”. (LUZ, 1997, p. 85-86)

propriedades rurais da área que, posteriormente, corresponderia ao Município de Maringá (LUZ, 1997).

O urbanista Jorge de Macedo Vieira, seguindo os princípios da “Cidade Jardim”⁵⁴, planejou uma Maringá moderna, com avenidas largas e espaços verdes, onde se destacam reservas florestais: Parque do Ingá, Bosque II, Horto Florestal e Bosque das Grevíleas, além de muitas praças:

Maringá constitui-se em uma das poucas cidades do território brasileiro a dispor de uma área verde tão grande, principalmente em seu território urbano. Vamos encontrar grandes áreas verdes no Horto Florestal com 17, 5 alqueires, o Parque do Ingá com 19,5 alqueires e o Bosque do Tupinambá com uma total de 25 alqueires. Mas o orgulho mesmo do maringaense é o Parque do Ingá, principalmente por se constituir no maior jardim público de todo Estado do Paraná (ANDRADE, 1979, p. 189).

O plano de arborização urbana de Maringá, feito pelo agrônomo paulista Dr. Luiz Teixeira Mendes, em 1949, a serviço da Companhia de Terras Norte do Paraná, acompanhou o plano urbanístico e, do mesmo modo, revela traços de modernidade e de sofisticação, que muitas vezes surpreende quem a vê pela primeira vez:

Logo após a implantação do plano urbanístico, em 1947, os diretores da CTNP decidiram implementar um projeto de arborização das vias públicas de Maringá. A iniciativa completava o ideário inicial voltado para a construção de uma cidade moderna, arrojada e, acima de tudo, bela. O lado artístico da vegetação urbana maringaense é notório, começando pelo formato e pela floração das árvores, passando pela simetria ordenada e geométrica de suas disposições, até a integração com o traçado das vias (LEAL, 2016, p.16).

Segundo João Laércio Lopes Leal, o plano urbanístico de Maringá foi explorado nas propagandas publicitárias da CTNP/CMNP, ressaltando-se suas qualidades técnicas e funcionais, na intenção de construir a ideia de uma cidade vinculada à qualidade de vida, à segurança e à beleza (LEAL, 2016, p. 14). A cidade ainda possui a Catedral mais alta da América Latina - 124 metros de altura, dezenas de igrejas católicas e evangélicas, templos budistas,

⁵⁴O projeto de Cidade Jardim tinha preocupações ambientais, preservava as áreas verdes e valorizava os cursos d'água e outros elementos da paisagem. Desse modo, se revelava um urbanismo moderno.

mesquita muçulmana, terreiros de candomblé (HILÁRIO, 1995, p. 69). A religião predominante é a católica, seguida por evangélicos e espíritas.

A “Cidade Jardim”, modelo de cidade concebido no final do século XIX, tinha como finalidade proporcionar a harmonia entre homem e natureza, cidade e campo, mas também desafogar os grandes centros urbanos, “mais especificamente a cidade de Londres que, no final do século XIX, contava com uma população de seis milhões de habitantes” (SILVA, 2006, p. 58). Assim, Maringá desenvolveu-se, unindo campo e cidade em um todo e procurando independência de outras cidades e a harmonia que não existia na cidade industrial. Houve, então, a integração entre o meio rural e urbano, sendo a agricultura, a dependência de alimentos e os Patrimônios criados, desde logo, o principal elemento de integração entre os meios.

As vendas dos lotes pertencentes à Maringá foram efetuadas principalmente na década de 1940⁵⁵; período que se registra maior volume de vendas, devido à conjuntura favorável da cafeicultura brasileira, sobretudo a paranaense, a qual dispunha de fertilidade em suas terras e também de maior atenção na colonização da região de Maringá e suas proximidades por parte da Companhia nesse período (LUZ, 1997, p. 50). Desse modo, acompanhando a topografia e os cursos d’água, Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947⁵⁶ como distrito de Mandaguari, cidade vizinha e, em 14 de fevereiro de 1951, elevou-se à condição de município, por meio da Lei n. 790, em virtude de dois fatores que impulsionaram sua fundação: a estrada de ferro e a cultura do café (SILVA, 2014, p. 60).

Nesse tocante, João Laércio Lopes Leal faz uma ressalva importante, praticamente inexistente nos estudos historiográficos da “Cidade Canção” – Na época da colonização de 1936 a 1943, o Patrimônio Maringá pertencia à Londrina; a partir de 1943, até outubro de 1947, o Patrimônio Maringá

⁵⁵Não era qualquer pessoa que poderia comprar um lote da Companhia Melhoramento Norte do Paraná. Não bastava ter dinheiro, o status social contava na hora das negociações. As melhores localidades pertenciam às famílias mais ricas, de sobrenomes reconhecidos, enquanto os bairros periféricos eram reservados para os trabalhadores de classe baixa. A zona 2, por exemplo, a Companhia reservou para os membros da diretoria, os funcionários de alto escalão da instituição e os profissionais liberais, pioneiros aliados politicamente com a firma e os amigos que a empresa conquistou durante sua permanência em Maringá (LEAL, 2019, p. 56)

⁵⁶Segundo Luz (1997) as vendas dos lotes onde hoje é Maringá começaram no ano de 1938. “O nome da cidade foi escolhido em 1941 e somente seis anos depois, em 1947, é que a companhia fundou oficialmente a nova cidade” (GARUTTI; SOUZA, 2016, p. 215).

reportava-se à Apucarana; e de outubro de 1947 a novembro de 1951 o distrito Maringá fazia parte de Mandaguari (LEAL, 2016, p. 26). Além disso, a expansão do povoamento e da lavoura de café se verificava em toda a região, situando a cidade como núcleo urbano com características peculiares se comparada às demais zonas pioneiras (LUZ, 1997, p. 3-4).

Maringá desenvolveu rapidamente após se desligar de Mandaguari. A cidade logo contou com uma população diversificada, oriunda de outras regiões do país e do globo:

Desligando-se do cordão umbilical que prendia a Mandaguari, com a criação do município, Maringá tomou impulso rápido. Começaram a surgir os prédios de alvenaria; as casas fechadas e taciturnas abriram suas janelas e portas, acolhendo, festivamente, os novos habitantes. Foram surgindo os “caras novas”, enchendo a cidade de “desconhecidos” (ESTRADA, 1996, p. 14).

Desde o princípio, a CMNP, com o objetivo de atrair compradores para os lotes de terra, teve como estratégia associar a cidade de Maringá a um projeto moderno e de progresso, garantindo, assim, um excelente investimento (SILVA, 2014, p. 62). A ideia que se formou, na época, era que Maringá seria uma cidade promissora e bem estruturada.

A partir da chegada dos pioneiros, estes se tornaram o marco de expansão da cidade, pois, ao adotarem a visão da Companhia, deram o tom do processo identitário da cidade. Os pioneiros foram os responsáveis por perpetuarem a crença em uma cidade que brotava da mata com vocação para o desenvolvimento e crescimento econômico. A essa crença os pioneiros agregavam outros valores, como a prática da fé católica enquanto norteadora da espiritualidade da população e ao mesmo tempo controladora da moral e dos costumes (SILVA, 2014, p. 62).

Arthur Andrade conta com entusiasmo como se deu o desenvolvimento de Maringá. Segundo o autor, a cidade menina se afirmava no cenário nacional em razão do “rei café”, que lhe garantiu um favorável crescimento (ANDRADE, 1979, p. 169)⁵⁷.

⁵⁷O surgimento dos municípios ocorreu pelo projeto de colonização empreendido pelo CTNP/CMNP e não pela cafeicultura em Maringá como afirmam alguns estudos; nesse aspecto, João Laércio esclarece: “o território municipal maringaense nunca foi um expressivo produtor de café, mas como ocupou uma posição de polo regional, a massa cafeeira do seu entorno acabou vindo para a cidade, a fim de ser comercializado, processado e seguir caminho

Assim, o café foi o grande motor da economia do Paraná e do Brasil em princípios do século XX e proporcionou transformações nas relações econômicas, tais como incremento nos transportes, urbanização e diversificação das atividades comerciais, sem que isso significasse alteração na estrutura da sociedade de classes:

Dentre as comunidades brasileiras, surgiria na década de quarenta uma das mais importantes cidades do Brasil. Projetada de forma a se constituir no orgulho de todos os paranaenses e forjada na bigorna no trabalho, Maringá, cidade da música e da poesia, do labor e do desafio, da pujança e do progresso, fora criada por Deus, com a ajuda dos homens, para mostrar aos mais distantes quadrantes do território nacional o seus exemplos sempre edificantes de grandiosidade e altivez de um povo que veio povoá-la sem par na historiografia brasileira (ANDRADE, 1979, p. 169).

Maringá foi criada para se tornar centro de referência da região Sul em razão de seu projeto modernizador. Nesse sentido, a CMNP pensou em uma cidade com possibilidades de desenvolvimento e de crescimento, mas já no projeto inicial demonstrava a visão de segregação econômico-espacial da população de baixa renda, ao criar um bairro destinado aos trabalhadores, chamado Vila Operária (SILVA, 2014, p. 62-63). O bairro tinha a finalidade de abrigar os trabalhadores das fábricas localizadas nas proximidades dessa região para que, assim, não precisassem andar muito para chegar ao trabalho.

4.2.2 Maringá, sua referência europeia, a ferrovia e o café

Desde o início da fundação de Maringá, os segmentos dominantes da sociedade local se preocuparam em criar uma identidade ligada às características europeias. Isso pode ser facilmente percebido na seção “Crônica Social” do jornal *Folha do Norte do Paraná*, quando o estilo de vida europeu é ressaltado pelo periódico. Além disso, criou-se o imaginário de uma Maringá colonizada por europeus, eliminando-se da história do município

adiante” (LEAL, 2019, p. 71). Desse modo, o historiador ressalta que Maringá tinha um número significativo de máquinas de café, entorno de 70 durante as décadas de 1950 e 1960, “essas unidades de beneficiamento responsabilizavam-se pela compra da produção dos cafeicultores, o processamento desse café, bem como sua seleção qualitativa, o ensacamento do produto e por fim o embarque e envio da carga para os destinos consumidores (LEAL, 2019, p. 71).

negros e índios, por considerá-los o atraso, sujeitando-se, portanto, a uma visão arquitetônica e urbanística com inequívoca inspiração de modernidade (SILVA, 2014, p. 65). “Como os demais núcleos implantados pela Companhia, Maringá foi planejada em moldes urbanísticos modernos, prevendo-se o seu rápido crescimento e as implicações dele decorrentes.” (LUZ, 1997, p. 4).

Para a referida autora Maringá é uma cidade moderna, diferenciando-se na sua constituição dos demais núcleos urbanos por não guardar tradições remotas (LUZ, 1997, p. 6-7):

Maringá pode ser classificada como cidade planejada, moderna, criada com os requisitos de um centro urbano de importância regional. Outro aspecto que a distingue é a sua localização numa zona de povoamento recente, pioneira a época de sua fundação. A cidade não se desenvolveu a partir de um núcleo de ocupação antigo, não guarda, portanto, as tradições de épocas mais remotas. (...). Sua expansão decorreu da exploração da terra através da lavoura do café, sofrendo no início as vicissitudes da mesma. Como cidade pioneira, não contava nos primeiros anos com o conforto de um centro longamente estabelecido. Porém, como cidade planejada, teve a vantagem de contar com as técnicas mais avançadas do urbanismo. As etapas de seu desenvolvimento foram “queimadas”, passando-se quase da mata virgem para um traçado urbanístico e uma arquitetura arrojados. Um zoneamento bem definido e eficiente foi realizado, de acordo com as funções de um núcleo urbano de proporções médias. Muitos dos benefícios que as cidades mais antigas demoraram muito tempo para usufruir, em Maringá foram instalados em poucos anos.

Assim, criou-se uma cidade projetada em estilo europeu, mas não foram todos os habitantes que tiveram acesso aos bens culturais e materiais produzidos, devido à marcante estratificação socioeconômica da cidade, a qual evidência áreas dotadas de boa estrutura, enquanto outras carecem de maior atenção por parte dos governantes.

Luz (1997) destaca a grande predominância de brasileiros entre os adquirentes de lotes rurais. Mais da metade desses compradores eram brasileiros, 3.366, que vinham das diversas regiões do Brasil como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Mato Grosso, em busca de novas oportunidades:

[...] seguindo-se, entre os estrangeiros mais numerosos, os espanhóis (154), os italianos (111), os portugueses (97), os

japoneses (96), os alemães (41) e os russos (29). Foram constatadas ao todo 21 nacionalidades; houve 6 pessoas que se declararam 'sem nacionalidade'. Os brasileiros representam, portanto, 82,9% dos compradores e os estrangeiros 17,1% (LUZ, 1997, p. 51).

Nota-se, portanto, que a ideia de europeização, amplamente defendida por alguns segmentos da sociedade, silencia a participação dos indígenas e negros na história paranaense. Isso se deve ao fato de que os europeus eram considerados um povo civilizado e em sintonia com os preceitos de uma sociedade desenvolvida, e como Maringá estava iniciando sua formação, havia a necessidade de promovê-la, com o intuito de torná-la uma metrópole economicamente ativa.

O café era o principal produto da economia maringaense, trazendo para a cidade o capital necessário para seu desenvolvimento. Enquanto centro regional, Maringá “tinha a capacidade de apropriar boa parte desse capital em decorrência de sua estrutura e de seus serviços” (TORRECILHA, 2013, p. 105). Desse modo, a cidade teve condições de desenvolver mais funções e serviços, o que lhe rendeu ainda mais centralidade. As culturas intercalares ou de subsistência, como milho, feijão, arroz, mandioca e batata, “não eram comercializados em larga escala nem dirigidos à exportação, porém alimentavam a enorme população residente na área” (LEAL, 2011, p. 42), contribuindo com seu desenvolvimento local.

A mata, em abundância, foi diminuindo para dar espaço a grandes plantações de café, que se adaptavam facilmente à terra roxa⁵⁸ da região, conhecida pela sua fertilidade e por ser propícia a diversas opções de cultivo. Eram cedros, jacarandás, perobas, marfins, pau-d'alhos que tombavam para abrir caminho ao “ouro verde”:

Além dos machados e foices, os desbravadores utilizavam de uma técnica mais eficiente e avassaladora: a queimada. Tal prática visava limpar o terreno em menos tempo, nem que isso custasse a dizimação da fauna e flora nativa. A queimada era uma prática comum nesta época, utilizada pelos colonos para efetuarem o plantio dos cafezais. Depois que o fogo passava, começava a surgir outro verde no lugar daquele da mata virgem, o verde dos cafezais (TORRECILHA, 2013, p. 73).

⁵⁸Observou-se que o solo de terra roxa do Norte do Paraná era muito superior ao de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, contendo as condições necessárias para o desenvolvimento da cultura do café (ANDRADE, 1979, p. 47).

As migrações para o Norte do Paraná foram incentivadas pela expansão da cafeicultura e pela implantação da ferrovia, especialmente em Maringá, que contava com a ação empreendedora da CMNP de desbravar e abrir estradas na região (TORRECILHA, 2013, p. 72). Assim, o desenvolvimento de Maringá se deve ao modo como a cidade foi planejada e implantada pela CMNP, mas também à própria conjuntura econômica regional e nacional, que influenciou em seu desenvolvimento social e econômico.

Luz (1997) explica que a CMNP esperou a chegada da ferrovia para dar continuidade aos seus empreendimentos, e só então estabeleceu o local exato em que ficaria Maringá. Desse modo, a ferrovia chegou antes que a população e deu sustentação ao projeto de colonização de Maringá:

Tendo em vista que a estrada de ferro passaria pela região em direção a Guaíra, a Companhia esperou que se definisse seu traçado para então estabelecer o local definitivo da cidade. Enquanto isso, e à medida que realizava o projeto da mesma, estabeleceu um pequeno povoado no local hoje denominado “Maringá Velho”⁵⁹ (LUZ, 1997, p. 62).

A ferrovia⁶⁰, como símbolo do progresso e da modernidade era um instrumento de desenvolvimento do capitalismo que, com rapidez, permitiria maior aproximação entre regiões distantes, proporcionando o escoamento da produção cafeeira. Assim, a ferrovia e o café constituem-se como elementos fundamentais na história de Maringá e do Norte do Paraná. Pode-se dizer que, se não fosse o café, o grande avanço no setor ferroviário não seria possível:

Caso essas estradas de ferro não rasgassem as matas virgens, os terrenos acidentados, jamais o processo de colonização ter-se-ia estendido para o interior. Foi esse o meio de transporte que possibilitou trazer de longínquas regiões o “rei café” e conduzi-lo ao porto de Santos e daí para o exterior, carreando

⁵⁹“Do incipiente e minúsculo patrimônio do `Maringá Velho`, emergiu Maringá, cidade consolidada em apenas duas décadas, entre os anos 40 e 60, cujo dinamismo não perdeu o ímpeto até constituir-se, hodiernamente, numa referência obrigatória quando se pensa qualidade de vida em metrópoles interioranas, espaço de iniciativas modernizantes, certamente hauridas em sua tradição histórica”. (LUZ, 1997, p. VIII). A região do Maringá Velho era o ponto de apoio da futura cidade, onde as famílias inicialmente se estabeleceram e a Companhia comandava dali o desbravamento das terras (LUZ, 1997, p. 63).

⁶⁰Em busca de melhores condições de vida muitos nordestinos se deslocaram para o Norte do Paraná no final da década de 1930 e aqui trabalhavam na construção da estrada de ferro (ANDRADE, 1979, p. 60).

assim divisas necessárias para o nosso desenvolvimento econômico (ANDRADE, 1979, p. 46).

Conforme mencionado anteriormente, as exportações de café impulsionavam as mudanças sociais e econômicas no Brasil durante a última metade do século XIX. Havia uma demanda mundial crescente que valorizava os preços e colocava o café como produto de grande importância para a economia nacional:

Como já foi notado, a cultura do café e os trilhos das ferrovias cresciam juntos e eram sócios na conquista de uma nova fronteira, uma fronteira econômica, de onde surgiram os bandeirantes não somente do café, mas da indústria (GRAHAM, 1973, p. 59).

O café gerou riquezas e influenciou a fundação de núcleos urbanos no Norte do Paraná, mas fatores climáticos e econômicos colocaram fim ao ciclo do “ouro verde”. A geada de 1975, por exemplo, uma das mais fortes ocorridas nessa região, gerou desespero aos agricultores que viam na produção cafeeira a única renda da propriedade e sustento da família (TORRECILHA, 2013, p. 77). Esse fenômeno climático conhecido como “Geada Negra” queimou os cafezais devido ao frio intenso, seguindo-se cerca de 60 dias sem chuva, o que impossibilitou o início da brotação na maior parte das lavouras de café. Nessa ocasião, a agricultura paranaense entra numa nova fase, com a substituição da cultura do café por soja e trigo (DEMARCHI, 2001, p. 17).

Até a década de 1960, a economia paranaense estava assentada fundamentalmente na monocultura do café. A ocorrência de frequentes geadas, somadas à queda dos preços no mercado internacional e à acumulação de grandes excedentes pelo Instituto Brasileiro de Café levaram à política de erradicação dos cafeeiros (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 239).

A produção cafeeira foi perdendo força a partir das constantes geadas na região. Como o café é uma planta tropical, não resistia as baixas temperaturas:

A lavoura cafeeira que até então era o sustentáculo da economia norte-paranaense, começou a definhar a partir da grande geada que se abateu sobre a região em 1953. O confisco do café estocado para a queima, pelo governo federal,

levou muita gente à falência, havendo até suicídios, provocando pavor, irritação e pânico nos agricultores. Nos anos que se seguiram, a queda de temperatura nos meses de maio, junho, julho, agosto e até setembro, deixava os olhares apreensivos nos termômetros, na tentativa desesperada de se salvarem as lavouras, utilizando-se geradores de fumaça, mas nada adiantava, as geadas se sucediam: 1955, 58, 62, 63, 66, 69, 72 e finalmente a geada negra de 1975 que queimou 100% das lavouras do Paraná. Era o golpe de misericórdia na cafeicultura paranaense. Nada restou das plantações de café de Maringá (HILÁRIO, 1995, p. 310).

Os trabalhadores rurais que atuavam na cafeicultura, em razão dessas condições, se deslocavam em direção às cidades e Maringá, por ser considerada a cidade polo regional, recebeu esse contingente de trabalhadores rurais e ofereceu-lhes a oportunidade de ingressar em outras atividades produtivas, possibilitando à cidade novos serviços e atividades (TORRECILHA, 2013, p. 78). A cidade absorveu esses ex-lavradores à procura de acomodações, de serviços e de moradia, mas “essa gente desesperada e desqualificada para enfrentar as inconveniências urbanas, foram se juntando em periferias e favelando a cidade” (HILÁRIO, 1995, p. 311).

4.2.3 O crescimento das favelas de Maringá e os projetos municipais de desfavelização

Os conhecidos barracos permaneceram na cidade entre as décadas de 1940 a 1980, sendo extintos mais tarde, por causa das políticas públicas de erradicação de favelas e de realocação das pessoas em novas áreas; entre as favelas, pode-se destacar a Favela da Isabel ou Bate Caneca, na Vila Santa Isabel, a Favela da Vila Esperança, a Favela da Rua Guedner, a Favela do Queiroz, na Villanova, a Favela da Rua Monte Cáceros, na Vila Operária e a Favelinha da Carolina, na Avenida Laguna⁶¹ (LEAL, 2019, p. 88). Nesse sentido, um dos projetos de desfavelamento foi realizado na gestão do prefeito Ricardo José Magalhães Barros. O programa “João de Barro” fornecia

⁶¹De acordo com o vídeo de “Maringá Histórica” entre 1947 a 1964 havia quatro favelas e onze cortiços espalhados pelo projeto urbano original. As favelas eram Cleópatra, Bosque, Santa Maria Goretti e outra situada da Vila Vardelina. Geralmente essas favelas eram ocupadas por nordestinos e boias-frias. As condições de higiene eram precárias e o amparo médico inexistente. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lybEt3fU_AU. No livro “Curiosidades Históricas de Maringá: sugestões e dicas para pesquisa” de João Laércio Lopes Leal é possível ver algumas fotos de favelas que existiam em Maringá.

assistência social às pessoas provenientes na zona rural (HILÁRIO, 1995, p. 311), tendo por objetivo conceder estímulos e possibilitar a implantação de conjuntos habitacionais (MARINGÁ, Lei n. 2706/90).

A respeito da ocupação do solo de Maringá João Laércio Lopes Leal (2029, p. 88) afirma:

O processo de ocupação do solo em Maringá foi, desde seus primórdios, pautado no sistema de propriedade privada da terra, certeza de lucro e livre iniciativa, princípios básicos do capitalismo. Nem todos que vieram pra cá, tiveram acesso aos bens imobiliários (terrenos e rurais e, portanto, o nível de exclusão social registrou-se alto, e morar ou subexistir nos amontoados casebres, foi a única opção encontrada pela massa de excluídos (LEAL, 2019, p. 88).

Com o crescimento do município, apareceram estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços (LUZ, 1997). Em razão do desejo de se tentar uma vida nova e de oportunidades médicos, advogados, dentistas, engenheiros vieram para Maringá (ANDRADE, 1979) e, à medida que a cidade foi tomando forma, estruturou-se o setor de segurança, com o objetivo de dar tranquilidade à população maringaense (ANDRADE, 1979, p. 115).

Maringá começou a ser cobiçada pelos políticos, que desejavam obter uma cidade bela e rica: “todos os chefes políticos queriam ter a honra de possuí-la pela vez primeira” (ESTRADA, 1996, p.16). Na primeira eleição municipais, ocorrida no dia 9 de novembro de 1952, a campanha foi bastante acirrada entre Ângelo Planas (P.R – Partido Republicano), Waldemar Gomes da Cunha (U.D.N – União Democrática Nacional), Raul Moletta (P.S.P – Partido Social Progressista) e, por fim, Inocente Vilanova Junior (P.T.B – Partido Trabalhista Brasileiro). “Concluída a apuração, os ‘flagelados’ do Partido Trabalhista Brasileiro haviam vencido as eleições com a diferença de menos de 200 votos para o segundo colocado, Waldemar Gomes da Cunha” (ESTRADA, 1996, p. 80). Ao todo, foram 5.813 votos contabilizados.

Nesse contexto, as relações políticas em Maringá expressavam as relações contraditórias presentes em uma sociedade de classes herdeira de um passado colonial escravocrata e patriarcal. A notoriedade e o prestígio dos políticos da cidade, nesse contexto, resultavam da soma de pequenos favores

prestados à população de eleitores, composta de sitiantes, colonos, empreiteiros, e caboclos, vindos de diferentes lugares (ESTRADA, 1996, p.17). Como em outras partes do Brasil, eram comuns os conchavos e troca de interesses entre políticos e eleitores:

Lembro-me de uma mulher que percorreu todos os diretórios oferecendo o próprio voto e o do marido em troca de um chapéu; de outra que só votaria em quem tirasse o seu filho da cadeia, condenado por homicídio; de gente querendo telhas, ou um casal de porcos de raça (ESTRADA, 1996, p. 25).

A política do “toma lá, dá cá” é bastante persistente na história política do Brasil. Em Maringá não foi diferente. Para garantir apoio parlamentar, ocorria troca de favores por votos entre políticos e eleitores. Tal instância também ficou conhecida historicamente como política do clientelismo, já que a troca de bens e serviços por apoio político consiste em privilegiar uma clientela. Essa forma de fazer política marcou o período colonial e também a República brasileira, mas mantém-se em virtude dos interesses políticos. Assim, apoiada na tradição de uma estrutura paternalista e na política de clientela, a República adaptou-se ao modelo político tradicional brasileiro.

Antes de prosseguir, é preciso ressaltar que, apesar da imagem de modernidade apresentada por Maringá desde as suas origens, ela nasceu vinculada à sociedade de classes, com suas divisões e ideias. Diante disso, poderia ela, a cidade, diferenciar-se ou distanciar-se substancialmente das condições materiais que forjaram a sociedade dessa época?

No capitalismo, não é necessário que o Estado esteja nas mãos de um burguês, mas que as instituições sejam essencialmente burguesas, para assegurar o domínio de classe. Logo, o clientelismo, “o toma lá, dá cá” expressaram o limite estrutural de uma sociedade de classes da qual Maringá não poderia fugir. Poderia a classe trabalhadora de essa cidade ter autonomia dentro da lógica do sistema capitalista?

Os efeitos das mudanças materiais, conjugados com demandas sociais, propiciaram o desenvolvimento de uma série de atividades, entre elas a educação. Aportaram-se para cá também as primeiras professoras que, com esperança, visavam contribuir por meio de seu trabalho com a construção da “Cidade Canção” (ANDRADE, 1979, p. 119). Angelo Planas (1952-2000), Otávio Perioto (1945-1957) e Napoleão Moreira da Silva (xxxx-1957) foram os

responsáveis pela vinda da professora Dirce de Aguiar Maia, transferida da cidade de Cambé para Maringá, e que se tornou a primeira professora e a primeira diretora do primeiro estabelecimento de ensino de Maringá, criado em 9 de julho de 1946⁶². Segundo a própria professora Dirce, a escola tinha uma “sala acanhada, sem janela, 18 carteiras, uma mesa e 28 alunos” (Dirce de Aguiar Maia apud ANDRANDE, 1979, p. 120). A partir de 1946, vieram ainda outras professoras que, aos poucos, iam formando o quadro de docentes da cidade: Maria Balani, Candinha Balani, Stefânia Moreno, Maria Aparecida da Cunha Soares, Judite Pompeu, Neiva Camargo, Maria Maragno, Dagmar dos Santos, Odete Alcântara Rosa e outras (ANDRANDE, 1979, p. 120).

A educação foi pensada desde o início da construção de Maringá. Era primordial que a população maringaense tivesse alguma instrução para ocupar cargos na cidade e dinamizar sua economia:

A preocupação em criar condições de ensino para os filhos dos primeiros moradores de Maringá, contada em memórias e outros documentos, é evidenciada nos primeiros tempos da formação do Patrimônio de origem, em 1942. A organização dos recursos, do local, e a contratação da primeira professora tornaram-se exemplos da ação maringaense na solução dos problemas, uma vez que cada um procurava ajudar com uma parte até atingir a meta prevista. Após iniciar a discussão sobre a necessidade da escolarização, a estrutura foi construída e inaugurou-se a primeira escola da cidade, Casa Escolar do Maringá Velho (MORELLI, 2010, p. 183).

Outros grupos escolares foram sendo construídos como, por exemplo, o Castro Alves. Em virtude da necessidade de atender também o ensino secundário criou-se o Ginásio Estadual, Ginásio Maringá (atual Colégio Marista), Ginásio Santa Cruz, Escola Normal Secundária e Escola Normal Regional (ANDRANDE, 1979, p. 121). Fundado em 1958, o Colégio Marista de Maringá faz parte de uma ordem religiosa respeitada em todo o mundo, por ter padrões educacionais considerados como dos mais avançados

⁶²“Nessa época, o Patrimônio Maringá pertencia ao município de Apucarana, e qualquer iniciativa pública tinha obrigatoriamente que passar pelo crivo apucaranaense. O trio de representantes maringaenses foram efetivamente os representantes ou indutores do desejo da comunidade incipiente. Atuaram como intermediários da sociedade junto ao prefeito de Apucarana. Portanto, o advento da primeira escola de Maringá, também chamada Escola Isolada do Maringá Velho, é obra da prefeitura de Apucarana, ou seja, do poder público, e não da iniciativa privada ou civil, como fez crer memorialistas, historiadores, jornalistas e outros escritores” (LEAL, 2019, p. 46).

na época. Desse modo, Maringá vai se destacando no cenário nacional, não só pela rápida urbanização e pelo crescimento democrático, mas também pela educação que, com a criação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em 1969, contribuiu para o progresso econômico e intelectual da cidade.

Atendendo ao anseio dos jovens de Maringá que, muitas vezes, ao concluir o curso colegial, iam para outras localidades para continuar os estudos, a lei n. 6.034, de 6 de novembro de 1969 e o Decreto Estadual n. 18.109, de 28 de janeiro de 1970 instituem a UEM, que iria qualificar a juventude maringaense e lhes dar melhores condições de vida (ANDRADE, 1979, p. 213).

A melhoria na área educacional era um dos compromissos dos administradores de Maringá, sendo possível observar uma movimentação em prol da criação de escolas e da contratação de professores. Assim, o pensamento de que a educação é o aspecto determinante para o desenvolvimento social e econômico direcionou os discursos políticos, tornando-a um elemento importante para o bom progresso de Maringá:

A partir do momento em que Maringá se transformou em município, os seus primeiros legisladores criaram e instalaram trinta e seis escolas, compreendendo as zonas urbanas e rurais, atendendo, portanto, as necessidades prementes dos moradores da progressista cidade de Maringá (ANDRADE, 1979, p. 122).

Deve-se levar em conta que o Brasil ainda não havia resolvido o problema do analfabetismo. A instalação de escolas no município não significou, de forma prática, o atendimento das demandas de toda classe trabalhadora na região. Além disso, o progresso educacional de Maringá não dependia apenas da boa vontade de seus governantes, mas, também, das ações do Estado em relação às verbas, à legislação e as políticas educacionais⁶³.

Na área de comunicação e de informação, a rádio e o jornalismo contribuíam para formar a opinião pública da população maringaense, à medida que os acontecimentos locais, nacionais e internacionais eram

⁶³Em 1970, ano de criação da UEM, existiam 18.146.977 pessoas analfabetas no Brasil (pessoas com 15 anos ou mais), ou seja, 33,6% da população (Fundação IBGE. **Censo Demográfico de 1970**).

noticiados. Por meio da iniciativa pioneira de Avelino Ferreira, fundou-se em Maringá a 18 de junho de 1950 o *Jornal de Maringá*. Posteriormente, em 27 de setembro de 1962, surgiu a *Folha do Norte do Paraná* e, mais recentemente, em 29 de junho de 1974, o *Diário do Norte do Paraná*. Coube a Samuel Silveira instalar na cidade duas rádios:

Inicialmente a Rádio Cultura⁶⁴ e mais tarde a Rádio Jornal⁶⁵ criando condições para a divulgação da música popular brasileira e proporcionar à população condições de poder acompanhar, embora à distância, os ídolos do rádio na década de cinquenta (ANDRADE, 1979, p. 134).

Em seguida, surgiram mais duas emissoras: “Difusora”⁶⁶ e “Atalaia”⁶⁷, que compõem o conjunto de rádios vanguardistas da cidade, proporcionando diversão, informação e entretenimento aos maringaenses⁶⁸. O rádio detinha grande importância na área da comunicação no começo da década de 1950, principalmente para as pessoas do interior, que eram mais desprovidas de informações, se comparadas aos habitantes das capitais:

São elas através de uma linha de programação definida, encarregadas de levar a milhares de lares desde as mensagens de esperança, fé, coragem, otimismo, até as mais tristes e desagradáveis. O rádio torna-se assim um agente dos mais importantes pois pode trazer a qualquer momento o mundo inteiro para dentro de inúmeros lares sintonizando numa das emissoras de nossa cidade. São elas as

⁶⁴Foi fundada em 16/11/1949, por José Medeiros da Silveira, Odwaldo Bueno Netto, Amadeu Vuolo e Atila de Souza Mello que redigiram o Contrato de Constituição da Rádio Cultura de Maringá Ltda. E que foi arquivado na Junta Comercial do Paraná, em 19/01/1950, por falta de infra-estrutura.

Em 1950 o Sr. Samuel Silveira, radialista profissional, tendo já exercido cargos de gerência em várias emissoras, enfrentou a situação e comprou equipamentos STP e um conjunto-gerador, e conquistou os ares de Maringá, no dia 15/06/1951, quando a Rádio Cultura imitiu seus primeiros sons, na antiga frequência de 1.520 KHz, com prefixo ZYS-23.” (ALTOÉ, 2007, p. 73).

⁶⁵Foi inaugurada oficialmente em 15/12/1956, com a participação da orquestra de Todesco.” (ALTOÉ, 2007, p. 158).

⁶⁶Em agosto de 1961 o Grupo de Emissoras, denominado Emissoras Coligadas S/A, instalou e logo entrou em atividade, na cidade de Maringá, com uma emissora denominada RÁDIO DIFUSORA DE MARINGÁ LTDA., sendo mais uma das mais de 30 emissoras de Minas Gerais, no Estado do Paraná.

Os sócios foram: Francisco Scarpari (gerente) e mais os quotistas: Carlos Scarpari, Nestor de Macedo e Milton Jorge.

A Rádio Emissora tinha por objetivo o incentivo cultural, educacional, científico e recreativo.” (ALTOÉ, 2007, p. 166)

⁶⁷Sua inauguração oficial foi em setembro de 1963.” (ALTOÉ, 2007, p. 173).

⁶⁸De acordo com Altoé (2007, p. 76) a rádio significava muito para os maringaenses, “tanto para os que moravam na cidade como para os que moravam na zona rural, pois este era o único meio de comunicação acessível”.

defraudadoras de bandeiras em prol das pessoas menos favorecidas pela sorte, através das campanhas filantrópicas, bem como, são as primeiras a relatar todos os acontecimentos que ocorrem em nossa comunidade e a procurar de todas as formas soluções para estes mesmo problemas que afligem a nossa massa humana. Portanto, as nossas emissoras de rádio e difusão, à medida que crescia Maringá, tornaram-se como um arauto dos mais expressivos de nossa terra e de nossa gente (ANDRADE, 1979, p. 183-185).

A concorrência entre as rádios era intensa. A busca por audiência era agitada “e quem ganhava era o ouvinte, que sempre dispunha de uma programação de qualidade” (LEAL, 2016, p. 136). Devido aos poucos meios de difusão de informações na região, o rádio tornou-se popular entre os ouvintes locais, precisamente por abranger conteúdos que agradavam a população.

Na década de 1960, segundo Sr. Joaquim Dutra⁶⁹, fundou-se a Rede Paranaense de Rádio, “tendo a liderança da Rádio Cultura de Maringá, e posteriormente a rádio Jornal. As demais emissoras foram sendo incorporadas, devido à sua situação ‘porque não iam bem ou então se foi comprando’” (ALTOÉ, 2007, p. 82).

No quadro 1 estão dispostos as rádios vanguardistas de Maringá e o mês e ano de criação de cada uma delas:

Quadro 1 – Rádios vanguardistas de Maringá

Rádios vanguardistas de Maringá	Mês e ano de criação
Rádio Cultura	Novembro de 1949
Rádio Jornal	Dezembro de 1956
Rádio Difusora	Agosto de 1961
Rádio Atalaia	Setembro de 1963

* Informações retiradas do livro “O rádio em Maringá: o pioneirismo, o alcance e a bela trajetória do mais ágil meio de comunicação social” de Geraldo Altoé, 2007.

A partir de 1962, Maringá entra em uma nova fase na área da comunicação. Os primeiros sinais de sons e de imagens televisivas passaram a

⁶⁹ Joaquim Dutra faleceu em 2015, aos 86 anos. “Ele foi fundador da TV Cultura (hoje, RPC) e de *O Diário do Norte do Paraná*, tendo trabalhado na primeira emissora de rádio da cidade (Cultura) e na *Folha do Norte*”. (informações retiradas do site de Angelo Rigon – “Morre Joaquim Dutra”). Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2015/09/20/morre-joaquim-dutra/>. Acesso: 24 de agosto de 2022.

ser transmitidos, permitindo uma ampla gama de imagens e de informações, que interferiam diretamente no modo de pensar dos maringenses.

Inicialmente, as transmissões provinham da TV Pernambucana e, num segundo momento, foram capturadas da TV Coroados, de Londrina/PR, tendo como centro de transmissão a cidade de Marialva/PR, que atuou como espécie de intermediária, possuindo no seu ponto mais alto, uma torre repetidora, que enviava para Maringá as ondas televisivas (LEAL, 2016, p. 106).

Maringá foi, então, se constituindo e se transformando à medida que avança o sistema capitalista. Em seu progresso econômico e social, destacam-se a qualidade de vida para uma parcela da população dotada de maiores condições financeiras. Contudo, o crescimento populacional e os investimentos em diversas áreas como educação, transporte e saúde nem sempre tiveram êxito. João Laércio Lopes Leal afirma que Maringá também teve fracassos, perdas, derrotas e insucessos, mas esse lado da história maringense é pouco ou quase nada explorado. O autor destaca algumas iniciativas frustradas que fazem parte da história da cidade e enfatiza a necessidade de se desenvolver mais estudos nesse sentido:

As três tentativas de instalar uma fábrica de café solúvel em Maringá, a implantação de autódromo no município, o Projeto Ágora de Oscar Niemeyer, não adotado, o direcionamento para um viés público e social do curso de medicina na UEM, a criação do CEFET [Centro Federal de Educação Tecnológica] e a construção da hidrovía do Ivaí (LEAL, 2019, p. 87).

É comum associar Maringá a uma cidade de sucesso e realmente a “Cidade Canção” em um período curto de tempo se desenvolveu de forma mais intensa do que os outros municípios da região. Entretanto, isso não significa que Maringá não tenha enfrentado momentos de dificuldades e fracassos. Isso porque algumas tentativas de dinamização da cidade não foram bem sucedidas. Observa-se, por exemplo, a existência de vários estudos que reforçam e reconhecem Maringá como cidade pujante e promissora, mas é preciso considerar o seu processo evolutivo e histórico. Isto é, tanto seus momentos de fracassos quanto de sucessos.

5. DOM JAIME LUIZ COELHO E A IMPRENSA EM MARINGÁ

Não é fácil tecer algumas palavras sobre Dom Jaime, visto que seu caráter era firme e rígido ao conduzir a igreja (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 25). Ademais, em Maringá, na região e nacionalmente, o sacerdote tinha influência e certo prestígio por parte de católicos e não católicos, em razão da sua trajetória e do elo que criou entre política e Igreja.

Ao chegar a Maringá, Dom Jaime já tinha previamente idealizado a catedral da cidade, conforme afirmam Barbosa e Penã (2011) no livro escrito sobre o bispo. Nesse sentido, a organização social rigidamente estratificada e os vínculos históricos da Igreja com a preservação da ordem convergiram com as práticas apostólicas do Bispo que desembarcava nessas terras. Não por acaso, tornou-se um intelectual com forte interlocução com os grupos dominantes em Maringá.

No livro *Jaime: uma história de fé e empreendedorismo*, de Everton Barbosa e Luciana Peña, publicado em 2011 pela editora DNP⁷⁰, é possível obter dados importantes sobre sua vida e obra. O livro é uma biografia autorizada de Dom Jaime, que ressalta: “Nestas páginas você não encontrará um trabalho acadêmico. A proposta foi outra: popularizar os efeitos deste pilar da Igreja no Paraná” (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 6). Logo, não encontraremos nele rigor científico; no entanto, ainda assim, é possível extrair algumas informações importantes.

O que se observou na leitura da obra foi um texto apologético a Dom Jaime, no qual não se apresenta os problemas sociais agudos e, ainda que tal instância não seja evidente, percebe-se, por meio de uma leitura mais atenta e crítica, as contradições que se pretende esconder.

Tratava-se, portanto, de uma proposta política assumida pela Igreja Católica de Maringá, bem como uma obra de exaltação da figura de Dom Jaime Luiz Coelho.

⁷⁰O livro citado não possui catalogação (ISBN) o que mostra a intenção dos autores e do biografado em não torná-lo uma obra acadêmica, portanto, com critérios e dados científicos. Em uma breve pesquisa no Google não se encontrou maiores informações sobre a editora DNP. No site “Estante Virtual” alguns livros da referida editora estão na categoria religião, indicando que a editora trata de assuntos religiosos. No mesmo site foi encontrado um livro na categoria arquitetura.

5.1 Dom Jaime: vida e obra

Antes de analisarmos o jornal *Folha do Norte do Paraná*, é preciso conhecer a vida e obra de Dom Jaime Luiz Coelho, numa tentativa de melhor compreender a orientação e a composição do *Jornal do Bispo* e o pensamento sócio-político de seu fundador e diretor-presidente. Dom Jaime teve forte influência religiosa e filosófica de matriz positivista⁷¹, evidenciada claramente nos seus discursos e na atuação político-social no período de configuração da cidade de Maringá. De acordo com Schuelter (2021, p. 290):

[n]ão há como contar a história da Igreja Católica em Maringá de forma desconexa da história política, econômica e social da cidade; assim como não há meios de refletir sobre esse contexto e não mencionar a figura de Dom Jaime Luiz Coelho.

De forma análoga, não há como compreender as ideias e as ações da Igreja Católica e de suas lideranças em Maringá de forma desconexa da sociedade brasileira. A partir das lentes do materialismo histórico, por exemplo, as ações de Dom Jaime não se explicam por sua personalidade ou por ele mesmo, mas a partir de sua inserção como intelectual na luta de classes, que também se fez presente no Norte do Paraná.

Para ajudar a compor essa parte da tese, analisaram-se os artigos de Dom Jaime entre os anos de 1958 a 1967, disponíveis na Cúria Arquidiocesana de Maringá⁷². A finalidade dessa análise dos documentos citados nos respectivos anos foi de compreender o pensamento sócio-político de Dom

⁷¹O positivismo de Comte tem um forte apelo moral e de regeneração da sociedade. Guardada as devidas proporções, o catolicismo também aborda a questão da regeneração da sociedade. Em síntese, “Catolicismo e religião da humanidade tinham muita coisa em comum no seu modo de interpretar o mundo e a sociedade (organicismo social, primazia do sentimento sobre a razão, moral do dever, etc.) e no seu modo de proceder (autoritarismo, rigidez disciplinar, etc.). Tinham também alguns inimigos comuns. Ambos combatiam o liberalismo, ou porque era ateu ou porque era anárquico. Ambos combatiam comunismo (socialismo, anarquismo, ou qualquer outro modelo da mesma família). Isso tudo porque, em última instância, catolicismo e positivismo assumiam a mesma posição de classe. Ambos estavam interessados na preservação do capitalismo, embora domesticado e bem comportado” (GILOLO, 2009, p. 252-253).

⁷²A Cúria Diocesana de Maringá está localizada na Avenida Tiradentes, número 740. Os documentos foram gentilmente separados pelo padre Marcos Roberto Almeida dos Santos e a Simone Aparecida Gimenez, secretária do Chanceler e padre Dirceu Alves do Nascimento.

Jaime sobre diferentes temas. Dessa forma, buscou-se investigar a figura do sacerdote e sua influência em Maringá e no Norte do Paraná.

Verificou-se que, nos anos consultados, os artigos tratam de temas diversos como: 1) o aniversário de Maringá, 2) dia do padre, 3) dia do trabalhador, 4) campanha da fraternidade, 5) ano novo, 6) seminário diocesano 7) natal, 8) aniversário de morte de Néo Alves Martins, 9) artigos sobre a figura do pai, 10) artigos sobre a figura da mãe, 11) política e o direito ao voto, 12) juventude, 13) páscoa, 14) Concílio Ecumênico, 15) ensino no Brasil, 16) Reforma Agrária, e outros.

Dom Jaime Luiz Coelho nasceu em Franca, no interior de São Paulo, na residência de seus avós maternos, no dia 26 de julho de 1916 (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 9). Os autores mencionados mostram que os familiares de Dom Jaime estavam envolvidos com um projeto de sociedade excludente e elitista que influenciou, em alguma medida, a formação do sacerdote:

Era o oitavo filho do casal João Amélio Coelho e Guilhermina Cunha Coelho, que ainda teriam outros seis depois dele. O pai de Dom Jaime foi Capitão da Guarda do Império, título honorífico, dono de fazendas e, mais tarde, em 1929, proprietário da fábrica de calçados “Casa de Couros João Amélio Coelho”, que ficava na Rua General Carneiro, n. 1.180, em Franca (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 9).

A ligação da família de Dom Jaime com o governo Imperial, as terras e o comércio indicam que a mentalidade do padre foi influenciada pelo contexto no qual vivia. Para além dessas influências, destaca-se que o pai de Dom Jaime tinha formação positivista e era ex-partidário do PRP (Partido Republicano Paulista) (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 9). Uma das principais defesas dos positivistas era a ideia de que o progresso social viria por meio da disciplina e da ordem, ou seja, o controle social deveria reger a sociedade, não sendo aceitáveis comportamentos tidos como nocivos, que fossem contra a ordem e contra o status quo estabelecidos, bem como se defende a observância em relação à manutenção da hierarquia social.

Dom Jaime iniciou cedo na vida religiosa, sendo que com 8 anos de idade era coroinha e aos 15 ingressou no seminário, onde aprofundou seus estudos; mais tarde estudou do Colégio Marista, cursou Filosofia e Teologia,

aprendeu grego, latim, hebraico, comunicava-se também em italiano, francês e espanhol (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 9-10).

Era uma pessoa extremamente comprometida com o projeto de sociedade no qual estava envolvido. Isto é, atuava no sentido de propagar a fé católica, bem como os interesses da elite local e nacional de modo a oprimir as classes e a promover a estratificação social:

De 1935 a 1941, Jaime estudou no Seminário Central Maria Imaculada do Ipiranga, na capital de São Paulo, onde cursou Filosofia e Teologia, seminário que recebia alunos de todo o Brasil. [...]. Foi ordenado sacerdote em 7 de dezembro de 1941. [...]. No início de 1942, Padre Jaime foi nomeado vigário coadjutor da Catedral de Ribeirão Preto. [...]. (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 13).

Dom Jaime recebeu a carta de Nunciatura Apostólica no dia 29 de novembro de 1956 e foi empossado em 24 de março de 1957 como primeiro Bispo da Diocese de Maringá. Quando chegou a Maringá, empreendeu o trabalho de construir uma catedral que representasse a modernidade e a presença da Igreja Católica na cidade:

O próprio D. Jaime não imaginava que a Catedral se tornaria o símbolo de beleza, modernidade e arrojo que é hoje, mas sabia desde o início que a igreja matriz deveria ocupar lugar de destaque, no coração da cidade e sem competir com outros edifícios (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 35).

Os apontamentos de Barbosa e Penã revelam, nas entrelinhas, o caráter do empreendimento da Catedral: o destaque almejado expressava o papel da Igreja na formação das consciências na nova cidade. Nesse sentido, a igreja deveria ser o centro das atenções, não só porque carregava a fé e a espiritualidade católica, elementos fundamentais na conformação de uma prática considerada verdadeiramente religiosa, mas, também, pela sua sofisticada e moderna estrutura arquitetônica. Dom Jaime já dizia (apud BARBOSA; PENÃ, 2011, p.39):

Nunca faltou um centavo para a construção da Catedral. Um dia, um senhor me disse: Dom Jaime, eu posso dar o dobro e não andar na linha como o senhor pede? Respondi: Não; o senhor pode dar o dobro, mas tem que andar na linha. Algumas pessoas achavam interessante o novo modelo de igreja, como um foguete. Certa ocasião fui chamado à

Nunciatura no Rio de Janeiro, pelo Núncio Apostólico. Pediu-me ele explicações: O que eu estava construindo em Maringá. Expliquei a ele que era a Catedral nova com uma imagem moderna. Uma igreja moderna para uma cidade nova. Não fiquei sabendo quem fora o denunciante...

As doações para a construção da catedral confirmavam a sintonia ideológica entre os segmentos burgueses da cidade e a figura de Dom Jaime. Não se tratava da conquista do espaço, tal qual o Sputnik⁷³, mas a demonstração da força material da Igreja, que edificava a obra em uma região estratégica da cidade. Em síntese, a grandiosidade da igreja para os padrões de uma cidade de pequeno porte, como Maringá, no período de sua construção, sinaliza para a influência da Igreja no interior da sociedade da época.

A edição de 1.096, de 26 de agosto de 1966, mostra a propaganda de arrecadação feita pelo jornal: 5 mil cruzeiros mensais para contribuir com a construção da catedral de Maringá.

Figura 5: Catedral de Maringá



Fonte: *Folha do norte do paraná*, 26 de agosto de 1966, n. 1.096, ano IV, p.5

⁷³Normalmente o que se ouve sobre a concepção do formato da Catedral remete ao foguete soviético Sputnik. Porém, como se lê no livro do padre Orivaldo Robles, 'A história da Igreja Católica em Maringá: a igreja que brotou da mata', o que de fato inspirou Dom Jaime teria sido a ogiva norte-americana e não a soviética. Segundo Robles, durante os primeiros anos do lançamento do projeto da nova Catedral, não se falava em referência ao Sputnik. Teria sido mais tarde, possivelmente no início da década de 1980, quando leu o livro "Deserto Vivo Poustinia", que Dom Jaime Luiz Coelho teria visto grande semelhança do conceito da palavra "spoustinik", que do russo significa aquele que se desprende da terra em direção ao céu"(Contribuição de Marco Antonio Depr / Livro - A história da Igreja Católica em Maringá: a igreja que brotou da mata, de Orivaldo Robles / Acervo Maringá Histórica, 2020).

Entre as trincheiras católicas em Maringá, a catedral ocupou um papel de destaque. A respeito da sua construção, Dom Jaime escreveu:

Maringá se apressa para levantar a sua Catedral, marco de seu valor e de sua fé. Projetada em linhas modernas, na sua agulha que sobre 124 metros, é um convite ao povo maringaense à meditação das coisas da eternidade. Dentro da possibilidade de pessoas compreensivas, temos encontrado a melhor boa vontade. E com a colaboração de todos, já em donativos particulares, já em festas populares, como a que ora se realiza, tanto na cidade episcopal, como na Diocese inteira, a igreja poderá realizar a sua sagrada missão: LEVAR ÀS ALMAS E O MUNDO A DEUS. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 23 de junho de 1959 – destaque dado pelo autor).

Para “levar as almas e o mundo a Deus”, o espaço escolhido para construção da Catedral foi estratégico: local de permanente deslocamento de pessoas, para maior visibilidade do projeto arquitetônico, que se eleva aos céus. Não por acaso, tornou-se um dos símbolos da cidade e da influência católica entre os moradores.

É importante acrescentar que, no contexto estudado, a hierarquia católica era uma das representantes do discurso anticomunista e também constituía uma expressão orgânica dos interesses dominantes. Tal qual os segmentos mais conservadores da Igreja Católica, que, inclusive, apoiaram o golpe de 1964, a manutenção da ordem burguesa foi uma das diretrizes das ações de Dom Jaime.

O comunismo, tema recorrente, era muito discutido, devido à ideia presente no meio nacional, de que havia uma suposta infiltração comunista no país, amplamente defendida pelos militares e abraçada pela igreja católica. Como forma de combatê-lo, Dom Jaime escreveu, no artigo de 30 de agosto de 1960, as seguintes palavras:

O Santo Padre João XXIII confirma condenação já antes feita, por Pio XII: Cfr. AAS, Vol. LI, abril 1959, pag. 271.

“Perguntou-se à Suprema Sagrada Congregação do Santo Ofício se, na escolha dos representantes do povo, é lícito aos católicos votar em partidos ou em candidatos os quais, embora não professem princípios contrários à doutrina católica ou até se digam cristãos, todavia de fato se unam aos comunistas e com isso os favorecem.

Na sessão de 5 de março de 1959, os Revmos. Srs. Cardiais encarregados da Defesa da Fé e dos costumes decretaram que a resposta seja:

NEGATIVAMENTE, de acordo com o item 1 do Decreto do Santo Ofício de 1º de junho de 1949 (AAS, vol. XLI, 1949, pag. 334).

[...]

Foram apresentadas as seguintes a esta Suprema Sagrada Congregação:

1. Se é permitido se inscrever-se em Partidos comunistas ou dar APOIO ao mesmo.

A está primeira, foi respondido: NEGATIVAMENTE – o comunismo é materialista e anti-cristão; os dirigentes, pois, do comunismo, embora declaram algumas vezes que não combatem a religião, de fato, na prática e na teoria, se demonstram hostis a Deus, à verdadeira religião e à Igreja de Cristo”.

Como se observa, a igreja se colocou explicita e normativamente contra o comunismo. Esse “mal” deveria ser combatido a qualquer custo, pois os preceitos católicos supostamente estavam sendo ameaçados. Em Maringá, não foi diferente e, seguindo os ordenamentos internacionais, vindos de Roma, a cidade procurou se organizar e combater essa possível ameaça, sob a alegação de desordem social e econômica. Para isso, os discursos direcionados à família em relação à manutenção da moralidade eram expressivos à medida que procuravam formar opiniões e comportamentos compatíveis com aquele estágio do capitalismo e com os preceitos da igreja católica.

Assim, a subversão não poderia reinar numa sociedade de “ordem e progresso”. O que se pretendia era ter ordem para conquistar o desejado progresso social e material. Nesse aspecto, a religião teve papel fundamental, visto que, além de conformar o indivíduo a sociedade, trazia a inércia necessária para o não enfrentamento das classes.

Essa orientação se materializou nas manifestações públicas, nos jornais de Maringá, nos documentos oficiais e nas homilias de Dom Jaime. A imagem das “manifestações anárquicas”, que remetiam ao comunismo, foi uma constante na história recente da Igreja e se repetiu em Maringá e na análise dos autores que escreveram a biografia do bispo.

[...], no mundo todo, a Igreja, na década de 1960, enfrentava duros embates com o Comunismo. No Norte do Paraná, região Sul do Brasil, o jovem Bispo da menina Maringá também

liderava amplas campanhas contra esse sistema ideológico e político. [...]. Na era da Revolução, Dom Jaime defendeu a ordem. Foi contra todos os tipos de manifestações anárquicas. O que não significa que tenha sido favorável à repressão cruel dos cárceres da ditadura. Nem um nem outro. Mas uma coisa era clara. Comunismo, jamais. O que pôde ser registrado em sua história antes mesmo de 1964 (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 49)

O posicionamento anticomunista de Dom Jaime deve ser compreendido a partir da própria organização da Igreja no Brasil, que se beneficiava da proximidade que mantinha com as classes dominantes. Por meio de pronunciamento das autoridades católicas em diferentes meios de comunicação, escolas e periódicos católicos, bem como nas atividades catequéticas, ocorria o combate ao comunismo ou a qualquer perspectiva laica, sendo tal instância transformada em tema para as pregações religiosas nas diferentes paróquias espalhadas pelo país:

Se já na segunda metade do século XIX, o tema do comunismo frequentava as encíclicas papais, no Brasil, o anticomunismo parece ter tido sua fase inicial entre 1917 e 1930. Seus alvos eram movimentos operários de inspiração anarquista, socialista e, mais tarde, comunista. Nesse quadro, as preocupações da Igreja se dirigiam tanto ao perigo representado pela subversão e "materialização" do operariado quanto para a disseminação do laicismo entre as elites letradas e ao empenho de convencer os governantes que o Brasil era, acima de tudo, um país católico.

Nos anos 20, a formação religiosa das elites governantes foi uma das preocupações da Igreja, levada adiante com o desenvolvimento de uma literatura especializada e com a criação de centros de estudo e grupos de leigos engajados. Merece destaque a criação da revista *A Ordem*, em 1921, e do Centro D. Vital, dirigido este por leigos que se destacariam como intelectuais católicos, como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Num estudo sobre a revista *A Ordem*, Mônica Veloso mostrou que vários dos elementos enfocados nela eram integrantes da oposição mais geral entre os ideais cristãos e o liberalismo. Aí estaria clara uma das características do anticomunismo católico: a filiação do comunismo ao liberalismo. Segundo a autora, "é a partir da denúncia do Estado liberal que se articula o combate ao comunismo (...). O Estado liberal, enquanto expressão do poder político burguês contém em si os elementos que fatalmente conduzirão ao comunismo (RODEGHERO, 2002, p. 478-479).

Nesse sentido, Dom Jaime expressou o conservadorismo hegemônico do clero católico e, por isso, foi considerado uma pessoa enérgica na luta

contra o comunismo. A título de exemplo, os autores da biografia do arcebispo de Maringá atestam que a Igreja Católica desempenhou uma “luta fortificada na ideologia anticomunista” (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 49). A FAP⁷⁴ (Frente Agrária Paranaense) instituída em 1961 e a DAR (Associação Diocesana de Assistência Rural) fundada em 1965 são exemplos de organizações criadas por Dom Jaime para desarticular o que se considerava ameaça aos interesses da Igreja.

Ademais, a luta contra o comunismo foi emblemática na *Folha do Norte do Paraná*. O orientador eclesiástico da FAP, por exemplo, referindo-se ao golpe civil-militar, revela a perspectiva positiva de mudança no cenário sindical da região: “Em vez das lutas de classe e das reivindicações subversivas e demagógicas de orientação comunista, haverá relações sadias para com os empregadores na base da concórdia, da paz e da justiça social” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 461, 1964, p. 2).

A esse respeito Brito (2025, p. 129) afirma:

A ojeriza anticomunista na região, que foi direcionada, sobretudo contra os sindicatos considerados subversivos, foi expressa em diversas ocasiões através de manifestações públicas. A *Folha do Norte do Paraná*, cumprindo seu papel enquanto instrumento cristão na luta contra o comunismo realizou ampla cobertura de tais episódios.

Como alertado anteriormente, o anticomunismo não foi um fenômeno exclusivo de Maringá, mas fortaleceu-se no Brasil, em função da Guerra Fria, adquirindo preponderância na justificativa ideológica para o golpe civil-militar de 1964. Nesse sentido, sob o impacto da Revolução Cubana, a burguesia brasileira, associada ao capital estrangeiro, enxergava com preocupação o avanço das ideias socialistas no território brasileiro.

É importante ressaltar que, por um lado, a Revolução Cubana contribuiu com uma nova política dos Estados Unidos para a América Latina, vista como

⁷⁴“Um dos objetivos da FAP foi a formação de sindicatos sob orientação cristã, assistência educacional, médica, religiosa e moral. Além, é claro, de confrontar o 2º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná, que contou com a presença de Francisco Julião, então presidente das Ligas Camponesas de Pernambuco e um dos principais líderes da esquerda do país” (Acervo Maringá Histórica / Museu CESUMAR / Contribuição de Roberto De Paula / Contribuição de Reginaldo Benedito Dias). A intervenção dos comunistas nas organizações dos trabalhadores rurais era uma das grandes preocupações de Dom Jaime.

região estratégica no combate ao “avanço soviético”, mas, por outro lado, o anticomunismo não foi puro reflexo das posições estadunidenses no continente. No caso brasileiro, há que se considerar o discurso anticomunista originado na Intentona de 1935. Isso porque vários segmentos, incluindo as Forças Armadas, enxergavam o “perigo vermelho” nos diferentes espaços da sociedade.

Além do exposto, Cuba não era a única preocupação nos diferentes segmentos da burguesia. Entre os anos de 1950 e 1960, por exemplo, a crescente mobilização dos trabalhadores e o crescimento das organizações identificadas com as reformas ou mesmo com posições de esquerda alarmava as forças identificadas com a ordem burguesa. Portanto, não foi novidade o discurso anticomunista reproduzido em Maringá.

“São Jorge em guerra contra o comunismo”, “Comércio enfrentando a nova orientação sindical”, “Povo de Ourizona Defende a Democracia”, “Sindicato Rural de Jandaia do Sul Semeia Agitação e Discórdia”, “Movimento Comunista e Greve dos Saqueiros Ainda Sacodem Mandaguari”, “Tendência Vermelha” são algumas das matérias de crítica ao comunismo, principalmente em relação aos sindicatos, considerados subversivos (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ apud BRITO, 2015). Expressões como “ameaça vermelha”, “esquerdistas”, “reunião vermelha”, “elementos comunistas” eram utilizadas na *Folha do Norte do Paraná* com o intuito de denunciar e difamar a suposta “infiltração comunista” na região e no meio sindical (BRITO, 2015, p. 132).

Nesse sentido, a Igreja Católica e a cidade de Maringá subsistiram concomitantemente, a ponto de não se compreender a história da cidade sem considerar o predomínio e influência da igreja católica, que se expressa na figura de Dom. Jaime. Assim, a história da Igreja Católica no Norte e Norte Novíssimo do Paraná e seu desenvolvimento histórico-social são processos vinculados à presença eclesial portadora de um projeto dominador.

As ideias hegemônicas na Igreja Católica também eram as ideias de Dom Jaime, que se materializaram em seu trabalho apostólico em Maringá. Os ideais conservadores do bispo representam a elite maringaense e a burguesia brasileira, que lutavam para se firmar política e economicamente.

A firmeza e o rigor do eclesial na condução da Igreja e de seus empreendimentos como os jornais era algo que chamava a atenção. Nada

poderia ser alterado ou acrescentado sem sua autorização. Como exemplo, destaca-se um caso relatado por Edivaldo Magro, jornalista, no qual o texto do bispo havia desaparecido sem motivo aparente (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 59). Dom Jaime se manifestou e exigiu explicações, foi até a portaria do jornal para conversar sobre o ocorrido e “não economizou nas críticas e na austeridade das palavras” (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 59). No espaço reservado ao texto do padre foi publicado outro artigo, interrompendo a sequência de textos por ele produzidos (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 59). Em outro caso, Dom Jaime, em função de uma vírgula, “desabou tempestade” sobre o jornalista e sobre o jornal (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 59).

Magro⁷⁵ explicou que a preocupação de Dom Jaime com a vírgula tirada ou colocada se deve ao fato de sua “excessiva (e bem amparada)” preocupação com a língua pátria (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 59):

Nesse caso, o imbróglio cresceu em tamanho, mas Dom Jaime, talvez com a agenda mais carregada, não chegou a se deslocar até o jornal, mas fez veementes protestos e deixou claro que seus textos não aceitavam nenhum tipo de interferência (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 59).

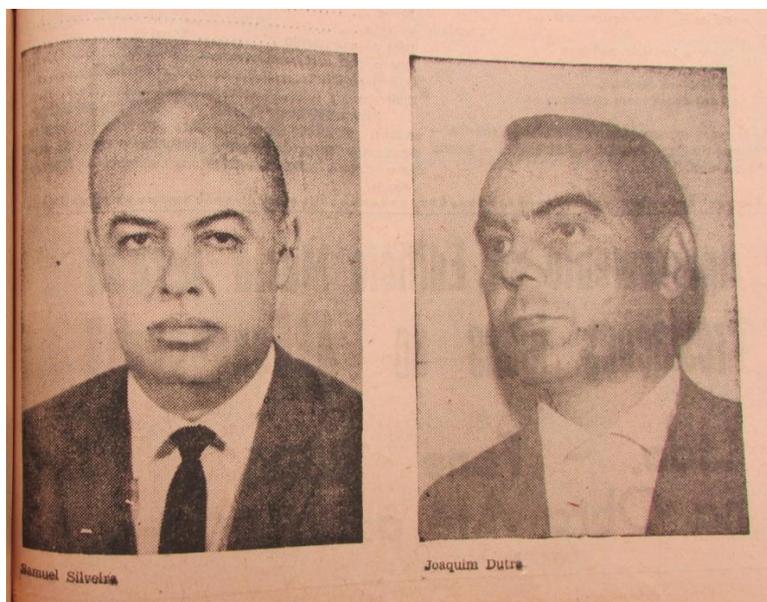
A fidedignidade aos seus escritos devia ser um critério a ser seguido, pois o sacerdote queria passar sua mensagem sem distorções ou anomalias gráficas. Ou seja, as palavras que expressavam seu pensamento deviam transmitir fielmente a sua ideologia.

Na edição de 31 de março de 1965, Dom Jaime comunica que a *Folha* deixaria de circular, pois lhe faltava o apoio da publicidade. No entanto, no mês seguinte, na edição de 14 de abril de 1965, o jornal volta ao público e comunica a acionistas, assinantes, anunciantes e leitores que agora a publicação, a administração e a orientação passariam a ficar sob responsabilidade de Samuel Silveira e de Joaquim Dutra da “REDE PARANAENSE DE RÁDIO” com quem se fez contrato de arrendamento, continuando a ser publicando o periódico, mas com nova roupagem. Nesse quesito, vale destacar que a essência do periódico permaneceu a mesma durante seus anos de existência. Assim, os jornais analisados, após o ano de 1965 revelam a permanência do

⁷⁵Edivaldo Magro é jornalista em Maringá.

pensamento católico conservador e da ideologia burguesa, não havendo maiores alterações.

Figura 6: Samuel Silveira e Joaquim Dutra



Fonte: *Folha do norte do paraná*, 15 de junho de 1968, n. 1.615, ano V, p.5.

Dom Jaime atuava em diversas frentes: interven o na vida privada das pessoas, na política local, em temas nacionais, na conjuntura religiosa, e em outros assuntos menores. Para fins de exemplifica o, pode-se mencionar que, a respeito da comemora o ao aniversário de Maringá, Dom Jaime resgatou um artigo que escreveu em 10 de maio de 1958, quando Maringá tinha onze anos, para comemorar os quarenta e nove anos da cidade:

Menina, ainda, na sua vida que começa, tem necessidade de ser abafada pela brisa do bem e resgatada pela seiva do amor. Ninguém, por certo, daqueles que lhe sentem afeto, há de querer o seu desdouro (sic) e o seu desencanto. Não pode estar agindo de boa fé quem não lhe aponte a via tradicional das glórias dos seus ancestrais. Quem lhe aponte outro caminho, que não o da ordem, da justiça e do bem. Quem deseja substituir o Cristo no rumo de sua história-criança pelos deuses efêmeros, que não possuem o sabor da eternidade...

[...]

Hoje vivemos os seus dias de criança. Depois de nos virão os que lhe darão brilho na vida adulta. Maturidade política. Personalidade indefectível. Comércio estabilizado. F  inabalável. Lares cristãos. Vida social sem mistifica es.

Assistência eficiente ao irmão que sofre. Cidade, enfim, que realize as glórias de seu destino. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958).

No referido artigo, ficava claro o destino que Dom Jaime pretendeu dar à Maringá: um destino cristão, de resignações, apondo-se aos “deuses efêmeros” que, em sua visão, trariam a desordem, enquanto que a fé cristã tradicional, fundada da igreja católica, formaria as bases necessárias de uma cidade com maturidade, estabilizada e cristã.

No *Jornal de Maringá*, de Ivens Lagoano Pacheco e Samuel Silveira, fundado em 18 de junho de 1950, doze anos antes da *Folha do Norte do Paraná*, Dom Jaime publicou vários textos. Na seção “Por um mundo melhor”, o artigo “Maringá” comemora o 14^a aniversário de sua fundação e, do mesmo modo, reforça a aparência religiosa católica que se pretendeu imprimir na cidade:

Formada por gente da mais diversa procedência geográfica, é, no entanto, um hino de trabalho e de fortalecimento na busca do futuro. Até o presente, desconhecida dos governos, soube, porém, mostrar ao Brasil a pujança de sua vitalidade. Seu nome é hoje conhecido dentro e fora das nossas fronteiras. E o seu valor é um desafio àqueles que a querem ver tomar caminhos tortuosos.

MARINGÁ não desmentirá sua história. Palpita-lhe no peito o vigor de um sangue jovem, que sabe escolher o seu próprio destino, e se alimenta de uma força imensa de esperança.

Alma voltada para Deus, no ardor de sua inabalável Fé nos a vemos crescer numa visão de futuro com os lábios murmurando em preces, e com as mãos honestas em suplica oração. Que DEUS e a VIRGEM DA GLÓRIA, seus esteios e indestrutíveis fundamentos, a abençoem e a façam, no dia de amanhã, a mais esplêndida realidade do Norte do Paraná (O JORNAL DE MARINGÁ, 10 de maio de 1961 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958-67).

Dom Jaime escreveu também para outros jornais da época como *A Tribuna de Maringá* e *Voz do Paraná*. Já no artigo intitulado “A igreja tem autoridade para pronunciar-se em questões políticas”, de agosto de 1958 do mesmo jornal, o sacerdote destaca que a Igreja deve dar sua “eventual contribuição” no campo da política. “E para o político ou administrador católico a questão se põe em termos mais definidos: trata-se de saber se seu programa confere ou não, com a doutrina e as leis da Igreja” (O JORNAL DE MARINGÁ,

agosto de 1958 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958-67).

Desse modo, apesar de o artigo considerar que a igreja é apartidária e que religião e política são coisas distintas, considera-se que a igreja deve participar da política, sendo seu direito e dever “pronunciar-se e ditar normas” sobre “o problema do divórcio, da escola livre, do jogo, da reforma agrária, e do reatamento de relações com os países comunistas quando estão claramente em jogo os interesses da moral e da religião” (O JORNAL DE MARINGÁ, agosto de 1958 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958-67).

Essa é uma questão que se apresenta com muitas contradições em seus artigos. Ao mesmo tempo em que o bispo destaca que a igreja é apartidária, participa ativamente na política, dando informações e opiniões. No artigo “O prelado, o leigo e a política”, de 21 de setembro de 1960, do *Jornal de Maringá*, o padre se mostra veementemente contra a utilização de fotografias de bispos, de padres e de freiras em favor da política.

Os artigos de Dom Jaime sobre política e acerca do direito ao voto são recorrentes. Em “Escolha do candidato”, o sacerdote ressalta a importância das eleições e de se conhecer os candidatos:

As eleições são, na realidade, um acontecimento importante na vida municipal, estadual, e federal, porque propiciam ao novo uma oportunidade de escolher, entre os concorrentes, os candidatos que estão em condições de exercer as funções públicas com austeridade, conforme exigem as leis constitucionais, a religião e a moral (O JORNAL DE MARINGÁ, 3 de outubro de 1958 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958-67).

O jornal ainda aconselha os eleitores a fazer “uma análise serena” na vida dos candidatos às eleições, “em busca de uma era de desenvolvimento, de austeridade e de vida cristã” (O JORNAL DE MARINGÁ, 3 de outubro de 1958 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958-67). Nesse sentido, segundo o sacerdote, a igreja tinha a direito e o dever de orientar politicamente os fiéis, mostrando “os caminhos a seguir, os perigos e os abismos”. (O JORNAL DE MARINGÁ, 3 de outubro de 1958 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958-67).

Para ele, a palavra da igreja era essencialmente superior à dos partidos políticos.

Sobre o ensino no Brasil, Dom Jaime é categórico: “a escola é, e deve ser um prolongamento da família” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958). Sua crítica recai sobre a tese do monopólio escolar pelo Estado supostamente defendida por Anísio Teixeira, pois, segundo o sacerdote, isso agride o direito natural dos pais de apregoarem a educação dos filhos (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958).

Essa educação, segundo Dom Jaime, não poderia ser despreendida dos conhecimentos católicos que, em última instância, formaria o homem e a mulher cristãos, íntegros e tementes a Deus. Nesse sentido, estabelece-se uma forte relação entre educação e religião. Para o sacerdote, elas deveriam desenvolver-se em conjunto, para formar homens que atendam aos anseios da sociedade burguesa emergente:

Educar é fazer alguém se desentranhe de si mesmo. É fazer de uma criança ao homem, no sentido autentico e completo da palavra. É despertar todas as qualidades físicas, intelectuais, morais e religiosas, que constituem no educando a natureza e a dignidade humanas. É dar a estas faculdades uma perfeita integridade. Elevá-las a plenitude de sua força e da sua ação. E, deste modo, formar o homem, prepará-lo a bem servir a Pátria, nos diversos cargos sociais, que um dia seja chamado a desempenhar através da jornada da vida. E assim, num alto pensamento, conquistar a vida eterna, enobrecendo a vida presente. Eis a obra e o fim da educação (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 17 de fevereiro de 1963 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho 1958-67).

Na hierarquia entre os que devem ensinar, “[o] primeiro lugar compete a Família. A função do Estado é supletiva”, ou seja, o Estado supre e completa a educação recebida pelos filhos dentro de casa pelos pais (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 12 de fevereiro de 1963).

É importante destacar que a atuação de Dom Jaime não pode ser desvinculada da atuação da Igreja em âmbito nacional no período marcado pelos debates que antecederam a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 4.024 de 1961. No contexto marcado pelas disputas entre os defensores da escola pública e o grupo privatista, coube à Igreja Católica, por meio da

Associação de Educação Católica (AEC), fundada em 1945, a defesa dos interesses da educação privada, cuja bandeira era a negação do suposto monopólio do Estado na educação.

Cabe ressaltar que as transformações em curso, fundamentalmente do período Pós-Segunda Guerra (1939-1945), trouxeram mudanças em relação ao comportamento das mulheres, da sexualidade, etc. Entretanto, a Igreja mantinha-se em uma atitude conservadora. Nesse sentido, a rigidez da moral católica, presente nas ações e manifestações de Dom Jaime, defendia a castidade como expressão da vontade de Deus.

Do mesmo modo, o casamento era considerado uma instituição sagrada e inquebrantável. Nesse sentido, o divórcio foi um dos temas dos artigos de 1958. Segundo Dom Jaime, “os laços do matrimônio” obedecem à lei de Deus e quem se une, conforme as leis de Deus e da igreja, deve estar ciente das responsabilidades e das dificuldades da vida matrimonial (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958).

É tese de direito comum que o casamento não é obrigatório para os indivíduos, particularmente. A lei dada por Deus - “crescei e multiplicai-vos; povoai a terra”. Caso contrário, o celibato seria um pecado ou um desvirtuamento da natureza. O que não é verdade, visto na história da humanidade, tanto no paganismo como no cristianismo, sempre se reverenciou o estado virginal. As vestais são honradas em meio ao seu povo. No cristianismo, a virgindade é flor de primeira ordem no jardim Igreja (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958).

Nota-se que o sacerdote também opinava sobre a vida privada das pessoas, no sentido de fazê-las seguir as normas da igreja. O matrimônio, para a Igreja católica, seria a união entre um homem e uma mulher sacramentada pelo Pai, Filho e Espírito Santo. Trata-se, portanto, de uma união tida como sagrada inseparável e indivisível, visto que homem e mulher se tornam uma só carne, “um só indivíduo”, após o casamento (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1959).

No artigo “Ano Novo”, Dom Jaime faz uma breve síntese do que acontecerá no ano que se inicia (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1 de janeiro de 1960):

Na vida religiosa, teremos as Santas Missões nesta cidade, de 10 a 20 de março. A presença do irmão Vitório, célebre em LETARGIA, de 21 a 23 de março. O 1º CONGRESSO EUCARÍSTICO DIOCESANO, de 24 a 27 de março, na ocorrência do 3º aniversário da instalação da Diocese. Veremos o prosseguimento das obras da Catedral e do Seminário Diocesano. Aqui bem vizinho a nós, instalação da Diocese de Campo Mourão e a posse de seu primeiro Bispo. Em Curitiba, a reunião dos Bispos do Brasil e o 7º Congresso Eucarístico Nacional, de 5 de abril a 8 de maio. Na Alemanha, em agosto, o 37º Congresso Eucarístico internacional. E muitos outros grandes acontecimentos.

No terreno educacional, teremos a instalação e funcionamento da Faculdade Econômica, marcando o ponto alto.

No plano assistencial, a continuação das obras da Casa da Criança, da Santa Casa, do Albergue Noturno, a Creche Menino Jesus, a Obra do Berço, etc.

E teremos as grandes manchetes no terreno político. No das Câmaras dos Vereadores, novos Prefeitos Municipais, Governador do Estado, Presidente da República. [...].

Dom Jaime mostrava-se, assim, o porta-voz dos acontecimentos da cidade e da Igreja Católica objetivando informar, mas, também, formar opiniões a respeito das dinâmicas sociais em movimento. Ao tratar de determinado tema, o sacerdote, ao mesmo tempo, expõe sua opinião, seu julgamento, sempre atrelado aos preceitos da igreja católica.

Sua visão de mundo, vinculado aos padrões hegemônicos, excitava o preconceito e a discriminação racial, como veremos no último capítulo desta tese. De acordo com o Frei Davi Raimundo dos Santos, citado por Camila Moraes de Oliveira (2018, p. 5):

Até mesmo pelo fato das religiões de matriz africana, comprovar que o negro é um ser permeado de religiosidade, conforme ressalta o líder religioso da Igreja Católica e militante dos Direitos Humanos, Frei Davi Raimundo dos Santos em um dos seus artigos. O Frei discorre que a Igreja Católica durante anos não se importou com as demandas de desigualdade racial da sociedade, que discriminava o negro e sua religiosidade, os denominando como seres sem alma e amaldiçoados.

O referido artigo também afirma que a religiosidade do negro durante muitos anos foi negligenciada, não sendo considerada como importante para a igreja católica, “e que a instituição foi conivente com o genocídio que a colonização europeia provocou no período da escravidão, consolidando sua

cultura tradicionalista de não abranger culturas diversas” (SANTOS apud OLIVEIRA, 2018, p. 5).

Houve, tardiamente, uma abertura na entrada do negro no campo católico. Prova disso foi a Campanha da Fraternidade (CF) de 1988, aceita pela CNBB, com o título “Fraternidade e o Negro”, antes da Pastoral Afro-brasileira, que visava ouvir as demandas da população negra (OLIVEIRA, 2018, p. 6). Esse até então foi um tema novo abordado pela igreja católica, “até mesmo, pela Igreja retratar em sua trajetória um posicionamento não favorável ao negro durante o período escravagista”. No entanto, mesmo com as divergências e discussões, a igreja acabou refletindo sobre a situação do negro (OLIVEIRA, 2018, p. 7).

O leque de temas abordado pelos artigos de Dom Jaime é vasto. A respeito dos Clubes de Serviços⁷⁶, ele austeramente opinou:

O espírito laicista, e não cristão, que procura dominar os chamado “CLUBES DE SERVIÇOS”, hoje espalhados pelo mundo, deixa-nos, às vezes, perplexos diante de ousadas e pretensiosas afirmações. Aliás, não é novidade para quem estuda a origem desses mesmos Clubes, encontrar ali a base nitidamente laica e anticristã que bafejou o seu nascimento. Hoje, contando em seu seio cristão e católico, notamos em suas atitudes essa complacência em seres levados, platinamente, ao afastamento da Religião e do verdadeiro espírito da CARIDADE, uma vez que, pela filosofia laicista que domina os aludidos Clubes, as suas atitudes não se podem emoldurar do espírito cristão (Por um mundo melhor, 13 de julho de 1962 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958-67).

O laicismo, para o clero católico, se constituía como uma ameaça à igreja porque pensamento e atitudes tidas como profanas não deveriam fazer parte da vida religiosa. Nesse contexto, os Clubes de Serviços, na realidade, segundo a visão de Dom Jaime, estariam causando determinada desordem social motivada pelo espírito laicista.

Os novos ares de modernidade não agradavam Dom Jaime, pois o laicismo pregava a supremacia estatal em detrimento da Igreja, ideia que Dom Jaime repudiava, e, por isso, proferiu duras críticas ao liberalismo, principalmente por defender um Estado laico.

⁷⁶Um clube de serviço é uma organização sem fins lucrativos que realiza trabalho voluntário. Seus membros se encontram regularmente para discutir a realização de projetos humanitários.

Nesse sentido, as publicações da *Folha do Norte do Paraná* orientavam-se para a defesa do que Dom Jaime entendia ser o modelo de sociedade ideal, pautado segundo os critérios de verdade e justiça⁷⁷ da Igreja, como mostra a edição de 22 de setembro de 1962.

A verdade, prezados leitores, não é uma coisa. Mas DIZER, PENSAR que este jornal existe, que a tinta de sua impressão é preta, que ele tem uma finalidade nobre e reta é pensar e dizer verdades. A verdade consiste essencialmente em julgar que as coisas são o que na realidade são: “Dizer que é, o que é, e que não é; o que não é, eis a verdade, “diz Aristóteles. Pode por isso definir-se: uma relação de conformidade entre o que o espírito julga e o que é. Ou então, uma adequação perfeita entre o intelecto e o objeto. Segue-se, pois, que a verdade supõe três coisas: um OBJETO que se apresenta à inteligência; uma INTELIGÊNCIA que julga, e uma RELAÇÃO DE CONFORMIDADE, entre o juízo e o objeto. Acertados esses termos, tem-se a verdade (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 27 de janeiro de 1963 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958-67).

Como intelectual que expressava os interesses dominantes, Dom Jaime promoveu a difusão dos valores que convergiam para a doutrina católica. Nesse contexto, seus escritos idealizavam um modelo de sociedade hierárquica e sem conflitos de classe:

(...) uma mentalidade da ordem e do dever. A mentalidade da justiça e da verdade. A mentalidade da moral e do respeito. A mentalidade do amor e do perdão. A mentalidade cristã. A mentalidade do EVANGELHO” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 27 de janeiro de 1963 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos – D. Jaime Luiz Coelho, 1958-67).

A mesma perspectiva idealizada do Bispo de Maringá se aplica à visão que possuía da maternidade e da família, como fundamentos da vida em sociedade e de preservação da ordem social (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 12 de maio de 1963 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos de D. Jaime Luiz Coelho 1958-67) Para o autor, os tempos modernos resultaram na perda da noção essencial de família, isto é, “foge-se do apostolado familiar”, pois o matrimônio já não era considerado uma vivência cristã por parte das pessoas (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 14 de junho de

⁷⁷Esse era o lema do periódico.

1963 apud ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, Artigos de D. Jaime Luiz Coelho 1958-67).

Em relação à Frente Agrária Paranaense, ele julgava ser um sindicato autêntico, fiel à Pátria e à sociedade, orientada pela DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, em oposição a outros sindicatos, que provocavam a desordem e que estavam associados ao comunismo (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 11 de agosto de 1963 apud Artigos de D. Jaime Luiz Coelho 1958-67). Nas palavras do sacerdote, a Frente Agrária Paranaense:

[...] agrega milhares de Trabalhadores Rurais autênticos, livres do domínio comunista, traidor da Pátria Brasileira, repudia a manifestação de Sindicatos de Maringá, que a taxaram de SUBVERSIVA. A FRENTE AGRÁRIA PARANENSE tem a hombridade de declarar abertamente os seus princípios e não acoberta dentro do disfarce e da hipocrisia. A FRENTE AGRÁRIA PARANENSE não se acovardará diante dos inimigos do Brasil e do Trabalhador Rural, e continuará denunciando a subversão comunista no Norte do Paraná (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 11 de agosto de 1963 apud Artigos de D. Jaime Luiz Coelho 1958-67).

A FAP foi um movimento político no estado do Paraná contra as ações do Partido Comunista no campo. Dom Jaime considerava que o comunismo deveria ser combatido em todos os espaços e instituições, não só porque representava uma ameaça para a igreja, mas para toda a sociedade, por pregar, em sua visão, contra a propriedade privada.

A atuação de Dom Jaime em jornais, em rádio, na TV, no início do ensino superior em Maringá é tema da próxima seção que traz dados e análises importantes para mostrar a forte presença do bispo em diferentes espaços da sociedade maringaense, mostrando uma rede de atuações que visavam garantir os interesses da burguesia em geral e da Igreja Católica.

5.2 A imprensa em Maringá e Dom Jaime Luiz Coelho: a Folha do Norte do Paraná e outros empreendimentos

Ao chegar a Maringá, em 1957, Dom Jaime iniciou o programa intitulado “Ave Maria”, às 18h, na Rádio Cultura de Maringá, propriedade do radialista Samuel Silveira, dando-lhe o nome “Por um Mundo Melhor” (BARBOSA; PENÃ,

2011, p. 55). Diante disso, o Jornal *Folha do Norte do Paraná* surgiu quatro anos após sua estreia na rádio maringense, em 1961. Em 28 de setembro de 1962 a primeira edição começou a circular.

O periódico, ao longo de sua existência, refletiu o projeto de sociedade condizente com os interesses de classes ao qual representava. Em suas páginas, evidenciou-se o que deveria ser valorizado e o que devia ser rejeitado. Silenciar as demandas populares, por meio de uma retórica amparada nos valores conservadores, foi uma de suas estratégias para a construção do consenso em torno do projeto societário da Igreja.

Em 1979, tiveram fim as publicações da *Folha do Norte do Paraná*. O jornal foi fechado, pois Dom Jaime não estava mais satisfeito com o andamento da empresa que amargava dívidas (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 56). Se tomarmos como postulado a noção gramsciana de partido em sentido amplo, um jornal ou revista também podem ser identificados como partidos, na medida em que orientam ideologicamente as forças políticas na sociedade:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente “funcionários” (GRAMSCI, 1982, p. 10).

Sem dúvida, Dom Jaime foi bastante atuante na comunicação em Maringá e região e pode ser classificado na análise de Antonio Gramsci no livro *Os intelectuais e a organização da cultura* (1982) como intelectual tradicional, ou seja, um intelectual vinculado a uma instituição/grupo social que expressa os interesses particulares compartilhados pelos membros desse grupo. Fazem parte dessa categoria as Forças Armadas (militares), as instituições de ensino superior (professores), a Igreja (clérigos) e outros (GRAMSCI, 1982). “Eles consideram a si mesmo como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante” (GRAMSCI, 1982, p. 6). Nas palavras do autor, os intelectuais eclesiais:

Monopolizaram durante muito tempo (nunca inteira fase histórica que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência da assistência,

etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade (GRAMSCI, 1982, p. 5).

Gramsci ainda entende que o Estado moderno não pode ser compreendido tão somente como um aparelho burocrático e coercitivo (GRAMSCI, 1982). Assim, o filósofo da Sardenha identifica duas instâncias que se relacionam de forma dialética: a sociedade civil e a sociedade política. A primeira abarca uma multiplicidade de organismos privados, tais como partidos, instituições sociais (Igrejas, sindicatos, organizações patronais, imprensa, etc.), onde se manifestam os diferentes interesses e projetos de sociedade; a segunda compreende as instituições públicas do governo, a burocracia estatal, as forças armadas, o sistema judiciário, se constituindo pelo conjunto dos aparelhos do Estado.

No entanto, essas duas instâncias encontram-se articuladas, uma vez que a construção do consenso em torno de uma determinada forma de organização social e da coerção são faces de uma mesma moeda. Isso significa que a hegemonia de uma classe sobre o conjunto da sociedade ocorre por meio da coerção, mas também do consenso. Nesse sentido, a Igreja Católica em Maringá foi uma instituição fundamental na constituição de uma agenda que naturalizava as desigualdades sociais.

Dessa forma, a hierarquia social se manteve em sua substância, mas foi revestida de um discurso que buscava ocultar as contradições sociais, ao mesmo tempo em que “conciliava” interesses opostos. Nesse aspecto, é inegável a participação de Dom Jaime e seu esforço em ampliar as bases de atuação da Igreja na sociedade maringaense, formando um pensamento comprometido com as desigualdades e incapaz de vislumbrar as contradições inerentes a elas.

Os interesses da Igreja Católica de Maringá cresceram e se desenvolveram junto com Dom Jaime. Nesse contexto, o anticomunismo, a educação feminina, a questão dos negros, a preocupação com os indigentes da cidade foram alguns temas recorrentes que permeavam as ideias e as motivações de um grupo específico. Isso porque estar em todos os espaços

significava maior domínio e influência política, social, econômica. A Igreja, nesse aspecto, se constituía como um quarto poder e atuante como uma instituição privada que é parte da sociedade civil, defensora de valores e de um determinado projeto de sociedade, hierárquico e não inclusivo.

No ensino superior de Maringá, Dom Jaime também se notabilizou com a criação em 26 de agosto de 1959 da primeira escola de nível superior, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas (FECOM), “embrião daquela que se tornaria depois a Universidade Estadual de Maringá (UEM)” (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 67). Em razão da participação do bispo no início do ensino superior em Maringá, a UEM concedeu a ele o título de primeiro *Honoris Causa* em 1980 (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 67). Dom Jaime foi o primeiro a receber esse título: além de diretor, Dom Jaime ocupou a função de professor de Ética e Sociologia, cadeira que depois passou a ser ocupada por Cônego Benedito Vieira Telles, primeiro padre ordenado por Dom Jaime em Maringá, em 1960 (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 67).

Ademais, o bispo articulou e incentivou a criação e a instalação de vários colégios católicos e participou da criação da ACEMA (Associação Cultural e Esportiva de Maringá), entidade representativa da comunidade nipo-brasileira de Maringá como diretor da escola Mista São José, fundada pela ACEMA, antiga SOCEMA (BARBOSA; PENÃ, 2011).

As ações sociais na área de moradia pela Igreja foram importantes para o processo de desfavelização de Maringá. O Núcleo Social Papa João XXIII, inaugurado em 1972 por Dom Jaime e Irmã Salomé Dets, da Congregação Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, visava proporcionar casas as famílias de baixa renda. Dessa forma, por meio do “apoio da comunidade maringaense e da doação da Prefeitura Municipal da Maringá, conseguiram um terreno de aproximadamente 27.720m², para a implantação da entidade”⁷⁸:

Casas construídas pela Igreja com o apoio de entidade são temporariamente usadas por famílias de baixa renda. As famílias tem um prazo de 3 a 5 anos para ocupar as residências. Nesse tempo elas fazem uma poupança com o dinheiro que, fora dali, seria consumido pelo aluguel. Com a poupança, as famílias podem dar entrada em um financiamento

⁷⁸Disponível em: <http://www.nucleosocial.maringa.br/empresa/>. Acesso: 13 de abril de 2022.

e comprar a casa própria. [...]. Todas as casas foram erguidas com a madeira da antiga Catedral e de grupos escolares. Com substituição das casas de madeira por casas de alvenaria em andamento, a madeira foi usada para a confecção dos bancos e da mesa do altar da capela, inaugurado em 2010, do Centro de Formação Bom Pastor, anexo ao Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 73).

Sua atuação em vários campos sociais da cidade de Maringá é inegável, principalmente na imprensa, e marcada pelo seu forte posicionamento ideológico e por sua capacidade de conquistar as massas. Em 2003, a Associação Comercial de Maringá (ACIM) reconheceu Dom Jaime como o maior empreendedor da região (BARBOSA; PENÃ, 2011, p. 71).

Por outro lado, não se pode esquecer que sua ideologia, apregoada na cidade, explica, em certa medida, atitudes de discriminação e de preconceito contra os negros e contra outros povos tidos como não civilizados. Não é por acaso que a presença negra na *Folha do Norte do Paraná* é quase inexistente em situações positivas, sendo que em algumas seções, como a “Crônica Social” e na “Folhinha Social”, sua presença é praticamente inexistente.

6. O JORNAL *FOLHA DO NORTE DO PARANÁ*

O jornal *Folha do Norte do Paraná* circulou diariamente por cidades do interior do estado entre 1962 e 1979⁷⁹. Devido ao fato de que seu fundador foi o bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, o periódico ficou conhecido como “Jornal do Bispo”.

O jornal do bispo é mais uma demonstração de que a imprensa não é neutra diante dos conflitos em uma sociedade profundamente desigual. Certamente, a imprensa pode ser entendida como um partido em sentido mais amplo, pois seleciona o que é publicado e como deve ser publicado. D. Jaime Luiz Coelho, no jornal *A Folha do Norte do Paraná*, por exemplo, empreendeu um discurso legitimador das ideias dominantes, expressivas da ideologia circunscrita ao capitalismo. O jornal nasceu, portanto, com o escopo de formar a consciência dos maringenses, por meio da veiculação de um pensamento no qual a palavra cristã, permeada por forte moralidade e determinações políticas da elite local, deveria dar sentido à existência individual dos leitores na jovem sociedade que se formava.

A publicação era editada na cidade e contava, em geral, com oito páginas. As colunas traziam notícias e informações do cenário político, econômico e cultural e se preocupava, sobretudo, em difundir os preceitos da Igreja Católica e o pensamento anticomunista.

A distribuição dos exemplares era realizada por meio de correspondentes nas cidades e nas vilas que repassavam os jornais aos assinantes e para as bancas de jornal onde eram, normalmente, comercializados (BRITO, 2015, p. 22). O periódico também contava com sucursais em outras localidades do Paraná, como Curitiba, Paranaguá, Londrina, Paranavaí, Cianorte e outras que foram instaladas ao longo das décadas de 1960 e 1970, além de ser distribuído fora do estado, por meio do trabalho de representantes em São Paulo, Rio de Janeiro e Santos (BRITO, 2015, p. 22).

Acerca das temáticas que tiveram aparição no referido periódico, as propagandas assumiam um espaço considerável no jornal e as dicas e

⁷⁹Cada exemplar custava 100 cruzeiros.

conselhos para o público feminino reforçavam o modelo ideal de dona casa, mãe e esposa. O comunismo igualmente recebeu atenção em suas páginas. Em diversas matérias, é possível perceber a crítica ácida que o periódico desempenhou contra a “China Comunista”. Desse modo, o comunismo era apresentado como uma “ameaça vermelha”, que perturbava a ordem e os bons costumes da época. Por isso, o jornal não se limitou em acompanhar a movimentação e notícias em torno dessa questão, sempre se posicionando em defesa na ordem burguesa.

Destaque-se, ainda, que a *Folha do Norte do Paraná* foi um dos mais importantes jornais do estado⁸⁰, informando a sociedade maringaense e revelando a visão da elite local sobre diferentes temas, reforçando um ideário que a favorecia ao mesmo tempo em que deixava insignificante a existência e as demandas dos outros segmentos sociais.

6.1 Composição das seções da *Folha do Norte do Paraná*

Dom Jaime Luiz Coelho (1916-2013), foi o primeiro bispo e arcebispo de Maringá e se consolidou como liderança religiosa e política com a existência do periódico. Tratava-se de “um representante de uma instituição conservadora em Maringá” (PAULA, 2020, p. 86) e isso fica facilmente perceptível quando o jornal aborda questões consideradas fundamentais para a manutenção do modelo social defendido pela Igreja Católica.

A *Folha do Norte do Paraná* contava com textos e fotos distribuídos em oito páginas. Notou-se que nem sempre as imagens tinham uma boa nitidez, em razão da tecnologia da época e devido ao fato de que eram impressas em preto e branco.

A primeira página dá destaque às principais notícias do jornal tratadas nas páginas subsequentes. Geralmente essas notícias vinham acompanhadas de fotos ilustrativas e de uma pequena chamada para despertar a curiosidade do leitor.

Entre as seções mais frequentes destacam-se: “Destaques Administrativos”, “Reconstruir o mundo”, “Folhinhas”, “Jornais em Revista”,

⁸⁰Ver Anexo IV - Popularidade da Folha do Norte do Paraná.

“Notas Políticas”, “Resenha Internacional”, “Crônica Social”, “Cinema”, “Antenando e discomentando”, “Folha Feminina”. A última folha era destinada ao esporte. Na sequência, elucida-se a composição das seções.

A seção “Destaques Administrativos”, assinada por Antenor Sanches, trazia informações sobre a administração da cidade canção e região, como atividades que eram desenvolvidas pela prefeitura:

CONCLUSÃO DA PISTA DE POUSO

Fruto da recente viagem administrativa do Prefeito Municipal, ao Rio de Janeiro, chegou ao Paço Municipal, de parte do Major Brigadeiro, Waldemiro Advincula Montezuma – Diretor Geral de Engenharia – Ministério da Aeronáutica, telegrama dando contas que a abertura da Concorrência Pública, das obras de conclusão da pista de pouso de Maringá, será feita no dia 21 do mês corrente (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano 1, n. 60, 1962, p. 2)

Na seção dessa edição, também se pode perceber informações sobre formaturas escolares e acerca de casamento de funcionários da prefeitura. A seção “Reconstruir o mundo” era um espaço de reflexão sobre mensagens ligadas a Bíblia. O intuito maior dessa seção consistia em contribuir positivamente com a formação do mundo e do homem, tendo a Sagrada Escritura como seu eixo direcionador:

Para que vivemos?

É uma pergunta que muitas vezes fazemos a nós mesmos, mas cuja resposta nem sempre sabemos dar.

[...]

Vivemos para alcançar a verdadeira felicidade. Mas, onde está essa felicidade? No que consiste? Se nada nesta vida nos causa um bem interminável, essa felicidade duradoura e eterna, segundo as nossas aspirações, onde iremos buscá-la? Uma resposta é certa. Ela está naquele que nos fez, que nos criou, em Deus (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano 1, n. 60, 1962, p. 2).

A igreja, nesse sentido, seria a representante de Deus na terra, o corpo de Cristo. Assim, as ações e os pensamentos dos homens deviam ser orientados segundo os preceitos religiosos, para que pudessem repousar em paz e no paraíso celestial. Ao serem bons na terra, os filhos de Deus teriam seu lugar garantido no “céu”.

Na seção “Folhinhas” apresentavam-se pequenos comentários de maneira breve e direta sobre acontecimentos que ocorriam na cidade e movimentações incomuns (BRITO, 2015, p. 26), alguns com certa ironia: “AS ÚLTIMAS sessões no Maringá estão silenciosas até demais, agora. Aquilo dá até uma impressão de cemitério [...]” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano 1, n. 54, 1962, p. 2).

A seção “Jornais em Revista” reproduzia trechos de matérias publicadas em periódicos de renome nacional como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Diário de S. Paulo*. “Em geral, eram precedidos por uma breve introdução do tema abordado pelo editorial em questão” (BRITO, 2015, p. 27).

Em “Notas Políticas”, publicavam-se informações sobre a atuação de políticos locais e nacionais dispostas em pequenos excertos. Os assuntos, separados por temas, eram os mais diversos: viagem, eleições, descaso, agradecimentos, empossados, visita, orçamento, etc. Havia também uma parte do jornal intitulada “Avulsos”, em que as pessoas procuravam por prestadores de serviços, empregadas domésticas, cozinheiras, pedreiros ou vendiam produtos ou bens.

A seção “Resenha Internacional” trazia notícias em destaque na imprensa internacional, organizadas em pequenos parágrafos. Já na “Crônica Social”⁸¹ havia informações referentes ao entretenimento e à vida social de Maringá e região. Essa seção era assinada por Frank Silva e contava com subseções:

A primeira delas versava sobre a programação dos eventos a serem realizados nos clubes maringaenses e das cidades vizinhas. A “Ala jovem”, espaço destinado a comentar diversos assuntos do interesse da juventude maringaense, também fazia parte da coluna. Os informativos sobre enlances matrimoniais também eram divulgados nesse espaço (BRITO, 2015, p. 27-28).

A seção “Cinema”, assinada por Octacílio Cabral, trazia comentários e indicações de filmes apresentados nos cinemas da cidade. “Antenando e discomentando”, seção assinada por Osvaldo Lima, “trazia dentre outras

⁸¹Posteriormente a seção “Crônica Social” sofreu algumas alterações no formato ao se chamar “Frank Silva em sociedade”. Depois, em 1967, essa seção passou a se chamar apenas “Sociedade” e em seguida “Destques”.

informações, a programação das rádios de Maringá e região, assim como letras de músicas de sucesso da época” (BRITO, 2015, p. 27-28).⁸² O “Horóscopo”, que continha o mapa astral utilizado para supor ou deduzir os traços de personalidade e antecipar os acontecimentos futuros da vida, era apresentado logo abaixo.

A “Folha Feminina”⁸³ apresentava vários assuntos relacionados ao público feminino do periódico. “A coluna era escrita, apesar de não assinada, por Irene Mota, uma das poucas mulheres a trabalhar no periódico” (BRITO, 2015, p.28). Entre as divisões da seção, pode-se ressaltar: “você vai gostar”, que continha várias receitas e dicas de culinária e ‘Pequenos conselhos’, que trazia dicas de beleza e cuidados com o corpo” (BRITO, 2015, p. 28). A seção também divulgava diversos textos que tinham a finalidade de orientar as mulheres a serem boas mães, esposas e donas de casa.

Como mencionado, a última página era destinada ao esporte. Nessa parte do jornal, matérias e notícias esportivas eram veiculadas. Havia duas subseções: “desfilando o amadorismo” e “na boca do gol”. “A primeira trazia comentários sobre os principais times do estado, a programação dos jogos da semana e notícias sobre os jogos de futebol da cidade” (BRITO, 2015, p. 28). A segunda tratava de comentários esportivos sobre o futebol local, regional e nacional.

De modo geral, as seções do periódico encontram-se bem distribuídas e ilustradas. A abordagem das diferentes temáticas sugere a adesão de um público leitor distinto. Não há como determinar com exatidão a porcentagem de alcance do periódico, mas *A Folha* foi um dos impressos mais importantes da cidade.

Para fins didáticos, organizou-se, no quadro abaixo, as seções mais recorrentes e o que cada uma delas tratava:

⁸²Posteriormente, em 1967, criou-se uma única seção intitulada “Aqui se diverte” de Kester Carrara, na qual trazia informações/notícias sobre o que seria apresentado nos cinemas de Maringá e região. Nesta seção também se falava de “rádio e TV”.

⁸³Em 1967 criou-se a “Folha da Mulher” com a direção de Maria Tereza em substituição a “Folha Feminina”, estabelecendo-se um espaço maior aos assuntos relacionados ao universo feminino.

Quadro 2 – Seções mais recorrentes da Folha do Norte do Paraná entre os anos de 1962 a 1968

Títulos das seções	Conteúdo das seções
“Destaques Administrativos”	Era uma seção assinada por Antenor Sanches que trazia informações sobre a administração de Maringá e região.
“Reconstruir o mundo”	Espaço de reflexão que apresentava mensagens vinculadas a Bíblia. O objetivo dessa seção era contribuir de maneira positiva com a formação do mundo e do homem utilizando-se da Sagrada Escritura como seu norte.
“Folhinhas”	Apresentava pequenos comentários breves e diretos sobre acontecimentos que ocorriam na cidade e movimentações incomuns, alguns com certa ironia.
“Jornais em Revista”	Reproduzia trechos de matérias publicadas em periódicos de renome nacional como “Folha de S. Paulo”, “O Estado de S. Paulo”, “O Diário de S. Paulo”.
“Notas Políticas”	Publicava informações a respeito da atuação de políticos locais e nacionais dispostas em pequenos excertos. Os assuntos eram separados por temas e tratavam sobre viagem, eleições, descaso, agradecimentos, empossados, visita, orçamento, etc.
“Avulsos”	Nesse espaço do jornal as pessoas procuravam prestadores de serviços como empregadas domésticas, cozinheiras, pedreiros ou vendiam produtos ou bens.
“Resenha Internacional”	Apresentava notícias de destaque na imprensa internacional organizadas em pequenos parágrafos.
“Crônica Social”	Trazia informações referentes ao entretenimento e a vida social de Maringá e região. Essa seção era assinada por Frank Silva e contava com subseções: Ala jovem e os enlaces matrimoniais.

“Cinema”	Seção assinada por Octacílio Cabral que trazia comentários e indicações de filmes apresentados nos cinemas da cidade.
“Antenando e discomentando”	Seção assinada por Osvaldo Lima. Trazia dentre outras informações, a programação das rádios de Maringá e região, assim como letras de músicas de sucesso da época.
“Horóscopo”	Apresentava o mapa astral de cada signo. Era utilizado para supor ou deduzir os traços de personalidade e antecipar os acontecimentos futuros da vida.
“Folha Feminina”	Apresentava assuntos relacionados ao público feminino do periódico. A coluna era escrita, apesar de não assinada, por Irene Mota. Dentre as divisões da seção pode ressaltar: “‘você vai gostar’, que continham várias receitas e dicas de culinária e “Pequenos conselhos”, que trazia dicas de beleza e cuidados com o corpo”. A seção também divulgava diversos textos que tinham a finalidade de orientar as mulheres a serem boas mães, esposas e donas de casa.
“Desfilando o amadorismo”	Trazia comentários sobre os principais times do estado, a programação dos jogos da semana e notícias sobre os jogos de futebol da cidade.
“Na boca do gol”	Tratava de comentários esportivos sobre o futebol local, regional e nacional.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do jornal Folha do Norte do Paraná.

A Folha buscava ser clara em suas colocações, agindo de forma a reproduzir a sua visão de sociedade. O conteúdo do jornal deveria passar pelo crivo rigoroso de Dom Jaime que determinava o que poderia ser publicado ou não.

6.2 O caráter educativo da imprensa

Não é de hoje que a imprensa influencia o processo de formação da opinião pública, a percepção das pessoas sobre os fatos. Seu caráter educativo e sua influência na produção e na veiculação de ideias envolvem determinada ideologia, isto é, a visão de mundo de um indivíduo ou grupo que busca atender seus interesses. Por meio dos periódicos, foi propagada a concepção de mulher, de homem, de criança, de família, e outros, considerando aquilo que se acreditava ser o modelo ideal para o bom desenvolvimento social e econômico da sociedade.

Nesse contexto, é importante destacar que a imprensa não é um espaço sem dinamicidade. Ela está em constante movimento. Distintas ideologias se contrastam nesse espaço e, portanto, a imprensa não é neutra, como denuncia Gramsci em *O jornal e os operários*, visto que ela representa o projeto e a visão de mundo de quem a controla.

Ao analisarmos as visões de mundo presentes em um periódico histórico, verificamos que as mesmas expressam as relações políticas de um tempo, de uma sociedade em transformação e em permanente contradição.

É a história em movimento que dá sentido e anuncia a materialidade das ações humana. A imprensa, por sua vez, manifesta essas mediações, até mesmo por ser um espaço contraditório, em que se apresentam as ideologias da classe dominante, mas, ao mesmo tempo, também ali está contida a resistência a essas mesmas ideologias. Ela não se resume a apenas um jornal, mas à totalidade de sua produção, expressa em projetos sociais heterogêneos (LUCENA; NETO, 2007, p. 202).

Dessa forma, quando lemos um jornal, estamos diante de um material rico em informações sobre a sociedade daquele período. Ele pode nos informar sobre política, econômica, educação, etc. Por outro lado, “o Jornal é um documento a ser usado com o máximo cuidado; os perigos de distorção, [...], são bem mais frequentes [...]” (CAMARGO, 1975, p. 226 apud MORGADO, 2011), pois as informações envolvem interesses em suas publicações, além de se tratar de uma produção humana. Diante disso, não se pode absorvê-las tal

como estão postas. É preciso analisá-las, considerando o contexto e as intenções em que essas informações foram produzidas.

Os jornais têm pretensões educativas, no sentido de formar modelos, valores e comportamentos; é o que Jinzenje chama de “jornal educador” no artigo intitulado “O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX”. De acordo com a autora (JINZENJ, 2012), para se estudar a educação nas primeiras décadas do século XIX é preciso tomar a educação em seu sentido amplo, isto é, para além do espaço escolar ou concomitante a ele:

[...] outros meios/espços tiveram importante função na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de conhecimentos, entre eles os romances, jornais, revistas, sermões, apresentações teatrais, festas, pinturas e a criação de estabelecimentos, como sociedades literárias, científicas e bibliotecas (JINZENJ, 2012, p. 155)

Não é apenas a escola que educa. A sociedade, com suas variadas manifestações culturais e institucionais, participa ativamente do processo formativo dos indivíduos. A imprensa, nesse aspecto, exerce influência na produção e na veiculação de ideias, além de se constituir uma importante fonte para o desenvolvimento de pesquisas historiográficas.

A *Folha do Norte do Paraná*, criada para ser veículo das ideias católicas e modelo de vida singular, imprimia, em suas páginas, um discurso anticomunista e um padrão ético-moral consonante com a racionalidade capitalista. Propagava-se, assim, a doutrina cristã e o ideário necessário à ordem econômica e política vigente.

Historicamente, podemos considerar que somente a partir da segunda metade do século XIX ocorreu a constituição de uma imprensa católica no Brasil. Todavia, é necessário esclarecer que padres fizeram parte da imprensa católica de diferentes jornais que circularam no Brasil após a chegada da Família Real portuguesa em 1808⁸⁴. No entanto, o desenvolvimento da

⁸⁴A título de exemplo pode-se citar a dissertação de Adriane Santana que analisou o pensamento do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852) a partir no debate exposto no jornal *O Carapuceiro*, publicado em Recife-PE entre os anos de 1832-1845. De acordo com Santana (2013, p. 25) Lopes Gama “observava que as ideias e costumes dos nacionais foram deturpados pela má compreensão das ideias progressistas, e, portanto, a

imprensa católica no país não pode ser dissociado do contexto social e político, bem como dos movimentos ocorridos a partir das demandas do Vaticano, entre as quais podemos destacar: o processo de laicização iniciado do continente europeu, o crescimento do movimento operário, o liberalismo, o positivismo e as posturas anticlericais em oposição às prerrogativas da Igreja e seus abusos políticos e econômicos (RODRIGUES; GOMES, 2019, p. 409).

Portanto, a atuação católica não se restringia aos cultos, utilizava-se dos mesmos instrumentos dos adversários, entre eles, a educação por meio da imprensa que funcionava como uma “trincheira que deveria ser conquistada pelos intelectuais católicos que não dissociavam a historicidade do homem dos planos de salvação.” (RODRIGUES; GOMES, 2019, p. 410).

Tais ações visavam acentuar a oposição à chamada imprensa “ímpia” e apresentavam-se como forma de combate a certas configurações jurídicas outorgadas pela República à sociedade política em alguns de seus aspectos marcantes: o seu viés não confessional, a liberdade religiosa, o laicismo na educação (GONÇALVES, 2007, p. 245).

Com o advento da República a Igreja Católica, viu-se diante da necessidade de reorganizar-se frente ao Estado; por outro lado, o Brasil carregava as tradições católicas presentes em nossa história (RODRIGUES, GOMES, 2019, p. 410). O Estado não podia desconsiderar que no Brasil havia uma tradição católica, historicamente enraizada em práticas sociais. Diante desse impasse, a relação Igreja-Estado foi conflituosa e, até hoje, temas polêmicos, como a liberdade religiosa e o laicismo na educação, são campos de conflitos de toda ordem entre essas duas instituições.

Pode-se dizer, por exemplo, que se travou uma verdadeira luta entre a Igreja e o Estado, no tocante ao ensino religioso que pode ser percebida nos diversos documentos normativos. A Igreja defendia sua doutrina e diretrizes eclesiais, enquanto que o Estado buscava defender e implantar sua soberania e seu regime político.

mentalidade brasileira deveria ser orientada em razão das Escrituras Sagradas”. Assim sendo, em seu jornal Lopes Gama propunha uma reforma nos costumes tendo como norte as Sagradas Escrituras.

SANTANA, Adriene. **Miguel do Sacramento Lopes Gama e o Jornal *O Carapuço* (1832-1842): o debate educativo, político e social na imprensa pernambucana no século XIX.** 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.

A Igreja não se absteve de se manifestar sobre temas importantes da sociedade, ou seja, a Igreja interferia no que é domínio do Estado e na vida privada, tentando controlá-los, com a alegação de se defender uma suposta normalidade. Sobre isso, vale questionarmos. Que normalidade é essa? A quem ela se dirige? Normalidade para que e para quem? Trata-se de refletirmos sobre o contexto em que a Igreja está inserida e suas intenções. Nesse aspecto, a militância religiosa sobre as questões que envolvem a sociedade no seu sentido mais amplo também é uma ação político-educativa, seja ela dentro do templo ou fora dele, por meio dos periódicos, por exemplo.

Nesse sentido, o que caracteriza normalidade para Igreja está relacionado intrinsecamente a uma sociedade dividida em classes ou ao lugar que o indivíduo ocupa na cadeia produtiva na sociedade a qual ele pertence. Assim como na sociedade, na igreja cada indivíduo também devia desempenhar seu papel para o qual foi designado, sob o risco de causar perturbações à ordem instituída. Esse pensamento foi disseminado pelo sociólogo Émile Durkheim no século XIX, que defendia que a sociedade funciona como um organismo vivo, isto é, todos os seus membros deveriam viver harmoniosamente para que fosse possível alcançar o bem-estar geral.

Assim, a igreja não está desvinculada da sociedade da qual faz parte. Ela “é o reflexo da sociedade capitalista que vivemos e como tal, reproduz suas estruturas e o motor que a mantém: a luta de classes e suas disputas.” (JUSTINO, 2017, p. 150). A *Folha do Norte do Paraná*, mesmo que de forma oculta, pautava a sua existência no entendimento de que as lutas travadas no campo social, político e econômico deveriam ser abordadas como prenúncio de um mal maior a ser combatido, portanto uma prática que explica a sua própria luta no campo da formação das ideias.

Nesse ínterim, por meio de seus escritos, *A Folha* educou para as formas de pensar, de se comportar, a fim de transmitir valores e princípios que desejava desenvolver nos indivíduos. Era uma atuação educativa não formal, mas que se configura como essencial para o debate político e para a circulação das ideias, tendo em vista o elevado número de analfabetos do período.

O caráter educativo presente na *Folha* pode ser percebido em diferentes momentos em publicações que tinham o objetivo de formar mulheres submissas e obedientes, que fossem boas mães e donas de casa, ou

publicações que defendiam um ideário anticomunista. No caso da população negra, não se observou uma manifestação mais direta, mas ausência e estigma. Há, de certa forma, um racismo oculto, entendido como expressão de uma sociedade capitalista altamente desigual e excludente:

[...] não obstante a crescente importância de instituições formais de educação na transmissão cultural de uma geração a outra, agências mais diversificadas e informais também podem estar envolvidas em tal processo. Romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas, etc. têm tido sempre sua cota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas. [...] Jornais, revistas e rádio e televisão, por exemplo, têm um currículo oculto que dissemina e organiza informações, cria valores, atitudes e ideias sobre uma multiplicidade de temas e, pois, quer queiram ou não, influenciam seus leitores, ouvintes e espectadores (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145).

Desse modo, os jornais, ao propalarem uma dada visão de mundo, educavam a sociedade, influenciando seu modo de pensar e as opiniões sobre os mais variados assuntos. Vinculada a um projeto de sociedade, a *Folha*, como a maioria dos órgãos de imprensa, não se contrapunha ao sistema capitalista vigente; ao contrário, defendia interesses da classe ou grupo social dominante. Praticava, portanto, o que a Igreja Católica havia definido anteriormente, ser um sustentáculo das ideias dominantes e estas correspondiam à classe detentora do poder político-econômico.

A consciência da classe trabalhadora, formada pela burguesia maringense, se incumbiu de inculcar nela a consciência da elite, para apoiar os supostos vencedores, isto é, os pertencentes a elite, considerados como pessoas que levavam uma vida correta, ideal. Assim, a burguesia conquistava adeptos ao seu projeto de sociedade e promovia o anseio da classe trabalhadora de se tornar classe dominante. Na *Folha*, o padre D. Jaime Luiz Coelho se aproveitou de sua influência e poder para ser uma espécie de porta-voz da Igreja Católica, ao defender pautas e princípios da burguesia local e nacional.

6.3 Representações do negro na *Folha do Norte do Paraná*

Um complexo imaginário reforça o racismo a todo o momento “através dos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2019, p. 65). Nesse sentido, os jornais, como elementos constituintes da sociedade são influenciados pelos processos históricos e sociais de sua época e, numa sociedade marcada pelo racismo estrutural, expressam o ponto de vista da classe que representam. No entanto, posturas diferentes, combativas ao racismo, também podem ser observadas. Essa seção tem o propósito de analisar o posicionamento e o tratamento do jornal *Folha do Norte do Paraná* em relação aos trabalhadores negros. Indaga-se, portanto: Como o periódico via os negros e como os retratou em suas páginas?

Para responder a essa pergunta, utilizou-se de notícias, artigos e da iconografia presentes no referido periódico, de modo a contemplar um maior número de informações. Basicamente, observou-se a presença de negros em algumas situações, como nas páginas reservadas ao esporte e às notícias policiais e em raros momentos os negros eram mencionados por outros motivos.

A predominância de fotos de pessoas brancas e de temas destinados à elite maringense indica que os espaços da hierarquia social da cidade não eram ocupados por negros. Esse fato revela o racismo estrutural presente e que deriva “da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (ALMEIDA, 2019, p. 50). Dessa forma, por meio de práticas institucionais e sócio-históricas, um grupo racial ou étnico detém privilégios e exerce formas de dominação causando desigualdades aos outros grupos.

6.3.1 Profissões ocupadas por negros presentes no jornal “Folha do Norte do Paraná”

Na página dedicada aos artistas (“Aqui se diverte”) verificou-se, nos jornais pesquisados, que o negro também está presente, mas em menor

aparição, se comparado ao branco: Wilson Simonal⁸⁵ e Jair Rodrigues⁸⁶ são alguns dos poucos artistas negros que aparecem no periódico.

O negro é retratado também como ex-presidente da União Maringaense dos Estudantes Secundaristas (UMES) e presidente da UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas). Na notícia do jornal de número 553, Vagner Silveira é acusado de causar caos financeiro na entidade estudantil da cidade (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 553, ano II, p. 7). Na maior parte das edições pesquisadas, o negro aparece em situações desfavoráveis, negativas, sem perspectivas de vida. A existência de um ou outro negro em posto de destaque não indica uma mudança efetiva na condição de vida da população negra, mas apenas que poucos negros ocupavam cargos de liderança e poder.

Figura 7: Vagner Silveira - ex-presidente da União Maringaense dos Estudantes Secundaristas (UMES) e presidente da UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas)



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 553, ano II, 1964, p. 7.

A visão que se buscava legitimar era a de que o negro poderia ocupar cargos importantes no extrato social, mas acabaria cometendo atos ilícitos ou desonestos, reforçando-se a ideia de que o negro não merecia confiança,

⁸⁵FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.680, ano V, 1968, p. 5.

⁸⁶FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.395, ano V, 1967, s/p.

exatamente por conter em si a natureza de indivíduo perigoso, em razão das características que, supostamente, a raça apresentava.

A matéria “Ensacadores de Rolândia⁸⁷, revoltados contra a diretoria do sindicato” mostra por meio de foto que o negro também foi atuante na profissão de ensacador. A esse respeito, João Laércio Lopes Leal afirma que, em Maringá, o serviço de ensacamento e de embarque do café era realizado em sua maioria por homens negros e de origem nordestina (LEAL, 2019, p. 71). O Sr. Sebastião Ferreira de Souza, um chefe de turma e fiscal dos ensacadores da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina de Rolândia, relatou a revolta dos trabalhadores contra as atitudes do presidente do Sindicato dos Ensacadores, Almerindo Marques do Santos:

Explicaram aqueles trabalhadores que, na fundação da entidade, ficou estabelecido que os ensacadores por cento sobre a produção pagariam ao Sindicato, mais a mensalidade de 100 cruzeiros, em troca de completa assistência, prestada gratuitamente.

“Nada disso aconteceu – continuou. Quando o órgão de classe foi procurado por associado: que haviam sofrido acidente de trabalho, em busca de assistência médico-hospitalar gratuita, foram informados pelo Presidente que não tinham direito algum e que para tanto, além de terem que recolher mais oito por cento para o IAPETC, teriam que dar por fora para ele, Almerindo, mais um cruzeiro por saco. Contra isso foi que a maioria se revoltou” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano I, n. 50, 1962, p. 3).

A figura 8, nesse sentido, mostra os ensacadores se organizando para requerer a assistência prometida:

⁸⁷Rolândia é um município localizado no norte do estado do Paraná, na região metropolitana de Londrina com população, segundo IBGE de 2020, de 67.383 habitantes.

Figura 8: Ensacadores



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 50, ano I, 1962, p. 3.

Na ocasião, os trabalhadores reivindicavam seus direitos de trabalho e melhorias para a categoria profissional a qual pertenciam. Como exposto no fragmento acima, o sindicato não vinha cumprindo com as promessas feitas aos trabalhadores ensacadores, desencadeando uma revolta coletiva. Os trabalhadores rurais, de fato, já vinham se movimentando por direitos desde a década de 1950 por meio de greves, mas foi em 1962 que ocorreu a sindicalização rural (ROSSI, GONÇALVES, 2013), dando maiores possibilidades para a concretização de um projeto político voltado para a comunidade campesina.

A matéria “Ensacadores vão falar com Perachi”, na edição 1.031, ressalta que presidentes de diversos sindicatos de carregadores e ensacadores de todo o Norte do estado do Paraná estavam tratando de assunto de interesse da classe. Na figura 9, os negros são maioria, o que sugere certa predominância desses trabalhadores na atividade com o café e outros alimentos transportados.

Figura 9: Com Perachi



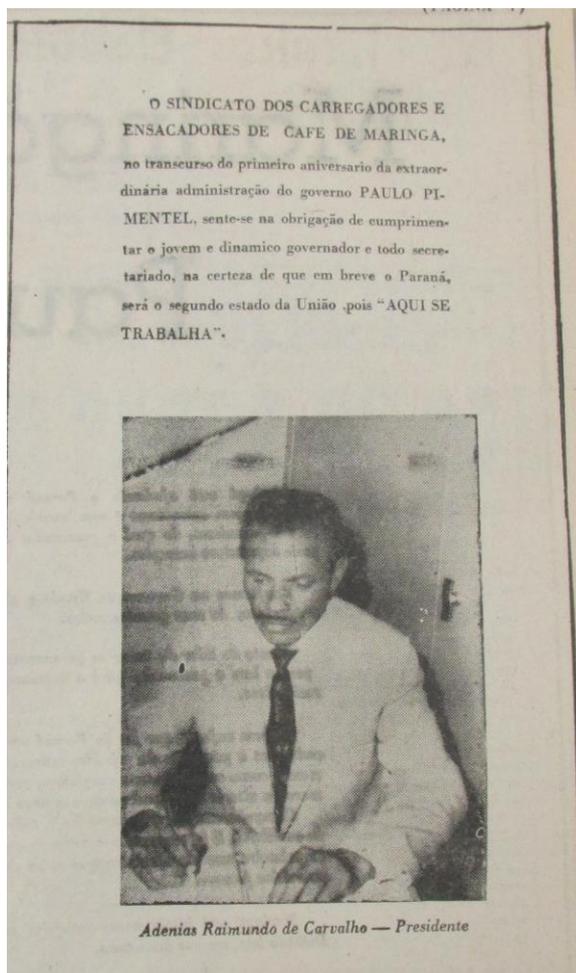
Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.031, ano IV, 1966, p. 1.

Fica evidente que os trabalhos braçais, o subemprego e o analfabetismo têm cor, na maioria das vezes negra ou parda.⁸⁸ Nesse sentido, a falta de oportunidade e de reparação social e econômica para os negros após 1888 levou-os a ocupar espaços marginalizados na sociedade. As imagens, nesse sentido, têm um grande poder de veiculação de conteúdo. Trata-se de sinais visuais que permitem construir uma imagem com traços de inferioridade e incompetência, haja vista que o trabalho braçal desde tempos remotos é associado a algo desonroso e destinado aos escravos e aos desprovidos economicamente. Assim, enquanto a burguesia branca se apropriava dos meios de produção, aos negros e pobres restou vender sua força de trabalho para garantir condições mínimas de sobrevivência.

A edição de n. 1.207 exibe uma das poucas vezes em que o negro aparece em cargos de predomínio, ainda que vinculado a atividades e contextos considerados inferiores pela sociedade, como carregadores e ensacadores de café:

⁸⁸ Em 1960 eram 15,9 milhões de jovens e adultos analfabetos (39,6% da população nessa faixa etária). Fundação IBGE, **Censo Demográfico de 1960**.

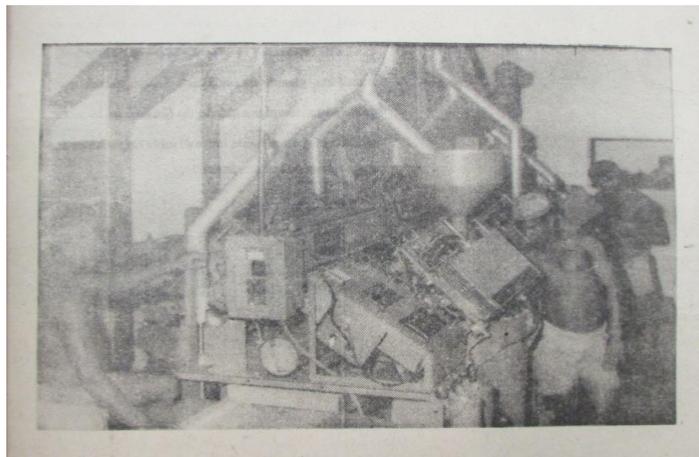
Figura 10: Adenias Raimundo de Carvalho - Presidente do sindicato dos carregadores e ensacadores de Maringá



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.207, ano V, 1967, p. 7.

A edição de número 1.008 mostra homens negros trabalhando numa padronizadora de café. De acordo com o anúncio, a máquina (uma catadeira eletrônica) tem capacidade para 1.000 arrobas diárias e 200 sacas diárias. Nota-se que o negro, no que diz respeito ao café, exerceu atividades distintas, não atuando apenas nas plantações de café, mas, também, em atividades correlatas a esse ramo.

Figura 11: Padronizadora de café



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.008, ano IV, 1966, s/p.

Em outra edição, de 3 de fevereiro de 1967, o negro é representado como guarda, uma profissão destinada às camadas mais pobres, independentemente de a pessoa ser branca ou negra. A lógica de dominação tenta mostrar o negro sempre em condições subalternas, de forma a naturalizar os processos de exclusão, mas na vida social nada é natural, pelo contrário, a própria sociedade produz e reproduz as exclusões.

Figura 12: Guarda Manoel



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.210, ano V, 1967, p1.

Aos negros, em grande parte, se destinavam os trabalhos pesados e que exigiam força física, como o ofício de ensacadores e de perfuradores de poços, levando uma vida com poucas perspectivas. Os que conseguiam alguma ascensão social também sofriam discriminações.

Diante de tal cenário, a condição econômica é um elemento que não isenta o negro do preconceito. Isso porque a população negra é a mais afetada em termos sociais e econômicos. É o que mostra os dados do IBGE (2019, p. 2):

[...] em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018. A relativa desvantagem desse grupo populacional se mantém mesmo quando considerado o recorte por nível de instrução. A taxa composta de subutilização da força de trabalho, por exemplo, é maior entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, qualquer que seja o nível considerado, sendo essa diferença relativamente menor entre aquelas que possuem o ensino superior completo. Padrão semelhante é verificado no que concerne à taxa de desocupação.

Essa população vem sendo submetida a um processo de exclusão que remonta ao período colonial, não lhes restando opções e nem condições objetivas para alçar melhor qualidade de vida. A burguesia maringense, nesse contexto, buscava formar a consciência da classe trabalhadora, das empregadas domésticas, dos perfuradores de poços, de pedreiros, de carpinteiros e outros, no sentido de inculcar neles a consciência da elite para apoiar os “vencedores”. No caso daqueles pertencentes à elite, estes seriam os supostos vencedores, tidos como a forma correta de ser. Desse modo, a burguesia, além de conquistar adeptos ao seu projeto de sociedade, promovia o anseio da classe trabalhadora de se tornar classe dominante.

6.3.2 O negro nas páginas policiais

Nas páginas policiais, o negro é associado à violência e à criminalidade, como mostra a edição de número 61, quando se anuncia a prisão de Raimundo

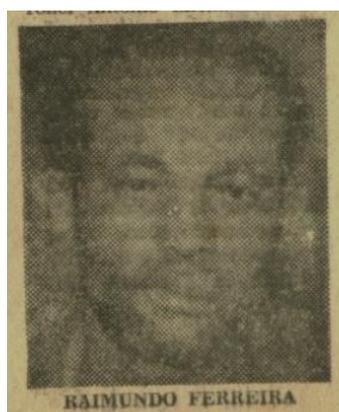
Ferreira da Silva, conforme observado na Figura 13, nos dizeres do periódico: “Perigoso assassino preso em Maringá: já cumpriu pena na cidade de Bauru”:

Na manhã de domingo o subtenente Glaucir Laurindo, por determinação do superintendente Haroldo de Castro, dirigiu-se até a vila Marumbi, onde deteve o indivíduo Raimundo Ferreira da Silva que foi conduzido para a DRP.

(...)

Em 28 de novembro deste ano, matou Antonio de Tal na zona do meretrício de Paranavaí. Foi preso em flagrante tendo posteriormente se evadido em companhia de mais três assassinos e um ladrão, sendo que na fuga atirou num soldado, atingindo-o gravemente. Após a fuga viajou a pé de Paranavaí até Nova Esperança, de onde posteriormente apanhou carona em um caminhão, dirigindo-se para nossa cidade, onde foi detido (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano I, n. 61, 1962, p. 4).

Figura 13: Prisão de assassino



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 61, ano I, 1962, p. 4.

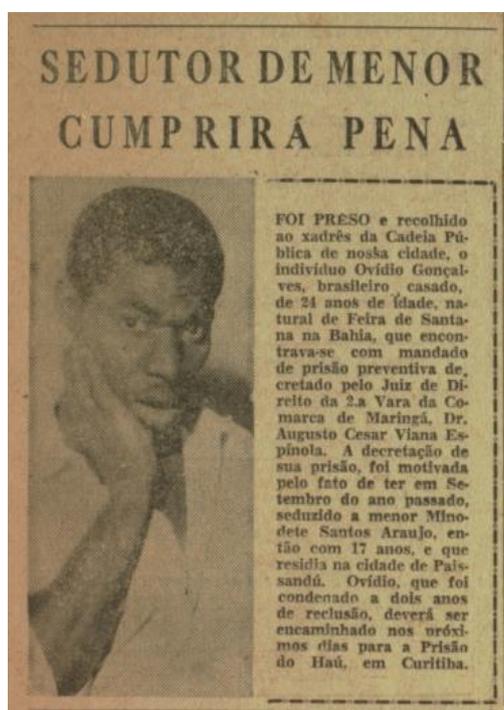
O negro sofreu com as consequências de quase quatro séculos de trabalho escravo. Sem nenhuma reparação social e econômica, a população negra pós-abolição foi obrigada a sobreviver na informalidade. A vida de criminalidade foi a única alternativa que parte dos negros encontraram para garantir sua sobrevivência. Não havia possibilidades de uma mudança significativa em suas vidas dadas as condições que lhes foram impostas pela escravidão e pelo colonialismo.

No Censo de 1960, a população, assim como no censo anterior, foi dividida em brancos, pretos, amarelos e pardos. Em 1960, os homens pretos apresentavam uma proporção de concluintes do segundo grau três vezes

menor do que os homens pardos. Respectivamente, 0,11 e 0,35. Isso evidência que quanto mais escura for a pele do indivíduo menor são os níveis de escolaridade e, portanto, maiores as chances de adentrar na criminalidade.

Em outros momentos, vê-se o negro vinculado a outros crimes, fato que sugere a degradante condição social e econômica na qual se encontrava. Na capa do jornal de n. 40, destaca-se a notícia com o título “Sedutor de menor cumprirá pena”, na qual a foto de um homem negro estampa a matéria que diz:

Figura 14: Prisão de sedutor de menor



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 40, ano I, 1962, p. 1.

Cesare Lombroso, médico italiano psiquiatra, criou no final do século XIX a teoria sobre o “homem delinquente”. Em síntese, essa teoria contou com a análise de mais de 25 mil reclusos de prisões europeias, além de seis mil delinquentes vivos e resultados de pelo menos quatrocentas autópsias (PABLOS DE MOLINA; GOMES, 2013, p. 188). A partir do estudo realizado, Lombroso concluiu que entre esses homens e cadáveres existia características físicas e psicológicas comuns, que o fizeram acreditar que eram os estigmas da criminalidade. Desse modo, para ele, o crime era um

fenômeno biológico. Ou seja, o criminoso era um indivíduo que já nasce delinquente. Em outras palavras, Lombroso entendia que havia uma predisposição biológica do indivíduo à conduta antissocial, ao qual ele chamou de criminoso nato. O psiquiatra também acreditava na existência de “genes criminosos” que são transmitidos de geração em geração de maneira genética. A teoria de Lombroso perdurou até a segunda metade do século XX quando perdeu validade em razão do desenvolvimento científico.

Em outra imagem, veem-se dois homens negros, que faziam parte da quadrilha que roubava carros na região. O negro é representado no jornal cometendo diferentes tipos de delitos, mas isso só mostra como sua situação era deplorável, em razão das condições objetivas que o envolvia, não lhe restando muitas vezes alternativas nem formação para trilhar um caminho diferente.

Figura 15: Quadrilha de ladrões de carros



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 998, ano IV, 1966, p. 2.

Os dois negros na figura encontram-se cabisbaixos e pensativos, provavelmente já esperam a punição de seus atos, sem qualquer sanção. A notícia abaixo (Figura 16), por sua vez, traz informações sobre o assaltante, de cor preta sem profissão definida e sem residência fixa, que era a situação de parte dos negros. Os negros ocupavam consideravelmente as páginas policiais. No entanto, não é possível afirmar que eles representavam majoritariamente essa seção, visto que nem todas as notícias vinham

acompanhadas de fotos ou descrições físicas mais detalhadas. Esse fato não invalida a hipótese da predominância da presença negra nessa parte do periódico.

Figura 16: Prisão de assaltante



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 843, ano IV, 1965, p. 1.

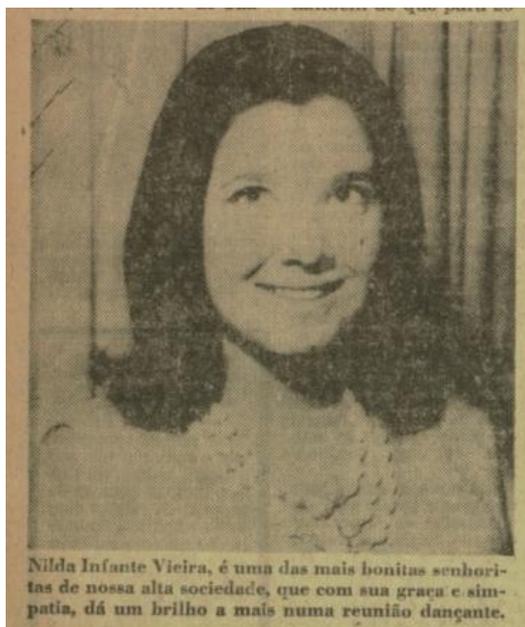
Conforme mencionado, a *Folha do Norte do Paraná* retratou o negro com o estigma da escravidão: sem direitos, sem trabalho, sem moradia (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 843, ano IV, 1965, p. 1). Assim, o periódico o situava em posição inferior à do branco. Essa era uma expressão dos tempos de cativo, mas também de um processo de exclusão que permanece até os dias atuais.

6.3.3 A seção "Crônica Social"

Outro fato observado durante a pesquisa diz respeito às pessoas proeminentes na sociedade maringense destacadas na seção "Crônica Social". Não se observou nenhuma presença negra nessa parte do jornal nos

anos consultados, o que evidencia a exclusão dos negros dos círculos sociais da alta sociedade de Maringá. As pessoas ali apresentadas eram brancas, mulheres ou homens que revelavam um padrão de vida semelhante ao europeu (Figura 17).

Figura 17: Senhorita da alta sociedade maringaense



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 41, ano I, 1962, p. 7.

As moças e os rapazes presentes na seção “Crônica Social” eram de cor branca, se vestiam bem e eram possuidores de boas qualidades, conforme a seção os descrevia. Do mesmo modo, as famílias e os casais representados nessa parte do jornal também eram brancos, sempre um homem e uma mulher. O modelo ideal de família era o tradicional, que se constituía por uma configuração patriarcal, caracterizada pela superioridade do pai.

O pai era o provedor e protetor da família, construída pelo casamento, enquanto que a mulher cuidava da casa e dos filhos, não lhe restando maiores oportunidades fora do lar. Nesse modelo de família, a mulher vivia subjugada, não dispunha de condições para tomar decisões sobre sua própria vida, sendo quase sempre impedida de estudar ou trabalhar. Suas ações, de modo geral, giravam em torno da autorização do pai ou do marido.

Figura 18: Família branca



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 747, ano III, 1965, p. 4.

Os casais representados eram de cor branca, provenientes de Maringá ou da região. Não se observou, nos anos consultados, casais ou famílias negras nas páginas dos jornais. Esse fato indica que eles eram marginalizados, isolados. A ausência de casais e famílias negras no jornal não quer dizer que eles não existiam na cidade, mas que não eram representados por questões ligadas à sua condição social e econômica (Figura 19). Desse modo, o negro não tinha relevância para ser mostrado, comentado, a não ser em situações específicas, como no esporte, nas páginas policiais e/ou em outras raras ocasiões.

Figura 19: Casal branco



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 921, ano IV, 1966, p. 4.

A publicação na coluna social de casais e famílias brancas no jornal reforça o modelo de família branca/burguesa, considerado o modelo ideal. O casal ou a família que fugisse dessa realidade era considerado inadequado e, inclusive, perigoso ao projeto desenvolvimentista aplicado na cidade de Maringá. Isso porque ser negro era prenúncio de pobreza, de pouca inteligência e de ignorância. Outrossim, o ideário nacional carregava esses estigmas, os quais não são tão diferentes na atualidade.

6.3.4 O uso pejorativo da palavra “negro/a”

O uso da palavra negro de forma pejorativa é outro elemento que pode ser notado como quando se faz referência ao câmbio, “Câmbio negro”, termo que se refere ao mercado onde acontecem as operações de câmbio entre pessoas não autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Ou seja, trata-se de uma atividade ilegal:

Cambio negro do arroz no Rio Grande do Sul
Está havendo grande negociata no setor de comercialização do arroz na fronteira com São Paulo, principalmente na região Norte. Esta declaração foi feita pelo elemento da Companhia Agro Pecuária de Fomento Econômico do Paraná. O que está havendo é que o produto proveniente do Rio Grande do Sul para São Paulo, vem sendo interceptados por comerciantes do Paraná e está sendo vendido para outros Estados no Câmbio

negro, por preços muito maiores, sendo consumido somente por classes privilegiadas (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano I, n. 38,1962, p. 3).

A associação da palavra negro(a) a um imaginário negativo é comumente utilizada em nossa sociedade. Expressões como “negro de traços finos”, “a coisa tá preta”, “serviço de preto”, “mercado negro”, “magia negra”, “lista negra” e “ovelha negra” também revelam, de forma não explícita, o racismo.

A palavra “negro”, na edição de número 46, outra vez é utilizada em tom pejorativo, quando o jornal se refere à renúncia do presidente da República Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, comunicada oficialmente ao Congresso Nacional:

Desde o fiasco de 25 de agosto de 1961, quando o Brasil se viu na eminência de cair numa guerra civil, com todas as suas **negras consequências** ainda não tomamos uma reta de realizações que de fato minorem os anseios brasileiros. Que faz o parlamentarismo? Também apregoa que vai tomar medidas para solucionar os nossos problemas entre os quais o do alto custo de vida, mas este continua subindo cada vez mais, e o que é pior, desaparecem os gêneros de primeira necessidade, para logo surgirem em minguada dose no **câmbio negro**, a preços proibitivos. Quando é que acabaremos com todos estes abusos e desequilíbrios? Diga-o S. Excia. o nosso 1º ministro... (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano I, n. 46,1962, p. 6, grifos nossos).

Nota-se, dessa forma, que o jornal deixa transparecer, mesmo que de forma implícita, um imaginário desfavorável referente à palavra negro(a), que é endossado pelas notícias negativas associadas aos negros e que acabam por contribuir com o racismo.

6.3.5 O problema do analfabetismo e a preocupação com as crianças pobres de Maringá

É interessante notar que o periódico não era estranho aos problemas que afetavam a população negra. O alto índice de analfabetismo do Brasil, por exemplo, foi um dos temas do jornal em 1962. A maior parte das pessoas que não sabiam ler nem escrever era proveniente das classes mais baixas,

geralmente negros que não chegavam a frequentar a escola ou que precisavam deixar os estudos cedo para se dedicar ao trabalho. Na seção “Combate ao analfabetismo”, o professor Darcy Ribeiro, Ministro da Educação na época, esteve em São Paulo tratando do Plano de Emergência que visava erradicar, até 1970, o analfabetismo da população brasileira:

Numa síntese da situação, disse que, hoje nas poucas escolas que existem 600.000 a 700.000 crianças ainda aprendem de cócoras, com o caderno sobre os joelhos; mais da metade da população não sabe ler nem escrever; os que aprendem, muitas vezes aprendem mal, e o rendimento é baixíssimo; 600.000 chegam a idade de 14 anos, em condições de analfabetismo, e 500.000 até 18 anos em situação idêntica. “Não se estranhe, pois, - disse o sr. Darcy Ribeiro – se o Plano de Emergência sugere que se ensine até debaixo de árvores” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano I, n. 44, 1962, p. 7):

Nota-se que tal preocupação ocorria em nível nacional e o jornal fez coro a essa causa. Por outro lado, havia também a preocupação com as crianças pobres da cidade, sendo necessário fornecer atenção e cuidados essenciais para o seu bom desenvolvimento e extinção dos problemas sociais e econômicos causados por essa realidade. Uma das demandas feita pela *Folha do Norte* era a criação de um centro de hidratação para as crianças indigentes. O texto não fala especificamente das crianças negras e pobres, o que sugere que tanto crianças negras quanto brancas receberiam essa ajuda:

Esteve em visita à redação da “Folha” na tarde de ontem o Sr. Célio Serpa Ferraz, Secretário da Educação, Saúde e Assistência Social de Maringá, que nos falou sobre a criação do Centro de Hidratação Infantil, exclusivamente para as crianças indigentes. Trata-se de uma iniciativa da Secretaria da Educação e Saúde, em colaboração com os médicos de nossa cidade, sendo que está instalada em fase experimental na Santa Casa local.

Em sua entrevista disse-nos o Sr. Célio Ferraz, que “a exemplo de São Paulo e Curitiba, entramos em contato com pediatras em Maringá e propusemos a construção do Centro de Hidratação Infantil. Essa iniciativa merece atenção, especialmente na estação de verão, em que o calor dificulta a criança desidratada um tratamento mais eficaz, porque a mesma entra em “déficit” de líquidos, pela perda através de vômitos, suor e fezes. (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano I, n. 34, 1962, p. 4).

A edição de número 71 divulga a boa ação do Albergue Noturno e da Rádio Difusora que, naquele natal, iriam ofertar presentes às famílias pobres.

Esse é mais um dos fatos que mostram que Maringá, apesar de seu planejamento moderno, não deixava de ser afetada pelos problemas sociais e econômicos de uma cidade em crescimento. A campanha “da Caridade Cristã”, através do programa sertanejo “Nhô Quincas”, da Rádio Difusora, informava que apenas as famílias mais necessitadas seriam contempladas mediante levantamento de informações:

O Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac, seguindo os ensinamentos do Divino Mestre, em dar assistência aos desamparados, ofertou presentes de Natal as famílias necessitadas. Além de guloseimas e brinquedos variados, distribuiu-se também roupas, leite em pó, farinha de trigo, pães, etc. Grande foi o número de pessoa que para lá afluíram na esperança de levar para seu lar um presente de Natal, e voltaram satisfeitos, de semblantes alegres (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano I, n. 71, 1962, p. 2).

Em suma, o posicionamento filantrópico apresentado no periódico não é um caso isolado. Trata-se de uma ação dos grupos dominantes que contribuem para escamotear as relações de dominação-exploração presentes no capitalismo e, dessa forma, naturalizam a desigualdade social oriunda de uma sociedade de classes.

Sob essa perspectiva, é impraticável dissociar a miséria de amplos segmentos da classe trabalhadora da acumulação de riqueza nas mãos de poucos, mediada por relações sociais, em que a maioria foi apartada do controle dos meios de produção. Nesse sentido, a naturalização da miséria constituiu mais um artifício das classes dominantes, transformando a pobreza em um fenômeno de suposta incapacidade dos pobres.

É inegável que, diante do passado escravocrata e de uma sociedade profundamente desigual, a pobreza atingiu amplos segmentos das camadas constituídas por trabalhadores negros com ganhos salariais inferiores aos trabalhadores brancos, devido ao processo de exclusão advindo do período colonial. Em virtude do baixo salário, o negro (ex-escravo) foi morar na periferia. “Lojas, porões, cortiços, barracos construídos na periferia da cidade passam então a ser alternativas encontradas pelo escravo para construir um espaço de vida para si, independente do controle do senhor” (GOMES, 1990, p.10).

Maringá não é um município isolado dos problemas que permeiam a totalidade da sociedade brasileira. Isso porque a produção e a reprodução da desigualdade étnica e racial também se fez presente ao longo de sua formação. Como forma de amenizar as privações e angariar votos para as eleições era comum que, em datas festivas como o Natal e a Páscoa, ocorresse a entrega de alimentos, doces, presentes e/ou brinquedos por parte de políticos ou famílias ricas da cidade. Em Sarandi, por exemplo, cidade próxima a Maringá, as crianças frequentemente ganham doces e presentes em datas comemorativas até os dias de hoje.

Em outra edição, observa-se a preocupação com crianças indigentes, pois elas representavam um problema à ordem social da cidade:

Cinco crianças procedentes do Estado da Bahia encontram-se internadas na Santa Casa de Misericórdia de nossa cidade e necessitam do auxílio do coração bondoso do povo maringaense. As crianças precisam da transfusão de sangue, soro, antibióticos, e fortificante para se recuperarem mais rapidamente, apelamos para que a população colabore doando sangue e enviando os medicamentos necessários para o tratamento dos inocentes. Segundo apuramos junto ao Irmão Geraldo Mehling, ali se encontram cerca de 70% de indigentes, daí a necessidade de colaboração (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 554, ano II, p. 1).

A filantropia aparece como uma forma de naturalização das desigualdades. Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (1998), deixam claro que uma parte da burguesia, filantropos, humanitários, organizadores da caridade, reformadores sociais dos mais diversos, desejam remediar os males sociais visando assegurar a existência da sociedade burguesa. Trata-se, na verdade, de medidas paliativas que servem ao capital por não proporcionarem, por exemplo, o debate sobre as causas estruturais da fome e como eliminá-la.

A preocupação com as crianças pobres, mendigas, foi crescente no século XX. Essa preocupação ocorreu não por mero filantropismo, mas porque uma cidade que se pretendia ser cada vez mais moderna não poderia ter um contingente de crianças perambulando pelas ruas. A figura 20, portanto, mostra a preocupação a respeito das crianças indigentes por parte das autoridades daquele momento:

Figura 20: Indigentes da Santa Casa



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 554, ano II, 1964, p. 1.

Nessa notícia, as crianças pobres, inclusive as negras, são tidas como indigentes e necessitando de ajuda para se desenvolverem saudavelmente. Diante disso, crianças brancas e negras pobres em situação de vulnerabilidade eram atendidas pela Santa Casa. Eram comuns pedidos de colaboração, feitos pela imprensa, para que não houvesse a falta ou a carência de materiais e medicamentos para o tratamento das crianças. Observe-se, portanto, que a notícia em nenhum momento questiona as causas estruturais que geram a miséria e a existência de crianças abandonadas.

Esse posicionamento do periódico evidencia a intenção de não transformar a realidade posta, visto que tal transformação implicaria no desvelamento dos reais motivos dessa situação, isto é, o descaso da burguesia com a questão social. Não apenas isso, mas também sua culpabilização por não agir adequadamente e, ao mesmo tempo, contribuir para essa situação à medida que ela produz e reproduz sua ideologia para manter-se no poder, dispondo de aparatos repressivos, inclusive de violência.

Além disso, ocorriam diferentes ações no sentido de dar assistência às crianças indigentes e menores abandonados. A edição de 12 de abril de 1966 ressalta a informação de que os menores serão recrutados pelo exército para que se solucione o problema do menor abandonado:

Exército recrutará menor abandonado

Rio (Transpress) – Segundo instruções deixadas pelo Ministro da Guerra, os menores abandonados e os alunos de estabelecimentos assistenciais com idade de incorporação no serviço militar passarão a integrar unidades especiais do Exército. A incorporação será feita, de acordo com as instruções do Ministro da Guerra, através da 1ª Região Militar. Caberá à Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, que substituiu o antigo SAM proceder a localização dos rapazes em estado de abandono, promover o seu registro, alistamento e encaminhar à 1ª Região Militar os que devem ser submetidos à seleção. Compete ao Juizado de Menos (Menores*) a declaração de abandono destes jovens.

[...]

Nas unidades em que servirem, esses rapazes (17 anos) terão uma assistência psicológica individual, ministrada por oficiais especializados como também contarão com a possibilidade de desenvolver suas habilitações básicas, visando o alcance de empregos estáveis após a conclusão do serviço militar.

Além dos equipamentos militares tais recrutas receberão roupa civil e um pequeno pecúlio e terão obrigatoriamente, que visitar e assistir suas famílias. [...]. Tal política de bem estar do menor, diz a instrução, visa a prevenir antes de remediar o problema do menor abandonado, com a cooperação das Forças Armadas, iniciada agora pelo Exército e que abrangerá, futuramente, todo o território nacional (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 985, ano IV, p. 6).

A edição de 936 informa que havia sido construído um novo pavilhão no Albergue Santa Luiza de Marillac⁸⁹, instituição dirigida por Irmã Vicência. “As despesas foram pagas em parte com verbas concedidas pelo governo do Estado e o restante através das contribuições de pessoas e empresas locais” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 936, ano IV, p. 5).

As 50 camas existentes no amplo dormitório foram oferecidas pelo então secretário de Agricultura, engenheiro Anibal Bianchini da Rocha. A benção de inauguração foi dada pelo Sr. Bispo Diocesano Dom Jaime Luiz Coelho, que, antes celebrou a Santa Missa na bonita Capela do Albergue. A Fábrica Crush, de Arapongas, distribuiu o gostoso refrigerante para as crianças que vivem naquela casa, dando assim um toque festivo à inauguração. (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 936, ano IV, p. 5).

A figura 21 e 22 mostram o novo pavilhão no Albergue, o que evidencia todo um trabalho filantrópico de assistência. Essa ação vinculada a outras de

⁸⁹O Albergue Santa Luíza de Marillac foi fundado em 27 de março de 1959 pelo então Arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho. O referido Albergue, hoje sob gestão de Dom Anuar Batisti está localizado na Rua Fernão Dias, 840 – Zona 09, Maringá-Paraná.

mesmo caráter foi recorrente nesse período da história maringaense e permitiu amenizar os problemas sociais que faziam parte do cotidiano da cidade:

Figura 21: Novo pavilhão no Albergue1



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 936, ano IV,1966, p. 5.

Figura 22: Novo pavilhão no Albergue 2



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 936, ano IV,1966, p. 1.

Outra preocupação evidente no jornal foi com a vila “Marumbi”, considerada “o bairro das mulheres fáceis”, o bairro da prostituição e das boates (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 934, ano IV, p. 3.):

Figura 23: Bairro do Meretrício



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 934, ano IV, 1966, p. 1

As fotos de Antonio Calegari comprovam uma das mais terríveis aberrações desta cidade: meninos que transitam livremente entre as mulheres da vila Marumbi, assistindo as cenas de des pudor e ouvindo coisas obscenas, que infundem no seu caráter uma série de vícios cujas conseqüências serão as mais tristes. Esses garotos geralmente vão até lá engraxar sapatos ou vender doces e frutas. Dir-se-á que seja um modo de ganhar o pão de cada dia. Mas o fim, nesse caso, não justifica o meio e esse fato vem provar, antes de tudo, que as crianças pobres de Maringá não têm assistência nem proteção. O assunto deve provocar a atenção do Juizado de Menores e da própria Polícia, de quem se espera uma providência urgente para evitar que esses pequenos inocentes continuem frequentando o bairro da prostituição (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 934, ano IV, 1966, p. 1).

Em diversos momentos, as desigualdades sociais e econômicas são expostas, mas não há uma explicação profunda sobre os motivos que levaram a essas desigualdades. O que há são soluções paliativas, que não atacam a raiz do problema (o modo de produção capitalista), mas apenas visam amenizá-los, sem uma intervenção concreta.

As mulheres, moradoras e trabalhadoras do local, eram excluídas da sociedade maringaense. Não havendo a compreensão sobre os motivos

sociais e econômicos que as levaram a uma vida de prostituição, eram excluídas e condenadas pela sociedade patriarcal:

Menor esquecido

Esse garoto é um dos muitos que por ali transitam diariamente. Alguns vão lá engraxar sapatos, outros vão vender doces e frutas, outros (meninas inclusive) são filhas daquelas mulheres e criados naquele ambiente de tal maneira infeliz?

Que poderemos esperar de crianças assim?

Por mais inocentes que sejam, esses meninos e essas meninas enxergam o que ocorre em sua volta, assistem a muitas cenas de despudor, ouvem coisas obscenas e subconscientemente vão adquirindo hábitos e vícios de consequências terrivelmente danosas.

Não vamos dizer que a solução do problema seja fácil, porque, numa cidade nova como esta, ainda não houve tempo para a sociedade organizar-se de maneira a ter condições de atuar com eficiência em favor de um melhor esquema de vida. É trabalho de fôlego, que deve ser promovido com inteligência e a longo prazo, para ser definitivo (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 934, ano IV, p. 3.).

A realidade, de poucas oportunidades tanto das mulheres que viviam na prostituição quanto dos menores esquecidos, não eram consideradas. Nesse sentido, os problemas sociais e econômicos eram tratados de forma superficial, adotando-se ações secundárias, isto é, ações que envolviam a polícia ou a Igreja, sem se cogitar a criação de meios que pudessem modificar a vida dessas pessoas. Em outras palavras, agia-se para manter a ordem social burguesa por meio do aparato estatal, sem promover a superação das desigualdades socioeconômicas.

As condições de vida das pessoas mais pobres, incluindo as negras, não eram pensadas de modo a produzir uma transformação econômica e social efetiva. Agia-se no sentido de não fazê-las a se tornar um problema social, mas sem alterar substancialmente o modelo econômico capitalista, no qual privilegia uma classe sobre a outra.

6.3.6 Considerações do jornal a respeito de brasileiros sobre os Estados Unidos

Na seção “Menina brasileira fala dos EUA”, Jati Iracema da Fonseca relata suas impressões sobre o país:

“O povo dos Estados Unidos é amigo. Sinto-me entre ele, como se irmãos” – foram essas as palavras com que a menina Jati Iracema da Fonseca, de 12 anos, ganhadora do prêmio de viagem aos Estados Unidos, como primeira colocada no concurso de composição “Aliados no Progresso”, se expressou em suas observações sobre este país.

[...]

Acrescentou que as crianças, especialmente, “estão cheias de amor e carinho quando falam dos Estados Unidos”.

Finalmente, disse Jati em sua composição que “esse coração serve de elo que une nossos dois povos mais e mais pelo progresso e, principalmente, pelo amor fraternal (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano II, n. 413, 1964, p. 7)

Em geral, a imprensa apresentava os EUA como uma nação amiga, situando-o em oposição ao socialismo soviético. Seu pai, professor Mário Fonseca, acompanhou a menina na viagem e também relatou ao jornal suas impressões sobre os EUA, particularmente o que lhe chamou a atenção foi o “problema do negro”:

Temos no Brasil a impressão errada de que os negros norte-americanos são pobres, vivem mal e são sempre mal-tratados” – acrescentou – Estou impressionado com a influência do negro neste país. Ele vai a todos os lugares é prospero e é feliz (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano II, n. 413, 1964, p. 7).

De acordo com Mário Fonseca, os EUA estavam mais avançados na questão racial, pois foi assinada em 1964 a lei que acabou com a segregação racial pelo presidente Lyndon B. Johnson e também pelo fato de haver negros em todos os espaços. Sabe-se que a realidade não era dessa forma. Os negros ainda encontraram muita resistência após o fim da segregação racial a partir das conquistas que foram fruto de muita luta dos negros e dos movimentos civis.

Em seu relato, há a negação da segregação racial, que pode ser refutada facilmente pelos registros históricos. Em 1865, por exemplo, foi criada a sociedade secreta “KluKluxKlan” no estado do Tennessee (Estados Unidos), um grupo terrorista e racista que associavam a questão racial com a religião e promovia agressões, perseguições, assassinatos e atentados contra estabelecimentos públicos frequentados por negros.

O livro *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis, também destaca a situação dos negros estadunidenses. Tanto homens escravos quanto mulheres escravas nos EUA trabalhavam no pesado até o pôr do sol, e “a opressão das mulheres era idêntica à dos homens (DAVIS, 2016, p. 19). Desse modo, a produtividade, a força e o trabalho de ambos não eram medidos por questões relativas ao sexo (DAVIS, 2016, p. 19):

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, com unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero (DAVIS, 2016, p. 17).

O relato destacado no periódico defende que nos EUA os negros eram muito bem tratados. Mas a realidade indica que negros e os animais tinham praticamente o mesmo tratamento. “Simplesmente, os proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam bezerras ou porcos recém-nascidos” (DAVIS, 2016, p. 17).

Diante do aproveitamento dos braços escravos de homens, mulheres e crianças de forma igualitária no processo industrial e de toda exploração e pressão sofrida pelos negros nos EUA, não é comprovável que a situação da população negra estadunidense era melhor do que no Brasil na época da escravidão ou após ela. Isso porque os níveis de exploração eram similares. Apesar disso, até hoje parece haver um forte discurso de que os negros dos EUA sofriam menos durante a escravidão e que foram facilmente incluídos à sociedade.

6.3.7 Notícias sobre os negros dos Estados Unidos

Na edição de número 35, observou-se uma contradição com o que comumente o jornal vinha noticiando sobre o negro. Na notícia “Democratas obtiveram a maior vitória dos últimos 30 anos”, há um fragmento que destaca a eleição de negros nos Estados Unidos. A informação mostra que os Estados Unidos estavam à frente nessa questão e se contrapõe ao imaginário negativo sobre o negro estampado nas páginas do periódico. No entanto, é importante

ressaltar que a maioria absoluta de representantes nos cargos públicos era composta de brancos:

Vários candidatos negros elegeram-se no nordeste dos Estados Unidos. Em Massachusetts um negro foi eleito procurador geral. Em outro Estado um candidato negro conseguiu eleger-se tesoureiro de Estado. Em Michigan, um democrata negro foi eleito para o Supremo Tribunal do Estado e mais cinco (sic oito) foram eleitos para a Câmara de Representantes. OTIMISMO. (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano I, n. 35, 1962, p. 5).

Em 1962, a segregação racial vigorava. Nesse sentido, representava algum avanço ter representantes negros no parlamento, ainda que uma parcela diminuta. Isso significa que a questão racial estava avançando, mesmo após dois anos que havia sido abolida a segregação racial nos EUA. Essa conquista deve ser acompanhada com um olhar crítico, pois as atitudes de discriminação e de preconceito permaneceram e os negros continuaram em situação de desigualdade e violência.

Em outra edição, observa-se que, em algumas localidades dos Estados Unidos, o candidato negro estaria encontrando dificuldades para se eleger:

No Condado de Lowndes, Estado de Alabama, vários candidatos de cor do partido Pantera Negra, recentemente fundado fizeram campanha eleitoral com o lema do poder negro. Todos foram derrotados, e muitos dos votos de seus adversários foram dados por eleitores negros (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.181, 1966, p. 7).

Esse fato mostra que a “reação dos brancos” se deve ao descontentamento com os progressos dos negros, por acreditarem que estes estivessem avançando com rapidez (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.181, 1966, p. 7). Nesse contexto, é possível dizer que o avanço dos negros em relação aos seus direitos civis nos Estados Unidos aconteceu de forma tensionada, oscilando entre ganhos e perdas.

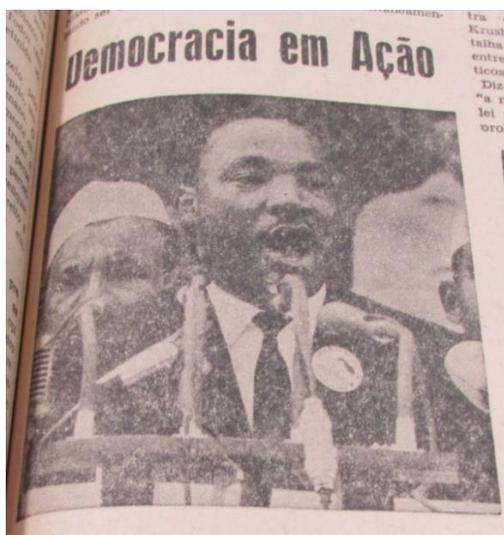
A seção “Nova vitória dos negros nos EUA” destaca a decisão favorável aos negros nos casos de discriminação racial, apresentados em dois hospitais de Greensboro, Carolina do Norte:

A decisão foi uma vitória para 11 médicos, dentistas e enfermeiros negros, que em 1962, moveram ação contra os Hospitais Wesley Long Community e Moses H. Cone Memorial, acusando-os de não cumprir os preceitos da Constituição dos Estados Unidos que proíbem a discriminação racial. (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano II, n. 420, 1964, p. 7).

O jornal mostrou-se bastante antenado com a movimentação envolta da questão do negro nos Estados Unidos. Martin Luther King (1929-1968), pastor batista e ativista político estadunidense, que se tornou a figura mais proeminente dos movimentos pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, foi também retratado pelo periódico:

LIDER RELIGIOSO Dr. Martin Luther King Jr., presidente da Confederação Cristã de Liderança do Sul, dirige-se ao grande público que acorreu a marcha em Washington. Dizendo que sonhava com o dia em que não mais houvesse desigualdades, acrescentou: “Não teremos sossego nem tranquilidade nos Estados Unidos enquanto não forem concedidos ao negro seus plenos direitos de cidadania” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano II, n. 466, 1964, p. 7 – destaque do periódico).

Figura 24: Líder religioso, Dr. Martin Luther King Jr.



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano II, n. 466, 1964, p. 7.

Martin Luther King aparece com certa frequência no jornal, quando se fala na questão racial. Sua atuação era acompanhada pelo periódico, que

mostrava as notícias referentes aos negros, mas sem se posicionar sobre o assunto. Como os Estados Unidos era o modelo de nação a ser seguido, era natural que os brasileiros quisessem saber tudo o que ocorria numa das economias mais desenvolvidas do mundo. Nesse ínterim, a questão do negro chamava a atenção, não somente pelo risco eminente de sua ascensão, mas, também, por constituir um problema social. Nesse sentido, o poder dado ao negro deveria ser moderado e controlado, para não colocar em perigo o domínio branco.

Na figura 25 observa-se a homenagem de Johnson, o 36^a presidente dos Estados Unidos, a Martin Luther King. O líder religioso atuava dentro dos parâmetros da ordem burguesa. Por isso, conquistava mais adeptos ao pregar a não violência. Isto é, sua atuação visava a inserção do negro na sociedade de classes de forma pacífica no sentido de ser possível uma conciliação de classes.

Figura 25: Homenagem a Martin Luther King



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 548, ano II, 1964, p. 1.

A seção “Direitos civis: vitória para os Estados Unidos” apresenta as considerações de George Meany, presidente da AFL-CIO dos EUA, sobre a questão racial:

A nova legislação de direitos civis nos EUA constitui uma verdadeira vitória histórica não apenas para os negros-norte-americanos, não apenas para as minorias oprimidas, mas sobretudo para a nação.

[...]

Nós, da AFL-CIO temos insistido repetidamente que, para a realização da igualdade de oportunidades, devemos ter oportunidade integral. Oportunidade integral significa empregos com bons salários para todos.

[...]

Os verdadeiros objetivos da legislação de direitos serão atingidos somente quando a educação e a renda dos cidadãos negros estiverem ao par com as demais da comunidade, como um todo. Essas metas não poderão ser alcançadas através de um passe de mágica. Elas terão de ser por meio (sic) da cooperação da sociedade norte-americana.

Para traduzir, com autenticidade, esta nova liberdade em verdadeira igualdade, em todos os níveis de vida, será necessário paridade educacional e econômica de fato, bem como na lei da terra (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 520, ano II, p. 7).

George Meany ainda destaca que a AFL-CIO estava empenhada “na plena realização da igualdade na América”, pedindo maior participação das pessoas na campanha para “integral oportunidade de emprego, para salários descentes, para habitação condigna, para direito à assistência médica, para ilimitada oportunidade de instrução” para todos os norte-americanos em qualquer parte do país (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 520, ano II, p. 7).

Em uma entrevista a Malcolm Little, mais conhecido como Malcolm X, Nova York (Icapress), publicada na “Folha do Norte do Paraná”, o ativista afro-americano afirmou: “vocês, este ano, verão mais violência e ódio do que nunca” e prossegue sua reflexão na subseção intitulada “fantasia”, título sugestivo dado pelo periódico:

“Vocês verão que o pequeno e humilde cordeiro negro se transformou num esbravejante e feroz leão – que não mais se contentará em apenas protestar nas ruas, mas que invadirá as casas dos brancos, sua cozinha, sua sala de visitas, seu quarto de dormir”.

Em meio a esta cena de fantasia refleti que há dois anos a nenhum negro era permitido entrar no hotel onde nos encontrávamos.

Agora as coisas eram outras. Os repórteres brancos, homens e mulheres, comportavam-se de maneira quase que servil diante do ex-convicto negro.

Este Malcolm é um homem com um sonho, um sonho com violentos pesadelos. E homens com sonhos podem ser perigosos (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 521, ano II, p. 3).

A fala de Malcolm sobre a invasão dos negros aos aposentos dos brancos é tida como fantasia pelos jornais, sugerindo que o ativista estaria tendo um comportamento desprovido de sanidade e de bom senso, contrário à razão. No entanto, nota-se a tentativa de desabilitar seu discurso, pois os brancos temiam que as declarações de Malcolm incentivassem revoltas em massa organizadas por afro-americanos. O temor concentrava-se, sobretudo porque Malcolm argumentava que, se fosse necessário, os negros deveriam usar a violência para alcançar melhorias de vida. O termo “cena de fantasia” registra bem esse demérito.

Nesse contexto, Malcolm era um revolucionário não devendo, portanto, ser um exemplo a seguido no Brasil, nem em Maringá, pois a anarquia social poderia trazer grandes perdas sociais e econômicas ao capital e à pequena burguesia. O que se queria naquele momento era que as ideias revolucionárias não ganhassem força.

O Brasil estava no bojo de um processo ditatorial. Desse modo, buscava-se conformar as pessoas em seu lugar na sociedade. O caminho seguido pela *Folha do Norte do Paraná* foi o da inclusão de informações de forma pacífica, como veremos mais adiante, ao destacar algumas das notícias sobre Martin Luther King e os negros. Por outro lado, questiona-se: é possível falar de inclusão de forma pacífica na sociedade de classes? Trabalhar no sentido de incluir implica necessariamente em conflitos sociais, em luta de classes.

Mesmo as ações pacifistas em relação aos negros nos EUA não deixaram de serem criticadas e combatidas. Os mais radicais, inclusive, pregavam o extermínio da população negra. Não se pode deixar de mencionar que os protestos dos negros nos Estados Unidos eram duramente reprimidos como mostra a edição a seguir:

MEDIDAS DRÁSTICAS

WASHINGTON, 12 (DP-A) – O presidente Lyndon Johnson ordenou hoje que qualquer nova manifestação em frente a Casa Branca seja feita com a expulsão de seus participantes,

sejam quais forem as causas que defendem. A drástica decisão de Johnson foi tomada após a manifestação em que brancos e negros exigiam mais energia do governo norte-americano em favor dos direitos civis no Alabama.

[...]

PROIBIÇÃO

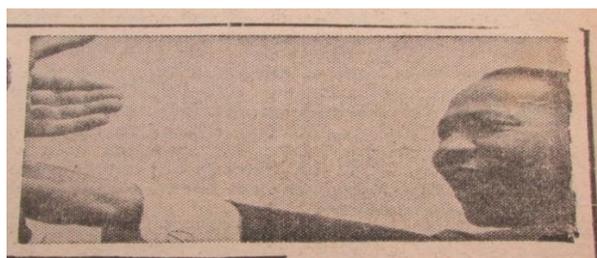
SELMA, 12 (DPA) – O Conselho Municipal votou hoje a proibição de quaisquer passeatas de protesto na cidade. Disse o prefeito que tal medida fora adotada em benefício da segurança pública (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965, n. 685, ano III, p. 4).

O jornal de número 798 revela a feição pacífica de Martin Luther King, ao destacar a “comunidade do amor”, uma comunidade em que todos são considerados filhos de Deus, não importando cor, língua ou lugar de onde veio:

O pastor Martin Luther King Jr. Declarou que irá a Los Angeles com a intenção de criar uma “comunidade do amor”. O líder integracionista explicou que sua viagem tinha vários objetivos: estudar um programa de medidas imediatas e a longo prazo para eliminar com condições que provocam os incidentes; celebrar uma série de reuniões com os líderes brancos para poder explicar-lhes os fatos. O pastor Martin, prêmio Nobel da Paz de 1964, explicou que não foi a Los Angeles quando os distúrbios estavam no auge, porque a nenhum acordo se pode chegar quando a multidão está estourada” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965, n. 798, ano III, p. 1).

A direção do jornal aponta para uma perspectiva que nega a luta de classes. Assim, Martin Luther King aparece frequentemente com discursos pacifistas, se opondo à violência. A contraposição de Malcolm X à Martin Luther King era intencional. Enquanto Martin Luther King era visto como uma pessoa calma, que almeja a paz, Malcolm X é concebido como um incendiário, aquele que promove a anarquia. Mesmo não tendo essa pretensão, o jornal deixa transparecer a luta de classes existente na sociedade capitalista, algo que pretende ocultar.

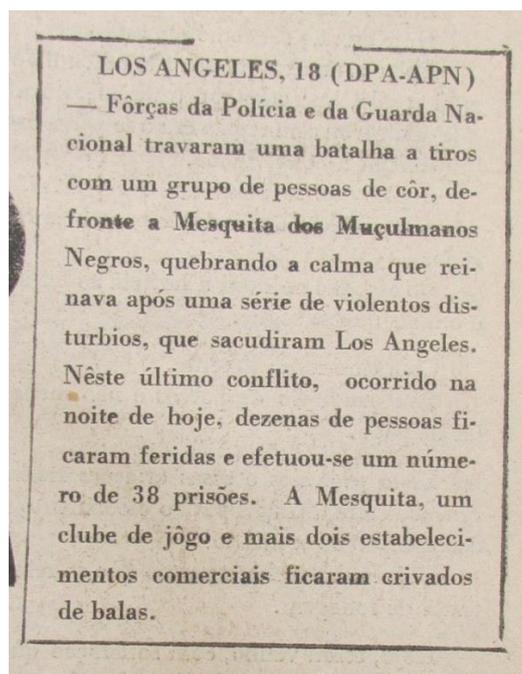
Figura 26: Martin Luther King: o pacifista



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 798, ano III, 1965, p. 1.

Na notícia “EUA: polícia trava nova batalha com negros” (Figura 27) nota-se como a polícia vinha agindo violentamente em relação à população negra. Nesse cenário, Martin Luther King propõe um movimento de resistência pacífica. Entretanto, é possível resistir de forma pacífica aos ataques policiais sofridos pelos negros?

Figura 27: EUA: polícia trava nova batalha com negros



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 799, ano III, 1965, p. 1.

Mesmo propondo uma revolução pacífica, Martin Luther King provocou a ira de autoridades e de grupos racistas. Grupos de ativistas radicais, como os Panteras Negras e o muçulmano Malcolm X também resistiam ao discurso e às ações de King, por considerá-los incompatíveis com a ideia de libertação e de ascensão da população negra. Pacificar, nesse sentido, significa melhor conformar o indivíduo na sociedade, obedecendo aos interesses de um grupo específico, a burguesia. Sob a égide da ordem para o progresso, a burguesia fundamentou a hierarquia social, colocando os mais pobres – especialmente os negros – em situação de pobreza e em estado de privações absolutas.

Ainda que de forma embrionária, o negro se destacava nos Estados Unidos. No entanto, aqueles que se distinguiram eram negros que tinham uma formação mais consistente, provenientes de famílias economicamente estáveis. O restante da população negra permaneceu à margem da sociedade, sem maiores perspectivas.

A edição de 22 de julho de 1964 ressalta a participação do primeiro homem negro no programa de adestramento de astronautas (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 524, ano II, p. 1). Essa notícia mostra que, apesar do preconceito e da discriminação racial existente nos Estados Unidos, os negros tiveram alguns avanços significativos.

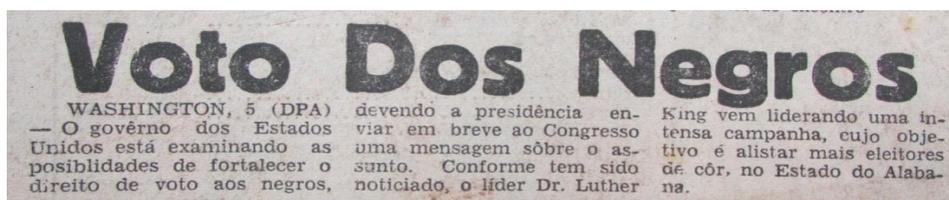
Figura 28: Astronauta negro



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 524, ano II, 1964, p. 1

A edição de número 679 traz uma informação importante: o voto dos negros. Estava-se discutindo a possibilidade de os negros votarem nas eleições:

Figura 29: Voto negro



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 679, ano III, 1965, p. 1.

A seção “Direitos Civis: negros continuam as pressões” mostra que a movimentação em torno dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos estava intensa, exigindo a tomada de medidas efetivas por parte das autoridades. Os negros estadunidenses não se davam por vencidos e realizavam diversas manifestações com o objetivo de dar visibilidade para as suas causas:

WASHINGTON, 23 (Transpress) – Prosseguiu hoje no Senado dos Estados Unidos, o debate em torno da lei do direito de voto. O senador Jakes Jewis, de Nova Iorque, qualificou aquela lei de absolutamente necessária e frisou (sic) que a mesma não foi redigida para punir alguns estados norte-americanos e sim proteger alguns cidadãos com direito de voto. Na histórica cidade de Boston, entretanto, o reverendo Martin Luther King conduziu hoje uma marcha de mais de 10 mil pessoas, para dar ênfase às queixas dos negros quanto a escolas, habitações e empregos.

DESEQUILÍBRIOS RACIAIS

Em sua maioria a queixa dos negros na região de Boston, são contra o que consideram segregação de fato, nas escolas, isto é, desequilíbrios raciais. Os manifestantes de direitos civis protestam contra a situação existente em certas escolas, nas quais os alunos são quase que só brancos, em virtude de as crianças costumarem a frequentar escolas existentes nas vizinhanças de suas casas (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965, n. 704, ano III, p. 1)

A mobilização em torno das questões raciais não era vista como resultado das desigualdades econômicas e sociais dos Estados Unidos, mas como efeito de “desequilíbrios raciais” ou então de “distúrbios raciais”, o que fazia com que o tema fosse tratado de maneira superficial, pois não se chegava à raiz do problema, ou seja, às causas que geravam o problema. Nesse sentido, tratar as questões raciais com superficialidade era mais um motivo para que os negros não atingissem a plena liberdade de direitos.

Ao não tratar a questão racial como advinda de problemas sociais e econômicos, o periódico divulgava as notícias internacionais, ocultando tendenciosamente os fatos. Não há um comentário analítico sobre essas notícias. Elas são divulgadas tal como estão nos periódicos de origem, com uma linguagem que provoca e influencia a desaprovação das ações dos negros nas lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos. Isso fica claro quando se observa seções com os referidos títulos: “Violentos distúrbios nos Estados

Unidos”, “Continuam conflitos nos Estados Unidos”, “Guerra negra assola oitenta cidades”, “Prossegue nos Estados Unidos a rebelião negra”, “Novos choques raciais”, e outros.

O periódico dá a entender que o problema são os negros que estão causando baderna, sem mencionar os problemas estruturais que os levaram a ter atitudes mais enérgicas:

DETROIT (DPA) - A população do importante centro industrial norte-americano de Detroit está em pânico. Todo mundo com tranquetas nas portas. Todo o comércio fechado, como também as repartições e as escolas, bancos e indústrias.

As autoridades, na manhã de ontem, afirmaram que os distúrbios tinham sido circunscritos. Mas, à noite, informa-se que a pilhagem e os incêndios continuavam no centro da capital do automóvel.

Cerca de oito mil dão agora sua ajuda às policiais municipais e estaduais. O clima de revolta prevalece no bairro negro da cidade. Saqueadores entram livremente pelas vitrinas quebradas.

Na luta pela igualdade dos direitos de negros e elementos de má índole se aproveitam para promover atos ignominiosos. [...]. (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano V, n. 1.350, 1967, p. 1).

Sobre o movimento a respeito dos direitos civis, é importante destacar que nem todos os negros envolvidos pensavam da mesma maneira, o que evidencia a falta de homogeneidade do movimento, como mostra a seção “Continuam conflitos nos Estados Unidos” de 1967. Ao destacar o pensamento de “quatro destacados líderes negros norte-americanos”, sem identificá-los, provavelmente o jornal tenta mostrar essa falta de unidade entre os negros, no intuito de enfraquecer sua luta:

Paralelamente, quatro destacados líderes negros norte-americanos lançaram apelo para que cessem as violências no país, afirmando que os atos dessa natureza são prejudiciais à população negra, à causa dos direitos civis e à nação em seu todo. Afirmaram ainda que as rebeliões constituem um crime e que devem ser enfrentados como tal. Em seguida, instaram que se faça um esforço geral para dar fim aos conflitos, acrescentando que “injustiça alguma pode justificar o uso da violência” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano V, n. 1. 352, 1967, p. 1).

Os Estados Unidos, preocupados com a proliferação dos “distúrbios”, buscavam formas de evitá-los, já que, de acordo com o presidente da época,

Lindon Johson, não seria tolerado qualquer distúrbio, seja ele de qualquer bandeira, sendo que, ainda, acrescentou: “este país não admite violência nem o desrespeito à lei e à ordem”. (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1. 352, p. 1). Nesse cenário, vale questionar: A qual lei e a qual ordem ele se refere?

Após a primeira metade do século XX, a classe burguesa nos Estados Unidos já estava consolidada, mas havia a necessidade de produzir e reproduzir as práticas societárias que correspondessem aos interesses da classe dominante, com a finalidade de mantê-la no poder. Desse modo, estigmatizar o movimento negro em ascensão e criminalizar os atos de resistência foi um dos caminhos encontrados pela burguesia de então.

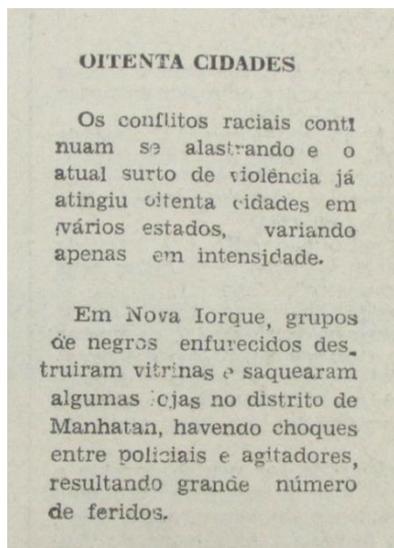
Na edição de 27 de julho de 1967, o jornal de Dom Jaime emite sua opinião sobre as manifestações ocorridas nos Estados Unidos. Ele não culpa completamente os negros pelos supostos “distúrbios raciais”, mas deixa transparecer que eles devem ser vistos com “reservas” por terem uma “reação sangrenta”:

“Todavia, em certos momentos, e sob determinados ângulos, chegamos à conclusão de que também os negros têm culpa na construção desse terrível estado de coisas. Eles, em Michigan, em Nova Jersey, como os porto-riquenhos de Nova Iorque, exageram em sua manifestação de protesto. Não precisavam provocar incêndios nem quebrar vitrinas nem saquear lojas nem matar ninguém. A violência, afinal e a arma que transforma a vítima em réu. E é o que está acontecendo agora com os negros norte-americanos. Se até aqui mereciam o apoio de todos os povos da Terra, passam de repente a ser olhados com reservas, desde que substituem a luta sensata pela reação sangrenta (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, ano V, n. 1.352, 1967, p. 3).

Os negros estadunidenses são considerados réus pelo periódico, ou seja, são tidos com culpados pelo “terrível estado de coisas” instalado nos Estados Unidos, quando, na verdade, deve-se questionar o que levou os negros a terem tal reação.

A primeira página do periódico de 28 de julho de 1967, a manchete intitulada “Guerra negra assola 80 cidades” considera os negros como saqueadores e agitadores (Figura 30). Essa suposta “guerra negra” estava acontecendo dentro do território estadunidense como uma reação dos negros em relação à discriminação e à segregação racial no país.

Figura 30: Conflitos “raciais”



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1.353, ano V, 1967, p. 1.

Nesse sentido, ao divulgar a movimentação pacifista em torno da questão racial nos Estados Unidos, estigmatizar e desqualificar a reação mais violenta dos negros, o jornal imediatamente evidencia sua intenção de evitar qualquer perturbação em relação à ordem burguesa. Apesar de o jornal negar a luta de classes, ela é intensa no interior de suas páginas, principalmente no que se refere aos negros.

O periódico também não se descuidou a respeito do acontecimento da morte de Martin Luther King. As matérias “Morrem Assis Chateaubriand e Luther King”⁹⁰, “Estados Unidos procuram o assassino de Luther King”⁹¹, “Hoje o adeus a Luther King”⁹², “Cem mil no adeus a King”⁹³, “Martin Luther King Jr. deixou oração fúnebre”⁹⁴ são algumas que noticiam a morte de King e o adeus ao líder negro que teve atuação decisiva na luta contra a segregação racial nos Estados Unidos.

⁹⁰ FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 5 de abril de 1968, n. 1558, ano V, p. 1.

⁹¹ FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 7 de abril de 1968, n. 1560, ano V, p.1.

⁹² FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 9 de abril de 1968, n. 1561, ano V, p. 1.

⁹³ FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 10 de abril de 1968, n. 1562, ano V, p. 1.

⁹⁴ FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 28 de abril de 1968, n. 1577, ano V, p. 2.

6.3.8 Comemoração dos vinte anos de Maringá

Em comemoração aos vinte anos de Maringá, o jornal prestou homenagem a algumas pessoas e profissões que contribuíram para o crescimento da cidade. Sobre essa questão, é importante destacar que as profissões apresentadas são aquelas elitizadas: industrial, médico, advogado. Isso não quer dizer que as outras profissões, as que estão na base da pirâmide social, como faxineiro, pedreiro, mecânico, padeiro e outras, não sejam, do mesmo modo, importantes.

Na seção “Os 20 médicos do ano vinte” todos são médicos brancos, sendo apenas duas mulheres, também brancas. Já na página que aborda a advocacia, todos são homens e brancos. Por meio das imagens abaixo nota-se, portanto, que a burguesia branca está no poder, organizando e instruindo toda a sociedade, segundo seus valores e preceitos.

O quadro mostra algo que estava acontecendo em Maringá, a predominância branca, principalmente em profissões elitizadas. Evidencia, assim, algo preocupante, pois a ausência de negros em profissões tidas como elitizadas indica que a condução social e econômica local está sob domínio de um grupo pequeno de pessoas, a burguesia branca maringaense, a qual dita as regras, enquanto que a classe trabalhadora, compostas por pessoas brancas e não brancas, se sujeita às opressões impostas por essa burguesia, como forma de sobrevivência.

A sociedade maringaense é administrada pela classe burguesa capitalista, que luta pela manutenção da propriedade privada e de seus privilégios de classe. Desse modo, objetiva-se atingir os interesses individuais, e não coletivos.

O debate central que se deve fazer, nesse sentido, precisa girar em torno de um projeto de sociedade onde a classe trabalhadora tenha vez e voz para compartilhar suas ideias e defender seus ideais com vistas a uma sociedade verdadeiramente humana, portadora de novas formas de sociabilidade que deem sustentação a uma sociedade livre da exploração, da dominação e da alienação.

Figura 31: Os 20 médicos do ano vinte



Dr. Carlos Antonio Asinelli



Dr. Ivaldo Borges Horta



Dra. Thelma Villanova Kasprowicz



Dra. Jurema Jorge Georgi



Dr. Antonio Mestriner



Dr. Nelson Couto Rezende



Dr. Benedito Furquim



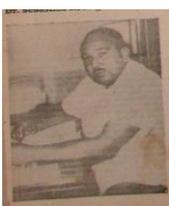
Dr. Francisco de Poalis



Dr. Leonardo Grabois



Dr. Antonio Carlos Sanseverino



Dr. Sebastião Rodrigues Pimentel



Dr. Alberto de Brito



Dr. José Carlos Dias de Toledo



Dr. Arnor S. Vieira Júnior



Dr. Carlos Alexandre Ferreira



Dr. Leandro Lobão Luz



Dr. Nelson Maimone



Dr. José Celso Costa Reis



Dr. Mário Lins Peixoto



Dr. Alfredo Garcia

Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.274, ano V, 1967, s/p.

Figura 32: Os 20 advogados do ano vinte



Mario Clapier Urbinati



Edmundo Pereira Canto



Wilson SaenzSurita



José Carlos Cal Garcia



Ayrton Pinheiro



Mario Ferreira Paes



Horácio Raccanello Filho



Renato Rua de Almeida



Ademaro da Silva Barreiros



Caetano Beltran



Irivaldo J. de Souza



Constancio Pereira Dias



Waldemar Alegretti

João Carlos de Lucas



José Plínio Silva



João José Leandro



Jamil Josepetti



Salim Saab



Susumo Sakai



Jorge Saraiva Anastácio

Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1.294, ano V, 1967, s/p.

O que acontecia no Brasil em termos de preconceito racial também ocorria em Maringá. Desse modo, o racismo estrutural se deve aos séculos de escravidão e a não reparação social e econômica após a abolição. Além disso, na cidade, se instalou uma forma de pensar o negro com temor e desconfiança. Nesse sentido, o prejulgamento das pessoas com frequência coloca o negro em situações depreciativas e preconceituosas. Até nos dias de hoje pode-se perceber a ausência da presença negra em profissões como medicina, arquitetura, odontologia.

Outrossim, ter uma visão holística nesse processo de análise é fundamental e também que esta esteja voltada para as necessidades da classe trabalhadora, levando-a a níveis cada vez maiores de entendimento e de apropriação da realidade. Nessa perspectiva é que se pode buscar entender a complexidade das relações sociais e de poder.

6.3.9 A Folha do Norte do Paraná, o Bispo e a crítica ao Curandeirismo

O curandeirismo, prática cultural comum entre indígenas e negros, foi duramente criticado no jornal do Bispo. Em algumas edições, D. Jaime apresentou uma série de artigos com “o objetivo de oferecer uma colaboração à cultura”. Por meio da revista “Pergunte que responderemos”, de 1960, n. 32, de Dom Estevão Bittencourt, doutor sacerdote beneditino, extraiu-se informações sobre esse tema.

O curandeirismo no periódico é associado à ignorância. Isso fica claro quando ele afirma que:

[...] a ignorância é um dos grandes fatores no nosso subdesenvolvimento. Libertar o povo da ignorância é um dos maiores gestos patrióticos, pois assim faremos da nossa Pátria uma das maiores nações do mundo.” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1986, p. 2).

Dessa forma, sob a perspectiva da Igreja Católica e de alguns estudos dos quais não são apresentadas evidências, a *Folha* discorreu sobre temas como a Psicologia do Curandeiro e a Psicologia do Cliente do Curandeiro, com o objetivo de afastar a ignorância:

A CURIA DIOCESANA DE MARINGÁ, em continuação à série de esclarecimentos visando colaborar com a cultura e a promoção humana, no sentido de afastar a ignorância, um dos maiores fatores do nosso subdesenvolvimento, passa a expor os esclarecimentos sobre a psicologia do cliente e do curandeiro, conforme explicações de Dom Estevão Bittencourt (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 3).

De acordo com a *Folha*, os curandeiros despertavam nos clientes o sentido do misterioso e do místico (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1986, p. 2). Os pacientes procuravam o curandeiro por razões emocionais, não examinavam muito a ciência e o preparo intelectual do curandeiro, inclinándose a pessoa do curandeiro, isto é, “é a pessoa, e não o remédio, que age sobre ele; verifica-se até o que o remédio aplicado ao paciente por outra pessoa que

não o curandeiro ‘tal’, não produz efeito algum” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 2).

O curandeirismo, uma “chaga tremenda”, nos dizeres do jornal, é uma arte inadequada para resolver a situação (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 2). Assim, a arte do curandeirismo é vista como um atentado à saúde pública e à própria Igreja Católica, por proferir princípios diferentes de sua doutrina, porém:

[...] acontece que ela produz – e de fato muitas vezes produz - o efeito desejado, NÃO POR SEU VALOR INTRÍNSECO, que não tem, mas por exercer a função que se poderia dizer de “catalizar”, isto é, de acelerar um processo psíquico já iniciado no paciente. Este processo psíquico é que provocará finalmente a cura (real ou aparente, duradoura ou transitória..., depende das circunstâncias de cada caso) da moléstia que acabrunha o paciente” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1986, p. 2, grifos do autor).

O curandeirismo, conforme o jornal, estava associado aos estados do psiquismo do paciente. Por conseguinte, as supostas curas seriam realizadas pelo poder do psiquismo, surgido pela fé do curandeiro e do paciente. Assim, por diferentes meios, os curandeiros se utilizam de uma “prece acompanhada de ‘benção’”, outros dão um chá específico, outros, água milagrosa, “que o enfermo deve beber ou aplicar à parte doente do seu corpo”, ainda há outros que entregam um “bentinho” ou talismã (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 2). As formas de se praticar o curandeirismo podem ser variadas, o fato é que o resultado anunciado por ele e desejado pelos clientes é sempre o mesmo: a recuperação da saúde (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 2).

Outra questão interessante apresentada pelo jornal do Bispo é a explicação supostamente científica de que a escolha de tal médico ou tal curandeiro está vinculada a genes próprios, como mostra a citação abaixo:

Pesquisas ainda mais significativas foram efetuadas pelo Dr. Moser, de Zurich, o qual recorreu aos testes de Szondi, cujo desenrolar é o seguinte: apresentam-se ao cliente seis séries de fotografias, cada uma das quais representa pessoas de tipos psicológicos muito diversos; em cada série, o “sujeito” deve indicar os dois semelhantes que mais lhe agradam e os dois que menos o atraem; a escolha há de ser rápida e espontânea, como um reflexo.

O Prof. Szondi, ao conceber tal teste, baseava-se na tese de que as escolhas que o homem faz na vida, dependem de GENES próprios, responsáveis pela atração ou pela repulsa que tal ou tal pessoa experimenta, em relação a tais e tais outras pessoas. Existe, portanto, conforme Szondi, um “GENOTROPISMO”, tropismo este que vai mover, por exemplo tal doente a escolher tal médico ou tal CURANDEIRO”. Os mesmos genotropismos existentes em pessoas diversas provocam análogos comportamentos na vida e fundam uma espécie de comunhão de sortes entre essas pessoas. (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 2, grifos do autor).

Considerando o exposto até o momento nesta subseção, entende-se que o jornal denominava determinadas pessoas como ignorantes, por optarem por um curandeiro, a um gene inferior, o que não ocorria às que escolhessem o médico para se curar. Estas últimas teriam um gene superior e, portanto, mais intelectualizado. Tratava-se de naturalizar a condição de inferioridade necessária à dominação de classe local por meio da justificativa genética.

Nessa “campanha de esclarecimentos sobre o CURANDEIRISMO” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 2, grifo do autor), observa-se a intenção clara do periódico de desconstruir a imagem do curandeiro e de seus clientes, taxando-os como ignorantes, mas não apenas isso. Ao falar da aplicação dos testes de Szondi pelo Dr. Moser a curandeiros suíços, destacam-se duas conclusões:

1- As curas “paranormais” (no nosso caso: OCULTISTAS) verificam-se com frequência toda especial entre pessoas associadas entre si por afinidade psicológica (da qual elas geralmente não tem consciência).

1- “Personalidade fraca” é condição necessária para que se dêem tais curas. Por personalidade fraca entende-se aqui “temperamento profundamente INFLUENCIÁVEL ou SUGESTIONÁVEL.” Em uma palavra, as duas conclusões acima confirmam o que dizíamos: a terapêutica CURANDEIRISTA supõe entre o CURANDEIRO e seu cliente afinidade baseada em elevada tendência a se deixarem empolgar por misticismo, e MISTICISMO CEGO e DESCONTROLADO (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 2, grifos do autor).

Em outro momento, o texto relaciona o curandeiro com o ambiente em que ele está: “E, de fato, no momento em que as pessoas se esclarecem acerca do embuste do curandeiro, TUDO ACABA COMO POR MILAGRE,

realmente, o CURANDEIRO É O AMBIENTE ONDE ELE ESTÁ” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1986, p. 2, grifos do autor).

A grafia dos curandeiros também foi analisada. O jornal, sem trazer maiores informações sobre o estudo, apenas diz que um grafólogo de autoridade, membro do Conselho da Sociedade de Grafologia da França, analisou um bom número desses curandeiros e constatou as notas mais comuns:

- temperamento pouco dado à INTELECTUALIDADE e ao RACIOCÍNIO
- desequilíbrio de glândulas endócrinas (hipófise e supra-reunais)
- Nervosismo acentuado (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 2).

O Jornal então conclui que as peculiaridades do curandeiro residem no seu psiquismo e que nada têm a ver “COM CIÊNCIA PROPRIAMENTE DITA NEM COM A INTERVENÇÃO DE FORÇAS OCULTAS SUPERIORES” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1986, p. 2, grifos do autor).

Após a explanação em quatro séries de textos sobre o curandeirismo, a quinta série versa na reflexão final. Nessa parte, o jornal apresenta a sua reflexão. Vejamos:

DO PONTO DE VISTA MERAMENTE HUMANO OU PSICOLÓGICO, verifica-se que o CURANDEIRISMO, longe de extirpar o mal do paciente, apenas o desloca. Assim; o paciente que sofria de um estado psíquico manifestado por tais sintomas ou por tal doença no corpo, após a cura ocultista passa a sofrer de outro estado psíquico pouco regular; este não se patenteia pelos menos sintomas que o anterior, mas tende a revelar cedo tarde mediante nova doença no corpo. De resto, deve-se frisar que o adulto no curandeirismo padece como que um recuo do seu psiquismo, tornando-se semelhante a uma criancinha amedrontada, a braços com suas angustias e à espera das “fadas” da libertação.
Ora, está claro que não vale a pena iludir-se com o recurso a tal terapêutica!

Logo em seguida, o periódico expõe o ponto de vista cristão, que deverá expressar uma repulsa a essa técnica, pois o espírito cristão é um pouco esclarecido (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. xx), mas também por que, segundo a *Folha*, o curandeirismo representa “um abuso da fé e dos

valores religiosos” e “o verdadeiro cristão, o cristão CULTO, sabe que o CURANDEIRISMO é um embuste e um exploração” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. xx, grifos do autor). Ademais, a legislação do período é apresentada para dar sustentação legal e aumentar a confiabilidade dos leitores sobre as informações lidas:

[...] o próprio Código Penal brasileiro⁹⁵, nos seus artigos 171, e 283 e 284 é muito claro sobre o assunto. Pena que são leis, como tantas outras, que só existem no papel. E o artigo 46 da Lei das Contravenções Penais não é menos claro quando fala daqueles que se servem de distintivos ou uniformes para melhor iludir os incautos. Um dia, porém, brilhará a verdade, quando a Lei tiver quem a faça respeitada e quando a ignorância for substituída pela CULTURA. Então o Brasil estará na trilha do progresso! (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. xx).

A *Folha do Norte do Paraná* se empenhou nessa série de textos sobre o curandeirismo, no sentido de naturalizar a condição de inferioridade dos curandeiros e de seus clientes, taxando-os como ignorantes e, para isso, utiliza-se da ciência do período, mais especificamente da genética, para desqualificar essa técnica e as pessoas adeptas a ela. A legislação, nesse sentido, aparece para reforçar a ideia de ilegalidade dessa prática. Por outro lado, o ponto de vista cristão, da perspectiva dos católicos, por ser mais esclarecido, na visão do periódico, deveria se opor a essa terapêutica, por ser contra os preceitos da Igreja. Desse modo, observa-se toda uma construção ideológica, no sentido de desqualificar, estigmatizar e criminalizar o curandeirismo, tendo em vista a dominação e a prevalência da classe local.

Quais as consequências de se posicionar contra os princípios e valores religiosos dados por Deus? Assim, seguir os mandamentos de Deus e da Igreja significava viver uma vida de abnegação, na qual a recompensa final seria a promessa do paraíso, mas não só isso. Significava, em última instância, definir uma forma de ser regrada e de indiscutível fidelidade aos extratos superiores da sociedade, tomando-o como modelo de vida sem, contudo, alterar a condição social ou de classe.

⁹⁵Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940.

A aplicação de ideias moralistas na prática bispal, por sua vez, garantia a adesão dos fiéis à hierarquia social, inculcando nas suas consciências os princípios e os valores cristãos, sempre destinados a apoiar os interesses da elite local. A Igreja ensinava aos fiéis as regras necessárias ao funcionamento da sociedade. Nesse contexto, o jornal do bispo viria a desempenhar um papel útil, mas também diretivo, na conformação de um pensamento apto à obediência e à naturalização das diferenças sociais. Esse processo, sem dúvida, definiu o comportamento de camadas significativas da população, provocando, nos indivíduos, o respeito absoluto às determinações dos representantes do grupo social proeminente, tomando-o com plena capacidade de direcionar os rumos da nascente cidade e o desenvolvimento que nela era produzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da tese foi analisar historicamente os mecanismos de reprodução das ideias hegemônicas nos editoriais, nas notícias e na iconografia presentes na *Folha do Norte do Paraná*, buscando a compreensão a respeito do trabalhador negro. Nesse sentido, o estudo referente à imprensa se constitui como um dos elementos fundamentais para a construção e para a reconstrução da história. Ela, por sua vez, atua como uma fonte aliada dos pesquisadores, apresentando os acontecimentos e fatos dispostos por um grupo específico.

A atuação político-educativa da imprensa foi considerada, nessa pesquisa, inserida no amplo movimento geral da sociedade capitalista. Portanto, se pode dizer que a análise se pautou em aspectos históricos da cidade de Maringá, especificamente sobre o povo negro que aqui vivia, mas sem perder de vista o movimento nacional e internacional sobre essa questão.

Fez-se, assim, uma análise dialética e materialista, isto é, analisou-se como um todo, considerando as contradições do próprio movimento da história, bem como a luta de classes e o modo de produção capitalista advindo desse processo. Em outras palavras, objetivou-se buscar as explicações dos fenômenos da realidade, a partir de condições estritamente concretas e materiais, nas quais se pode melhor compreender, de forma racional, as dinâmicas sociais, históricas e econômicas.

Além disso, é preciso mencionar que o escravismo perdurou por mais de trezentos e cinquenta anos no Brasil, sendo abolido paulatinamente, em razão dos interesses em manter os privilégios de uma minoria nacional. Até a Lei Áurea, mecanismo legal que determinou a abolição imediata da escravidão, foram promulgadas leis que mais retardavam o processo de abolição do que realmente causavam efeitos positivos e definitivos para a abolição da escravatura. Isso porque estava em jogo os interesses econômicos e particulares de uma parcela da sociedade, a burguesia, que temia a perturbação econômica e social advinda da abolição. Entretanto, abolir o trabalho escravo já era um fato consumado, visto que as forças materiais e seus modos de existência vinham avançando e tornavam o trabalho escravo cada vez mais obsoleto.

O Brasil não podia ficar à margem da civilização. A Europa já havia abolido a servidão e implantado a indústria. Nesse contexto, o Brasil deveria construir novas formas de sociabilidade e de relação de poder, para atender a novos tempos. Não se trata de colocar os negros numa situação de igualdade para com os brancos, mas de permitir-lhes determinadas condições para que participassem harmoniosamente daquele novo arranjo social e econômico que estava se formando. A questão era já o trabalho livre. Isso porque a escravidão não cria consumidores. Desse modo, o capital se baseia no trabalho livre e na exploração desse trabalho.

A imprensa imperial, nesse contexto, buscou ajustar o Brasil às novas demandas da época, mas sem alterar a estrutura da sociedade que manteve a elite agrária no poder. Ademais, os diferentes posicionamentos políticos contribuíam para formar a opinião pública, além de proporcionar debates e importantes mudanças no cenário político, econômico e social do Brasil no século XIX.

O objetivo maior desse processo era inserir o negro no sistema liberal vigente, considerado o marco da sociedade capitalista. Desse modo, o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre era necessário ao Paraná como em qualquer outra região do Brasil. Sendo assim, diante da necessidade de braços para o trabalho nos engenhos e nas outras atividades econômicas, o Estado preferiu investir no trabalho estrangeiro, fazendo com que a elite paranaense aderisse aos ideais de branqueamento então vigentes.

Some-se a isso o fato de que a imprensa no século XX se modernizou por meio dos avanços tecnológicos no âmbito dos processos de produção dos jornais impressos. Novos comportamentos sociais passaram então a ser consolidados para atender as exigências da sociedade dita moderna. Durante o regime civil-militar, a imprensa soube se reinventar com os jornais clandestinos e alternativos. Assim como no século XIX, a imprensa se reinventava à medida que novas questões iam surgindo, se adaptando às mudanças da sociedade e moldando o comportamento de seu público leitor.

É no século XX, mais especificamente na década de 1950, que aparece uma figura importante na imprensa maringaense, D. Jaime Luiz Coelho, que atuou em jornais, no rádio e na TV. O sacerdote teve forte presença em diferentes espaços da sociedade maringaense, criando uma rede de atuações

que visavam garantir os interesses da burguesia maringense, da burguesia brasileira e da Igreja Católica.

Dom Jaime estava vinculado com a ideologia burguesa e católica do século XX, que vinha se firmando, principalmente com o processo de industrialização. Sua atuação estava acoplada com o restante do Brasil que, em certa medida, estava ligado ao movimento internacional.

No Paraná, o café, as terras férteis e a ferrovia estimularam a formação de núcleos urbanos, transformando vazios geográficos em regiões prósperas. Assim, o avanço da “onda cafeeira” se deu pela ação dirigida da Companhia de Terras Norte do Paraná e de outras empresas particulares e pelo próprio Estado.

Entretanto, não eram todos que foram bem aceitos na região. Índios e negros eram vistos como desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa. Eles não foram considerados no processo de ocupação do Norte do Paraná, pois seu estilo de vida e seus costumes, bem como seus objetivos eram inadequados ao capitalismo, tornando-se um obstáculo na formação de uma sociedade moderna e economicamente desenvolvida. Mesmo já estando lá quando os colonizadores chegaram, negros e índios são praticamente inexistentes nos livros oficiais de história e quando aparecem são mencionados em pequenos fragmentos de texto.

Maringá foi uma das cidades criada pela CMNP, que pensou em uma cidade com possibilidades de desenvolvimento e de crescimento, apesar de apresentar, já no seu projeto inicial, uma visão de segregação econômico-espacial da população de baixa renda, ao criar um bairro destinado aos trabalhadores da chamada Vila Operária.

Embora Maringá tivesse se desenvolvido mais rapidamente do que os demais municípios da região, também enfrentou dificuldades e fracassos. Houve projetos que não deram certo, que não foram efetivados, assim como a existência de favelas, fatos pouco conhecidos pela população local.

Outrossim, a ideologia da rejeição do negro é fortemente presente no Paraná, não só pelos tempos de escravidão, mas pelo conservadorismo presente, que mantém as desigualdades entre negros e brancos, muitas vezes de forma sutil e camuflada, pautada no discurso de igualdade da sociedade democrática. Nesse cenário, defende-se que, para combater o racismo e

superar qualquer exploração, necessariamente deve-se desenvolver atitudes anticapitalistas, isto é, uma consciência crítica, e, a partir de então, se propor mudanças práticas efetivas. O racismo é uma arma ideológica de dominação – “um dos galhos do capitalismo” (MOURA, 1994), portanto, para que ele tenha fim, é preciso ir à raiz do problema, desvelar o modo de produção capitalista, sua face perversa de exploração do homem pelo homem.

O que acontecia na cidade de Maringá em relação ao tratamento da população negra era a determinação do que acontecia no Brasil em razão dos séculos de escravidão e a não reparação social e econômica após a abolição. Ademais, na cidade, se instalou uma forma de pensar o negro com temor e desconfiança, como em todas as demais partes do Brasil.

Nota-se, ainda, que até os dias de hoje pode-se perceber a ausência negra em profissões como medicina, arquitetura, odontologia. Há a elitização de certas profissões, preferencialmente escolhidas pela elite e à população negra são reservados os trabalhos mais degradantes e de baixos salários.

Mesmo diante desse cenário é possível afirmar que o movimento negro teve avanços significativos como as cotas raciais. Em Maringá, há movimentos negros expressivos. Na Universidade Estadual de Maringá, por exemplo, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (NEIAB-UEM) do Departamento de Ciências Sociais (DCS-UEM), coordenado pela professora Dra. Marivânia Conceição de Araújo, composto por estudantes e professores da graduação e de pós-graduação, realiza estudos e palestras com o objetivo de ampliar o debate sobre as questões étnico-raciais.

Por meio da análise dos editoriais, das notícias e da iconografia presentes nos jornais *Folha do Norte do Paraná* entre os anos de 1962 a 1968 constatou-se que o negro atuou dentro dos campos e fora dele, auxiliando os jogos e os jogadores. No entanto, sua suposta inclusão no mundo do futebol não impediu que ele vivenciasse situações de discriminação racial. Na parte esportiva do jornal, também havia matérias sobre vôlei, basquete, futebol de salão. Contudo, o esporte mais frequente e comentado era o futebol de campo, no qual o negro mais aparece.

Na página dedicada aos artistas (“Aqui se diverte”, de Kester Carrara), o negro também se faz presente, mas em menor frequência, se comparado ao branco: Wilson Simonal e Jair Rodrigues são alguns dos poucos artistas negros

que aparecem no periódico. O negro também aparece poucas vezes em cargos de preponderância. Contudo, este está vinculado a atividades e contextos considerados inferiores pela sociedade, como carregadores e ensacadores de café. É o caso de Adenias Raimundo de Carvalho - Presidente do sindicato dos carregadores e ensacadores de Maringá.

Em uma das matérias, notou-se a presença negra em cargo preponderante, mas acompanhada de uma notícia negativa: Vagner Silveira, ex-presidente da União Maringaense dos Estudantes Secundaristas (UMES) e presidente da UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas), aparece sendo acusado de causar o caos financeiro na entidade estudantil, contribuindo, assim, com a ideia de que o negro merece ser tratado com desconfiança.

Aos negros, em grande parte, se destinavam os trabalhos pesados e que exigiam força física, como o ofício de ensacadores e de perfuradores de poços. Por outro lado, verificou-se a presença negra nas páginas policiais. Não se sabe ao certo a porcentagem de negros que aparecem nessa parte do periódico, pois nem sempre as notícias vinham acompanhadas de imagens e raramente descrevia-se fisicamente o acusado.

A respeito da publicação de casais, que contém famílias e senhoras e senhores brancos na seção “Crônica Social” do jornal, é possível afirmar que esse fato reforça o modelo de família branca/burguesa, considerado o ideal. O casal ou família que fugia dessa realidade era considerado inadequado e, inclusive, perigoso ao projeto desenvolvimentista de nação.

Notou-se, também, o uso da palavra negro de forma pejorativa, como quando se faz referência ao cambio, “Cambio negro”, termo que se refere ao mercado onde acontece as operações de câmbio entre pessoas não autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Trata-se, portanto, de uma atividade ilegal. Sobre essa questão, vale destacar que é comum associar a palavra negro(a) a um imaginário negativo em nossa sociedade. Expressões como “negro de traços finos”, “a coisa tá preta”, “serviço de preto”, “mercado negro”, “magia negra”, “lista negra” e “ovelha negra” também revelam, de forma não explícita, o racismo. Essas são expressões usadas pejorativamente e com frequência até hoje.

Além disso, o jornal deixa transparecer, mesmo que de forma implícita, um imaginário negativo referente à palavra negro(a), que é endossado pelas notícias negativas associadas aos negros, que acabam por contribuir com o racismo.

O jornal apresentava os EUA como uma nação amiga em oposição ao socialismo soviético. Mário Fonseca, em relato ao periódico, destacou suas impressões sobre os EUA, particularmente no que se refere ao “problema do negro”, dizendo que estava impressionado com a influência do negro naquele país. “Ele vai a todos os lugares é prospero e é feliz”. Todavia, sabe-se, por meio de uma vasta historiografia que, durante o período de escravidão e pós-escravidão, os níveis de opressão e de exploração sobre os negros estadunidenses eram similares aos negros do Brasil.

As notícias sobre Malcolm X divulgadas no periódico eram negativas, visto que ele era um revolucionário, não devendo, portanto, ser um exemplo a seguir no Brasil, nem mesmo em Maringá, pois a anarquia social poderia trazer grandes perdas sociais e econômicas ao capital e à pequena burguesia do município.

Martin Luther King aparece frequentemente com discursos pacifistas, se opondo a violência no periódico. A contraposição de Malcolm X e Martin Luther King é intencional. Enquanto Martin Luther King é visto como uma pessoa calma, que almeja a paz, Malcolm X é concebido como um incendiário, aquele que promove à anarquia. Mesmo não tendo essa pretensão, o jornal deixa transparecer a luta de classes existente na sociedade capitalista, algo que pretende ocultar.

Nesse sentido, a mobilização em torno das questões raciais não era vista como resultado das desigualdades econômicas e sociais dos Estados Unidos, mas como “desequilíbrios raciais” ou então “distúrbios raciais”, o que fazia com que o tema fosse tratado de maneira superficial, pois não se chegava à raiz do problema, ou seja, nas causas que geravam o problema.

As notícias referentes aos EUA são divulgadas tal como estão nos periódicos de origem, com uma linguagem que provoca e influencia à desaprovação das ações dos negros no âmbito das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos. Isso fica nítido quando se observa seções com os referidos títulos: “Violentos distúrbios nos Estados Unidos”, “Continuam

conflitos nos Estados Unidos”, “Guerra negra assola oitenta cidades”, “Prossegue nos Estados Unidos a rebelião negra”, “Novos choques raciais”, e outros.

Ao divulgar a movimentação pacifista em torno da questão racial nos Estados Unidos, estigmatizar e desqualificar a reação mais violenta dos negros, o jornal imediatamente evidencia sua intenção de evitar qualquer perturbação a ordem burguesa.

Desse modo, a luta de classes é intensa no interior das páginas da *Folha do Norte do Paraná*, principalmente no que se refere aos negros e, sendo assim, notou-se que a filantropia foi utilizada como uma forma de naturalizar as desigualdades sociais.

Foi nesse contexto de capitalismo, de acirrada luta de classes, que a Igreja educou seus fiéis, ao ensinar as ideias e os comportamentos que considerava necessários ao bom funcionamento da sociedade. No caso de Maringá, especificamente em relação ao bispo Dom Jaime Luiz Coelho, isso contribuiu para que os maringenses aderissem ao modelo de sociedade vigente, a capitalista, de maneira voluntária. Nesse contexto, a *Folha do Norte do Paraná* desempenhou um importante papel no sentido de que, por meio de um processo educativo, formou indivíduos, fundamentados na fé católica, para aceitar e atender aos interesses do capital e da elite local.

Por fim, acredita-se que o caminho trilhado até aqui nos ajudou a construir uma análise que possibilita entender o passado e edificar novas pontes para o conhecimento e para o futuro. Não se trata, portanto, de ficar na superficialidade, mas de problematizar as relações estabelecidas em Maringá, as quais explicam sua atual constituição. Dom Jaime, nesse contexto, desempenhou um importante papel na formação e no desenvolvimento de Maringá e região, contribuindo para alicerçar na cidade a religião Católica, com seus preceitos e dogmas.

REFERÊNCIAS

Acervo do Museu da Bacia do Paraná. Anteprojeto (esboço do projeto) da cidade de Maringá, de autoria de Jorge de Macedo Vieira, elaborado em meados da década de 1940.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** Coleção Feminismos Plurais; Djamila Ribeiro [coord.]. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALTOÉ, Geraldo. **O rádio em Maringá:** o pioneirismo, o alcance e a bela trajetória do mais ágil meio de comunicação social. Maringá: Clichetec, 2007.

A MÍSTICA do parentesco. **Árvore genealógica de Alfredo Alves da Silva Freyre Júnior.** Disponível em:
<https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=13335&ver=por>.
 Acesso: 10 de setembro de 2021.

AMORIM, Jeovane Aparecido de; BILHÃO, Isabel. O governo Vargas, uma breve contextualização. **Revista da Universidade Estadual de Londrina**, p. 1021-1039, mai./2021.

ANDRADE, Arthur. **Maringá:** ontem, hoje e amanhã. Maringá: Rumo Gráfica. 1979.

ARAÚJO, Danilo Lucas Lopes de; SILVA, Cesar Gomes da. A inserção do negro no futebol brasileiro: Enfoque no Rio de Janeiro. **Unitoledo.** 2018. Disponível em: <https://servicos.unitoledo.br/repositorio/handle/7574/1901>. Acesso: 13 de julho de 2021.

AREAS, Daiana Maciel. Imprensa e política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 15., Rio de Janeiro, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em:
http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338498472_ARQUIVO_Daiana_Anpuh2012_revisado.pdf. Acesso: 20 de maio de 2021.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASC). **UEM é destaque entre as melhores instituições no ranking The Latin American 2022.** Disponível em:
http://www.asc.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26822:uem-e-destaque-no-ranking-the-latin-american-2022&catid=986&Itemid=211.
 Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ. Maringá: Org, 1985.

ATASSIO, Aline Prado. **A batalha pela memória**: os militares e o golpe de 1964. 2007. (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos. 2007.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. vol. 1. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na virada da questão social**: anotações para uma história da Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BARBOSA, Everton; PEÑA, Luciana. **JAIME**: uma história de fé e empreendedorismo. Biografia de Dom Jaime Luiz Coelho in omnibuschristus (Cristo seja tudo em todos – Cl 3,11). Maringá: DNP, 2011.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. “Proteção à francesa”: A imprensa luso-brasileira na defesa do Império Português (1808-1811). **História (São Paulo)**, v.36, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/QKDpb9KMB4qphstmvhL9x9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 17 de setembro de 2021.

BARROS, Jerônimo Duque Estrada de; BENTES, Rodrigo. Antônio Isidoro da Fonseca, um impressor na América. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 12., Rio de Janeiro, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/rj/Anais/2006/ic/Jeronimo%20Duque%20Estrada%20de%20Barros.pdf>. Acesso: 26 de janeiro de 2021.

BONFATO, Antonio Carlos. Jorge de Macedo Vieira: o orgânico e o geométrico na prática urbana (1920-1960). **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 2 – novembro 2003. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/98/82>. Acesso: 11 de janeiro de 2021.

BORGES, Maria Célia; DALBERIO, Osvaldo. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Ibero americana de Educación**. 2007, vol. 43, n. 5. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2299/3308>. Acesso: 11 de junho de 2023.

BRASIL. **Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 25 de julho de 2020.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 25 de julho de 2020.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 25 de julho de 2020

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 25 de julho de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 de julho de 2019.

BRASIL. **Decreto-lei n. 1077**, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso: 22 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871** (Lei do Ventre Livre). Brasília: Senado Federal, 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso: 22 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Lei 3.270, de 28 de setembro de 1885** (Lei do Sexagenário). Regula a extinção gradual do elemento servil. Brasília: Senado Federal, 1885. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm#:~:text=Regula%20a%20extinc%C3%A7%C3%A3o%20gradual%20do%20elemento%20servil.&text=Art.,a%20tabella%20do%20%C2%A7%203%C2%BA. Acesso: 22 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Brasília: Senado Federal, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm. Acesso: 17 de setembro de 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20n%C2%BA%2010.639%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso: 17 de junho de 2021.

BRITO, Angélica. **A cruz vencerá o comunismo**: o discurso anticomunista do Jornal Folha do Norte do Paraná (1962-1965). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

BRITO, Leandro. História da imprensa: jornalismo literário e produção alternativa. In: BRITO, Leandro. **História da imprensa**: jornalismo literário e produção alternativa. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007. p. 39-63.

BUDÓ, Marília de Nardin. Mídia, crime e juventude. In: **Mídias e discursos do poder**: a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. 2013.

CALIRI, Jordana Coutinho. A imprensa no Império. In: **Folhas da Província**: a imprensa amazonense durante o período Imperial (1851-1889). 2014. Dissertação (Mestrado em História.) – Universidade Federal do Amazonas, 2014, p. 16-36.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, (Edições do Senado Federal; v.118), 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e a abolição no Brasil**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Org). **A imprensa confiscada pelo Deops**: 1924-1954. São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado, 2003.

CARVALHO, Fabio Luiz Oliveira de; COSTA, Dalmo de Moura SILVA, Bruno de Oliveira. O legado de Vargas no Brasil. **Revista Saúde em Foco**, n. 11, 2019. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/06/065_O-LEGADO-DE-VARGAS-NO-BRASIL_732_a_746.pdf. Acesso: 1 de janeiro de 2023.

CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, v. 59, n. 1, p. 79-100, 2014.

CASSOLI, Alessandro Theodoro. A luta do negro brasileiro por justiça e inclusão e os desafios interpretativos das teorias sociais. **Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 9, n. 2, julho-dezembro/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2012v9n2p32/25053>. Acesso: 10 de setembro de 2021.

CERVO, Amado Luiz. Tendências da política exterior do Brasil. In: CERVO, A. L. (Org.). **O desafio internacional**: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora UnB, 1994.

CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre**: uma biografia intelectual. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Nacional, 1993.

CODEM. COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 1967.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Publicação comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. 1975.

COMPARATO, Fábio Konder. **Educação, Estado e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 82.

CONCEIÇÃO, Joanice Santos. Quando o assunto é sobre religiões de matriz africana: lei 10.639/2003. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, p.113-126, 2016.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, (1.: 1878: Recife) **Anais**. Introdução de Gabriel Perruci. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. (Edição Fac-similar comemorativa do primeiro centenário 1878-1978) **USP/FFLCH**.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO (1.:1878: Rio de Janeiro) **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. FCRB

CORREIA, Jorge Luiz; STEINKE, Rosana. Colonização do norte do paraná (1925 – 1960): apontamentos acerca de seu estudo e da produção de um material didático. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_uem_hist_artigo_jorge_luiz_correia.pdf. Acesso: 25 de julho de 2021.

COSTA, Emília Viottida. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Cúria Arquidiocesana de Maringá. **Artigos de D. Jaime Luiz Coelho (1958-1967)**.

DEMARCHI, M. - **Café**: Aspectos Econômicos; Governo do Estado do Paraná – dezembro 2001. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/cultura18.pdf>. Acesso: 20 de agosto de 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candini. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. In: **Tempo**. v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores no Brasil – séc. XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. (Coleção Repertórios).

ESTRADA, Jorge F. Duque. **Terra Crua**. Curitiba: s. n., 1996.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 160.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**: no limiar de uma nova era. vol. 2. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Luciano Vaz. Os preceitos da doutrina da segurança nacional e a sua implementação no Brasil. **FADERGS** - v.4, n. 2, ago./dez. 2012. Disponível em:

<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5260/Os%20preceitos%20da%20doutrina%20da%20seguran%C3%A7a%20nacional%20e%20a%20sua%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>. Acesso: 17 de julho de 2019.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi**, p. 251-286 dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf>. Acesso 30 de julho de 2019.

FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1962.

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1963.

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964.

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965.

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966.

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967.

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968.

FRANCO NETTO, Fernando. A mão-de-obra escrava e livre como fator de produção no Paraná Provincial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 8., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, ABPHE, 9., Campinas, 2009. **Anais...** Campinas: ABPHE, 2009. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/fernando-franco-netto_1.pdf. Acesso: 26 de novembro de 2020.

FRANQUI, Renata. **O processo de modernização no Brasil e a educação das mulheres na revista FON-FON!** Curitiba: CRV, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GARUTTI, Selson; SOUZA, Ana Barbosa de. Maria do Ingá: a construção do mito fundador de Maringá. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 21, n. 1, p. 211-226, jan./jun. 2016.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. **Recursos extremos da administração estatal: as declarações de estado de sítio na primeira república brasileira**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/8939/1/antoniogasparettojuniior.pdf>. Acesso: 22 de fevereiro de 2021.

GIOLO, Jaime. Estado & Igreja na implantação da República Gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, n. 27, p. 243-256, jan./jun. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/master/Downloads/214-Texto%20do%20artigo-616-698-10-20130701.pdf>. Acesso: 1 de dezembro de 2022.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988, p. 189-329.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: O Legado de Vargas. **Revista USP**, n. 65, p. 105-109, março/ maio, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13414/15232>. Acesso: 20 de dezembro de 2022.

GOMES, Marcos Aurélio A. de Filgueiras. Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 3, set. 1990. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3102/2220>. Acesso em: 21 jul. 2019.

GOMES, Valdir. Colonização do Norte do Paraná: um olhar na perspectiva da administração e do meio ambiente. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 1, p. 87-100 jan./jun. 2015.

GONÇALVES, 2007. Uma reflexão sobre a intelectualidade católica. **Rev. Sociol. Polít.**, n. 28, p. 245-250, jun. 2007.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>. Acesso: 17 de maio de 2021.

GRAHAM, Richard. Café e ferrovias. In: GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 59-78.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

GUTIÉRREZ, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História [online]**, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. In: **Top (Rio j.) [online]**, v. 6, n. 10, p. 143-191, 2005.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, v. 18 (suplemento). 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sqxP3HJB58RwMKVHNPCdNyw/abstract/?lang=pt#:~:text=Essas%20desigualdades%20est%C3%A3o%20presentes%20em,de%20vida%20como%20um%20todo>. Acesso em: 14 de janeiro de 2022.

HILÁRIO, José. **Maria do Ingá: amargo sabor de mel na colonização do Paraná**. Maringá: Gráfica Ideal, 1995.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, p. 111-112, 1996.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico de 1960. Brasília: Senado Federal, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliote%20cacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 04 de março de 2023.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 de março de 2023.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Estimativa populacional, 2018. Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: [estimativa_ibge_2018.xls](#). Acesso: 12 de agosto de 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Estimativa populacional, 2021. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. ITCG. 2010. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_ba se_2010.pdf. Acesso: 07 de agosto de 2019.

JINZENJ, Mônica Yumi. O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. **Educação em Perspectiva**, v. 3, n. 1, p. 150-166, jan./jun. 2012.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JORGE FILHO, José Ismar Petrola. A coluna esportiva de Plínio Marcos no jornal Movimento: a imprensa alternativa como resistência aos silenciamentos. In: **Parágrafo**, v. 6, n. 3, p. 63-73, set/dez. 2018.

JUCÁ, Joselice. A questão abolicionista na visão de André Rebouças. **Cadernos de Estudos Sociais**. Vol. 4, n. 2 julh. /dez.1988.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. 2007. 314 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEAL, João Laércio Lopes. (Des) Conhecida História de Maringá: Novas Possibilidades Temáticas. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 121, julh. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13651/7058>. Acesso: 15 de maio de 2020.

LUCENA, Maria de Lurdes Almeida e Silva; Wenceslau Gonçalves NETO. Imprensa e educação: um estudo sobre o pensamento educacional uberlandense através do jornal “A Tribuna” (1930 – 1942). **Revista HISTEDBR On-line**, n. 27, p. 200 –209, set. 2007.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997.

MAIA, Maurício. “Censura, um processo de ação e reação”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial. 2002, p. 469-480.

MANDEL, Ernst. **Introdução ao marxismo**. Tradução A. Castro. 2. ed. Lisboa: Antídoto, 1978.

MARINGÁ HISTÓRICA. **Maringá já teve favelas?**, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lybEt3fU_AU. Acesso: 04 de janeiro de 2021.

MARINGÁ HISTÓRICA. **A verdadeira inspiração da Catedral**. Contribuição de Marco Antonio Deprá Maringá: Acervo Maringá Histórica, 2020. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/2608/a->

verdadeira-inspiracao-da-catedral#:~:text=Normalmente%20o%20que%20se%20ouve,americana%20e%20n%C3%A3o%20a%20sovi%C3%A9tica. Acesso: 12 de outubro de 2022.

MARINGÁ. Prefeitura do Município. Secretaria de Cultura. Gerência de Patrimônio Histórico. **História artística e cultural de Maringá: 1936-1990**/ texto de João Laércio Leal. Maringá: Imprima Conosco, 2016.

MARINGÁ. Prefeitura do Município. Secretaria de Cultura. Gerência de Patrimônio Histórico. **Curiosidades históricas de Maringá**: sugestões e dicas para pesquisa/ texto de João Laércio Leal. Maringá: C.S., 2019..

MARINGÁ NEWS. O Portal do Rigon. **Live sobre o Plano Diretor está disponível**. Maringá: Prefeitura de Maringá, 2020. Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2020/07/24/live-sobre-o-plano-diretor-esta-disponivel/>. Acesso: 5 de maio de 2022.

MARINGÁ NEWS. O Portal do Rigon. **Morre Joaquim Dutra**. Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2015/09/20/morre-joaquim-dutra/>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Freuerbach)**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MAYNARDES, Augusto Gonçalves. Do simbolismo ao fim do estado novo. In: **Modernidades paranaenses: um panorama político-cultural das revistas Joaquim e Logos (1946 – 1948)**. 2015. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015, p. 1-66. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/60400/augusto_goncalves_maynardes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 02 de janeiro de 2021.

MEDEIROS FILHO, Barnabé. **1964: o golpe que marcou a ferro uma geração**. Uberlândia: Navegando Publicações; São Paulo: Nova Alexandria, 2018.

MELO, José Marques de. **Sociologia da Imprensa**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MORELLI, Ailton José. A infância em Maringá: depoimentos. In: MORELLI, Ailton José. **Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-25082010-222316/publico/ajmorelliTESE.pdf>. Acesso: 20 de outubro de 2020.

MORGADO, Eliane Maria. **Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso 1847-1985**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

MOTIM, Benilde Maria Lenzi. **Estrutura fundiária do Paraná Tradicional – Castro – 1850 – 1990**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1987. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24589/D%20-%20MOTIM?sequence=1>. Acesso: 02 de janeiro de 2021.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, n. 34, p. 28-38, ago./set./out., 1994.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras negras).

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUSEU ESPORTIVO DE MARINGÁ. Disponível em: <http://www.museuesportivo.com.br/site>.
<https://www.instagram.com/museuesportivodemaringa/> (Instagram)

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, v. 18. n. 50, p. 209-224, 2004.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Os Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a educação (1878). **Revista HISTEDBR On-line**, n. 52, p. 54-74, set. 2013.

NAVAS, Joanita de Mello. **O periódico Jornal de Maringá e a História da educação na cidade de Maringá nos anos 1960 a 1963**. 2013. Monografia (Especialização em Pesquisa Educacional) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Joaquim Nabuco: um aristocrata entre os escravos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NÚCLEO SOCIAL PAPA JOÃO XXIII. Disponível em: <http://www.nucleosocial.maringa.br/empresa/>. Acesso: 13 de abril de 2022.

O CLARIM DA ALVORADA. São Paulo, 1928.

O CLARIM DA ALVORADA. São Paulo, 1940.

ODARA – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

O GLOBO. Rio de Janeiro: edições Globo, 1964.

OLIVEIRA, Camila Moraes de. A criação de um movimento de resistência dentro da Igreja Católica, chamado Pastoral Afro-brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PENSADORES NEGROS, 10., 2018. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1528238350_ARQUIVO_copene2018.pdf. Acesso: 25 de março de 2022.

PABLOS DE MOLINA, Antonio Garcia; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma imprensa educativa no século XIX. **Cad. Pesq.**, n. 14, p. 144-161, jul. 1998.

PASSOS, Alexandre. **A imprensa no período colonial**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Serviço de Documentação, 1952.

PAULA, Fabrícia de Cassia grou de. **Imprensa em Maringá e a educação feminina no modelo comportamental da Igreja Católica (1950-1979)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

PEREIRA, E. Carlos. **A religião cristã e sua relação com a escravidão**. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1886. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221739>. Acesso: 29 de março de 2021.

PERIOTTO, Marcília Rosa. A imprensa brasileira nos oitocentos e a história da educação: Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n. 36, p. 237-252, jul./dez. 2013.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PREFEITURA ESTADUAL DE MARINGÁ. **Lei n. 2706 de 1990**. Institui o Programa João de Barro. Maringá: Prefeitura de Maringá, 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/1990/270/2706/lei-ordinaria-n-2706-1990-institui-o-programa-joao-de-barro>. Acesso: 01 de dezembro de 2020.

PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ DE 1860, apresentado na Assembleia Legislativa em 1º de março de 1860 pelo presidente José Francisco Cardoso. Curitiba: Província do Paraná, 1860. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/sites/arquivo->

publico/arquivos_restritos/files/documento/2020-11/rel_1860_p.pdf. Acesso: 03 de janeiro de 2021.

REVISTA TRADIÇÃO. O fim de um povo paranaense, ano XXX, n. 331, p. 22-25, Julh. 2010.

REZENDE, Maria José de. Mudança social no Brasil: a construção de um ideário conservador. **Tempo Social**; v.10, n. 2, p. 159-189, out. 1998.

ROBRIGUES, Ana Paula Aires; GOMES, Marco Antonio de Oliveira. “Um espectro ronda o Brasil”: as concepções educacionais e o ideário religioso anticomunista difundido pela revista 'a ordem' (1930-1045). **Inter-ação**, v. 44, p. 408-423, maio/ago. 2019.

rodeghero, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, CRESTANI, Cássio Augusto Leandro de Araújo (Orgs.). **História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado**. Toledo: Fasul, 2016.

ROSSI, Cybele; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Movimentos Sociais no Campo – o Brasil nas décadas de 1950 e 60. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, v. I, 2013, p. 1-18. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_hist_artigo_cybele_de_rossi.pdf. Acesso: 28 de setembro de 2021.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – VESTÍGIOS DO PASSADO: A HISTÓRIA E SUAS FONTES, 10., 2008. **Anais...**Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 1-12. Disponível em:https://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212349634_ARQUIVO_Censuraaimpressaeabuscadelegitimidadenoregimemilitar.pdf. Acesso: 17 de julho de 2019.

SANCHES, Antenor. **Maringá, outrora e agora**. Maringá: Bertoni, 2006.

SANTANA, Adriene. **Miguel do Sacramento Lopes Gama e o Jornal O Carapuço (1832-1842): o debate educativo, político e social na imprensa pernambucana no século XIX**. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

SCHUELTER, Leide Barbosa Rocha. A atuação de Dom Jaime Luiz Coelho na Diocese de Maringá: fronteiras sucessivas em Paranavaí (1956-1979). **Revista de História Regional**, v. 26, n. 1, p. 284-312, 2021.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (Org.). **Recortes da história de uma universidade pública**: o caso da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Eduem, 2001.

SILVA, Caio Isidoro da. Religiões afrodescendentes e as políticas de promoção da igualdade racial: a constante luta contra o racismo religioso. In: ANPUH-BRASIL – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019. **Anais...** Recife: UFPE, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565116540_ARQUIVO_anais_Religioesdematrizesafricanasnaagendapoliticabrasileira2003.pdf. Acesso: 08 de junho de 2021.

SILVA, Carlos Alberto Mororó. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá-PR**: do espaço de floresta à cidade-jardim, representação da “cidade ecológica”, “cidade verde”. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, Eduardo Ambrosio Alves da. Contextualização da escravidão no Brasil. In: SILVA, Eduardo Ambrosio Alves da. **Formas contemporâneas de escravidão no Brasil**: a ausência de efetividade legal e a perpetuação da condição análoga à de escravo no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2017. p. 12-24.

SILVA, Eronildo José da. **Maringá de todos os santos**: orixás, voduns, inquices e guias. Maringá: Eduem, 2022.

SILVA, Eronildo José da. **Maringá de todos os santos**: presença das religiões afro-brasileiras. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3561>. Acesso: 02 de janeiro de 2021.

SILVA, Gessica Aline; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Representações da feminilidade no jornal folha do norte do Paraná. **XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade**, v. 1, p. 1-11, 2015.

SILVA, Gessica Aline, PEREIRA, Ivonete. Forjando masculinidades e feminilidades: as colunas sociais do jornal Folha do Norte do Paraná. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, **15., 2016. Anais...** Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467320453_ARQUIVO_TrabalhocompletoGessicaAlineSilva.pdf. Acesso: 10 de maio de 2020.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: a abolição na imprensa e no imaginário social. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas. SIMPÓSIOS DA ABHR, 13., 2012. **Anais...** 2012. Disponível

em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/456>. Acesso: 5 de janeiro de 2023.

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945)**: uma proposta de espírito católico e corpo secular. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SKURA, Ivania; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio. Representações de beleza de mulher no jornal Folha do Norte do Paraná: modelos de feminilidades nos anos 1960. **Antíteses**. v. 10, n. 19, p. 165-184, jan./jun. 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 2011.

SOUZA, Marcilene Garcia de. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira**: africanidades paranaenses. Debóra Cristina de Araujo, Maria Evilma Alves Moreira, Neide dos Santos Rodrigues; Marcilene Garcia de Souza (coordenação). João Pessoa: Grafset, 2011.

TORRECILHA, Silvio Marcos. Aspectos Geo-Históricos no Município de Maringá. In: **A Vila Olímpica de Maringá na produção do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013, p. 33-115.

VASCONCELO, Mônica. **A Campanha Abolicionista na Revista Ilustrada (1876-1888)**: Ângelo Agostini e a educação do povo. Curitiba: Appris, 2018.

VERAS, Aline Camacho de Andrade. A escravidão no Brasil e formas de resistência negra. **Encontros**, ano 13, n. 25, julh. /dez. 2015. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/661> >. Acesso: 15 de fevereiro de 2021.

VOZ DA RAÇA. São Paulo, 1933.

VOZ DA RAÇA. São Paulo, 1935.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo Cezar Castanha. São Paulo: Boitempo, 2011.

SUMÁRIO – ANEXOS

ANEXO I	Negros no futebol
ANEXO II	Pessoas brancas nas propagandas
ANEXO III	Martin Luther King
ANEXO IV	Popularidade da Folha do Norte do Paraná
ANEXO V	Festival de Artes Negras
ANEXO VI	Albergue salvou família
ANEXO VII	Casas populares para Maringá

ANEXO I – Negros no futebol

A edição de número 720 registra a vinda do jogador Pelé à cidade. Um marco na história de Maringá.



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 720, ano III, 1965, p. 1.

Jangada (preparador técnico profissional)



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 491, ano II, 1964, p. 8.

Pinduca assina contrato com o Grêmio Esportivo Maringá.



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 396. p. 8.

Didi assina contrato com Grêmio Esportivo Maringá por um ano.



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 980, ano IV, 1966, p. 10.

Dionísio Maurício



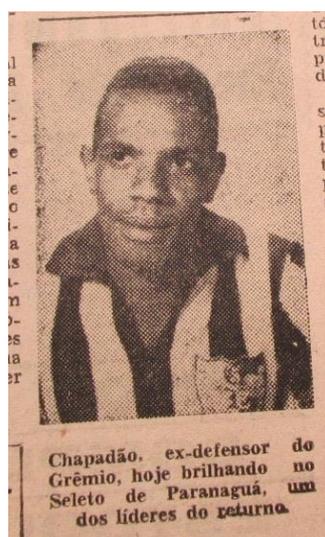
Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 523, ano II, p. 8

Angenor Gomes, o "Manga"



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 526, ano II, p. 8

Chapadão



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965, n. 582, ano III, p. 6

Lateral direito Oliveira



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965, n. 707, ano III, p. 6

ANEXO II - Pessoas brancas nas propagandas

**Agora a Escola Novamente
Será Risonha e Franca!**



Há um sorriso feliz enfeitando o rosto das crianças de Maringá. Porque elas já se inteiraram da grande notícia: a cidade será servida por um moderno, alegre, confortável, maravilhoso estabelecimento de ensino: - COLEGIO REGINA MATER! As crianças estão adorando!

Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965, n. 786, ano III, p. 5

Formidável!

**Chegou a nova lâmina
Gillette *Super* Azul.**

**Ao fazer a barba com
ela a sensação que
você vai ter é esta:**

sem exagero!



Comprando 5 lâminas
Gillette *Super* Azul,
vem de graça um aparelho
de barbear.
Não se assuste:
é assim mesmo,
mas por tempo
limitado!

Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 959, ano IV, p. 2

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

OBRIGADA MEU FILHO!
Esta frase você ouvirá da
RAINHA DO LAR
ao presentear-lá com uma
BATERIA Panex
OFERTA ESPECIAL DE HERMES MACEDO!
A PARTIR DE
3.660 cruzeiros mensais
SEM ENTRADA!




NO DIA DAS MÃES PRESENTES DE **Hermes Macedo S/A**
AS LOJAS FAMOSAS DA CIDADE

Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 962, ano IV, p. 9.

OBA!!!
**LOUÇA NOVA
EM CASA!**
HOJE É
DIA DE FESTA
A
MESA PORQUE:
POLOVI S/A.
ESTA
PRESENTE!

VENHA CONHECER A
NOSSA LOJA ONDE AS
MELHORES SU-
GESTÕES ESTÃO
A SUA ESPERA

**PORCELANAS - CRISTAIS - LOUÇAS - VIDROS - PLÁSTICOS -
INOX - ALUMÍNIOS - CERAMICAS.**

POLOVI S/A. - Ind. e Com.
FILIAL: - Avenida Brasil, 4516 - Fone, 2103 - MARINGÁ
MATRIZ: - CAMPO LARGO - Rodovia do Café - Kl. 25.

Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 1.001, ano IV, p. 5

PRORROGADO ATÉ
DIA DO PAI
A CAMPANHA DE 3.º ANIVERSÁRIO
ELITE MAGAZINE



Para Você Presentear Melhor e
com mais facilidades

Ternos de linho, tropical e nycron da alta linha Regência e sapatos masculinos

EM 10 PAGAMENTOS IGUAIS

Camisas da Valsère, Mac-Gregor, japonesas, cintos, gravatas, lenços, abotoaduras e mais uma infinidade de artigos masculinos e femininos

EM 5 PAGAMENTOS IGUAIS

Avenida Brasil - 3781

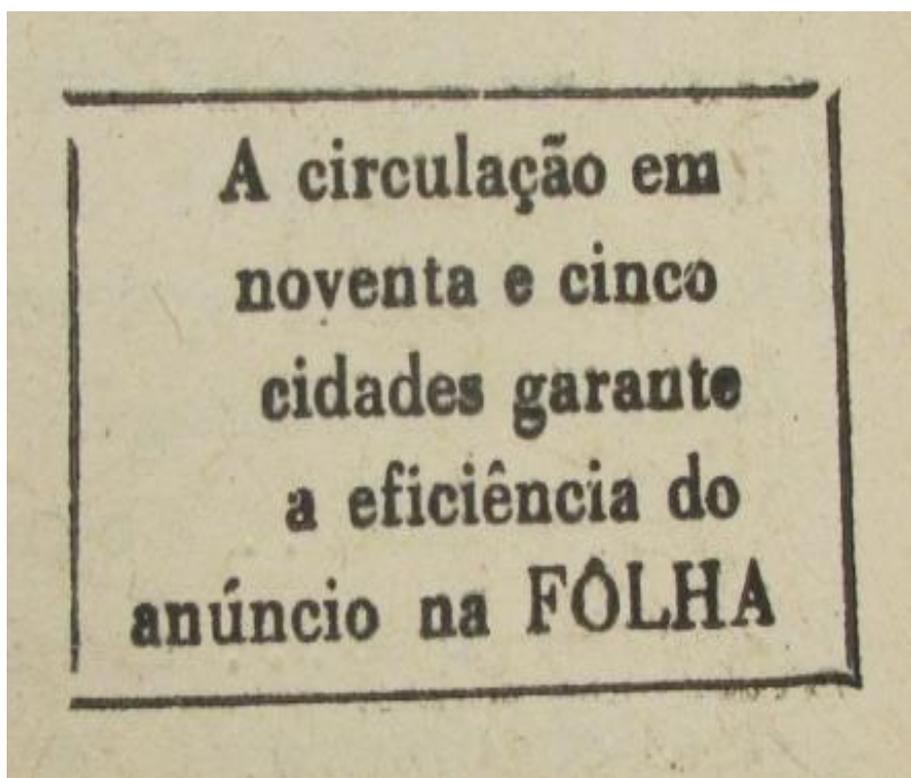
Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 1.082, ano IV, p. 5.

ANEXO III - Martin Luther King

Martin Luther King: ganhador do Prêmio Nobel da Paz



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965, n. 758, ano III, p. 1.

ANEXO IV - Popularidade da *Folha do Norte do Paraná*

Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, n. 985, ano IV, p. xx.

ANEXO V – Festival de Artes Negras

**Representação do Brasil
no Festival de Artes Negras**

RIO. 11 (Transpress) — O Itamaraty está estudando a formação de uma delegação de artistas brasileiros, que representará oficialmente o Brasil no Festival de Artes Negras, que se realizará em 1965 em Dakar, sob o patrocínio do governo senegalês e da UNESCO. A notícia foi divulgada pelo ministério das Relações Exteriores, num informe sobre o Senegal e suas relações com o Brasil, a propósito da visita ao nosso país, no próximo dia 19, do presidente senegalês, durante a qual será assinado entre os dois governos um acordo de intercâmbio cultural.

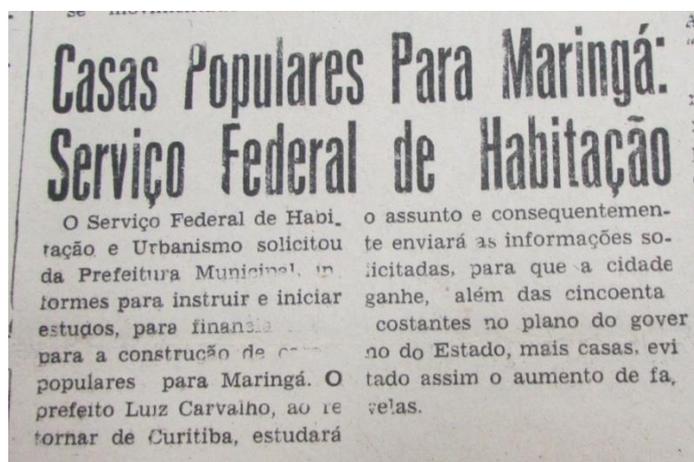
Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, n. 565, ano II, p. 5

ANEXO VI- Albergue salvou família



Há quatro meses Dona Maria bateu às portas do Albergue, com oito filhos e mais um por nascer. As crianças tôdas doentes, com anemia profunda e Dona Maria sofrendo porque fôra abandonada pelo marido. Irmã Vicência acolheu a família inteira, tratou das crianças, conseguiu assistência para o nascimento do nono filho de Dona Maria. Agora as crianças estão bem de saúde mas a mãe adoeceu, não pode trabalhar e terão todos de permanecer no Albergue até quando Deus quiser. Famílias na mesma situação passam diversas por aquela casa, constantemente. E é por isso que precisamos ajudar o Albergue. Todos nós, juntos, podemos fazer alguma coisa pelos pobres de Maringá. Você pode oferecer uma doação, em dinheiro ou em mercadoria ou roupas. Telefone para o Albergue — 1977 — e alguém irá à sua casa buscar a contribuição. (Foto Borba Filho)

ANEXO VII – Casas populares para Maringá



Fonte: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965, n. 746, ano III, p. 2